



**PROGRAMA DE
ECONOMIA
SOLIDÁRIA NO
RIO GRANDE DO SUL**

**SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A
VIABILIDADE DAS EXPERIÊNCIAS
COLETIVAS DE GERAÇÃO
DE TRABALHO E RENDA**

Caroline Goerck

Título: Programa de Economia Solidária no Rio Grande do Sul: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda

Autora: Profa. Dra. Caroline Goerck

Capa: Editora Faith

Diagramação: Editora Faith

São Borja, 2012.

ISBN: 978-85-98131-38-2

G597p Goerck, Caroline

Programa de economia solidária no Rio Grande do Sul: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda. / Caroline Goerck. – Santa Maria, RS: Faith, 2012.
204 p.

1. Economia solidária – Rio Grande do Sul 2. Trabalho e renda 3. Política de emprego – Rio Grande do Sul 4. Políticas sociais I. Título

CDU: 330.873(816.5)

Bibliotecária: Dilva Carvalho Marques – CRB-10/583

Sumário

1 - Introdução	7
2 - Economia Poplar Solidária e Instituições de apoio: como uma das Alternativas aos Trabalhadores no Brasil de Gerar Trabalho e Renda	17
2.1 - Economia Popular Solidária no Brasil	17
2.1.1 Economia Popular Solidária e o processo de comercialização	27
2.1.2 Diferenciações entre as Cooperativas e Associações	29
2.1.3 Falsas Cooperativas e o novo Marco Legal	32
2.2 Apoio da Sociedade Civil e das Incubadoras Universitárias à Economia Popular Solidária	41
2.2.1 Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária	45
2.2.2 Instituições da Sociedade Civil e Governamentais apoiadoras da Economia Popular Solidária no Brasil	51
2.2.3 Incubadoras universitárias e o trabalho de incubação	57
3 - Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento	67
3.1 Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a Secretaria Nacional de Economia Solidária	67
3.1.1 Ações do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e sua articulação com outros Programas Sociais	72
3.1.2 Conselho Nacional de Economia Solidária	79
4 - Instituições Governamentais e da Sociedade Civil e as Incubadoras Universitárias: Suas Vinculações com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por Meio da Senaes no Rio Grande do Sul.....	87
4.1. Caracterização das Instituições de Apoio Mapeadas e Pesquisadas...	88
4.1.1 Vinculações das Instituições de Apoio pesquisadas com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes	96
4.1.2 Processo de Assessoria e/ou incubação desenvolvido pelas Instituições de apoio pesquisadas	109

4.1.3 Relação estabelecida entre o trabalho desenvolvido pelas Instituições de Apoio no Rio Grande do Sul juntamente com o Programa de economia Solidária em Desenvolvimento às Experiências de Economia Popular Solidária	114
5 - Experiências de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul: O Processo de Assessoria que Vem Sendo Desenvolvido Pelas Instituições de Apoio Vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento	119
5.1 Caracterização das Experiências de Economia Popular Solidária Pesquisadas e do Processo de Trabalho que Vem Sendo Desenvolvido.....	122
5.1.1 Processo de gestão nas experiências coletivas pesquisadas	149
5.1.2 Características dos trabalhadores pesquisados	157
5.1.3 Apoio das Instituições para a viabilidade econômica das experiências coletivas no Rio Grande do Sul por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes	164
6 - Conclusão	181
Referências	195
Corpo Editorial.....	204

*“Longe se vai, sonhando demais, mas onde se chega assim,
vou descobrir, o que me faz sentir, eu, caçador de mim”.*

(MAGRÃO; SÁ, 1981).

Introdução

1 - Introdução

O processo de trabalho é elemento central e peculiar na forma de organização e socialização dos indivíduos, pois é por meio dele que o sujeito se transforma e modifica a natureza. Como o capitalismo tem o objetivo de acumular e centralizar capital e com o fato da força de trabalho ser considerada uma mercadoria pelo sistema, o trabalho que vem sendo realizado pelos sujeitos, comumente não está sendo constituído pela autorrealização e identificação dos trabalhadores diante dos processos de produção e gestão.

Diante da III Revolução Industrial - reestruturação do capital -, desenvolvida por meio da robótica, automação e microeletrônica, cria-se uma massa de trabalhadores - considerados “sobrantes” pelo capital -, que acirra o processo de alienação e precariedade das condições e relações de trabalho. Paralelamente à III Revolução Industrial, ocorre por meio da implantação do referencial teórico-neoliberal nas políticas sociais públicas, o processo de minimização do Estado, implicando na não legitimação dos direitos sociais - adquiridos pela classe trabalhadora.

No final do século XX e limiar do XXI emergem experiências/grupos associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma das possíveis formas de resistência da classe trabalhadora às manifestações de desigualdade da questão social¹ - entre elas, a falta de trabalhos formais. A Economia Popular Solidária pode ser considerada uma das alternativas dos trabalhadores ante o acirramento da questão social, gerado pela III Revolução Industrial. É manifestada por cooperativas, associações e grupos de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões

¹ A questão social pode ser apreendida como o conflito suscitado entre o capital (proprietários dos meios de produção) e o trabalho (trabalhadores que vendem suas forças de trabalho em troca de um salário – meio de pagamento), bem como pelas desigualdades e resistências geradas por meio dessa relação social de compra e venda da força de trabalho (BULLA, 1992). Essas manifestações de desigualdade podem ser constatadas pelas suas múltiplas expressões, como o não acesso a direitos, a exploração nas relações de trabalho, o desemprego e o subemprego, a baixa qualidade de vida, as diversas formas de violência, a desnutrição, a prostituição infantil, bem como pode ser representada também pela pobreza, exclusão e subalternidade (YAZBEK, 2001), entre outras. As manifestações da questão social de rebeldia e resistência podem ser apreendidas pelos movimentos sociais, sindicatos, grupos, cooperativas e associações de trabalho, de produção e de serviços, enfim, todas as formas dos sujeitos se rebelarem às consequências do sistema capitalista.

sociais e econômicas desses trabalhadores.²

As experiências alternativas de geração de trabalho e de renda se acentuaram no término do século XX e início do XXI, por meio do incentivo da sociedade civil, organizações governamentais e incubadoras universitárias, devido às transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho e no mercado. Esses empreendimentos coletivos, designados de Economia Popular Solidária são constituídos comumente pelos sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho.

Não se compreende as experiências coletivas que constituem a Economia Popular Solidária, como forma de substituir o sistema capitalista, pois estes empreendimentos também estão inclusos neste modo de produção e tentam se inserir no ciclo da reprodução capitalista. Percebem-se, então, estas experiências, num primeiro momento, como uma das alternativas dos sujeitos para gerar trabalho e renda. Enfatiza-se que, ao mesmo tempo em que estas experiências coletivas podem se constituir em formas de resistência dos trabalhadores às manifestações de desigualdade da questão social - entre elas, o desemprego -, estes empreendimentos e seu respectivo programa social são compreendidos também, como estratégias do próprio sistema e do Estado, para atenuar os conflitos de classe, mantendo e reproduzindo o *status quo*. Outras formas de precarização do trabalho e regulação da questão social podem ser tidas pelo trabalho temporário, informal, terceirizado, entre outros.

Ao estarem excluídos do mercado formal de trabalho, pode-se mencionar que estes trabalhadores também estão inseridos na lógica do sistema capitalista, pois o desemprego é inerente a este modo de produção. A exclusão na produção de bens e serviços ocorre também por meio da inclusão no sistema, sendo que a exclusão, além de necessária ao capitalismo, também se configura como uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo não acesso à riqueza socialmente produzida (YAZBEK,

²Outras possibilidades apresentadas aos trabalhadores, que complementam estas experiências coletivas, são as Políticas e Programas Sociais de emprego ou redistribuição de renda, que também objetivam a inclusão socioeconômica dos sujeitos, como, por exemplo, os Programas de Renda Mínima, como o Bolsa-Família ou de qualificação profissional, entre outros. O programa brasileiro de Economia Solidária em Desenvolvimento – assim como outros programas sociais de geração e transferência de renda –, ao mesmo tempo em que se constitui numa possibilidade de inclusão socioeconômica dos sujeitos, também pode ser compreendido como uma forma de mediar os conflitos sociais, atenuando assim as desigualdades geradas pela questão social.

2001). Desta forma, ao mesmo tempo em que comumente os trabalhadores das experiências de Economia Popular Solidária estão excluídos do mercado formal de trabalho, os mesmos, porém, estão incluídos no sistema - em condição de vulnerabilidade social.

Tem-se como compreensão também, que estes empreendimentos podem caracterizar a precarização do trabalho coletivo, uma vez que estes sujeitos geralmente não possuem acesso aos direitos trabalhistas. Entretanto, estes empreendimentos se constituem numa das alternativas emergenciais de geração de trabalho e renda, e, a regulamentação do Novo Marco Legal do Cooperativismo - que consiste em um dos objetivos da Senaes -, tem como perspectiva possibilitar que estes trabalhadores possam usufruir de melhores condições de trabalho.

A Economia Popular Solidária expressa formas associativistas e cooperativistas de produção, de prestação de serviços, de comercialização e de consumo. Pode-se salientar, também, que o trabalho realizado nestes empreendimentos populares e coletivos, além de gerar renda, em algumas experiências possivelmente agrega princípios que potencializam o processo de trabalho e, normalmente, não são proporcionados pelos demais empreendimentos inseridos no sistema.

Estes princípios originados pelos Precusores do Cooperativismo – século XVI ao XVII na Europa - estão respaldados na solidariedade, na democracia, na aproximação da autogestão, na participação, na posse coletiva dos meios de produção, no processo de rotatividade de funções e na divisão de renda entre os associados que, de forma democrática, deveriam definir estratégias de repartição, de cooperação na produção e no trabalho, de compromisso com o desenvolvimento humano e de preservação do meio ambiente. Mediante a operacionalização desses princípios nos processos de produção e gestão, os sujeitos possuem a possibilidade de elaborar as suas próprias regras no cotidiano de trabalho, bem como alcançar um novo patamar de politização e participação social.

Quando se percebe que trabalhadores inseridos em empreendimentos coletivos, entretanto, não desenvolvem suas atividades de modo que tenham clareza sobre os princípios do cooperativismo, ou, ainda, mesmo que estes trabalhadores desenvolvam suas atividades conforme estes princípios, estas

experiências também se configuram como estratégias do próprio capital para atenuar os conflitos de classe, mantendo assim o capitalismo.³

Desta forma a autora não compreende a Economia Popular Solidária, nem com excesso de otimismo, e, nem com excesso de pessimismo, pois opta pelo realismo analítico, respaldado no método dialético-crítico. Neste livro pretende-se aprofundar a categoria de contradição de modo que se possa ter clareza sobre o significado da Economia Popular Solidária no Brasil, bem como do Programa Social de Economia Solidária em Desenvolvimento e sua possível contribuição para a viabilidade econômica destes empreendimentos coletivos. Pois, na medida em que a Economia Popular Solidária absorve uma massa de trabalhadores desempregados e especialmente os menos qualificados - mesmo com seu aspecto contraditório -, a mesma possui significativa importância social, posto que é por meio do trabalho realizado pelo coletivo que alguns destes sujeitos estão conseguindo sobreviver e gerar renda.

Salienta-se ainda que, a viabilidade analisada - que corresponde aquilo que é viável, possível, realizável, exequível -, é compreendida nesta pesquisa como a forma dos empreendimentos de Economia Popular Solidária se manterem no sistema, de modo que por intermédio das atividades desenvolvidas pelos sujeitos nas experiências, estes possam pagar suas despesas e também obter sobra, que por sua vez, gerará a renda dos trabalhadores. Esta compreensão vinculada ao aspecto econômico do processo de viabilidade, corresponde também a orientação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes - em relação a estes empreendimentos coletivos no presente. Esta percepção está relacionada com o fato de que num primeiro momento, estas experiências se constituem como uma das formas alternativas de geração de renda aos sujeitos que estão comumente em situação de vulnerabilidade social.

Desta forma, apesar da autora compreender e perceber outros elementos que estão para além do aspecto econômico, como, por exemplo, o processo de politização e conscientização dos trabalhadores inseridos nas experiências, capacidade de se organizarem, pela existência de cooperação entre os sujeitos no processo de trabalho, pela forma igualitária de repartição das sobras, pelo rodízio das atividades desenvolvidas, pela possibilidade de incorporação de no-

³ O processo de trabalho nos empreendimentos designados de Economia Popular Solidária “deveria” ser desenvolvido de forma solidária e democrática entre os sujeitos. Em certos momentos, porém, esta realidade diverge com o que vem ocorrendo em uma parcela das associações, cooperativas e grupos existentes.

vos trabalhadores, pela apropriação dos princípios cooperativistas, entre outros; entretanto, delimita-se a viabilidade pesquisada, primeiramente no aspecto econômico, devido a situação de pauperização que estes sujeitos geralmente vivenciam.

Ressalta-se, ainda, que esses empreendimentos coletivos necessitam de instituições de apoio, políticas e programas sociais que os assessor e os financie, visando as suas permanências e viabilidades econômicas no mercado. Com base nesta perspectiva, desde 2003, o governo federal, por meio da Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764, tornou a Economia Popular Solidária integrante da agenda pública brasileira. O governo federal, com o objetivo de fortalecer, promover e viabilizar economicamente empreendimentos de geração de trabalho e renda, visando também a absorver os trabalhadores não incluídos no mercado formal de trabalho criou no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE -, a Senaes. A Senaes⁴ foi obtida por meio do movimento de Economia Solidária no Brasil - com o apoio da sociedade civil.⁵

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento está sendo materializado e operacionalizado por meio de uma parceria estabelecida entre o governo federal - e outros setores governamentais⁶ -, e, também pelas instituições da sociedade civil⁷ e incubadoras universitárias. Algumas destas instituições, quando vinculadas ao Estado, recebem apoio financeiro e de formação por meio de verbas advindas do governo federal, mediante projetos e programas sociais, para desenvolver o trabalho de assessoria nas experiências coletivas.

Menciona-se que a pesquisa que deu origem a este livro teve como objetivo central analisar como o ainda incipiente Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por meio de instituições vinculadas à Senaes, vem contribuindo para a viabilidade das experiências de geração de trabalho e renda, tendo como delimitação geográfica o Estado do Rio Grande do Sul, e delimi-

⁴ O economista Paul Singer é o secretário da Senaes, desde 2003.

⁵ Constituída pelos sujeitos sociais que compõem o Movimento da Economia Solidária no Brasil, bem como pelas demais instituições sociais.

⁶ Constituído pelas Secretarias das prefeituras, Conselhos Municipais, entre outros.

⁷ As instituições sociais em geral podem ser advindas de organizações de trabalhadores, minorias sociais, instituições religiosas, defensores de direitos (humanos, mulheres, criança e adolescente, meio ambiente, entre outros), sindicatos, mas também por instituições que representam o capitalismo (Fundação Bradesco, Bancos, empresas privadas – por meio da responsabilidade social, entre outros) (MAIA, 2005).

tação temporal o período de 2003 a 2009. Na medida em que foi analisado como vem sendo desenvolvido e aplicado o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no Rio Grande do Sul, pretendeu-se avaliar a contribuição do mesmo para a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária, bem como suas possíveis limitações. Neste sentido, reporta-se à relevância social, científica e profissional deste trabalho, pois o mesmo poderá servir como um instrumento de contribuição à Senaes e ao Programa de Economia Solidária no Brasil e no Estado, aos Fóruns de Economia Popular Solidária, além de colaborar diretamente com os trabalhadores e seus familiares que estão sobrevivendo desta alternativa de geração de trabalho e renda.

Faz-se importante que a produção de conhecimento científico, bem como de novas pesquisas, possuam a intencionalidade de contribuir para aprimoramento de demandas sociais prioritárias, adquirindo uma relevância social de modo que impulse e possibilite a práxis. Para o assistente social, a investigação da realidade é uma necessidade ao desenvolvimento de seu trabalho profissional. O compromisso e posicionamento ético-político da categoria profissional - do Serviço Social -, conforme consta no Código de Ética dos Assistentes Sociais (CFESS, 2002), tem como princípios fundamentais a ampliação e consolidação da cidadania, o posicionamento em favor da igualdade, da equidade e da classe trabalhadora, a opção por um projeto social vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero.

No Rio Grande do Sul investigações sobre a contribuição do Programa de Economia Solidária à viabilidade econômica das experiências coletivas são importantes - dado o seu ineditismo e originalidade. A análise deste programa à viabilidade das experiências coletivas é de extrema importância para o aprimoramento do mesmo, na medida em que ainda está em fase de implantação e de implementação para que futuramente possa ser transformado em política social em âmbito nacional. Para a concretização deste trabalho foi analisado o seguinte problema: como o Programa de Economia Solidária - por meio das instituições vinculadas ao referido Programa por intermédio da Senaes -, vem contribuindo para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul?

Este estudo foi realizado tendo como embasamento as categorias teórico-temáticas: Geração de Trabalho e Renda, Instituições de Apoio, Viabilida-

de e Programa de Economia Solidária. As categorias teórico-metodológicas e temáticas nortearam a pesquisa literária, as análises documentais, a coleta das informações e dados obtidos com os trabalhadores, com as experiências e instituições pesquisadas, a análise destas informações e, finalmente, a elaboração deste livro. O enfoque qualitativo foi predominante neste estudo, embora tenha-se levado em consideração, também, os dados quantitativos (pois se compreende que os dados qualitativos e quantitativos se complementam).

O problema de pesquisa é complementado pelos seguintes questionamentos e interrogações, constituintes das questões norteadoras: Quais são as instituições que vêm assessorando as experiências de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul, por meio do Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes? Quais são as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, que estão sendo assessoradas por meio de instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes? Quais são as características socioeconômicas dos sujeitos que integram as experiências de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, e que estão sendo assessoradas por meio das instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes? Quais são as características socioeconômicas das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, e que estão sendo assessoradas por meio das instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes? Como as instituições que vêm assessorando as experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul - por meio do Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes -, estão desenvolvendo os seus processos de incubação/assessoria? Como vem sendo implantado o Programa de Economia Solidária no Rio Grande do Sul?

Partindo dos conhecimentos que fundamentam esta pesquisa - seu problema, objetivos e questões norteadoras -, chegou-se a esta tese que se pretende demonstrar ao longo deste trabalho: o Estado, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, vinculado a Senaes, juntamente com as incubadoras universitárias e instituições governamentais e da sociedade civil, desde que em parceria com o Governo Federal, podem potencializar e viabilizar as experiências de Economia Popular Solidária, mesmo que ainda de forma incipiente, principalmente diante da atual realidade

que envolve o mercado de trabalho. Salienta-se esta realidade sem desconsiderar a categoria de contradição que permeia estes empreendimentos coletivos e seu respectivo programa social

Foi realizada a coleta das informações entre o período de janeiro de 2008 a março de 2009, mediante revisão literária sobre o tema e contato estabelecido com a Senaes, assim como pela análise documental dos seguintes documentos: Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, Mapeamento de Economia Solidária, materiais pertencentes a sete (7) instituições pesquisadas que estão vinculadas a Senaes ou ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento em 2008-2009, e em materiais pertencentes as 17 experiências coletivas. Destes empreendimentos, 14 estão sendo assessorados por instituições de apoio que possuem entre 2008 e 2009 vínculo com a Senaes, e 3 empreendimentos assessorados por instituições que já tiveram vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes, entretanto, entre 2008 e 2009 estavam desvinculadas. Também foram coletadas informações por meio da aplicação de um questionário respondido por 7 instituições e por dois formulários aplicados mediante a técnica de entrevista às lideranças (18) e demais trabalhadores (28) dos 17 empreendimentos pesquisados⁸, existentes nos meios urbanos em municípios do Rio Grande do Sul, totalizando 46.

Este livro é composto por 4 Capítulos, além da introdução e considerações finais. No Capítulo 2 buscou-se introduzir as peculiaridades da Economia Popular Solidária no Brasil, as Instituições Governamentais e da Sociedade Civil, incluindo os Fóruns de Economia Solidária e as Incubadoras Universitárias, que apoiam e/ou assessoram estes empreendimentos coletivos em parceria com o Estado. No Capítulo 3 será abordado o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e as contribuições previstas pelo programa, por meio da Senaes, para a viabilidade das experiências de geração de trabalho e renda no Brasil. Faz-se necessário analisar este Programa social, com vistas a averiguar se o mesmo objetiva contribuir ou não para a viabilidade econômica das experiências, bem como investigar de que forma o mesmo pretende desenvolver as atividades que lhe estão previstas.

Na sequência, no Capítulo 4 serão analisadas com base nas categorias de

⁸A nomenclatura das instituições de apoio e experiências coletivas pesquisadas foram substituídas por codificações, tendo como intencionalidade preservar a identificação no processo de análise das mesmas.

Totalidade, Historicidade e Contradição as informações concernentes à contribuição do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento à viabilidade das experiências de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul, por meio das instituições vinculadas a este Programa Social e a Senaes. No capítulo 5 serão analisadas, também, as características das 11 instituições, dos trabalhadores e de 17 empreendimentos pesquisados de forma intencional no RS. Por último serão tecidas as conclusões sobre a pesquisa.

**Economia Poplar Solidária e
Instituições de apoio: como uma das
Alternativas aos Trabalhadores no Brasil
de Gerar Trabalho e Renda**

2 - Economia Poplar Solidária e Instituições de apoio: como uma das Alternativas aos Trabalhadores no Brasil de Gerar Trabalho e Renda

Nas últimas décadas do século XX e no limiar do XXI, estão ocorrendo transformações relacionadas ao processo de trabalho. Estas transformações vêm gerando uma substituição dos trabalhadores - especialmente os menos qualificados. Assim, a atualidade vem exigindo a criação de alternativas de geração de trabalho e renda como fonte de subsistência aos sujeitos que comumente estão à margem do mercado formal de trabalho. Diante desta realidade, a Economia Popular Solidária vem configurando-se no Brasil - diante do processo de reestruturação do capital -, como uma das alternativas existentes para os sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho, visando à geração de trabalho e renda.

Salienta-se ainda que estas experiências coletivas estão sendo viabilizadas no Brasil, por meio de uma parceria estabelecida entre o Estado, por intermédio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - vinculado a Senaes -, e outros setores governamentais, juntamente com instituições da sociedade civil - incluindo o Fórum de Economia Popular Solidária¹ -, e pelas incubadoras universitárias - direcionadas para a geração de renda.

Desta forma, ao mesmo tempo em que estas experiências constituem-se em possibilidades de gerar trabalho e renda aos sujeitos, também são funcionais ao sistema, na medida em que, apoiadas pelo Estado - que objetiva viabilizar economicamente estes empreendimentos -, acabam por atenuar os conflitos de classe mantendo o *status quo*. Neste Capítulo serão introduzidas as características das experiências de Economia Popular Solidária no Brasil, das instituições de apoio - governamentais, da sociedade civil e das incubadoras universitárias -, que assessoram e/ou apoiam estes empreendimentos coletivos, em parceria com o Estado Brasileiro.

2.1 - Economia Popular Solidária no Brasil

Nesse início de milênio, as classes que vivem do trabalho sofrem a sua

¹ Representados pelos Fóruns de Economia Popular Solidária Nacional, Estaduais e Regionais.

mais aguda crise que atingiu sua subjetividade, sua materialidade e sua forma de ser (ANTUNES, 2003). A globalização da economia, a reestruturação dos processos de produção e a revolução tecnológica, criaram uma superpopulação de trabalhadores, sobrantes², desnecessários à acumulação capitalista.

A informalidade não é mais transitória, como era considerada ao tomá-la como excedente de mão-de-obra que, em épocas de crescimento, incorporava os contingentes remanescentes na formalização das relações de trabalho e, em períodos recessivos, constituía uma espécie de *colchão amortecedor*, que acolhia a mão-de-obra excedente, com a função de reduzir o custo do trabalho e da reprodução social para o capital (BARBOSA, 2007, p. 45).

Almejando a superação das desigualdades sociais e econômicas - mesmo que de forma limitada e incipiente diante do contexto socioeconômico -, outras formas alternativas de gerar trabalho e renda, inspiradas nos princípios cooperativistas³ e associativistas, foram criadas pelos trabalhadores e por instituições de apoio. Para introduzir a Economia Popular Solidária diante do processo de reestruturação do capital, deve-se, num primeiro momento, abordar outras estratégias de organização e sobrevivência dos trabalhadores, suscitadas, principalmente, a partir da década de 80 do século XX. Entre elas, destacam-se a Economia Popular e a Economia Solidária.

A Economia Popular é criada pelos próprios trabalhadores - não detentores dos meios de produção -, principalmente nos países periféricos, diante das transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho (LEBOUTTE, 2003). Os empreendimentos que constituem a Economia Popular são: mercados populares, grupos de produção comunitária, associações, cooperativas, entre outros (CATTANI, 2003).

Nestes empreendimentos populares existem cinco características principais que os definem: a) são organizados por grupos pequenos e/ou familiares; b) surgem para o enfrentamento das dificuldades geradas pela questão social; c) constituem-se em soluções assistenciais e pela inserção em benefícios públicos ou privados; d) são iniciativas informais e individuais; e, por último, e) normalmente são atividades não legalizadas, à margem das leis e normas soci-

² Trabalhadores “não qualificados” ou que mesmo estando “qualificados” ao sistema, são desnecessários – sobrantes –, devido ao avanço da automação, da tecnologia e da robótica. Mediante a intensificação da mais-valia relativa, a máquina vem substituindo cada vez mais a força de trabalho.

³ Originários das primeiras experiências coletivas de geração de trabalho e renda e dos precursores do Cooperativismo existentes no século IX na Europa.

ais (RAZETO, 1999). Ou seja, comumente as experiências populares estão relacionadas com os grupos informais de geração de trabalho e renda.

A Economia Popular consiste, portanto, no segmento de base da economia, pois está relacionada com as demandas imediatas da população. Como a Economia Popular advinda da necessidade de gerar renda pelos trabalhadores, dificilmente pode possibilitar alguma acumulação de capital (GAIGER, 2000) aos sujeitos, pois preconiza organizações econômicas de aspecto emergencial e, em sua maioria, de economia informal. Os grupos que constituem a Economia Popular são originários de diferentes atividades e iniciativas que os setores populares (exclusos do mercado) tiveram que enfrentar para assegurar a sua subsistência e perseguir a satisfação de suas necessidades econômicas (RAZETO, 1999). Desta forma, compreende-se, neste estudo que as experiências de Economia Popular estão atreladas à questão emergencial e imediata de sobrevivência dos sujeitos.

Compreende-se que os empreendimentos inseridos por meio da Economia Popular consistem em experiências extremamente frágeis em termos de coletividade, e que tendem a reproduzir a lógica do sistema em diversos aspectos. Como por exemplo, a forma com que o processo de trabalho é desenvolvido - sem estar respaldado em princípios cooperativistas/associativistas -, e sua forma de comercialização. Nas experiências de Economia Popular predominam aspectos atrelados ao capitalismo - devido a situação emergencial de sobrevivência que estes sujeitos se encontram -, entre eles, a individualidade, a competição interna, a falta de rotatividade das atividades desenvolvidas nos empreendimentos, elementos estes que não possibilitam apreensão dos sujeitos frente o processo de produção, de forma que os mesmos continuem alienados ao sistema.

Outro empreendimento social e econômico, porém, suscitado pelos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho e vida é designado de Economia Solidária⁴. Esta é mencionada como um marco das relações socioeconômicas comunitárias, locais e em redes, que se expandem em dife-

⁴ “Procurei identificar na literatura a época do surgimento dos conceitos ligados à economia solidária. Assim, encontrei a expressão economia solidária no título de um projeto de Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Ltda., do Rio Grande do Sul, Área de Educação/ Comunicação, datado de 1993. O título era ‘Análise da questão da cooperação agrícola e da economia solidária e alternativas de cooperação para associação da Cotrimaio’ [...]. Nesse mesmo ano, o conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez num livro intitulado: *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Gadotti, em que o autor chileno Luiz Razeto [...] (LECHAT, 2006, p. 154-155), aborda o tema.

rentes regionalidades (SINGER; SOUZA, 2000). A Economia Solidária é um tipo de empreendimento que está em processo de criação contínua pelos trabalhadores (SINGER; SOUZA, 2000), pois vem sendo constituída como uma das alternativas dos sujeitos contestarem a forma que o processo de trabalho é desenvolvido por meio do sistema, nos outros empreendimentos privados.

A Economia Solidária [...] lança os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista, [...] permitirá [...] dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletiva (SINGER, 1999, p. 138).

O conceito de Economia Solidária abrange uma realidade muito diversificada, formada por associações, cooperativas - e, também, grupos informais -, porém originada por motivações e iniciativas com origens e naturezas distintas, peculiares a cada região e circunstância (GAIGER, 2000). É constituída por empreendimentos em que a solidariedade, a cooperação, a partilha dos rendimentos, de conhecimentos e de informações entre seus integrantes e a autoajuda constituem-se em elementos norteadores dessas experiências (RAZETO, 1997).

“A noção de solidariedade surgiu na história econômica como reação à cultura do egoísmo, do individualismo [...] e tem inspirado movimentos sociais e laborais ao longo da história do capitalismo” (ARRUDA, 2003, p. 225). Essa valorização da solidariedade nas relações de trabalho entre os sujeitos, e, a contestação do individualismo - que permeia o capitalismo -, pôde ser conferido anteriormente, quando se abordou as origens do Cooperativismo. A solidariedade corresponde, portanto, à “[...] noção elevada do que é melhor para o outro [...] por esse grau avançado de compreensão de que a solução dos problemas individuais passa pela solução dos problemas coletivos” (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 61).

Pode-se aludir ainda, em relação à Economia Solidária no Brasil, que a mesma está relacionada com três aspectos que se complementam entre si: a) Um projeto socioeconômico, político e cultural que visa ao desenvolvimento humano dentro dos princípios democráticos e de respeito ao meio ambiente a partir de relações sociais de produção autogestionárias antagônicas às do siste-

ma capitalista; b) Um conjunto de empreendimentos econômicos solidários - associações cooperativas de produção, de serviços, de consumo e de crédito - que tenta se organizar em redes e fóruns com o apoio de movimentos sociais, ONG's, Igrejas, sindicatos - instituições da sociedade civil -; c) Um segmento social que reivindica políticas sociais de apoio ao cooperativismo e associativismo, bem como solicita também, um Novo Marco Legal para o trabalhador associado e para os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda (LECHAT, 2006). Salienta-se que esta compreensão está relacionada com os empreendimentos de Economia Solidária, em que a solidariedade consiste no elemento central que norteia - ou deveria nortear - o processo de trabalho entre os sujeitos.

A Economia Solidária, portanto, constitui-se numa das formas dos sujeitos contestarem o sistema, seja por meio dos princípios que os trabalhadores inseridos nestes empreendimentos estão respaldados, seja pela compreensão dos mesmos em relação ao modo que ocorre a produção e comercialização existente em que predominam a individualidade, a competitividade e a consequente exclusão social. Apesar destes empreendimentos também estarem inclusos no sistema, entretanto, os integrantes destas experiências se contrapõem a lógica do capitalismo, tentando inclusive, encontrar outras formas de comercialização de seus produtos e serviços - para além do processo de produção. Entre estas formas citam-se, a criação da moeda social (alternativa ao sistema), a criação de redes de trocas, a criação de bancos comunitários, e também, pelos inúmeros eventos, encontros e feiras providas por estas experiências, juntamente com as instituições de apoio e a sociedade civil organizada - Fóruns de Economia Solidária - que almejam um novo modelo de sociedade. Por meio da Economia Solidária seus integrantes possivelmente adquirem uma nova compreensão sobre o capitalismo, pois o processo de conscientização dos sujeitos frente ao sistema, faz parte das características destes empreendimentos.

A consciência é a visão de mundo do homem sobre as coisas. Já a conscientização é o processo de elaboração desta visão na qual se fazem presentes os homens, as coisas e o próprio mundo [...] A conscientização, em sua dinâmica pedagógica, se traduz como processo contínuo de compreensão crítica da realidade (SOUZA, 2004, p. 87-89).

O processo de conscientização nesses empreendimentos populares é decorrente da criticidade e da capacidade de reflexão dos trabalhadores em relação à realidade social, econômica e política. A conscientização dos sujeitos nas experiências é possibilitada por meio da discussão acerca das atividades realizadas e sobre a importância do Cooperativismo e os princípios que os constituem.

Segundo a Senaes, além das experiências de geração de trabalho e renda, por meio de cooperativas, associações e grupos informais, a Economia Solidária no Brasil é constituída também por: a autogestão de empresas pelos trabalhadores, agricultura ecológica, consumo solidário, sistemas locais de emprego e comércio, sistemas locais de trocas, Rede Global de Trocas⁵, Redes de Cooperação, Feiras de Economia Popular Solidária, organizações comunitárias, Sistemas de Microcrédito e de Crédito Recíproco, Bancos Comunitários e/ou do Povo, Sistemas Locais de Moedas Sociais⁶, movimentos sociais, assentamentos de trabalhadores rurais e/ou sem-terra, autogestão de empresas falidas, prestação de serviços, cooperativas e associações de crédito, consumo, produção, entre outros (MANCE, 2002).

Dando continuidade à diversidade de concepções que envolvem as experiências coletivas, apresenta-se também, neste estudo, a Economia Popular Solidária. As experiências coletivas de Economia Popular Solidária agregam características dos empreendimentos populares e dos empreendimentos solidários, pois, a Economia Popular Solidária é oriunda “do conjunto concreto das experiências, atividades e organizações econômicas que se encontram na intersecção entre Economia Popular e Economia Solidária” (RAZETO, 1999, p. 46). Ou seja, na Economia Popular Solidária encontramos aspectos de solidariedade em empreendimentos organizados pela Economia Popular, para a obtenção de geração de renda por meio do trabalho coletivo entre os sujeitos.

É preciso que se esclareça, entretanto, que nem toda Economia Popular é de Solidariedade - e vice-versa -, e para que seja caracterizada como Econo-

⁵ Os Clubes de Troca “inspirados nos princípios da Economia Solidária surgiram na metade dos anos de 1980, quase simultaneamente no Canadá e na Argentina, como resposta ao desemprego e à recessão econômica. Baseiam-se na oferta e na troca de serviços e de bens de pessoas desempregadas e/ou sem ocupação, que não têm recursos, mas podem oferecer algo aos potenciais consumidores” (PINHO, 2004, p. 106).

⁶ Moeda Social é uma forma de bônus utilizado no lugar de moedas oficiais – expressão monetária de cada país representada pelo dinheiro –, para as trocas solidárias realizadas durante as feiras de Economia Popular Solidária, ou, ainda, por grupos ou clubes de trocas

mia Popular e Solidária é necessária a existência de princípios norteadores entre os seus integrantes durante a realização do processo de trabalho, que sejam análogos aos Princípios dos Conceptores do Cooperativismo. Segundo a Senaes, constituem-se em valores que deveriam nortear as experiências de Economia Popular Solidária - assim como as experiências de Economia Solidária -: autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização de diversidades, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção, cuidado com a preservação do meio ambiente, autoajuda, igualdade, solidariedade, entre outros (CONFÉ- RÊNCIA..., 2006).

Com base nestes princípios, a Economia Popular Solidária concretiza-se quando um determinado grupo de trabalhadores, em condições precárias ou excluídos do mercado formal de trabalho, predispõem-se a organizar empreendimentos coletivos, em que os princípios norteadores do Cooperativismo e do Associativismo permeiem o processo de trabalho desenvolvido neles.

No momento em que as experiências coletivas de geração de trabalho e renda viabilizam-se como uma alternativa econômica às populações mais vulnerabilizadas - que agregam as cooperativas, associações e grupos informais -, portanto, são compreendidas neste estudo como Economia Popular Solidária - apesar da divergência teórico-conceitual existente sobre as nomenclaturas que envolvem o tema. As práticas sociais que as experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Brasil apresentam são diversificadas. Faz-se importante ressaltar, porém, que esta pesquisa possui como delimitação os empreendimentos de Economia Popular Solidária vinculados ao processo de geração de trabalho e renda por meio do coletivo.

Alguns agentes sociais vinculados ao Fórum de Economia Popular Solidária no Brasil, bem como intelectuais e pesquisadores⁷, além do governo federal, utilizam o termo “Economia Solidária” de modo que os empreendimentos coletivos compreendidos, neste estudo, como de “Economia Popular

⁷ Existe uma parcela renomada de intelectuais e pesquisadores que trabalham com a Economia Solidária (José Luis Coraggio da Argentina, Paul Singer, Walter Frantz, Noëlle Lechat, entre outros), bem como agentes do Movimento de Economia Solidária – participantes dos Fóruns, Feiras e Redes de Troca da Economia Solidária –, que compreendem a Economia Solidária, também, como uma possibilidade de contraponto ao sistema capitalista. Esta realidade pode ser representada pelos inúmeros eventos em âmbito municipal, estadual e nacional que discutem “A Outra Economia”, seja por meio dos Fóruns e Feiras de Economia Solidária – vinculados ao Movimento Social de Economia Solidária –, ou por eventos promovidos pela própria comunidade acadêmica.

Solidária”, estejam inseridos na designação Economia Solidária. O próprio Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, como também o Fórum Nacional de Economia Solidária, são nomeados desta forma. Ou seja, não existe no momento uma concordância em relação às designações que envolvem estes empreendimentos coletivos, devido à diversidade destas experiências existentes no Brasil.

Outro aspecto que se salienta, entretanto, é que existem programas locais - como o Programa de Economia Popular Solidária, existente entre os anos de 1998 e 2002, no Rio Grande do Sul, que inspirou o programa Nacional de Economia Solidária em Desenvolvimento -, e instituições da sociedade civil, bem como os próprios empreendimentos coletivos, além de outros pesquisadores, entre eles Luis Razeto - um dos primeiros e principais pesquisadores na América Latina sobre o tema -, que utilizam a terminologia Economia Popular Solidária devido a compreensão que se possui sobre o seu significado. Esta compreensão sobre a nomenclatura de “Economia Popular Solidária” também é assimilada nesta tese, sendo que as informações relacionadas a este tipo de empreendimento são abordadas desta forma.

Com base nesta compreensão, as experiências definidas como Economia Popular Solidária neste estudo, apresentam características semelhantes. Entre elas pode-se citar: a) assim como na Economia Popular, a união desses dois tipos de economia, num mesmo empreendimento, é desenvolvida normalmente pelos sujeitos mais vulnerabilizados e marginalizados da sociedade; b) são experiências constituídas por pequenos grupos associativistas; c) são grupos que deveriam possuir autonomia em relação às suas decisões, tarefas, atividades dentro dos empreendimentos; d) são concebidas por empreendimentos de produção, serviço e/ou consumo; e) agregam atividades econômicas; f) tentam se constituir enquanto experiências autogestionárias e democráticas; g) são iniciativas que tendem a ter relações solidárias; h) são experiências que não necessariamente se estruturam a partir de um único tipo de atividade, mas que se integram; i) são iniciativas que tendem a se relacionar com outros empreendimentos, formando redes de trocas e cooperação (RAZETO, 1997). Na Economia Popular Solidária pretende-se evidenciar o processo de trabalho respaldado em princípios que divergem do sistema.

Compreende-se, também, que estes empreendimentos para conseguir comercializar os produtos e serviços desenvolvidos acabam reproduzindo a

lógica capitalista - pois os mesmos estão inclusos neste modo de produção. As experiências de Economia Popular Solidária, nesta linha de pensamento, quando materializadas por cooperativas, associações e grupos informais são consideradas uma das alternativas dos trabalhadores às manifestações de desigualdade da questão social, diante do processo de reestruturação do capital. Com vistas a elucidar as características dos três tipos de empreendimentos de geração de trabalho e renda abordados, elaborou-se o seguinte quadro:

Quadro 1 - Analogias e diferenças entre Economia Popular, Economia Popular Solidária e Economia Solidária

Economia Popular	Economia Popular Solidária	Economia Solidária
O trabalho é realizado pelo coletivo;	O trabalho é realizado pelo coletivo;	O trabalho é realizado pelo coletivo;
Constituída por sujeitos em situação de vulnerabilidade social;	Constituída por sujeitos em situação de vulnerabilidade social;	Não necessariamente constituída por sujeitos em situação de vulnerabilidade social, apesar de também agregá-los;
Normalmente é formado por pequenos grupos de trabalho;	Normalmente é formado por pequenos grupos de trabalho, porém, também pode ser constituídas por grupos maiores;	É constituída por grupos pequenos, médios e por grandes redes. Constitui-se também num movimento apoiado pelo Fórum de Economia Solidária no Brasil;
Tende a reproduzir a lógica capitalista nas relações de trabalho (produção e comercialização);	Procura desenvolver as atividades no processo de trabalho, de forma que não reproduza a lógica do sistema; apesar de estarem inseridos no mesmo e reproduzirem nas relações comerciais;	Procura desenvolver as atividades no processo de trabalho, de forma que não reproduza a lógica do sistema; apesar de estarem inseridos no mesmo e reproduzirem nas relações comerciais;
Não se caracterizam como um contraponto ao capitalismo, somente alternativa ao desemprego.	Se caracterizam como formas de resistência às manifestações de desigualdade da questão social e tentam desenvolver o processo de trabalho de forma diferenciada dos outros empreendimentos privados.	São prospectadas como um contraponto ao capitalismo

Fonte: Quadro sistematizado pela autora

Por meio desta compreensão, não se percebe as experiências de Economia Popular Solidária como um contraponto ao capitalismo. Porém, o processo de trabalho desenvolvido nestas experiências de Economia Popular Solidária tende a não compartilhar das mesmas intencionalidades contidas nos outros empreendimentos privados - individualismo, concorrência, acumulação e centralização de capital. Percebem-se, também, que para que estes trabalhadores, comumente em situação de vulnerabilidade social, possam comercializar seus produtos e serviços, de certo modo, acabam reproduzindo a lógica do sistema. Suas compreensões, possibilitada pelo processo de conscientização, entretanto, sobre o capitalismo e a forma que o processo de trabalho deve ser realizado, os diferencia dos outros empreendimentos inseridos neste modo de produção.

Ao se utilizar desta compreensão teórica, portanto, relacionada com a Economia Popular Solidária, a pesquisadora não se deixa influenciar nem por um excesso de otimismo (messianismo), e nem por um excesso de pessimismo (fatalismo) sobre a compreensão destes empreendimentos coletivos, e seu respectivo programa social. Parte-se, portanto, de um realismo analítico, que permeia a tese desde os esclarecimentos sobre os conceitos centrais abordados, até a análise das informações coletadas no Rio Grande do Sul.

Tendo como norte esta percepção, pode-se, ainda, classificar a natureza das experiências de Economia Popular Solidária, de acordo com as atividades que realizam, em formas diferentes: de distribuição - disponibilizam bens e serviços -, de produção - comercializam a produção dos seus associados -, e de trabalho - agrupam associados/cooperados de uma mesma profissão e/ou características de trabalhadores, que fornecem suas forças de trabalho (RECH, 1991).

Em meio a esses três tipos de empreendimentos coletivos, existem diferentes modalidades que as compõem. São elas: a) de créditos⁸ - por meio da capitalização inicial, visa a realizar empréstimos aos seus sócios, permitindo maior produtividade ou criação de uma nova atividade produtiva -; b) agrárias - organizam as atividades econômicas e sociais de seus associados ou cooperados, produtores rurais, e, também, se constituem nas associações e/ou cooperativas mais comuns no Brasil -; c) de consumo - distribuem produtos e/ou

⁸ “A cooperativa de crédito solidário tem sido definida como um instrumento de concessão de pequenos empréstimos, sem burocracia e sem formalidades, a empreendimentos populares de pequeno porte, com base no exame da potencialidade do negócio e do caráter do empreendedor” (PINHO, 2004, p. 8).

serviços dos seus associados -; d) de trabalho - agrupamento e organização de trabalhadores de uma determinada profissão e/ou de profissões diferentes, objetivando vender suas forças de trabalho -; e) de produção - os associados são proprietários por meio da apropriação do capital social e trabalham no âmbito da cooperativa, desenvolvendo atividades produtivas conjuntamente -; f) habitacionais - existem três tipos de cooperativas/associações habitacionais: as de mutirão para construção de casas, de trabalhadores da construção civil, de financiamento para construção de casas -; g) de pesca - agregação de pescadores que coletivamente, comercializam o seu produto -; h) de eletrificação rural - agrupamento de sujeitos que produzem energia elétrica as suas propriedades (RECH, 1991).

A Senaes e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, apoiados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE -, possuem como intencionalidade regulamentar um Novo Marco Legal, que além de possibilitar a legalização de grupos informais em associações e, principalmente, em cooperativas, objetiva criar uma legislação que possa incluir no sistema previdenciário brasileiro estes trabalhadores que estão na total informalidade. Mas, porém, que estão entre o trabalho assalariado e o trabalho autônomo. Isto seria o “ideal” para que estas experiências⁹ coletivas pudessem se constituir também como uma das formas de rebeldia e resistência ao sistema, apesar de estarem inseridas no mesmo.

2.1.1 Economia Popular Solidária e o processo de comercialização

Para que os empreendimentos - que constituem a Economia Popular Solidária -, possam comercializar seus produtos e serviços, percebe-se, também, que se faz necessária a constituição de redes e cadeias de produção, comercialização e consumo. A cadeia produtiva consiste num conjunto de etapas que envolvem todas as atividades desenvolvidas pelas experiências coletivas, desde a produção, até o consumo de um produto ou serviço.

Isso inclui um processo que parte da matéria-prima, passa pelo uso de máquinas e equipamentos, pela incorporação de produtos intermediários, até o produto final, que é distribuído por uma vasta rede de comercialização. São estes os elos que

⁹ Por meio da expressão experiências coletivas, pode-se compreender que as mesmas ainda estão em fase de experimentação, sendo que não existe, portanto, uma abordagem definitiva sobre esta realidade e assunto, posto que estes empreendimentos coletivos também estão em constante transformação.

formam, de maneira geral, uma cadeia produtiva. [...] As cadeias produtivas envolvem ao longo do processo (da produção ao consumo) a formação de redes de cooperação, essenciais para a economia solidária. Pode-se reconhecer cadeias produtivas locais ou regionais a partir de aspectos como: existência na região de atividades produtivas com características comuns e existência de infra-estrutura tecnológica significativa, ou seja, centros de capacitação profissional, de pesquisa, etc. (por exemplo, as incubadoras) (SIES, 2007, p. 33).

O objetivo destas redes e cadeias de produção é facilitar o processo de distribuição e comercialização dos produtos e serviços gerados pelas experiências de Economia Popular Solidária, contribuindo para a competitividade dos mesmos (SIES, 2007). A Senaes, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, estimula a formação de redes e cadeias de experiências coletivas, constituindo-se em uma das suas atividades e/ou ações e objetivos. Ressalta-se que as instituições que fornecem apoio, treinamento especializado, educação, pesquisa e suporte técnico e de qualificação às experiências coletivas, como as universidades, ONGs, incubadoras, instituto de pesquisas, escolas técnicas, setores governamentais, entre outros, contribuem para o aprimoramento dos empreendimentos (SIES, 2007, p. 35), de modo que os mesmos venham a possuir uma maior viabilidade, mesmo que ainda restrita no mercado. Ressalta-se esta realidade porque o apoio a estes empreendimentos é de extrema importância para a permanência dos mesmos no mercado, de forma que possam gerar renda aos trabalhos e seus familiares.

Para que as redes e cadeias de produção, serviço e consumo se concretizem, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES -, apoiado por instituições da sociedade civil e governamentais, incubadoras universitárias e pela Senaes, propôs, por meio da Carta de Princípios a importância da construção de um Sistema de Finanças Solidárias - SFS. Este SFS deverá promover o desenvolvimento de redes e cadeias produtivas solidárias, para que futuramente possa contribuir com a implementação de uma política de Economia Popular Solidária (CONFERÊNCIA..., 2006).

Para orientar as principais ações do Fórum de Economia Popular Solidária foi elaborada uma Carta de Princípios que envolve a Economia Popular Solidária, bem como a Plataforma da Economia Popular Solidária - posto que ambos possuem elementos de fundamentação das solicitações e os principais objetivos que devem ser conquistados por meio do FBES à Economia Popular Solidária no Brasil. Entre os pontos de fundamentação destacam-se: organiza-

ção social de Economia Popular Solidária, redes de produção, comercialização e consumo, Finanças Solidárias, Marco legal, educação cooperativa, comunicação e tecnologia social (FÓRUM..., 2009).

Estes elementos estão relacionados com o apoio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento voltados às experiências coletivas de geração de trabalho e renda. O SFS está respaldado no Estado Democrático de Direito¹⁰ - Constituição Federal de 1988 -, e, por meio deste, objetiva-se que o mesmo seja constituído pelas redes já formadas ou que estão em fase de organização, tendo como intencionalidade o desenvolvimento sustentável no mercado. Por meio de bancos comunitários - formados por intermédio de fundos solidários, cooperativas de créditos, entre outros -, é que a população de baixa renda terá a oportunidade de adquirir financiamento de crédito para a constituição de empreendimentos de Economia Popular Solidária (CONFERÊNCIA..., 2006). O desafio do financiamento do microcrédito no Brasil consiste na construção de um Sistema de Finanças Solidárias, que articule diversos produtos financeiros direcionados às experiências coletivas, como, por exemplo, crédito popular - destinado à população de baixa renda, entre eles, os trabalhadores dos empreendimentos coletivos. “Disponibilizar o acesso ao crédito para os consumidores de baixa renda foi, sem dúvida uma iniciativa importante para a democratização do crédito no Brasil, mas o governo sabe que é preciso qualificar a oferta de crédito, chegando aos pequenos empreendedores, formais ou não, que são os que geram renda e trabalho” (ARROYO, SCHUCH, 2006, p. 102). Para que o SFS se concretize, porém, faz-se necessário o incentivo e o apoio de instituições sociais e governamentais, universidades, bem como da própria Senaes.

2.1.2 Diferenciações entre as Cooperativas e Associações

A Lei nº 5.764/71 no artigo 4º define cooperativas como “sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas

¹⁰ Existe um Projeto de Lei no Brasil que cria as Finanças Solidárias. A autoria do projeto é da deputada Luiza Erundina (PSB/SP) que apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar – PLC 93/07 –, que estabelece a criação de um Sistema Nacional de Economia Solidária – SNES. O PLC93/07 prevê a criação de um Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias – Conafis –, além de fixar regras para o funcionamento de Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário. Os bancos comunitários possivelmente representam uma alternativa ao sistema bancário convencional – que acaba excluindo brasileiros de baixa renda.

à falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (NASCIMENTO, 2000, p. 133). Segundo esta mesma Lei, “compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público” (NASCIMENTO, 2000, p. 132-133); e definem-se como atos cooperativos “os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais” (NASCIMENTO, 2000, p. 153).

Quadro 2 - Diferenças entre Cooperativas e Associações

COOPERATIVAS ¹¹	ASSOCIAÇÕES
São compostas por, no mínimo, 20 integrantes;	São compostas por até 20 associados;
Os sócios são proprietários de quotas-partes, que devem ser corrigidas;	O patrimônio é integralmente pertencente à associação e não aos associados;
A diretoria recebe remuneração, mediante pró-labore adicional, por assumir cargos com maior responsabilidades;	A diretoria comumente não obtém um rendimento diferenciado;
As sobras da cooperativa devem retornar aos seus integrantes (RECH, 2000).	Caso haja sobras, na associação, devem ser aplicadas conforme os objetivos decididos por todos os integrantes que as integram (RECH, 2000).

Fonte: Quadro sistematizado pela pesquisadora

Também se pode apresentar outras diferenças existentes entre cooperativas e associações. Entre elas: referente à Associação de forma geral – e não somente as relacionadas com a geração de trabalho e renda: a) constitui-se em sociedade de pessoas sem fins lucrativos; b) visa a representar e defender os interesses dos associados; c) objetiva estimular a melhoria técnica, profissional

¹¹ Esta constituição das cooperativas e associações está sendo revista pelo Novo Marco Legal da Economia Popular Solidária. Em relação aos grupos de trabalhos, apesar dos mesmos se respaldarem comumente nas questões que norteiam as associações, os mesmos, porém, não são legalizados e não possuem uma regulamentação específica.

e social dos associados, realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social; d) a aprovação do estatuto é realizada em assembleia geral pelos associados, e o registro do estatuto e da ata de constituição é realizado no cartório de registro de pessoas jurídicas da comarca; e) sua legalização consta na (Constituição Federal art. 5º, XVII a XXI, e art 174, par. 2º e no Código Civil); f) seu patrimônio é formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas; g) as decisões são tomadas em assembleia geral, na qual cada pessoa tem direito a um voto, e deve sempre haver a participação e o envolvimento dos associados; entre outros (SEBRAE, 2008).

Já no que concerne às cooperativas, salienta-se as seguintes características: a) constitui-se em sociedade de pessoas sem fins lucrativos e com especificidade de atuação na atividade produtiva/comercial; b) visa a viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus associados; c) objetiva formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade; d) há aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados; e) ocorrem eleições em relação ao conselho de administração (diretoria) e do conselho fiscal; f) o registro do estatuto e da ata de constituição é realizado na junta comercial, e precisa do alvará da prefeitura; g) possui capital social, facilitando, portanto, financiamentos junto as instituições financeiras. O capital social é formado por quotas-partes podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização; h) sua legalização se dá pela Lei 5.764/71. Constituição art. 5º XVII a XXI e art. 174, par 2º e pelo Código Civil); i) suas decisões são tomadas em assembleia geral, na qual cada pessoa tem direito a um voto, e deve sempre haver a participação e o envolvimento dos associados; j) as cooperativas de produtores rurais são beneficiadas pelo crédito rural de repasse, entre outros (SEBRAE, 2008).

Com base nestas informações pode-se perceber que há diferenciações entre a funcionalidade de uma associação e de uma cooperativa, seja em relação aos integrantes ou às sobras e finalidades destas experiências. Apesar de que em âmbito legal tanto as cooperativas como as associações estão respaldadas pelas mesmas leis, as finalidades entre elas são diferentes. As associações, quando relacionadas com a geração de renda, por exemplo, são empreendimentos menores, em que o capital pertence à própria associação; já o capital nas cooperativas é constituído por quotas-partes pertencentes aos próprios cooperados.

Outra questão importante é que as associações possuem facilidades em relação a pagamento de tributos, um dos motivos pelo qual os sujeitos optam por trabalhar em associações. Já as cooperativas possuem pagamentos de taxas com encargos mais elevados para a sua funcionalidade. Como as cooperativas são empreendimentos maiores que as associações, podem, porém, conseguir financiamentos e empréstimos legais com maior facilidade do que as associações.

Quando se menciona que as associações/cooperativas não possuem finalidade lucrativa, não está se apontando que as associações coletivas que objetivam a geração de trabalho e renda não busquem adquirir rendimentos destinados aos integrantes da mesma, mas sim que estas se constituem em grupos comumente pequenos de trabalhadores. Talvez esta realidade se constitua num dos fatores que contribui para a criação de falsas cooperativas no Brasil, de modo que as mesmas passem a usufruir direitos previstos às cooperativas, sem se configurarem como empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda, que caracterizam a Economia Popular Solidária ou a Economia Solidária.

2.1.3 Falsas Cooperativas e o novo Marco Legal

Como a lei que rege o cooperativismo ainda é do período da ditadura militar brasileira, e com o fato de que a Constituição Federal de 1988 liberou a criação de novas cooperativas sem autorização prévia do Estado. Desde este período que possibilitou esta realidade, nem todas as cooperativas designadas de Economia Popular Solidária ou Economia Solidária, realmente se constituem de modo que se respaldem na solidariedade entre os sujeitos durante o processo de geração de renda. Com a reestruturação do capital, as cooperativas e associações de trabalho, produção ou serviços, vem sendo utilizadas, também, como uma das formas de terceirização das empresas privadas e precarização do trabalho assalariado.

Pode-se salientar esta realidade com base na Lei nº 8.949/94, em que uma nova redação do art. 442 da CLT em seu parágrafo único, aponta que para qualquer ramo de atividade da cooperativa, não existe vínculo empregatício estabelecido entre os cooperados, nem entre estes últimos e os seus tomadores de serviços (PICCININI, 2004). Com base na categoria de contradição, cons-

tata-se que o objetivo desta nova redação da lei possibilitou a viabilização da terceirização - atual tendência para a flexibilização das leis trabalhistas. Perante a lei, os pagamentos são combinados pelos integrantes da cooperativa e repartidos entre os associados, de forma proporcional ao trabalho realizado e a renda obtida. O trabalhador que se associa a uma cooperativa é considerado autônomo perante a lei (PICCININI, 2004), fato este que também possibilita a precarização do trabalho coletivo.

Desta forma, as cooperativas, ao invés de se constituírem como um meio de resistência dos trabalhadores às manifestações de desigualdades da questão social, estão sendo utilizadas, também, em alguns casos, como modo de baratear os custos de produção. O desenvolvimento do trabalho de forma autônoma, e a não existência de leis trabalhistas destinadas a estes segmentos - de maneira que proteja a classe trabalhadora -, possibilitam que as cooperativas sejam utilizadas como prestadoras de serviços especializados a terceiros, sem maiores vínculos estabelecidos entre os trabalhadores e as empresas que terceirizam os serviços (PICCININI, 2004).

Outro aspecto destacado é que as falsas cooperativas, também designadas de “cooperगतos” podem e comumente estão relacionadas com as cooperativas de trabalho no Brasil. O aumento das cooperativas de trabalho - que se constitui numa das atividades desenvolvidas por meio das experiências coletivas -, se deve ao processo de reestruturação do capital. As cooperativas de trabalho foram criadas, também, neste caso, para substituir o trabalho assalariado pelo trabalho autônomo (NASCIMENTO, 2000). Ou seja, quando envolve uma maior quantidade de trabalhadores autônomos, cria-se então as cooperativas de trabalho.

Salienta-se, porém, que nem todas as cooperativas de trabalho se constituem enquanto formas de terceirização. Esta realidade, porém, que envolve as falsas cooperativas - caracterizadas principalmente pelas cooperativas de trabalho -, estão sendo amplamente enfrentadas pela Senaes e pelos Fóruns de Economia Popular Solidária. Tendo como perspectiva as falsas cooperativas, faz-se menção de que as empresas privadas estimulam as cooperativas de trabalho, as legalizam por meio de estatutos e regimentos, e incentivam os trabalhadores a se filiarem a estas cooperativas, alegando constituírem-se na única forma dos mesmos não ficarem desempregados (PICCININI, 2004). Comumente os trabalhadores são demitidos por empresas e continuam a traba-

lhar da mesma forma que antes, porém sem vínculo empregatício - sem acesso aos direitos trabalhistas - e geralmente, recebendo um salário inferior ao anterior.

O Ministério do Trabalho e Emprego - criado há mais de 70 anos -, juntamente com a Justiça do Trabalho e com o Ministério Público do Trabalho, procuram legitimar e fiscalizar a legislação trabalhista. Uma parte do MTE busca enfrentar a degradação das leis trabalhistas, principalmente em relação às cooperativas de trabalho, tendo como postura e empenho fiscalizar o trabalho desenvolvido pelas mesmas, de forma que possam distinguir as falsas das verdadeiras cooperativas. Salienta-se ainda que as falsas cooperativas são relacionadas, com frequência, às cooperativas de mão de obra, ou seja, em que as empresas privadas terceirizam o processo de trabalho para a produção de um bem ou prestação de serviço (GAZETA..., 2009).

O Governo Federal está procurando enfrentar as falsas cooperativas, e este assunto se constitui também num dos motivos pelo qual está se buscando uma nova redefinição em âmbito legal para as leis que caracterizam as experiências de Economia Populares e Solidárias, bem como, também, uma legislação que de conta dos direitos sociais dos trabalhadores inseridos nestas experiências. A contratação de cooperativas para a prestação de serviços que eram desenvolvidos pelas próprias empresas, constitui-se numa das maiores dificuldades da Justiça do Trabalho na atualidade e ainda sem uma solução definitiva (DINIZ, 2007, p. 42). Esta realidade se contradiz aos objetivos da Economia Popular Solidária, que buscam se contrapor às formas tradicionais de dominação e historicamente presentes na sociedade brasileira.

A terceirização impede essa autonomia e mascara as relações de trabalho. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o setor calçadista ampliou as cooperativas exatamente nos anos 1990, com o intuito de responder às necessidades de externalização da produção apresentadas por grandes empresas. Muito embora a iniciativa seja dos trabalhadores e de seus sindicatos e não diretamente de empresas como em outras regiões do país - Nordeste, por exemplo, a motivação se insere nesses processos de flexibilização. E a maioria das cooperativas criadas nesse período visava recuperar empresas falidas (BARBOSA, 2007, p. 132).

Nestes casos, a dependência e a subcontratação se caracterizam como meios de precarização do trabalho coletivo. Já o trabalho desenvolvido por meio de cooperativas e associações - que constituem as experiências de Economia Popular Solidária -, busca não se constituir como uma simples forma de

terceirização do trabalho coletivo. Mesmo que estas experiências coletivas se estabeleçam ainda de maneira precarizada, as mesmas, porém, divergem da finalidade do sistema, pois possuem como intencionalidade se diferenciar do capitalismo quanto à forma na qual o processo de trabalho é desenvolvido, apesar de também estarem inseridas no sistema.

Assim, apresentam-se dois tipos divergentes de atividades informais, apesar de terem aspectos em comum, que estão relacionadas às cooperativas, associações e grupos informais: a) atividades sem vínculo com a acumulação capitalista, ainda que participem do capital e da renda gerada - neste caso encontram-se também as experiências coletivas de geração de trabalho e renda que constituem a Economia Popular Solidária -; e b) atividades dependentes contratualmente e subordinadas a empresas privadas - neste caso encontram-se também as cooperativas e associações que são utilizadas como formas de terceirização e flexibilização do trabalho coletivo, entre outros (BARBOSA, 2007).

Este é um dos grandes desafios - entre outros relacionados com o processo de viabilidade das experiências coletivas -, que envolve a constituição de um Novo Projeto de Lei que visa a uma redefinição legal e mais específica em relação à Economia Popular Solidária no Brasil. Tanto o Código Civil, quanto a Lei 5.764/71, conceituam a sociedade cooperativa como sendo uma associação de pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Faz-se necessário no Brasil, ainda, a produção de mecanismos que objetivem diferenciar as pequenas das grandes cooperativas, ou seja, das experiências coletivas de geração de trabalho e renda que constituem a Economia Popular Solidária, e as cooperativas maiores, relacionadas com agronegócios e demais transações comerciais. O debate sobre o Novo Marco Legal do Cooperativismo e do Associativismo, relacionados com as experiências de Economia Popular Solidária, já está ocorrendo desde a década de 90 do século XX, de modo que até então não foi aprovado nenhum novo projeto de lei. A autoria do projeto PLS 171, que está atualmente parado no Congresso Nacional¹² é do senador Osmar Dias (PDT/Paraná) e a relatoria está a cargo do

¹² Existem, porém, outros dois projetos em tramitação, o PLS 605/99 do Senador Suplicy (PT/SP) e o PLS 428 do prefeito de Porto Alegre José Fogaça (PMDB/RS) (MARTINS; MAUAD; RODRIGUES, 2009). Estes dois projetos poderiam contribuir para aprimorar a proposta que consta no PLS 171.

senador Demóstenes Torres (PFL/GO). O projeto PLS 171, da maneira que está formulado, representa exclusivamente os interesses do cooperativismo nacional, representado pela Organização das Cooperativas do Brasil - OCB -, e suas representações estaduais.¹³

Tais entidades representam as grandes cooperativas e as cooperativas de agronegócios - quando ainda havia no Brasil um forte controle do Incra e do Ministério de Agricultura -, não sendo adequadas na atualidade, portanto, nem às cooperativas e associações de pequeno porte, que configuram as experiências de Economia Popular Solidária, e nem aos empreendimentos de agricultura familiar. A Senaes e o FBES são contrários a este projeto de lei - PLS 171.¹⁴ Existe uma disputa política representada de

[...] um lado da contenda está o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, referência em cooperativismo e aliado do presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas. De outro, um grupo alinhado à esquerda do governo e liderado pelo secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, Paul Singer, pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e por José Graziano, assessor especial do presidente. Todos em defesa da recém-criada União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) (AGRONEGÓCIO, 2009).

O secretário da Senaes - apoiado pela Unicafes¹⁵ -, prevê a livre-filiação das cooperativas, pois a OCB - criada durante o regime de Ditadura Militar -, não vem contemplando as necessidades dos empreendimentos coletivos que constituem a Economia Popular Solidária. Na realidade o que possivelmente vem ocorrendo é que o projeto de lei PLS 171 representa os interesses da elite brasileira, as grandes cooperativas, as cooperativas agropecuárias retratadas pela OCB, e não as pequenas, vinculadas à agricultura familiar e relacionadas com

¹³ (MARTINS; MAUAD; RODRIGUES, 2009).

¹⁴ “O Projeto prevê, em seu artigo 8º, exigências formais prévias ao registro na Junta Comercial. Será necessário submeter os atos constitutivos ao ‘órgão estadual de representação do sistema cooperativista’, as OCE’s – organizações por Estados – vinculadas nacionalmente à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (artigo 102). Isto significa que, além dos atuais atos formais necessários ao registro e funcionamento das sociedades com fins econômicos, outras providências deverão ser realizadas o que poderá redundar em (mais) meses de espera (com mais e mais idas e vindas de papéis para a formalização do empreendimento)” (MARTINS; MAUAD; RODRIGUES, 2009).

¹⁵ Contrapondo à OCB, a Unicafes foi criada por meio do Fórum de Economia Solidária, composto por 160 mil filiados dos representantes da Cresol - Região Sul -, Integrar - Nordeste -, Ascoob - Bahia -, Creditag - ligada à Contag -, e a Ecosol - controlada pela corrente Democracia Socialista da CUT. As representações da classe trabalhadora, constituídas por estas instituições que integram a Unicafes, entre outras, serão vistas na sequência do Capítulo.

o Ministério de Desenvolvimento Agrário, e, principalmente as experiências de geração de trabalho e renda, representadas pela Senaes. Ou seja, há uma divergência de interesses que envolvem concepções e projetos de homem e de mundo diferentes. A primeira perspectiva é a tradicional brasileira - latifúndio, monopólio, geradores da questão social brasileira -, adotada à décadas, e a segunda está direcionada ao interesse da classe trabalhadora, atrelada à Economia Popular Solidária.

Economia Solidária é um conceito que judicialmente e legalmente ainda não existe. [...] É fundamental haver critérios mais definidos de que tipo de empreendimento pode ser de economia solidária. Estas discussões são complicadas, pois há muita dificuldade na mudança da lei das cooperativas e constituição de um marco jurídico para a economia solidária (CONFERÊNCIA..., 2006, p. 46).

Objetiva-se, segundo a Senaes, que o Novo Marco Legal corresponda às seguintes proposições: a) que seja criada uma nova lei do cooperativismo e do associativismo que afirme este campo como direito de trabalhadores ao exercício de atividades econômicas de forma associada e cooperada, baseadas nos princípios e valores da Economia Popular Solidária; b) que a Constituição Federal seja respeitada, particularmente em seu artigo 5º - direito à livre-associação -, e que as cooperativas e associações tenham a liberdade de se filiarem às entidades representativas existentes, ou terem a possibilidade não se filiarem à nenhuma, se assim optarem; c) que as cooperativas possam ser registradas diretamente pelos trabalhadores, sem obrigação de autorização de entidades representativas a priori, pois o monitoramento deve ser feito durante a existência da cooperativa, e não anteriormente ao registro; d) que seja instituído em âmbito nacional, estadual, e regionais o Conselho de Economia Popular Solidária, com o objetivo de monitorar - seja diretamente, ou seja, pelo credenciamento de entidades representativas que realizarão o monitoramento -, gerir um cadastro único do cooperativismo e propor políticas públicas de fomento ao cooperativismo e associativismo ao governo; e) que este Conselho tenha composição majoritária da sociedade civil, composta pelas várias instituições nacionais de representação do cooperativismo existentes, como a Anteag, Concrab, Unicafes, Unisol e OCB; f) que a lei seja instrumento para a consolidação de um Sistema Nacional do Cooperativismo e, portanto, contemple não só a regulamentação do monitoramento e regulação, como também um capítulo adicional de fomento ao cooperativismo, destinado a apoiar as pe-

quenas iniciativas em gestão com benefícios tributários, acesso diferenciado a crédito e à capacitação.¹⁶

Dentro desta perspectiva, estas experiências coletivas devem receber o apoio de políticas e programas governamentais, de instituições da sociedade civil e governamentais, bem como de representantes de instituições do cooperativismo e do associativismo - que representam os interesses sociais das experiências coletivas de geração de trabalho e renda -, que possuem como preocupação central a viabilização econômica e social das experiências coletivas e a melhoria das condições de vida destes trabalhadores, e, conseqüentemente de seus familiares.

Outra questão que aparece no Novo Marco Legal e vem sendo debatida está relacionada com a criação de uma forma de regulamentação social diferenciada para as cooperativas e associações, de forma que os trabalhadores inseridos nestes empreendimentos possam usufruir os direitos sociais, e posteriormente trabalhistas, respeitando a sua diferenciação em relação aos outros trabalhadores que desenvolvem as suas atividades de forma autônoma ou assalariada. Pode-se averiguar que está sendo pensado um Novo Marco Jurídico destinado a Economia Popular Solidária, tendo como base as seguintes normativas:

A construção de um marco jurídico apropriado para a economia solidária, que reconheça e dê segurança jurídica a estas formas coletivas de organização econômica, tem sido uma das principais demandas do setor, reforçada pelas resoluções da Conferência Nacional de Economia Solidária e pela instituição do Comitê Temático do Marco Jurídico da Economia Solidária, dentro do Conselho Nacional de Economia Solidária CNES. Objetivo: Dentro do programa Economia Solidária em Desenvolvimento, o objetivo principal desta ação, de natureza não orçamentária, é a elaboração de proposições normativas tanto em termos de adequações à legislação existente, como de criação de novas legislações que confirmem reconhecimento jurídico à economia solidária e atendam às suas necessidades. Principais Atividades: [...] Construção normativa e elaboração de Projetos de lei que regulem a ação do Estado no campo da economia solidária e consolidem e institucionalizem futuramente a política pública de economia solidária; Elaboração de propostas normativas que promovam a formalização jurídica e econômica dos empreendimentos econômicos solidários e que possibilitem o reconhecimento jurídico das diversas formas societárias assumida pela economia solidária; Propostas que visem a garantia dos direitos dos trabalhadores, particularmente dos trabalhadores associados (MTE, acesso em: 28 maio 2009).

¹⁶ DISPONÍVEL em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=4405>>. Acesso em: 25 maio 2008.

Estas questões ainda estão em tramitação e dependem de aprovação do Congresso e do presidente da República. Paralelamente a estas proposições do Novo Marco Jurídico, estão sendo pensadas ações e outros Projetos de Leis que complementem esta realidade. Existe um Projeto de Lei, nº 7.009, que está relacionado com as cooperativas de trabalho - prestação de serviços a terceiros e de produção -, que prospecta a criação de fundos para as cooperativas e cria condições necessárias para o usufruto da cidadania pelos trabalhadores, como a garantia de um salário mínimo, férias anuais, entre outros. Estas proposições, porém, não consistem numa adesão a CLT, mas sim reivindicações de melhores condições de trabalho aos cooperados. Este Projeto de Lei objetiva reduzir a quantidade mínima de integrantes necessária para a formação de uma cooperativa, reduzindo de 20 para 5 trabalhadores, visando a facilitar o acesso destes sujeitos à formação de cooperativas (CÂMARA, 2009).

Este Projeto de Lei dispõe, também, sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho, institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - Pronacoop - e proíbe a criação de cooperativa para intermediação de mão de obra terceirizada, buscando enfrentar as falsas cooperativas - fiscalizadas pelo MTE - e o processo de terceirização do trabalho. Cita-se, ainda, como questões a serem aprimoradas por este Projeto de Lei relacionadas com a organização: funcionamento das cooperativas de trabalho, produção, serviço, prestação de serviço, terceirização, autonomia, autogestão, qualificação profissional, associado, direitos, retirada, parcela mensal, remuneração, normas, saúde, segurança do trabalho, obrigação trabalhista, assembléia geral, prestação de contas, proibição, distribuição, fraude, subordinação, pagamento, multa, revogação, dispositivos, legislação trabalhista (CLT), entre outros (CÂMARA, 2009).

Além da existência deste Projeto de Lei das Cooperativas de Trabalho - constituído principalmente por pequenos empreendimentos coletivos - e da tramitação da atualização da Lei Geral do Cooperativismo, de 1971 - já referida anteriormente -, foi aprovada, em 2006, também a Lei Super Simples, que visa a facilitar as condições dos trabalhadores que recebem até 36 mil reais ao ano - R\$ 3.000,00 ao mês. No que diz respeito à Lei do Simples Nacional (Super Simples) - Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 -, a mesma está direcionada às microempresas, porém as cooperativas de consumo podem fazer uso dela. Dentre outros benefícios prospectado por esta Lei pode-

se elencar: a simplificação da burocracia para o registro e o fechamento de empresas, regime favorecido de crédito e o acesso à compras do poder público.

O CNES, porém, vem debatendo sobre a possibilidade de acesso dos trabalhadores das experiências coletivas à Lei Super Simples. O deputado federal Tarcísio Zimmermann participou desta discussão e informou que está tentando criar uma Emenda à Medida Provisória 351, de 22 de janeiro de 2007, que objetiva incluir as cooperativas no tratamento diferenciado e favorecido previsto por esta Lei Complementar. Segundo este deputado, com base nos dados obtidos pelo mapeamento realizado pela Senaes estavam registrados empreendimentos coletivos, e, de acordo com o valor da receita anual definida pelo Super Simples, 98,6% destes empreendimentos poderiam ser contemplados.¹⁷

Ou seja, esta Lei está direcionada aos microprodutores, entretanto está sendo pensada a possibilidade de inclusão das cooperativas para usufruírem desta mesma Lei, visando a introduzir os direitos trabalhistas aos trabalhadores destes empreendimentos de geração de trabalho e renda, que prevê a contribuição de 11% do salário mínimo - reduzindo da categoria de autônomo que prevê e regulamenta uma contribuição de 20% do salário mínimo - quase que inviável à maioria dos trabalhadores coletivos. Isto, por si só, mesmo que ainda com muitos avanços a serem conquistados e aprimoramentos que deverão ser realizados - pelo fato de o governo federal incentivar as microempresas, aspecto este que se constitui numa contradição -; entretanto, já se constitui numa “conquista” e também num certo avanço, em relação a possibilidade de retirar estes trabalhadores da total informalidade.

Desta forma, pretende-se futuramente criar uma legislação que retire os trabalhadores destes empreendimentos coletivos da precariedade do trabalho coletivo - sem acesso aos direitos sociais -, de forma que o trabalho desenvolvido que está situado entre o autônomo e o assalariado, seja contemplado - que corresponde à atividade informal realizada de forma coletiva. Salienta-se, porém, que está num processo bem incipiente e que requer aperfeiçoamento, mas já se constitui num avanço.

Em suma, a Senaes, em parceria com os demais segmentos apresentados - instituições da sociedade civil e governamentais, programas sociais e repre-

¹⁷ MTE. Emenda a Medida Provisória. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ata_2007030607_01.pdf>. Acesso em: 29 maio 2009.

sentações de organizações da classe trabalhadora -, procura conquistar a legitimação de uma Lei Geral para a Economia Popular Solidária. Ou seja, busca alteração, aprovação e implementação das leis de Cooperativismo (geral e específicas) de acordo com os princípios e valores da Economia Solidária, aprovar e implantar leis municipais e estaduais de reconhecimento e fomento à Economia Popular Solidária (CONFERÊNCIA..., 2006). Com a resolução desta demanda, poderá ser facilitado entre outras questões, o acesso a crédito pelas cooperativas e assessoria aos empreendimentos coletivos. No próximo subitem será introduzida a participação da sociedade civil - por meio dos Fóruns de Economia Popular Solidária e pelas demais instituições sociais -, bem como das incubadoras universitárias, como formas de apoio e/ou assessoramento aos empreendimentos de Economia Popular Solidária no Brasil, e também no Rio Grande do Sul.

2.2 APOIO DA SOCIEDADE CIVIL E DAS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Para introduzir o apoio das incubadoras universitárias e das instituições da sociedade civil às experiências de geração de trabalho e renda no Brasil, faz-se necessário, primeiramente, esclarecer a concepção que se possui sobre a participação da sociedade civil em relação a estas experiências coletivas. Com esta intencionalidade, num primeiro momento, será realizada uma breve e sucinta abordagem sobre a concepção que norteia a sociedade civil neste estudo, para, num segundo momento, apresentar as instituições sociais que vêm apoiando as experiências de Economia Popular Solidária, e, posteriormente, introduzir as incubadoras universitárias.

Em relação à sociedade civil, pode-se mencionar que ocorreram diversas transformações deste segmento social no Brasil, no que se refere a sua liberdade de atuação e representatividade social. Após o término da ditadura militar existente no Brasil - 1984 -, e com a legitimação da Constituição Federal - 1988 -, passa a existir uma nova configuração estabelecida entre a sociedade e o Estado, por meio do processo de democratização brasileira. Esta nova configuração está respaldada na representatividade da sociedade civil nas ações, programas e políticas sociais, seja por meio dos conselhos de direitos, fóruns sociais, entre outros espaços de representação dos interesses sociais.

Na particularidade da formação social brasileira, os setores dominados da sociedade civil jamais tiveram força de veto sobre as decisões do poder estatal. São praticamente inexistentes os momentos em que seria possível afirmar que as massas populares, ou algum dos seus setores, tenham conseguido participar do processo político com efetiva autonomia (RAICHELIS, 2000, p. 71).

Enquanto nas décadas de 60, 70 e 80 do século XX, a sociedade civil organizada era tida como uma instância que buscava lutar pelos direitos civis, políticos e sociais, almejando a cidadania - sendo que estas instâncias eram representadas pelos movimentos sociais, pelos sindicatos, pela efetivação de greves e manifestações populares, entre outros -, com a reestruturação do capital e com a introdução do referencial teórico neoliberal nas políticas e programas sociais, houve uma transformação nas formas de representatividade da sociedade. Este modo de representação, nem sempre condiz com o que está previsto pela Constituição Federal - também conhecida como Constituição Cidadã.

Ou seja, ao mesmo tempo em que a Constituição Federal regulamentou a participação da sociedade civil no controle e na gestão das ações públicas, como forma da sociedade civil participar das relações de força que envolve a gestão social - de maneira que representasse os interesses sociais - por meio da reestruturação do capital e do neoliberalismo, houve de certa forma, uma estagnação dessa realidade. Esta estagnação está relacionada com o fato de que, em algumas situações, são transferidas as responsabilidades estatais para a sociedade civil (ANTUNES, 2003), perdendo a denotação de espaço democrático e representativo da coletividade. As políticas, programas e instituições sociais, entre outros, também podem ser considerados formas de regulação social, legitimados pelo Estado, para atenuar os conflitos de classe.

Desta forma, as instituições da sociedade civil deixariam de ser instâncias representativas dos interesses da sociedade brasileira, na disputa que envolve os conflitos sociais. A publicização dos serviços sociais, assim como a privatização, são orientações do referencial teórico neoliberal em relação à política econômica e social que vem sendo instituída nas políticas e programas sociais. “A ‘publicização’, na linguagem governamental, consiste na descentralização, para o setor público não estatal, da execução de serviços que não envolvam o poder de Estado, mas devam ser por ele subsidiados, como a educação [...]” (IAMAMOTO, 2000, p. 121).

Neste livro não se pretende aprofundar a discussão teórica sobre o desig-

nado “terceiro setor” ou da nova configuração que envolve a sociedade civil¹⁸. O que se pretende é relacionar as instituições da sociedade com as experiências de Economia Popular Solidária. Estas experiências coletivas recebem apoio da sociedade civil desde a década de 80 do século XX, posto que foi por meio da pressão social realizada pela sociedade que foi criada a Senaes e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.

Apesar das experiências coletivas de geração de trabalho e renda também serem constituídas pelos sujeitos sociais, e, portanto, também serem consideradas instituições da sociedade civil, neste estudo, de forma intencional, as instituições da sociedade civil que apoiam as experiências coletivas e as experiências de Economia Popular Solidária são abordadas de modos diferentes, objetivando facilitar a compreensão sobre o tema. Quando se discorre sobre instituições da sociedade civil está se remetendo às entidades apoiadoras das experiências coletivas, de modo que estas passem a constituir a esfera pública¹⁹ prevista pela Constituição Federal. Já as experiências coletivas são compreendidas, neste estudo, como uma das alternativas dos sujeitos de gerarem trabalho e renda.

Faz-se necessário também aludir que não se tem como compreensão que o “terceiro setor” pode substituir as funções estatais - por meio da transferência das responsabilidades do Estado à sociedade civil. Esta compreensão não constitui na fundamentação deste trabalho, pois parte-se do entendimento de que o Estado, em “parceria” com a sociedade civil²⁰ - relações que envolvem

¹⁸ Para isto podem ser lidos autores que trabalham com este tema, de modo que relacionem o papel da sociedade civil com as políticas sociais, como Raichelis, Gonh, Mota, Couto, Bulla, Fernandes, entre outros.

¹⁹ Esfera pública compreendida como um espaço democrático e político, estabelecido entre o Estado e a Sociedade Civil – de modo que transcendam os protótipos estatais e privados, anteriores a Constituição Federal de 1988 –, em que são estabelecidos os enfrentamentos de interesses, conflitos e diferentes projetos sociais que permeiam as relações sociais (RAICHELIS, 2000).

²⁰ A definição de ONG é tão abrangente que qualquer organização de natureza não-estatal pode ser caracterizada desta forma (SEBRAE, Acesso em: 17 ago. 2009). Por não governamentais considera-se o fato de que essas instituições normalmente exercem alguma função pública, sem pertencer ao Estado, porém, disponibilizam serviços sociais que visam atender as demandas sociais. Do ponto de vista formal, uma ONG é constituída pela intencionalidade de sujeitos que se reúnem com objetivos em comuns, que não tenham como finalidade o lucro. O novo Código Civil prevê quatro formatos institucionais para a constituição de uma organização sem fins lucrativos – associação, fundação, organização religiosa e partido político (ASSOCIAÇÃO..., Acesso em: 17 ago. 2009). Por não possuírem objetivos confessionais ou eleitorais, juridicamente toda ONG é uma associação civil ou uma fu, desde que optem por esta ndação privada. As ONGs, com a Lei 9.790 possivelmente poderão ser designadas de OSCIP's, desde que optem por esta regulamentação. A qualificação, a OSCIP é opcional, pois as ONGs já constituídas podem optar por esta qualificação, sendo que as novas ONGs poderão

conflitos antagônicos de interesses relacionados com a questão social -, pode contribuir para a consolidação da democracia brasileira, prevista pela Constituição Federal, de modo que a coletividade participe deste processo social.

Percebe-se, ainda, neste estudo os seguintes elementos: a) as políticas sociais estão vinculadas à gestão de ações sociais como resposta às demandas sociais advindas da questão social, uma vez que as mesmas são incorporadas e processadas pelo Estado em seus diferentes âmbitos - Federal, Estadual e Municipal -; b) a elaboração e a gestão das políticas sociais devem ser consideradas primazia e dever do Estado, a quem cabe a responsabilidade pela condução das políticas e programas sociais; e, c) esta primazia, porém, não pode ser assimilada como responsabilidade exclusiva do Estado, pois deve implicar a participação ativa da sociedade, por meio dos processos de formulação e controle social da execução, de modo que as instituições da sociedade civil, em parceria com o Estado, constituam a esfera pública brasileira (RAICHELIS, 2000).

Desta forma, as instituições da sociedade civil que assessoram ou apoiam as experiências de Economia Popular Solidária, serão abordadas tendo como intencionalidade apresentar as suas contribuições para as experiências de geração de trabalho e renda e ao seu respectivo programa social, apesar das suas limitações e contradições. Entende-se também que nem sempre a realidade corresponde à perspectiva que está prevista pela Constituição Federal, pelas terceirizações, pelas limitações do Estado ou das instituições sociais, pela transferência da responsabilidade governamental à sociedade civil, pela falta de participação efetiva da sociedade civil nos espaços públicos de controle e formulação das ações sociais, ou seja, pela incipiência do processo democrático no Brasil²¹, entre outros.

Neste ensaio, além das instituições da sociedade civil, também serão abordadas as governamentais e as incubadoras universitárias, que apoiam as experiências coletivas de geração de trabalho e renda e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. No próximo subitem será apresentado o Fórum de Economia Popular Solidária no Brasil como uma das formas de participação da sociedade civil em prol da representatividade de seus interesses, de

desde o princípio se qualificar enquanto OSCIP (LEITE, Acesso em: 17 ago. 2009). Este assunto não será aprofundado por não constituir a centralidade da pesquisa.

²¹ Se equiparmos os 20 anos de democracia brasileira com os 120 anos de República, ou com praticamente 500 anos de “colonização” brasileira.

modo que se insiram as experiências de Economia Popular Solidária na agenda pública brasileira.

2.2.1 Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária

“No quadro de redefinições das relações entre Estado e sociedade civil, por outro lado, surgiram novos espaços em que as forças sociais foram protagonistas na formulação de projetos societários, para fazer frente à crise social que se aprofundou na década de 80 [...]” (RAICHELIS, 2000, p. 35). Entre estes espaços destacam-se os Fóruns Sociais, que possuem a intencionalidade de debater demandas sociais, objetivando a participação da coletividade nas decisões do Estado.

Diferentemente dos conselhos de direitos, os fóruns constituem-se em espaços não institucionalizados, e, também, de menor formalização, facilitando a participação popular. Quando os Fóruns estão fortalecidos e em funcionamento com a participação da sociedade civil, constituem-se em importantes espaços de representatividade social, de modo que passam a contribuir com os conselhos. Ou seja, os fóruns, de uma maneira geral, podem exercer uma importante função que flexibiliza e introduz a participação da sociedade civil nos conselhos, bem como, também, possibilita que a sociedade civil organizada passe a controlar os próprios conselhos - que se constituem em instâncias de controle social.

Dentro desta perspectiva, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES -, constitui-se um espaço criado para debates sobre a Economia Popular Solidária e seus princípios de cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade - destacando a Economia Popular Solidária como estratégia de desenvolvimento econômico sustentável, político e social. O FBES conta com a participação de movimentos sociais, instituições da sociedade civil e governamental (FÓRUM..., 2009), e representantes de empreendimentos coletivos de Economia Popular Solidária.

As principais finalidades do FBES são: a) a exibição, organização e reflexão no planejamento de políticas sociais locais e estaduais sobre a Economia Solidária; b) realizar debates com a participação da sociedade civil e de movimentos sociais; c) potencializar e fortalecer a Economia Popular Solidária no Brasil; d) apoiar à constituição de Fóruns Estaduais, Regionais, Municipais de

Economia Solidária; e) promover a Economia Popular Solidária como uma forma de desenvolvimento sustentável e solidário (CONFERÊNCIA..., 2006).

Em relação aos objetivos e princípios que constituem o FBES destacam-se: a) a valorização social do trabalho socialmente realizado; b) a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; c) o reconhecimento do trabalho feminino numa economia fundada na solidariedade; d) a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e) os valores da cooperação e da solidariedade em relação ao processo de trabalho; f) a Economia Popular Solidária busca a diminuição das mazelas da questão social; g) a Economia Popular Solidária objetiva não apenas limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento coletivo, mas também em relação à qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema; h) a Economia Popular Solidária constitui-se numa das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores que estão excluídos do mercado formal de trabalho; entre outros (FÓRUM..., 2009, acesso em: 4 maio 2009).

Relata-se, ainda, que o FBES compreende e incentiva a Economia Popular Solidária se transformar num “movimento” que se contraponha ao sistema. Por isto vários agentes sociais denominam as experiências coletivas de “Economia Solidária”. O FBES, bem como seus representantes, portanto, não concebem a contradição essencial destas experiências coletivas e de seu Programa Nacional, de que, ao mesmo tempo em que estes empreendimentos coletivos se constituem numa das possibilidades de resistência dos sujeitos às manifestações de desigualdades da questão social, também adquirem a condição funcional ao sistema, pois atenuam as desigualdades reduzindo os conflitos sociais. Faz-se necessário, porém, apreender o histórico do FBES visando a entender a criação e concepção do mesmo.

Primeiramente salienta-se que o I Fórum Social Mundial, ocorrido em 2001, influenciou a criação do FBES, pois foi por meio de um Grupo de Trabalho - GT -, que possuía como tema a “Economia Popular Solidária e Autogestão”, que estimulou a fundação de um espaço de debates e estímulo a estas experiências coletivas (CONFERÊNCIA..., 2006). Quem participou deste GT foram: gestores sociais, integrantes de empreendimentos coletivos, integrantes de instituições da sociedade civil e incubadoras - que assessoram estes empreendimentos -, entre outros. Uma das principais discussões realiza-

das neste GT durante o I Fórum Mundial, além da visibilidade do tema, foi a necessidade de criação de uma política ou programa social que fomentasse estas experiências coletivas.

Em 2002, o mesmo GT preparou uma carta encaminhada ao governo federal denominada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, na qual constava um documento que apontava as “diretrizes gerais da Economia Solidária e exigia a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes (FÓRUM..., 2009, acesso em: 04 mar. 2009). Foi somente em 2003, porém, que foi constituída a designação Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES -, bem como foi atendido o pedido de solicitação da criação da Senaes pelo Governo Federal.

Nota-se, ainda, um avanço desta realidade que envolve os Fóruns de Economia Popular Solidária, pois em 2002 eram apenas cinco Estados que expressavam interesse no tema, porém, desde 2006, os Fóruns Estaduais se fazem presentes nos 27 Estados brasileiros. Os Fóruns Estaduais são espaços privilegiados de debates, conflitos políticos e fontes de consultas sobre o assunto; servem também como uma forma de mobilização social, em que são discutidas as demandas da sociedade em relação à Economia Popular Solidária e, posteriormente, apresentadas à Senaes (FÓRUM..., 2009, acesso em: 04 maio 2009).

No Rio Grande do Sul há o Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária - FGEPS que é integrante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, sendo formado por empreendimentos coletivos, instituições da sociedade civil e governamental, movimentos sociais, redes, gestores públicos e por instituições de representação dos trabalhadores em autogestão (PLENÁRIA..., 2009). Ainda no Rio Grande do Sul, por meio da pesquisa realizada, pôde-se mapear 10 Fóruns Regionais: Central, Planalto, Litoral Norte, Noroeste Colonial e do Alto Jacuí, Serra, Sul, Missões, Fronteira Oeste, Metropolitano e Vale dos Sinos.

Já em relação às instâncias que integram o FBES, apresentam-se as seguintes características de funcionamento: a) Fóruns Estaduais - instâncias estaduais responsáveis pela organização das experiências coletivas no respectivo Estado e região, de modo que se articulem com o Fórum Nacional; os Fóruns estaduais são compostos pelas experiências, pelas instituições da sociedade civil e por gestores públicos -; b) Coordenação Nacional - Principal instância de

deliberação do Fórum Nacional de Economia Solidária; é integrado pelas instituições e redes de fomento à Economia Popular Solidária, por três representantes dos Fóruns Estaduais -; c) Conselho Interlocutor - a função deste órgão é realizar a interlocução com a Senaes; é integrado por instituições e redes de fomento e, também, por um representante de empreendimentos de cada um dos 27 Estados -; d) Grupos de Trabalho - são constituídos conforme demandas do Fórum ou do Programa de Economia Solidária e da Senaes para articular propostas de melhorias e ações; no momento estão sendo debatidas as seguintes ações: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo -; e Secretaria Executiva - constitui-se no segmento que encaminha e articula os trabalhos do Fórum, entre as instâncias que o compõem (BARBOSA, 2007).

Citam-se, ainda, instituições nacionais que estão assessorando e/ou fomentando as experiências de Economia Popular Solidária, juntamente com os Fóruns: Rede de Socioeconomia Solidária - RBSES -, Instituto Políticas Públicas para o Cone Sul - Pacs -, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Fase -, Associação Nacional de Trabalhadores e empresas de Autogestão - Anteag -, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Socioeconômicas - Ibase -, Cáritas Brasileira, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - Concrab -, Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - RITCP -, Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores - ADS/CUT -, Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - Unitrabalho -, Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária, Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito - Abicred (BARBOSA, 2007). Destas instituições são eleitos 12 representantes que integrarão a coordenação nacional, juntamente com 3 representantes dos 27 Estados brasileiros. São estas instituições, entre outras, que vêm apoiando a Economia Popular Solidária de modo que as experiências coletivas de geração de trabalho e renda vão conquistando direitos até que se tornem viáveis no mercado.

Por meio do FBES, juntamente com o apoio da Senaes, pode-se concretizar o documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária - Conaes. A Economia Solidária destaca-se em razão de ser um programa que oportuniza a expansão de trabalho e renda, constituindo-se numa das alternativas ao enfrentamento da pobreza e ao desenvolvimento sustentável. Com a

1a Conaes foram oportunizados debates com a participação de diversos setores da sociedade civil e instituições que debateram idéias e sugestões para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária.

Os principais objetivos que norteiam a I Conaes foram: a) transformar a Economia Popular Solidária como estratégia e política de desenvolvimento; b) propor princípios e diretrizes; c) buscar reconhecimento do Estado e mostrar seu potencial tanto na forma de organização social como em política pública; d) oferecer prioridade e estratégia de atuação para as políticas locais e programas de Economia Popular Solidária, bem como propor meios de participação e controle da sociedade civil (CONFERÊNCIA..., 2006). Por meio do Documento Base da I CONAES, estipulou-se que a futura política de Economia Popular Solidária, em âmbito nacional, bem como o atual Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento devem:

- I - Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;
- II - Fortalecer e estimular a organização e participação social e política da economia solidária ampliando sua visibilidade e legitimidade;
- III - Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia solidária;
- IV - Promover o desenvolvimento sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo;
- V - Contribuir para a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e etnia;
- VI - Ampliar os mecanismos políticos para garantir o acesso da economia popular solidária aos instrumentos de fomento;
- VII - Promover a integração e a inter-setorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária nos e entre os entes federados do Estado (CONFERÊNCIA..., 2006, p. 20).

Estes preceitos nortearam a formulação dos objetivos do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Desde o princípio de sua implementação e criação, o referido Programa Social buscou expressar as principais demandas necessárias a Economia Popular Solidária no estabelecimento de suas ações, diretrizes e finalidades, tentando sempre estabelecer contato e diálogo com o FBES.

A Senaes tem como intencionalidade constituir um programa social participativo, e, para isto, objetiva difundir e fomentar a Economia Popular Solidária no Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do FBES

(PROGRAMA..., 2009, acesso em: 04 mar. 2009). O FBES, conforme referido anteriormente, descentralizou suas atividades, organizando Fóruns Estaduais de Economia Popular Solidária na maioria das unidades da federação. A Senaes, em parceria com o FBES, realizou encontros de formação em todos os Estados brasileiros, que envolveram as Delegacias Regionais do Trabalho - DRT -, como também os Fóruns de Economia Solidária estaduais, visando possibilitar a formação em Economia Popular Solidária. Diante desta perspectiva e realidade, os fóruns e DRTs começaram a combinar esforços no fomento e divulgação da Economia Popular Solidária nos seus respectivos Estados (SINGER, 2009).

Desta forma, salienta-se que o FBES vem desenvolvendo suas atividades em parceria com a Senaes, posto que foi o mesmo que pressionou o governo federal para a criação de uma secretaria e programa social que dessem conta desta demanda que envolve a Economia Popular Solidária no Brasil. Salienta-se também que o FBES vem se constituindo no espaço democrático em que a sociedade civil vem participando com maior efetividade - se equiparado ao Conselho Nacional de Economia Solidária. Por meio deste estudo, entretanto, propõe-se que o FBES - juntamente com os Fóruns Estaduais, Regionais e Municipais, e, ainda, com as Instituições de Apoio que estão inseridas nos mesmos -, deve pressionar o Governo Federal e apoiar a Senaes na elaboração e à aprovação do Novo Marco Legal, que contemple as experiências de Economia Popular Solidárias e os integrantes destas experiências coletivas, visando a melhoria de suas condições de vida.

Os Fóruns Estaduais e Regionais ou Locais possuem liberdade para constituição de suas coordenações, desde que respeitem os critérios para sua concretização. A Plenária Nacional destaca-se como sendo instância de deliberação máxima do FBES, e ocorre a cada 3 anos. Já a coordenação nacional possui as seguintes atribuições: a) deliberar em última instância sobre decisões políticas, operacionais e administrativas do FBES; b) implementar políticas e estratégias de fortalecimento de acordo com as deliberações da plenária; c) contribuir para a formulação de políticas e estratégias de fortalecimento do movimento de economia solidária; d) fazer a mediação política, diálogo e incidência no Conselho Nacional de Economia Popular Solidária e em órgãos do governo federal; e) deliberar sobre o ingresso e permanência dos membros da Coordenação Nacional (tanto representantes de Fóruns Estaduais quanto de entidades e redes nacionais de assessoria), segundo critério estabelecido

pela IV Plenária Nacional; entre outros (CONFERÊNCIA..., 2006, p. 61).

Juntamente com os Fóruns de Economia Popular Solidária, destacam-se instituições da sociedade civil e governamentais que, além de também integram os Fóruns - enquanto representantes da sociedade civil -, vêm se destacando no que diz respeito ao apoio às experiências de Economia Popular Solidária desde a década de 80 do século XX. No próximo subitem serão introduzidas as instituições apoiadoras da Economia Popular Solidária no Brasil.

2.2.2 Instituições da Sociedade Civil e Governamentais apoiadoras da Economia Popular Solidária no Brasil

Anteriormente foi referido que as instituições que integram a Unicafe - que apoiam a Senaes -, se contrapõem as ideias da OCB em relação ao novo Marco Legal da Economia Popular Solidária. Neste subitem serão apresentadas, de forma breve, as instituições que integram a Unicafe, entre outras que apoiam a Economia Popular Solidária no Brasil. Entre as instituições que integram a Unifaces destacam-se: a Cresol, o Programa Integrar, a Ascoob, a Creditag que é vinculada à Contag, e a Ecosol.

Primeiramente iremos introduzir o Programa Integrar, que se diferencia das demais instituições por ser um programa social. O Programa Integrar, que é constituído também pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos - CNM/CUT -, foi criado em meados da década de 90 do século XX pelos metalúrgicos, com a intenção de fortalecê-los enquanto segmento social e enfrentar o desemprego. O Programa Integrar busca a criação de alternativas de políticas sociais que visem a formação e a qualificação para o trabalho, geração de emprego e renda e enfrentamento ao desemprego e à exclusão social.²² Atualmente são 350 mil trabalhadores que estão usufruindo do Programa Integrar na Bahia e no Rio Grande do Sul.²³ O Programa Integrar envolve três modalidades: trabalhadores desempregados, trabalhadores empregados e formação de dirigentes sindicais. Estes sujeitos objetivam relacionar os conhecimentos gerais com a formação profissional - certificando, por meio do Ensino Fundamental e Médio -, bem como fomentando experiências coletivas de geração de renda.²⁴

O Programa Integrar, apesar de apoiar a Senaes por meio do Unicafe,

²² DISPONÍVEL em: <<http://www.cnmcut.org.br/verCont.asp?id=429>>. Acesso em: 28 mar. 2009.

²³ *Ibid.*. ²⁴ *Ibid.*

não se constitui num dos programas federais que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, abrange devido ao fato de o mesmo se constituir em âmbito Estadual, ou seja, por enquanto é desenvolvido somente na Bahia e no Rio Grande do Sul. Apesar desta realidade, isto não significa um empecilho para as instituições dos referidos Estados que trabalham com a Economia Popular Solidária, em formarem uma parceria com o Programa Integrar. No que concerne, às instituições analisadas por esta pesquisa no Rio Grande do Sul, entretanto, nenhuma delas trabalha em parceria com esse programa.

Outro segmento, que não se constitui num Programa, mas que está apoiando a Senaes no novo Marco Legal, é a Ascoob. Esta cooperativa tem como objetivo central fortalecer o cooperativismo de crédito, tendo por base o fortalecimento da economia familiar rural, como, por exemplo, a sistematização de acesso ao crédito e as negociações de acesso a recursos oficiais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (ASCCOB, 2009). Para realizar estas atividades a Ascoob possui o apoio e parceria dos Bancos do Brasil e do Nordeste, e, em âmbito nacional, desenvolve suas ações juntamente com a Associação do Cooperativismo de Economia Familiar e Solidária - Ancosol. A associação foi a entidade propulsora da Cooperativa Central de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia - Ascoob Central (ASCOOB, 2009).

Já o Sistema Creditag (CONTAG, 2009) faz menção a um novo sistema de cooperativas de crédito rural, porém em âmbito nacional. Possui sua origem vinculada à proposta de organização da produção, que foi concebida pelo Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - Padrss -, que visa o fomento à organização de cooperativas de produção, comercialização, prestação de serviços em assistência técnica, de cooperativas de crédito da agricultura familiar, entre outros (CONTAG, 2009). Este sistema possui uma grande rede de apoio no Brasil, destacando-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag -, as Federações dos Trabalhadores na Agricultura - Fetags - e os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTRs. “Além destas instituições [...] órgãos públicos e muitas organizações apoiam esta iniciativa, como o MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário, Prefeituras e Câmaras de Vereadores nos diversos Municípios de atuação das cooperativas, Associações e Cooperativas de Produção

da agricultura familiar e outras entidades vinculadas ao setor” (CONTAG, 2009).

A Contag - fundada em 1963 no Rio de Janeiro -, constitui-se na maior instituição sindical de trabalhadores rurais do limiar do século XXI. A Contag vem solicitando a elaboração e implementação de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário - Padrss -, que propõe uma nova relação estabelecida entre o meio rural e o urbano, que objetive a equidade, a justiça social, a preservação ambiental, a segurança alimentar e o crescimento econômico (CONTAG, 2009).

Ainda em relação às instituições sociais e governamentais que integram o Unicafes menciona-se também o Sistema Ecosol. Este sistema está estruturado em três níveis: cooperativas singulares - cooperativas de créditos criadas para o desenvolvimento local, após sensibilização realizada com a comunidade -, bases de apoio - capacitação dos trabalhadores para a autogestão e esclarecimento sobre conselhos administrativos e fiscais -; e cooperativa central - capacitação com os representantes da diretoria da cooperativa (PINHO, 2004).

No que diz respeito ao apoio das demais instituições da sociedade civil que representam os interesses dos cooperados e associados das experiências coletivas de Economia Popular Solidária e também integram o FBES, cita-se, a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil - Unisol - , Agência do Desenvolvimento Solidário - ADS -, Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - Anteag -, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - Concrab - e a Cáritas.

A Unisol consiste numa forma de associação civil sem fins lucrativos em âmbito nacional, que visa representar os interesses da classe trabalhadora. Objetiva também a melhoria das condições de vida e de trabalho dos sujeitos e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e a uma sociedade mais justa (UNISOL, 2009). A Unisol reúne as empresas coletivas constituídas por trabalhadores a fim de promover efetivamente a melhoria socioeconômica de seus integrantes, garantindo-lhes trabalho e renda com dignidade.

Destaca-se também como apoiadora a ADS. Ela foi criada pela CUT na década de 90 do século XX, em parceria com a Unitrabalho e com o Dieese. A ADS objetiva o planejamento participativo de Cooperativas de Crédito da

Economia Solidária. A ADS está articulada com várias outras entidades nacionais e regionais e conta com o apoio de organismos de cooperação internacional e possui como objetivo principal a geração de desenvolvimento solidário, por meio de novas oportunidades de trabalho e renda em organizações, contribuindo para construção de alternativas ao desenvolvimento social sustentado e à educação permanente dos trabalhadores, mas respeitando suas diversidades étnicas, culturais, regionais, ambientais e de gênero.

Outra instituição apoiadora da Senaes em relação ao novo Marco Legal do cooperativismo e associativismo e que também representa a classe trabalhadora de forma organizada, é a Anteag. Esta associação surgiu como uma forma de resistência dos trabalhadores ao processo de exclusão do mercado formal de trabalho desencadeado pela reestruturação do capital (SINGER, 1999). A Anteag foi oficialmente constituída por empresas autogestionárias e teve o seu primeiro encontro em maio de 1994. A Anteag tem por base assessorar e articular grupos de trabalhadores que, por falência ou processo falimentar das empresas, assumem a direção, ou parte do controle da empresa (INCUBADORA..., 2006).

Já no que diz respeito ainda ao apoio ao novo Marco Legal, porém no meio rural, refere-se à Concrab, que está relacionada aos assentamentos e ao Movimento dos Sem-Terra - MST. Foi criada com o objetivo de garantir a melhoria da produção agropecuária, e para isto foi iniciada uma avaliação da política de estímulo à Cooperação Agrícola. Para isto optou-se pela criação do Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA -, que corresponde ao Setor de Produção e Comercialização do MST (ARTICULAÇÃO..., acesso em: 20 mar. 2009). Em âmbito nacional foi criada a Concrab - em 1992 - para articular as demandas e as potencialidades regionais otimizando esforços e recursos visando do desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas. Já em âmbito estadual foram criadas as Cooperativas Centrais dos Assentados - CCA.

Reporta-se ainda, neste estudo, ao apoio da Cáritas, que desde a década de 80 do século XX, vem apoiando e assessorando no Sul do Brasil, aos empreendimentos coletivos. A Cáritas baseia o seu trabalho social em valores respaldados na justiça social e na solidariedade, uma vez que os seus projetos comunitários objetivam uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores que estão à margem do mercado formal de trabalho (GAIGER, 2000). A Cáritas vem promovendo, nas últimas décadas, Projetos Alternativos Comunitários - PAC -, com intuito de enfrentar as desigualdades geradas pelo capitalismo. Os PACs envolvem vários setores de atividade, de modo que visem a

atenuar a falta de oportunidades de empregos. O PAC é constituído por três tipos de projetos: a) projetos assistenciais (agem para atenuar o grau de miséria e propiciar condições básicas de sobrevivência dos sujeitos, tendo um caráter mais pontual e imediatista); b) projetos de promoção humana (almejam melhorar as condições de vida dos sujeitos, e geralmente se direcionam a atividades econômicas subsidiárias, não essenciais para a sobrevivência material dos trabalhadores, possuindo um aspecto político-social); e, por último, c) projetos alternativos (constituem iniciativas de geração de trabalho e renda, com dimensões de viabilidade econômica e continuidade, evidenciando a qualificação técnica e o planejamento de experiências populares) (GAIGER, 2000). Além dos PACs, a Cáritas possui o Fundo de Miniprojetos, dirigido a iniciativas com inserção social e comunitária, principalmente aos projetos vinculados à Igreja Católica.

Estas instituições da sociedade civil e governamentais - programas sociais e representações de organizações da classe trabalhadora -, além de Organizações Não Governamentais - ONGs -, vêm apoiando as experiências de Economia Popular Solidária no Brasil, com vistas a fortalecê-las, de maneira que as mesmas adentrem na agenda pública brasileira. Salienta-se ainda que no Rio Grande do Sul, no meio rural, a Emater²⁵ junto com a Secretaria Estadual da Agricultura, vem desenvolvendo atividades de estímulo ao cooperativismo, associativismo e agricultura familiar, de forma que o seu trabalho é de grande importância para os empreendimentos coletivos no meio rural. Já no meio urbano existem algumas iniciativas vinculadas a prefeituras, que assessoram ou apoiam as experiências de Economia Popular Solidária.

Como exemplo desta realidade pode-se destacar a cidade de Porto Alegre, que, por meio da Secretaria de Produção, Indústria e Comércio - SMIC -, desenvolve ações de fomento a grupos de geração de trabalho e renda em que os sujeitos estão em situação de vulnerabilidade social, tendo como intencionalidade possibilitar com que os mesmos se organizem de forma coletiva e solidária (GAIGER, 2000). Além da cidade de Porto Alegre - capital do Estado -, destaca-se o município de Santa Maria²⁶ - considerado um pólo de

²⁵ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, órgão do poder público estadual.

²⁶ Em 2007 ocorreu em Santa Maria a III Feira de Economia Solidária do Mercosul que objetivava consolidar o aspecto pedagógico, autogestionário, democrático e participativo no processo de construção, debate e fortalecimento do movimento regional, nacional e mundial de Economia Solidária, com mais de 100 mil participantes. Em 2008, também foi realizada a IV Feira de Economia Solidária do Mercosul, 15ª Feicoop (Feira Estadual do Cooperativismo) e 15 anos da Feira de Economia Solidária em Santa Maria.

Economia Popular Solidária -, pois, desde a década de 80 do século XX, tem proporcionado estudos, debates e feiras de Economia Popular Solidária, com abrangência em âmbito nacional.

O Rio Grande do Sul, portanto, constitui-se num dos principais *lôcus* no Brasil de fomento a pequenos empreendimentos coletivos, objetivando possibilitar a viabilidade destas experiências. Deve-se também salientar, ainda em relação ao Estado do Rio Grande do Sul, que durante o governo de Olívio Dutra, ocorreu a implementação de um Programa designado de Economia Popular e Solidária.²⁷ Este Programa era direcionado para o fomento e a criação de empresas interligadas em redes e direcionadas para a autogestão de empreendimentos populares (LEBOUTTE, 2003). O Programa foi integrado à Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais - Sedai -, e contou com a parceria de outras organizações, entre elas a Anteag, com técnicos conveniados.

O governo Olívio Dutra instituiu o Programa de Economia Popular e Solidária, pois prospectava que havia “[...] um potencial implícito no processo da Economia Popular Solidária em promover uma relação qualificada, econômica, financeira, mercantil e social com outros empreendimentos autogestionários” (LEBOUTTE, 2003, p. 55). Por autogestão compreende-se o empreendimento cuja gestão é exercida democraticamente pelos sujeitos e que se realiza no mercado. “A autogestão é a expressão máxima de uma gestão participativa, seja em nível socioetário, mais amplo, ou em nível restrito de uma gestão de uma organização” (PRATES, 2003, p. 119). Com base neste Programa Estadual, foram estimuladas as feiras de Economia Solidária no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando integrar essas experiências populares e autogestionárias. Assim, na medida em que o governo municipal de Porto Alegre contribuiu ao governo estadual do Rio Grande do Sul, este último colaborou com o governo federal para a formulação de um programa social sobre a Economia Popular Solidária (LEBOUTTE, 2003).

Por último, salienta-se que a Economia Popular Solidária continua sendo reivindicada no Estado do Rio Grande do Sul, perante o governo. Em 2006 foi encaminhado pelo FGEPS, um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para instituir e promulgar uma política na esfera estadual de Fomento à Eco-

²⁷ A política relacionada à Economia Popular e Solidária já estava sendo implementada pela prefeitura de Porto Alegre, servindo de exemplo ao governo de Olívio Dutra (LEBOUTTE, 2003).

nomia Popular Solidária. No próximo subitem serão introduzidas as incubadoras universitárias e o processo de incubação, referenciando as suas principais contribuições às experiências de Economia Popular Solidária.

2.2.3 Incubadoras universitárias e o trabalho de incubação

No que se relaciona ao trabalho que é desenvolvido por intermédio das incubadoras universitárias vinculadas à Economia Popular Solidária, pode-se salientar que a mesma objetiva a conciliação entre o saber popular e o saber técnico-científico. Ou seja, a Incubadora visa a assessorar técnica, administrativa e politicamente, de forma integrada e contínua (EID, 2004), as experiências coletivas de geração de trabalho e renda denominadas de Economia Popular Solidária, bem como os seus integrantes.

As universidades, por meio das incubadoras de Economia Popular Solidária, diferentemente das incubadoras tecnológicas - anteriormente existentes e direcionadas para a produção de tecnologias demandadas por uma parcela específica da população -, passam a desenvolver o trabalho de incubação tendo como perspectiva atender as demandas originadas pela questão social, e também os sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade social. Esta realidade está relacionada com uma nova proposição do Estado e das universidades, que por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vinculado a Senaes, entre outras formas, buscam a atender esta demanda social.

Destaca-se ainda que as incubadoras podem estar vinculadas às universidades federais, comunitárias e privadas. Por meio das incubadoras de Economia Popular Solidária, objetiva-se incubar e/ou assessorar as experiências de geração de trabalho e renda, com vistas a fortalecê-las e potencializá-las de forma que adquiram viabilidades no mercado. Busca-se também, por meio do trabalho de incubação, a inserção socioeconômica de sujeitos que estão à margem do mercado formal de trabalho, e contribuir, também, conseqüentemente, com o desenvolvimento sustentável local e regional. Salienta-se ainda que o processo de incubação e assessoria objetiva por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes, formalizar e legalizar as experiências coletivas que estão constituídas por meio de grupos de trabalho, transformando-as em associações e/ou cooperativas.

Outro aspecto preponderante no que concerne às incubadoras universitárias de Economia Popular Solidária está relacionado com a conciliação entre a pesquisa, o ensino e a extensão por meio das incubadoras. Para a elaboração de sistematizações sobre a metodologia de incubação, no entanto, faz-se necessária a conciliação destes três elementos, considerando que um complementa o outro, principalmente para a produção de conhecimento científico.

O envolvimento das universidades com a construção da Economia Solidária é particularmente importante pela capacidade de pesquisa e de elaboração teórica que possuem. Estudantes, professores e técnicos se engajam na formação e incubação de cooperativas populares, recém-formados criam suas próprias cooperativas, experiências autogestionárias (como cooperativas de crédito) no próprio campus; são espaços de aprendizado, mas também de observação e reflexão sobre esse modo de produção revivido e seu papel na sociedade contemporânea (CATTANI, 2003, p. 37).

As incubadoras universitárias constituem-se em espaços de produção de conhecimento, ou seja, de pesquisa, ensino e extensão, em que os pesquisadores e demais profissionais técnico-administrativos desenvolvem estudos sobre as comunidades e sujeitos incubados, sobre procedimentos e metodologias de incubação, bem como sobre a Economia Popular Solidária como um todo.

Além da produção de conhecimento, a incubadora tem como intencionalidade também apoiar e participar da realização dos Fóruns de Economia Popular Solidária em âmbito local e regional e dos Fóruns Estaduais e Nacional. Destaca-se que é muito importante a divulgação da Incubadora, dos Fóruns e da Economia Popular Solidária, seja por meio de apresentações de trabalhos, seja pela sistematização da metodologia utilizada para o processo de incubação, pelos boletins informativos e demais divulgações na mídia. Desta forma, os trabalhos de incubação adquirem visibilidade, de modo que podem pressionar os governos para que os apoiem no processo de incubação. Neste sentido, salienta-se a importância do apoio de agências de fomentos e/ou de órgãos públicos para este tipo de atividade, pois as incubadoras atuam comumente com os sujeitos que vivenciam as manifestações de desigualdade da questão social, e que geralmente estão em situação de vulnerabilidade social.

Menciona-se, ainda, que as primeiras atividades desenvolvidas que possuem como intencionalidade assessorar cooperativas e associações, foram de-

envolvidas no início da década de 90 do século XX pelas seguintes experiências-piloto: montagem da cooperativa de Manguinhos, junto a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz -, seguida pelo trabalho desenvolvido na Baixada Fluminense, observando que, posteriormente, o mesmo foi estendido às favelas existentes no Rio de Janeiro.

Deve-se destacar, porém, que a primeira incubadora criada foi a da UFRJ em 1995, seguida pela da USP - esta última realizou diversos eventos dirigidos pelo secretário nacional Paul Singer. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRJ teve como finalidade constituir maneiras de inserir os setores econômicos marginalizados do sistema tradicional capitalista para o sistema formal da economia solidária (CONFERÊNCIA..., 2006). O seu público-alvo era os desempregados e os sujeitos que trabalhavam de modo individual e informal.

Tendo em vista que tanto as incubadoras universitárias, como também, as demais instituições de apoio, que em parceria com o Estado objetivam contribuir também, por meio de assessorias e processos de incubação, com a viabilidade dos empreendimentos de geração de trabalho e renda, buscou-se, então, introduzir esta demanda neste estudo, com vistas a clarear os seus procedimentos.

Em relação ao trabalho desenvolvido no processo de incubação junto às experiências de Economia Popular Solidária pode-se referir que o mesmo consiste ainda num trabalho incipiente, bem como menciona-se que não existem formas pré-determinadas de realizá-lo. Ou seja, o trabalho que envolve as metodologias utilizáveis para a incubação, está ainda em fase de elaboração e construção, por se tratar de uma atividade inicial. É por meio da práxis social e do contínuo processo de reflexão crítica sobre o trabalho de assessoria que vem sendo desenvolvido pelas instituições sociais e governamentais e, principalmente, pelas incubadoras universitárias - que assessoram os empreendimentos coletivos -, que vão sendo criadas metodologias que abarcam esta demanda de incubação, que objetiva a viabilidade das cooperativas, associações, grupos informais, empresas autogestionárias, entre outros.

A incubação consiste numa assessoria desenvolvida às experiências de Economia Popular Solidária. A assessoria pode ser entendida como uma forma de acompanhamento e monitoramento de uma determinada demanda, em que o assessor normalmente não tem vínculo permanente com o local da

prestação e realização desse trabalho ou serviço. Para a execução de uma assessoria, faz-se necessária clareza acerca de quais são os objetivos pretendidos pelos mandatários do empreendimento que a solicita. Também é preciso conhecer a experiência coletiva, por meio de um diagnóstico - conhecimento da realidade -, a fim de tornar possível um processo de trabalho interventivo, que venha ao encontro da qualificação profissional de todos os envolvidos. Geralmente a assessoria é solicitada pelos trabalhadores das experiências coletivas, quando se percebe a necessidade de profissionais para amparar e/ou solidificar o empreendimento.

O público-alvo que envolve o processo de incubação advém de duas modalidades: a) trabalhadores historicamente excluídos do mercado formal de trabalho; b) trabalhadores que perderam o seu emprego, devido ao processo de globalização da economia e reestruturação do capital (INCUBADORA..., 2006). O desenvolvimento do processo de incubação se dá com base nos conflitos presentes no processo produtivo e de gestão, que envolvem os trabalhadores dos empreendimentos coletivos.

O processo de incubação e/ou assessoria, está respaldado em três etapas: a pré-incubação, a incubação e a pós-incubação²⁸ (EID, 2004). A assessoria ou processo de incubação, porém, pode ser considerado também, como algo contínuo e processual. O processo de incubação/assessoria atende experiências coletivas em fase de formação e também empreendimentos já em período de desenvolvimento de suas atividades (INCUBADORA..., 2006, p. 5).

Pela etapa de pré-incubação pode-se relacionar com o momento em que grupos, associações, cooperativas, ou seja, experiências de Economia Popular Solidária, por meio de seus representantes, solicitam o processo de incubação - seja à incubadora ou por meio do Fórum e, posteriormente, encaminham à incubadora uma carta simples, porém formal. Num primeiro momento será realizada uma visita ao empreendimento coletivo, esclarecendo os integrantes acerca do significado da incubadora, bem como sobre a possível assessoria. Após o comprometimento e interesse da experiência coletiva, é desenvolvido um diagnóstico sobre o empreendimento - sua viabilidade econômica, sua forma de organização, caracterização dos processos de gestão, entre outros - e de seus integrantes (EID, 2004). Após a elaboração deste diagnóstico são en-

²⁸ Visando esmiuçar o processo de incubação e também devido à escassez de produções acadêmicas que abordem com clareza o processo de incubação, utilizou-se a obra de Farid Eid (2004).

caminhadas propostas de assessoria/incubação ao empreendimento objetivando a sua sustentabilidade. O trabalho deve ser sempre desenvolvido de forma participativa, de modo que desde o princípio da incubação vise à viabilidade da experiência assessorada e de seus integrantes. Por meio de utilização de técnicas e instrumentos para a realização do diagnóstico, os assessores terão condições de fazer uma delimitação das necessidades e possibilidades da experiência que solicita a incubação, bem como deverão também trabalhar as expectativas dos trabalhadores destes empreendimentos em relação ao processo de incubação - por exemplo: o que esperam do processo, do assessor, o que almejam com o processo de incubação, entre outros (EID, 2004).

A incubação terá continuidade - após o aceite das experiências e da incubadora - por intermédio de um planejamento participativo, que determinará as ações a serem desenvolvidas, tanto pela incubadora como pelas experiências incubadas. Serão realizadas reuniões e demais formas de acompanhamento das experiências de Economia Popular Solidária. Mediante esse acompanhamento contínuo do empreendimento por assessores técnicos - assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, sociólogos, economistas, contadores, advogados, entre outros -, devem ser desenvolvidas oficinas e, por vezes, utilizadas dinâmicas de grupo, reuniões e encontros para a qualificação dos trabalhadores assessorados (EID, 2004). Nestas oficinas poderão ser trabalhados temas relacionados com as demandas - prioridades - existentes nas experiências. Em seguida é desenvolvida a etapa da assessoria, que envolve a qualificação administrativa, contábil, ambiental e demais demandas advindas das experiências coletivas, objetivando a sua viabilidade (EID, 2004).

Cita-se como atividades que podem envolver esta etapa do processo de incubação, os seguintes elementos: a) formação de equipe da incubadora composta por docentes, técnico-administrativos e discentes, vinculados às diversas áreas de conhecimento; b) qualificação e aperfeiçoamento contínuo da equipe da incubadora - na medida em que se contata com a realidade a ser trabalhada, os profissionais adquirem uma compreensão mais elaborada sobre a mesma, de modo que possivelmente fiquem constantemente redefinindo o processo de assessoria por meio da incubação -; c) identificação das comunidades das experiências coletivas que desejam o processo de incubação; d) diagnóstico da realidade e análise da viabilidade econômica e social do grupo coletivo na comunidade local ou regional; e) transmissão dos princípios dos precursor-

res do cooperativismo a partir de curso realizado sobre formação em cooperativismo e associativismo; f) desenvolvimento de proposta de atividade fim da cooperativa ou associação, visando suas viabilidades no mercado - estabelecimento de atividades econômicas identificadas como passíveis de serem desenvolvidas pelas cooperativas incubadas; g) regulamentação do empreendimento, por meio da formulação dos estatutos, fundo, e regimento interno da cooperativa e associação; h) qualificação e aprimoramento dos trabalhadores incubados de modo que os mesmos se tornem aptos para a atividade-fim da cooperativa ou associação, seja de produção, trabalho, serviços, entre outras; i) sistematização e organização do trabalho administrativo, contábil e jurídico das cooperativas e associações incubadas; j) acompanhamento e assistência técnico-administrativa aos trabalhos das cooperativas incubadas; e, por fim, l) término do processo de incubação (INCUBADORA..., 2006).

Por fim ocorre o período de pós-incubação, que consiste na realização de ações mais pontuais a partir das demandas e das necessidades das experiências coletivas. Nesta etapa a incubadora terá um papel de aconselhamento e de proposições de decisões estratégicas, ou seja, conforme a necessidade dos empreendimentos, com vistas a continuar dando um aporte à viabilidade destas experiências coletivas (EID, 2004). Também se deve realizar um novo diagnóstico das experiências incubadas, que poderá prospectar as ações futuras dos empreendimentos efetuados.

Salienta-se, também, que nas três etapas (EID, 2004) deverão ser efetuadas reuniões de monitoramento e avaliação, ou seja, de uma avaliação crítica do trabalho que será desenvolvido. Este processo de monitoramento e avaliação deverá acontecer objetivando contribuir para a qualidade do processo de incubação, refletindo sobre quais são os limites do trabalho realizado e, também, sobre quais são as possibilidades e alternativas do mesmo. Ocorre que o momento que envolve o término do processo de incubação, é caracterizado pelas incubadoras, de um modo geral, como um dos mais difíceis, devido à dependência que algumas cooperativas e associações estabelecem em relação às incubadoras - bem como às demais instituições governamentais ou da sociedade civil que realizam a assessoria - durante o processo de incubação. Esta realidade consiste num dos grandes desafios às incubadoras universitárias, ou seja, possibilitar que as experiências de Economia Popular Solidária tornem-se viáveis no mercado após o término do processo de incubação. Por isto, o processo de monitoramento e avaliação do trabalho de incubação deve

ser constante e permanente durante e após a incubagem, pois é neste momento que se pode rever o trabalho que está sendo realizado ou foi desenvolvido.

Para a realização do processo de incubação foram criadas redes, em âmbito nacional, que potencializam este trabalho. A articulação das incubadoras está sendo realizada por redes de incubação; entre elas destacam-se a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCPs²⁹ - e a Unitrabalho - criada em 1997, e que hoje é designada de Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho. Deve-se ressaltar a forte influência dos universitários no desenvolvimento de ambas as redes, posto que as duas também possuem relação direta com as equipes que integram as incubadoras universitárias (CONFERÊNCIA..., 2006). As incubadoras, por sua vez, associam-se a uma destas redes para que seus integrantes possam se qualificar - por meio da participação de grupos de estudos e realização de eventos e encontros -, bem como visando a fortalecer esta demanda de modo que a Economia Popular Solidária possa cada vez mais adquirir visibilidade, e, conseqüentemente, apoio governamental.

As redes possuem aspecto interdisciplinar e seu principal objetivo consiste na ação e produção de metodologias para dirigir os empreendimentos de geração de trabalho e renda, e incitar o fortalecimento da Economia Popular Solidária no Brasil (CONFERÊNCIA..., 2006). A gestão democrática deve ser a base das redes, e ser efetuada por meio da comunhão de todos os seus membros nas tomadas de decisão, pelo direito à informação e incentivo à participação.

As redes buscam integrar nas universidades, por meio das incubadoras, o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo que ambas as redes possuem como princípios: a) reafirmar os princípios da Aliança Cooperativista Internacional; b) conceber a universidade como uma instituição a ser respeitada como locus de produção e socialização de conhecimento, com autonomia crítica e produtiva; c) desenvolver e disseminar conhecimentos sobre Cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária; d) estimular a intercooperação promovendo a produção e socialização dos conhecimentos entre as incubadoras e destas com o meio universitário, outras redes afins e a sociedade; e) estimular a criação de Incubadoras

²⁹ Em 1999 originou-se a rede universitária de ITCPs, contando com 16 incubadoras: UFRJ, USP, UFC, UFRN, UFRPe, UEB, UFJE, UFSJ, UFV, UFSCar, PUC-SP, Unicamp, UFPR, Furb (Blumenau), UCP (Pelotas) e Unisinos.

Tecnológicas, promovendo, disseminando e orientando a aplicação de seus princípios e sua inserção nas redes; f) organizar-se autonomamente e se relacionar com outras redes que conjuguem princípios e objetivos convergentes; g) trabalhar na constituição, consolidação e integração das Cooperativas Populares, fortalecendo, subsidiando e respeitando a autonomia dos fóruns e redes que estão integradas (CONFERÊNCIA..., 2006).

Para que existam experiências de Economia Popular Solidária deve haver, também, políticas e programas governamentais direcionados para esses empreendimentos coletivos. Seria interessante que os empreendimentos de Economia Popular Solidária tivessem, desde o princípio, o apoio e o patrocínio do poder público (SINGER, 1999). A longevidade e durabilidade desses empreendimentos coletivos dependem de apoio de vínculos externos - políticas e programas sociais, instituições de fomento, assessorias técnicas, informações mercadológicas, entre outros. À Economia Popular Solidária faz-se necessário assegurar a cada empreendimento, “um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil, etc.” (SINGER, 1999, p. 132).

Com a intenção de promover as incubadoras universitárias - para além do apoio das redes de incubadoras -, as mesmas vêm contando, desde seu princípio, com o apoio e incentivo do Coep, da Finep, do Proninc, da FBB, de prefeituras, entre outros. Destaca-se que a Coep possui como objetivo agir no enfrentamento da fome e das desigualdades sociais existentes no país - tendo como seu precursor o sociólogo Herbert de Souza. Destacam-se, porém, como apoiadores e financiadores das incubadoras universitárias, principalmente a Finep e o Proninc. A Finep é um meio pelo qual as incubadoras universitárias buscam apoio técnico e especializado, mas, principalmente, suporte financeiro.³⁰ A Finep consiste no maior órgão financeiro de amparo às incubadoras universitárias, considerando que, se não fosse por meio desse apoio, possivelmente as incubadoras universitárias, em sua maioria, teriam que cancelar as suas atividades de incubação.

Em relação ao Proninc, salienta-se que o mesmo foi criado em 1997, tendo como signatários, também, a Finep, o Banco do Brasil - BB -, a FBB e o Coep. Em 2003, com a criação da Senaes/MTE, o Proninc passou a ser

³⁰ DISPONÍVEL em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras_proninc.asp>. Acesso em: 4 maio 2009.

coordenado por esta Secretaria.³¹ Diante desta realidade, o Proninc passou a ser um programa vinculado ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por intermédio de uma das suas atividades e objetivos, a de fomentar a criação e manutenção de incubadoras de empreendimentos de geração de trabalho e renda no Brasil, que constituem a Economia Popular Solidária. Ou seja, o Proninc, apesar de ser um programa em âmbito nacional, foi criado para desenvolver uma das atividades e objetivos previstos pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, com o intuito de complementá-lo.

O objetivo do Proninc (PROGRAMA..., 2009) consiste em apoiar a consolidação e ampliação das incubadoras universitárias, de modo a favorecer a criação e o acompanhamento de novas experiências coletivas, principalmente por meio do fortalecimento destes empreendimentos, em parceria com outros órgãos federais.³² Para isto, são abertos editais e chamadas públicas por intermédio do Proninc, coordenados pela Senaes, em que as Incubadoras Universitárias elaboram e enviam projetos - geralmente relacionados com a extensão universitária -, para introduzir e manter as atividades de incubação. Os projetos aprovados, conforme critérios estabelecidos e divulgados nos referidos editais ou chamadas públicas, serão contemplados com recursos advindos principalmente da FINEP.

Tem-se como perspectiva neste estudo, que o governo federal - e os demais setores governamentais - em parceria com as instituições sociais e incubadoras universitárias, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - vinculado à Senaes -, podem potencializar a viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária, mesmo que ainda de forma contraditória e incipiente. Salienta-se esta possibilidade principalmente diante da realidade que envolve o mercado de trabalho, falta de postos de trabalho que absorvam estes trabalhadores desempregados.

A Senaes e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, juntamente com o Proninc e suas instituições de apoio, foram criados para enfrentar as dificuldades que estão sobrepostas aos empreendimentos de Economia Popular Solidária, levando em conta que estes últimos estão relaciona-

³¹ DISPONÍVEL em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras_proninc.asp>. Acesso em: 4 maio 2009.

³² DISPONÍVEL em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras_proninc.asp>. Acesso em: 4 maio 2009).

dos com a inclusão de um segmento social historicamente excluído do mercado formal de trabalho. Esta exclusão é manifestada pela falta de atividades laborativas e postos de trabalho aos sujeitos, que lhes proporcionem a inserção no mercado formal. Com a crise econômica e social decorrente da reestruturação do capital e com a falta de postos de trabalho, os governos, pressionados pelos trabalhadores, adotam políticas de desenvolvimento de economias regionais (GIDDENS, 1991) com a finalidade de criar novas oportunidades de geração de trabalho e renda em empreendimentos populares e solidários.

É “dever do Estado a promoção de um processo público de inclusão social, sustentando e treinando os desempregados, financiando e assistindo [...] pequenas empresas ou comunidades de trabalho” (SINGER, 1999, p. 63). Diante dessa demanda, a Economia Popular Solidária adentrou na agenda pública brasileira, constituindo-se, no limiar do século XXI em um programa social. No próximo Capítulo serão apresentadas as informações obtidas por meio de análise documental sobre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, tendo em vista apreender a demanda atendida por este programa social, de modo que a caracterize e justifique a existência e aprimoramento deste programa.

3 - Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento

No Brasil, as políticas e programas sociais começaram a serem implementados como estratégia de Estado, bem como mecanismo de enfrentamento das manifestações da questão social, desde o capitalismo monopolista. Assim, as políticas sociais e o sistema de proteção social Brasileiro foram postos em prática de modo que atendessem de forma fragmentada as diversas demandas originadas da questão social. O papel central do Estado deveria ser de prevenir e de regular os conflitos sociais (RAICHELIS, 2000). Pretende-se introduzir o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, juntamente com a forma em que o mesmo está sendo concebido e implantado no Brasil. Com o acirramento do desemprego e consequente exclusão e desigualdade social, desde 2003, o governo federal, por meio da Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764, tornou a Economia Popular Solidária integrante da agenda pública brasileira.¹ (E19, 2004).

Serão apresentados neste Capítulo os objetivos, as diretrizes e as principais ações e/ou atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes. Também será abordada a articulação entre o referido Programa com os outros Programas e Políticas sociais existentes, de modo que este programa social, por meio das ações e programas transversais possa ser desenvolvido e efetivado. Para discorrer sobre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, porém, faz-se necessário, num primeiro momento, abordar sucintamente outros programas de geração de emprego e renda existentes no Brasil, bem como mencionar, também, a participação da sociedade civil nas políticas e programas sociais.

3.1 PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO E A SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

¹ “A Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes – foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva” (Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp>. Acesso em: 27 fev. 2009).

O governo federal, com o objetivo de fortalecer e promover empreendimentos solidários e econômicos, visando a absorver os trabalhadores não incluídos no mercado formal de trabalho, criou, no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE -, a Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes -, inaugurada em junho de 2003. A criação desta secretaria constitui-se num dos avanços da Economia Popular Solidária, pois objetiva a viabilidade - permanência e manutenção dos empreendimentos, e conseqüentemente a geração de renda destes sujeitos.

Para além da criação da Senaes e implantação do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, o MTE possui como atribuições as seguintes proposições: a) geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador; b) modernização das relações de trabalho; c) fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, bem como aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas; d) política salarial; e) formação e desenvolvimento profissional; f) segurança e saúde no trabalho; g) política de imigração; h) cooperativismo e associativismo urbanos (SIORG, 08 abr. 2009).

Em suma, a Senaes tem como finalidade, portanto: dimensionar e dar visibilidade aos empreendimentos de Economia Popular Solidária no Brasil², qualificar os sujeitos envolvidos com a aplicação das políticas sociais direcionadas à Economia Popular Solidária e autogestão, promover as experiências de Economia Popular Solidária nos empreendimentos de autogestão, facilitar o intercâmbio de experiências e reflexões acerca de Economia Popular Solidária, contribuir para a organização e autogestão na geração de trabalho e renda aos trabalhadores (E19, 2004). Destaca-se também, que a Senaes vem tentando implementar um Novo Marco Legal, que contemple e regule as experiências caracterizadas como Economia Popular Solidária e seus trabalhadores no Brasil.

Destaca-se também que, assim como o Estado Brasileiro teve um papel fundamental no século XX em relação ao incentivo ao cooperativismo e associativismo - que foi utilizado também como uma forma de atenuar as manifestações de desigualdade da questão social - no início do século XXI, novamente se destaca esta função estatal em relação ao cooperativismo e associativismo, só que agora num contexto socioeconômico diferenciado. No

² Por meio do Mapeamento de Economia Popular Solidária, realizado entre 2005 e 2007 em todos os 27 Estados brasileiros e no Distrito Federal, por intermédio da Senaes, buscou-se caracterizar os empreendimentos de geração de trabalho e renda.

início do século XX o Brasil estava vivenciando as manifestações da questão social relacionadas com a transição da economia brasileira de agroexportadora para urbano-industrial. Já no atual momento, o governo vem estimulando as cooperativas e associações como uma das formas de geração de trabalho e renda, devido às manifestações de desigualdade da questão social advindas do processo de reestruturação do capital. Destaca-se esta realidade, pois em ambos os momentos o Estado possuiu e possui a função de regulador da questão social.

Não se pode deixar de mencionar que ocorre este incentivo do Estado ao cooperativismo e associativismo porque existe uma pressão da sociedade civil organizada. Assim, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como a Senaes, estão inseridos nesta relação contraditória existente que igualmente envolve as demais políticas e programas sociais, não podendo ser caracterizado, portanto, somente como um programa pontual, compensatório, residual - apesar de possuir também estas características, devido a sua incipiência. Ou seja, ao mesmo tempo em que os programas e políticas sociais são formas de regulação da questão social utilizadas pelo Estado - apoiadas pelo sistema -, eles também, foram demandados pela sociedade civil organizada. Assim, existe uma relação conflituosa de divergência de interesses que acaba por suscitar um novo Programa Social, pois o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento foi criado também devido às pressões originadas por meio das forças sociais existentes, que envolvem a sociedade civil organizada - relacionada com a Economia Popular Solidária - e o governo federal.

Com o apoio da sociedade civil e com o incentivo do atual governo federal, pretende-se que futuramente possa ser formulada uma política social de Economia Popular Solidária em âmbito nacional, bem como possam ser fomentados políticas e programas locais e regionais que estimulem estas experiências coletivas. Para isto, primeiramente estão sendo criadas outras ações e/ou atividades que vão ao encontro desta intencionalidade. Uma delas constituiu-se na formulação do Programa **Economia Solidária em Desenvolvimento**, que começou a ser instituído em 2004, 6 meses após a criação da Senaes, dentro do MTE.³ Destaca-se, então, que não existe ainda em âmbito nacional uma política social de Economia Popular Solidária, apesar de que a Senaes, juntamente com o Fórum de Economia Solidária, antevê e prospecta esta

³ DISPONÍVEL em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp>. Acesso em: 27 fev. 2009.

possibilidade. O que existe em nível nacional é o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, que possui respaldo no Plano Nacional de Qualificação, e que está sendo estabelecido de modo articulado com outros programas inseridos em políticas sociais - vinculados aos demais Ministérios - , bem como programas locais e regionais de estímulo à Economia Popular Solidária.

Salienta-se, ainda, que uma das intencionalidades da Senaes consiste em tentar promover o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento enquanto um programa federal permanente e, portanto, não apenas momentâneo ou de governo. Como o programa citado não está regulamentado ainda como um programa governamental permanente, pode ocorrer que quando o atual governo federal for substituído, não só o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pode não ter a mínima possibilidade de se transformar numa política pública⁴, como também pode haver a dissolução da Senaes e do referido Programa Social. Um dos principais desafios que a Economia Popular Solidária enfrenta no Brasil é tornar os programas e políticas locais e estaduais⁵, e o programa nacional em algo permanente (ECONOMIA..., 2007a).

Faz-se menção ainda que apesar do aspecto contraditório do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, salienta-se que não se deve deixar de produzir novos conhecimentos científicos sobre esta realidade e de enfatizar a contribuição do Programa para a geração de trabalho e renda no Brasil. Reporta-se a esta realidade, pois o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento também se caracteriza como uma das formas de resistência dos sujeitos em relação às manifestações de desigualdade da questão social, entre elas a falta de trabalhos formais.

⁴ Compreende-se por políticas públicas direitos sociais que foram declarados e garantidos em lei, uma vez que é por meio destas ações que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da questão social (RAICHELIS, 2000).

⁵ Em âmbito estadual, são 14 Estados com alguma ação ou programa de Economia Popular Solidária em andamento (AC, PA, MA, PI, CE, RN, PE, SE, BA, ES, RJ, MG, PR e MT); nos municípios brasileiros são centenas de iniciativas. Comumente as políticas/programas/ações estaduais e municipais de Economia Popular Solidária são articuladas a três tipos de secretarias: trabalho, desenvolvimento social e desenvolvimento econômico. As articulações intersetoriais são várias. Quanto às organizações da sociedade civil, são milhares em todo o Brasil, todas articuladas ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária e aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária. Temos também uma grande participação de Universidades públicas e comunitárias participando do Programa Nacional de Incubadoras – Proninc.

O Programa de Economia Solidária, que ainda está em fase de implementação e implantação pelo MTE/Senaes nos Estados e municípios brasileiros - inclusive no Rio Grande do Sul -, tem como finalidade o enfrentamento efetivo das causas estruturais da pobreza e promover a inclusão e o desenvolvimento social. Esse Programa Social foi criado pelo governo mediante a reivindicação dos próprios trabalhadores que atuam nessas experiências coletivas e por meio dos Fóruns de Economia Popular Solidária, tendo como intencionalidade combater a pobreza e criar alternativas de geração de renda aos sujeitos que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho.

O objetivo principal deste Programa, portanto, é promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Popular Solidária, mediante programas e políticas sociais integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. Esse programa social também possui como objetivos: a) contribuir à dignidade dos cidadãos; b) colaborar para a erradicação da pobreza; c) cooperar para a promoção, a ampliação das oportunidades e para a melhoria das condições de trabalho e renda; d) reconhecer e fomentar diversas formas de Economia Popular Solidária; e) contribuir ao desenvolvimento e sustentabilidade socioeconômicos e ambientais dessas experiências; f) dar apoio para dar visibilidade e legitimar as experiências de Economia Popular Solidária; g) viabilizar o acesso das experiências de Economia Popular Solidária aos instrumentos de fomentos; h) promover a intersetorialidade das políticas sociais que possam fomentar a Economia Popular Solidária; i) fortalecer e incentivar a organização dos diversos sujeitos sociais, priorizando os que atuam em experiências de Economia Popular Solidária (ECONOMIA..., 2007a).

Salienta-se que para a existência e permanência no mercado destes empreendimentos coletivos, de forma que se tornem viáveis economicamente, faz-se necessário o apoio e o incentivo do Estado com suas respectivas políticas e programas sociais, que visem tanto o financiamento quanto o investimento em contratação de recursos humanos para acompanhar e qualificar/capacitar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelos integrantes das experiências coletivas. Verifica-se que estas ações reproduzem a lógica capitalista, pois estes empreendimentos, apesar de respaldarem o processo de trabalho em princípios originários dos precursores do cooperativismo, entretanto, estão inseridos no sistema.

Constata-se, porém, a importância do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, tanto em relação ao incentivo como à manutenção e viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária, seja pela aquisição de meios de produção, de cursos de capacitação aos trabalhadores ou de financiamento destinado às instituições assessoras/parceiras ou aos próprios empreendimentos coletivos. No próximo subitem serão introduzidas as principais ações e/ou atividades que estão previstas pelo Programa, bem como os outros programas sociais que se articulam com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes.

3.1.1 Ações do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e sua articulação com outros Programas Sociais

Desde 2004 as ações e/ou atividades que envolvem o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, sob responsabilidade da Senaes/MTE, conta com orçamento próprio. Este Programa Social passou a ser incluído no Plano Plurianual - PPA - do governo federal de 2004-2007. Em suma, o PPA 2004-2007 objetivava a inclusão social e a desconcentração da renda no Brasil, juntamente com o crescimento do emprego e da renda por meio das políticas sociais (ARROYO; SCHUCH, 2006). Já em relação à proposta que abrange o PPA 2008-2011,

[...] buscou-se ampliar o escopo do programa, delimitando suas várias linhas de ação de modo mais definido e mais estruturado, com destaque para: a organização da comercialização dos produtos e serviços da economia solidária; a formação e assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação; o fomento às finanças solidárias, sob a forma de bancos comunitários e fundos rotativos solidários; e a elaboração de um marco jurídico diferenciado para a economia solidária, garantindo o direito ao trabalho associado. Também continuam as ações para a estruturação de uma política pública voltada à economia solidária com o estímulo à institucionalização de políticas nas três esferas; a formação de formadores/as e gestores públicos; a construção de uma estratégia de desenvolvimento local tendo a economia solidária como eixo, a partir da atuação de uma rede de agentes de desenvolvimento solidário espalhados pelo Brasil; e o novo mapeamento da economia solidária, que vai ampliar e atualizar a base do SIES (PROGRAMA..., acesso em: 04 mar. 2009).

Por intermédio destas proposições que constavam no PPA 2004-2007 e que constam no PPA 2008-2011, a Senaes procura, por meio do Programa de

Economia Solidária em Desenvolvimento, desenvolver, mesmo que ainda de forma incipiente, as seguintes atividades e/ou ações:

a) fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário; c) fomento a Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários; d) formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária; e) organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários; f) estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária; g) cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária; h) recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão; i) desenvolvimento e disseminação de conhecimento e tecnologias sociais apropriadas à Economia Solidária; j) fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários; k) elaboração do Marco Jurídico da Economia Solidária (PROGRAMA..., acesso em: 2 mar. 2009). Tendo como finalidade elucidar as ações e/ou atividades propostas pela Senaes – por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.

Por meio destas atividades e/ou ações previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - Senaes -, o governo federal pretende contribuir com a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, de modo que as mesmas possam se manter no mercado e gerar renda aos trabalhadores que estão inseridos nestes empreendimentos coletivos e, conseqüentemente, aos seus familiares. Estas atividades e/ou ações possuem, como intencionalidade, potencializar e contribuir para que as demandas e necessidades dos empreendimentos coletivos sejam sanadas, de modo que se tornem viáveis economicamente no Brasil. Salienta-se que estas atividades foram solicitadas pelo Fórum Nacional de Economia Solidária, quando da criação das Senaes.

Para materializar estas ações e/ou atividades que estão relacionadas com os objetivos e intencionalidades do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, a Senaes - juntamente com o MTE - elaborou o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, 2003/2007. O PNQ está diretamente vinculado ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e se configura como

um elemento fundamental para a constituição de uma futura política social, em âmbito nacional⁶, concernente à Economia Popular Solidária. O PNQ, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes, pretende realizar atividades de fortalecimento e constituição de políticas sociais locais e regionais voltadas ao desenvolvimento da Economia Popular Solidária no Brasil. O PNQ foi criado para orientar e elaborar planos, projetos, estratégias, ações promovedoras e qualificadoras, direcionadas ao fortalecimento da Economia Popular Solidária no país. Pelo PNQ - plano governamental -, a Economia Popular Solidária é compreendida também como uma das alternativas aos trabalhadores desempregados e como uma forma de autoemprego coletivo (MEDEIROS, acesso em: 3 mar. 2009).

Neste caso novamente se ressalta a categoria de contradição, pois, ao mesmo tempo em que a Economia Popular Solidária vem sendo prospectada como uma alternativa de enfrentamento ao desemprego, também acaba por legitimar, de certa forma, esta demanda - trabalho informal -, na medida em que o PNQ a compreende como uma forma de autoemprego coletivo. Os integrantes dos Fóruns de Economia Popular Solidária no Brasil, entretanto, compreendem esta possibilidade de geração de trabalho e renda como uma das formas de enfrentamento ao sistema - realidades bem distintas. Ocorre que o PNQ foi criado por um determinado grupo de integrantes do MTE, que não participou da proposta de criação do Novo Marco Legal elaborada pela Senaes e demais instâncias da sociedade civil organizada. Ou seja, o PNQ prevê a informalidade do trabalho coletivo. A Senaes, entretanto, juntamente com o apoio de deputados, está sugerindo uma proposta que tente contemplar os trabalhadores inseridos nesta informalidade - por meio do trabalho coletivo -, de forma que estes sujeitos possam usufruir novos projetos de leis, entre eles da reformulação da Lei do Cooperativismo, das Cooperativas de Trabalho e da Lei Super Simples, em que seriam inclusos os trabalhadores cooperativados - posto que isto consiste numa das intencionalidades previstas pelo Novo Marco Legal. Assim, constata-se novamente uma disputa de interesses e ideologias diante desta realidade, que envolve, inclusive, instâncias governamentais.

Não se pode deixar de destacar, entretanto, que enquanto alguns seg-

⁶Nos Anais da Iª Conferência Nacional de Economia Popular Solidária, foram elaborados e propostos às bases para a criação de política social de Economia Popular Solidária no Brasil.

mentos estatais prospectam a Economia Popular Solidária, também como uma forma de autoemprego coletivo, a sociedade civil organizada, por sua vez, compreende estas experiências coletivas como uma maneira de realização do processo de trabalho que diverge da intencionalidade do sistema capitalista - individualismo, acumulação e centralização de capital. Destaca-se então, o conflito de compreensões e relações de forças sociais que envolvem o referido Programa e segmentos sociais.

Salienta-se ainda que, para viabilizar economicamente as experiências de Economia Popular Solidária, faz-se necessário articular este Programa Social com outros programas sociais setoriais. A Economia Popular Solidária constitui-se, portanto, num programa que demanda ações transversais. Para isso, o seu programa social deve se expandir e interagir com diferentes órgãos do governo federal, estadual e municipal, articulando-se com os diversos programas e ações existentes (ECONOMIA..., 2007). Os programas que empregam ações transversais foram elaborados visando a evitar a duplicidade de iniciativas e desenvolvimento de ações, de modo que as mesmas fossem executadas de forma mais estruturada. Isto possibilita também que os recursos sejam utilizados de maneira mais eficiente (FINEP, acesso em: 13 abr. 2009).

Um aspecto que deve ser ressaltado é que, ao mesmo tempo em que as chamadas públicas qualificam o desenvolvimento das atividades e a aplicação dos recursos públicos - quando realizadas de forma que contemplem os direcionamentos da democracia brasileira que constam na Constituição Federal -, também limitam os setores e instituições que poderão usufruir dos recursos, pois, são elegidas as propostas elaboradas que vão ao encontro das solicitações que constam nos editais e nestas chamadas públicas. Os meios e formas de acesso aos recursos previstos nos orçamentos destinados ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por intermédio dos referidos ministérios, ocorre pela aprovação de projetos sociais enviados pelas instituições sociais, governamentais e incubadoras universitárias. Este processo está relacionado com a abertura de editais e chamadas públicas - referidas anteriormente. Os projetos devem ser enviados diretamente à Senaes - quando aberto edital para chamada pública -, os quais serão submetidos à análise e, após a sua aprovação, serão realizados os convênios e o contrato de acordo ou de licitação com as instituições de apoio.

Ao ser tomado como programa, a demanda relacionada com as experi-

ências de Economia Popular Solidária, faz-se importante perceber a abrangência e a importância da articulação das ações do Estado com as ações da sociedade civil. Estas ações devem estar respaldadas em alguns elementos importantes como: a autonomia das instituições envolvidas, descentralização das decisões, as definições de competências e de atribuições, bem como dos recursos disponibilizados, democratizando informações (KOCOUREK, 2009).

Além do MTE e do MDS, a Senaes e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento também desenvolvem ações integradas com outros programas sociais, vinculados aos demais ministérios existentes. Estas parcerias e articulações ocorrem por meio de “apoio”, segundo as informações obtidas pela análise documental e entrevistas realizadas - com exceção do Proninc. Desta forma, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, portanto, constitui-se num programa social transversal, que está vinculado a outros programas sociais pertencentes a diferentes ministérios e secretarias.

Esta vinculação, portanto, consiste na forma de apoio - com exceção do Proninc que se constitui num programa social que desenvolve uma das principais atividades e/ou ações previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, que é o processo de incubação universitária. Ou seja, todos os demais programas sociais desenvolvem ações que complementam o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, uma vez que possuem em comum o objetivo central de incluir socialmente os sujeitos que necessitam de respaldo governamental. Desta forma os programas desenvolvem ações transversais visando a redução da duplicidade de ações, bem como da destinação de recursos.

Destaca-se em âmbito nacional os seguintes programas sociais que constam no *site* da Senaes e que complementam o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento⁷:

1) Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas - Proninc -; 2) Programa de Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda - PROGER -; 3) Programa de Rede Solidária de Restaurantes Populares -; 4) Programa Fome Zero/Acesso à Alimentação; 5) Programa de Abaste-

⁷ Salienta-se ainda que estes programas complementam de forma mais direta o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, posto que também podem ser acessados pelos empreendimentos coletivos. Existem, entretanto, outros programas sociais, também de extrema importância, que visam à inclusão socioeconômica dos sujeitos, que podem ser acessados pelos trabalhadores destes empreendimentos, como o Bolsa-Família, Peti, Paif, entre outros.

cimento Agroalimentar; 6) Educação do Campo - Pronera -; 7) Programa de Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural; 8) Programa de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Coopersol -; 9) Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater -; 10) Programa de Agricultura Familiar - Pronaf -; 11) Programa de Resíduos Sólidos Urbanos; 12) Programa Crédito Solidário; 13) Programa Juventude: Educação, Trabalho e Ação Comunitária; 14) Programa Etnodesenvolvimento das comunidades remanescentes de Quilombo; 15) Programa Saúde Mental; 16) Programa Organização Produtiva de Comunidades - Produzir -; 17) Programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - Promeso -; 18) Programa Ciência e Tecnologia para a inclusão social (MEDEIROS, acesso em: 03 mar. 2009).

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vinculado à Senaes, apesar de incipiente, objetiva viabilizar, num primeiro momento, economicamente as experiências de Economia Popular Solidária, seja por meio de suas ações e/ou atividades - que foram elaboradas visando a materializar os objetivos, diretrizes e finalidades do referido Programa e da Senaes -, seja por sua articulação/parceria que vem sendo estabelecida pelo apoio a outros programas e projetos sociais - devido ao fato de se constituir também num programa transversal - vinculados a 11 Ministérios.

Pode-se citar como exemplo desta realidade, dentre outras atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, a Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários. Esta atividade, entre outras, possui como objetivo principal fomentar projetos que contribuam com a viabilização das experiências de geração de trabalho e renda por meio da construção de redes de comercialização de empreendimentos e da constituição e fortalecimento de espaços e instrumentos que dinamizem a comercialização dos produtos advindos destas iniciativas. Esta ação tem como preocupação central a comercialização dos produtos e serviços produzidos pela Economia Popular Solidária (ORGANIZAÇÃO..., acesso em: 04 mar. 2009).

Isto significa que esta atividade e/ou ação expressa, portanto, demandas voltadas à criação e ao desenvolvimento de canais de comercialização para produtos e serviços que fomentem a construção de relações comerciais diferenciadas, pautadas por princípios de justiça, cooperação, transparência e

solidariedade. Para isto conta com o apoio e parceria de outros programas sociais, de modo que as atividades e recursos previstos sejam otimizados sem duplicidade de ação.

Salienta-se ainda a relação estabelecida entre a política e secretaria de assistência social e da Senaes, por intermédio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Esta relação é estabelecida na medida em que o público-alvo destas duas secretarias são semelhantes, ou seja, sujeitos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Enquanto a assistência social possui programas de redistribuição de renda - como o Bolsa-Família, que é de extrema importância para a sobrevivência destes sujeitos historicamente excluídos da produção de bens e serviços da sociedade capitalista -, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento objetiva a geração de renda a estes sujeitos e, conseqüentemente, aos seus familiares. Ele não resolve as demandas inerentes ao sistema capitalista, mas é de extrema relevância, pois, por meio dele - assim como dos demais programas vinculados à assistência social -, os trabalhadores podem sair de um estágio de extrema exclusão social.

Outra característica dos programas sociais que realizam parceria por meio de apoio ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento é que mais da metade deles estão relacionados com a produção no meio rural e/ou agroecológica, ou com o acesso a créditos. Desta forma pode-se afirmar que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - assim como o governo federal -, visa a atingir como público-alvo, também - além dos trabalhadores urbanos e geralmente em situação de vulnerabilidade social -, os trabalhadores das experiências de geração de trabalho e renda inseridos no meio rural. As experiências localizadas no meio rural estão relacionadas com os pequenos proprietários rurais, que desenvolvem as suas atividades econômicas com o plantio, tendo como característica a agricultura familiar. Tanto os empreendimentos no meio rural como no urbano, necessitam de maiores facilidades de acesso a créditos e financiamentos a juros baixos, posto que este se constitui num dos objetivos da Senaes, bem como a revisão do novo Marco Legal do Cooperativismo e Associativismo no Brasil.

Ainda em relação aos programas sociais que constam no Quadro-síntese, destaca-se que por meio desta pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, no que se relaciona às 17 experiências coletivas de geração de trabalho e renda

elegidas ao estudo, com exceção do Proninc - experiências assessoradas pelas incubadoras universitárias -, apenas 2 empreendimentos coletivos pesquisados possuem vinculação com o Programa Fome Zero - por intermédio da Petrobrás -, que são as Experiência “7” e Experiência “16”, assessoradas pelas Instituições “C” e Instituição “N”.

Desta forma, constata-se a incipiência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no Rio Grande do Sul - mesmo que as experiências coletivas pesquisadas não constituem a totalidade dos empreendimentos existentes no Estado, que estão sendo ou não assessorados pelas instituições. Destaca-se esta realidade, relacionada com a forma de repasse de recursos públicos, também pelas poucas ações previstas pelo programa desenvolvidas neste Estado, e ainda, pela quase inexistência do princípio da transversalidade dos programas, pois, apesar do referido programa prever ações transversais com outros programas sociais, isto ainda está em fase bem inicial. Este fato não retira a relevância do programa, mas sim acentua a necessidade de expandir o mesmo no Rio Grande do Sul, e no Brasil, de modo que possa contribuir para a viabilidade econômica dos empreendimentos de Economia Popular Solidária. No próximo subitem será introduzido o Conselho Nacional de Economia Solidária, como uma das formas de controle social realizado pela sociedade.

3.1.2 Conselho Nacional de Economia Solidária

Tendo como intencionalidade transformar o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento em um programa social permanente - e não apenas de governo -, assim como se objetiva também criar uma política social de Economia Popular Solidária em âmbito nacional, foi criado, em 2006, o Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES. Este último foi promulgado pelo mesmo ato legal que, em junho de 2003, instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes, no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Pode-se salientar ainda que o CNES foi formado também para introduzir a participação da sociedade civil no controle social das ações que envolvem o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.

Estimulou-se a definição de mecanismos de transferência de parcelas de poder do Estado para a sociedade civil e foram induzidas mudanças substantivas na dinâmica

dessas relações. [...] A constituição de tais espaços tornou-se possível, também, em virtude das mudanças que se processaram no caráter dos movimentos populares, que, *de costas para o Estado* no contexto do autoritarismo militar, redefiniram suas estratégias e práticas e passaram a considerar a participação institucional como espaço a ser ocupado (RAICHELIS, 2000, p. 36-37).

Em relação ao CNES, pode-se asseverar que o mesmo se constitui em um órgão consultivo e propositivo, que objetiva a interlocução permanente entre, os setores governamentais e da sociedade civil que atuam a favor do desenvolvimento da Economia Popular Solidária. O CNES é integrado por 56 entidades, divididas entre três segmentos: governo, experiências de Economia Popular Solidária e instituições sociais, que possuem como intencionalidade fomentar e assessorar os empreendimentos coletivos.⁸ Essa estrutura visa a garantir a representação efetiva tanto da sociedade civil como do Estado, buscando aprimorar permanentemente as políticas sociais relacionadas com a Economia Popular Solidária (PROGRAMA..., acesso em: 17 fev. 2009).

O CNES possui como atribuições centrais propor diretrizes para as ações direcionadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, aos outros órgãos do governo federal e aos Ministérios a que este programa está vinculado, bem como visa também a acompanhar a execução das ações e/ou atividades previstas ao programa (PROGRAMA..., acesso em: 17 fev. 2009). Em relação a esta realidade, faz-se menção o Art. 2º do Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006, que atribui as seguintes competências ao CNES: a) estimular a participação da sociedade civil e do governo no âmbito da política de Economia Popular Solidária; b) propor diretrizes e prioridades para uma futura política de Economia Popular Solidária; c) propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação referente ao cooperativismo e associativismo brasileiro, com vistas a fortalecer a Economia Popular Solidária; d) avaliar o cumprimento dos programas da Senaes vinculados ao MTE e sugerir medidas para aperfeiçoar o seu desempenho; e) examinar propostas de políticas sociais locais e regionais que lhe forem submetidas pela Senaes; f) coordenar as atividades relacionadas com a Economia Popular Solidária, desenvolvidas pelas entidades nela representadas pela Senaes; g) estimular a formação de novas

⁸ Com base no Decreto nº 5.811.

parcerias entre as instituições da sociedade civil e a Senaes; h) colaborar com os demais conselhos envolvidos com as políticas públicas de desenvolvimento, combate ao desemprego e à pobreza; e i) aprovar o seu regimento interno (PLANALTO..., acesso em: 17 fev. 2009).

Em 8 de dezembro de 2008 foi publicado no Diário Oficial da União nº 152, que o CNES - por intermédio de políticas, programas e ações governamentais nas três esferas de governo - federação, Estados e municípios⁹ -, deve fortalecer a Economia Popular Solidária em suas diversas formas de organização, sugerindo aos governos que incluam nos seus compromissos com a população a implantação de políticas locais de apoio e fomento à Economia Popular Solidária. O CNES sugere que sejam criados também fundos de crédito para possibilitar que os empreendimentos coletivos possam ter acesso a fundos públicos, à assistência técnica, à qualificação profissional, ao apoio à comercialização (EMEDIATO, acesso em: 17 fev. 2009).¹⁰

Salienta-se ainda que os Conselhos Estaduais e Municipais de Economia Popular Solidária no Brasil também estão em estágio de implantação nos Estados e municípios, ainda em sua fase inicial. No Rio Grande do Sul - delimitação espacial e geográfica desta pesquisa -, também não foi criado e instituído o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária. Esta incipiência no processo de criação dos Conselhos está possivelmente relacionada com o fato de o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes, ainda não terem conquistado todos os espaços necessários para a sua concretização, de modo que contemplem todas as proposições previstas. Outro aspecto que se menciona, está relacionado com a não participação plena da sociedade civil e do governo nestes espaços de controle social.

⁹ Além do Distrito Federal.

¹⁰ Esta realidade será possibilitada pela criação de Centros de Formação por Região de Apoio à Economia Solidária que deveriam ser implantados a partir de 2007. Os Centros de Formação possuem como atividades principais: a) a formação de sujeitos em Economia Popular Solidária; b) o desenvolvimento e a sistematização de conteúdos e metodologias de formação em Economia Popular Solidária; c) a criação de um processo de articulação, sensibilização e também formação destinado aos Conselheiros, que deveriam introduzir a Economia Popular Solidária nos Centros de Referência (CONSELHO..., acesso em: 17 fev. 2009). Com base em informações obtidas por intermédio de contato estabelecido com a Senaes - no segundo semestre de 2008 -, foi averiguado que este processo de instituição dos Centros de Formação e Regionais, vinculados ao Conselho de Economia Solidária, está em fase de implantação, mas ainda de forma bem incipiente no Brasil e no Rio Grande do Sul.

De fato, [...] apontam múltiplos desafios para a consolidação dos conselhos, tanto no campo governamental quanto da sociedade civil. No campo governamental, uma das principais dificuldades relaciona-se às resistências para que as definições das políticas públicas sejam abertas à participação e ao controle social, retirando-as das mãos da burocracia estatal para permitir a penetração da sociedade civil. No da sociedade civil, o reconhecimento da heterogeneidade dos atores e das concepções, práticas e experiências e propostas acumuladas geradoras de múltiplos interesses e demandas, nem sempre convergentes, desafia o estabelecimento da agenda comum que deve orientar ações e decisões coletivas (RAICHELIS, 2000, p. 37).

Salienta-se que na medida em que o referido Programa for sendo instituído em âmbitos estaduais e municipais - ou, ainda, na medida em que forem sendo criadas políticas sociais locais de fomento à Economia Popular Solidária -, paralelamente a esta etapa começarão a ser implantados também, de forma mais expansiva, os Conselhos de Economia Popular Solidária - como modo de controle e de participação social em relação à aplicação deste Programa Social no Brasil.

No Rio Grande do Sul atualmente - 2009 -, existe o Conselho Municipal de Economia Solidária em Santa Maria. Nesta cidade - que possui uma tradição no que diz respeito às experiências de Economia Popular Solidárias, devido às Feiras que são realizadas neste *locus* -, foi sancionado pelo prefeito em 4 de setembro de 2008, o projeto que instituiu o Programa Municipal de Apoio e Fomento à Economia Popular Solidária, criando, também, o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária (RIO GRANDE DOS SUL, acesso em: 04 mar. 2009). O FBES indica a cidade de Santa Maria - bem como a Instituição E -, como um dos grandes exemplos para a Economia Popular Solidária no país.

Destacam-se ainda, neste subitem, com base nas informações obtidas nesta pesquisa relacionada com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, as seguintes características atinentes aos elementos que envolvem - ou que deveriam envolver - as formas de gestão e execução das políticas e programas sociais no Brasil.

Quadro 3 - Características do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento

Características	Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento
Visibilidade Social	Constata-se publicidade, visibilidade e fidedignidade das informações que orientam as deliberações nos espaços de representação pública.
Controle social	Constata-se a participação da sociedade civil organizada nas formulações, deliberações e acompanhamento das ações governamentais. Ressalta-se aqui que a qualificação que já vem sendo desenvolvida pelos Fóruns e por encontros governamentais vem a contribuir com esta realidade que ainda não está em sua plenitude. Destaca-se ainda que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária exerce maior influência nas decisões públicas do que o CNES, pois o Fórum exerce influência sobre a Senaes.
Representação de Interesses Coletivos	Constata-se a representação dos interesses coletivos, por meio das instituições sociais inseridas principalmente nos Fóruns de Economia Solidária e também no CNES, e nas relações de forças que envolvem o Programa Social.
Representação de Interesses Coletivos	Constata-se uma postura de diálogo e escuta estabelecida entre a sociedade civil organizada - Fóruns e CNES - e os gestores da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Em que pese, que as demandas são atendidas de acordo com as decisões e orçamento governamental, e, respaldado por outras instâncias.
Cultura Pública	Constata-se que este elemento constitui-se na característica mais frágil de ser atendida, seja pela historicidade que envolve as relações sociais no Brasil - tutela, política do favor, entre outros -, seja pelo fato de em certas circunstâncias a sociedade civil confundir o espaço público como de militância social - que também possui sua importância devido à historicidade de opressão existente no Brasil.

Fonte: Quadro Sistematizado pela pesquisadora

Com base nestas informações, salienta-se que os elementos de visibilidade social - mesmo que restrita aos espaços da sociedade civil organizada -, o controle social, a representação dos interesses coletivos, o processo de democratização do programa, estão sendo desenvolvidos. Já a Cultura Pública - assim como nos demais programas e políticas sociais -, ainda está em processo bem incipiente, se equiparado aos demais elementos, devido aos 500 anos de realidade permeada pela cultura de dominação e submissão existentes nas relações sociais brasileiras, também vinculadas à questão social.

A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo modelo, ao incorporar as lutas pela cidadania da sociedade como um todo, por meio do reconhecimento das garantias individuais, políticas, sociais e coletivas. Ao ser incorporado o conceito de democracia participativa e popular, que possui como um dos objetivos centrais a inserção da população nas decisões de assuntos que eram anteriormente a existência da Constituição Federal, tradicionalmente públicos, torna-se necessário a criação de estratégias de redistribuição do poder, entre elas, os conselhos de direitos.

Além disso, incorporou a participação da sociedade civil no exercício da cidadania (KOCOUREK, 2009), ou seja, os cidadãos tornaram-se corresponsáveis pela efetivação das políticas públicas e programas sociais, já que a Constituição não traz somente direitos, mas também deveres. Nos conselhos, os representantes do Estado e da sociedade civil, estabelecem diálogos no qual envolvem disputas que qualificam as ações do Estado e da coletividade. Pois, deliberar pode combinar com diversidade de posições, considerado o fato de que existem sujeitos em processo de desvantagem. Faz-se necessário, diante desta realidade criar estratégias para diminuir esta diferença. Os espaços de representação e deliberação democrática, em que a negociação, o conflito e o consenso são consubstanciais deste processo, portanto, não podem ser caracterizados como um problema, mas sim como uma das formas de mobilização para a construção da sociedade brasileira garantidora de direitos.

Por meio destas informações pode-se relacionar também a participação da sociedade civil organizada e da Senaes, pelos Fóruns de Economia Popular Solidária nos seus diversos âmbitos, mesmo ainda com seus limites e contradições - como a pouca formação e vivências de alguns dos participantes relacionadas com o processo democrático de direitos. Os Fóruns de Economia Popular Solidária, porém, demonstram-se atuantes no que concerne às deliberações e controle que envolvem as ações e/ou atividades do Programa de Econo-

mia Solidária em Desenvolvimento. O CNES, entretanto, como referido anteriormente, ainda está em fase de implantação e fortalecimento, fato que pode estar relacionado com a incipiência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, uma vez que foram os próprios integrantes do FBES que pressionaram o governo para a criação da Senaes e do Conselho Nacional.

No que tange o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, o mesmo ainda em seu início, não conseguiu materializar todas as ações e objetivos previstos, o mesmo vem sendo gerenciado de modo que vá ao encontro dos princípios democráticos, estimulando a participação da sociedade civil, de forma que as instituições sociais e de apoio se transformaram em parceiras da Senaes, assim como outros setores governamentais - citados anteriormente. A crítica que se faz ao Estado em relação à sociedade civil, entretanto, está relacionada ao fato de o mesmo transferir as suas responsabilidades para a sociedade civil - realidade que, por meio desta pesquisa, não foi averiguada em relação ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Esta realidade se diferencia da existência de um trabalho realizado em conjunto pelo Estado e as instituições da sociedade civil, tendo-se como perspectiva um Estado atuante diante destas parcerias e demandas sociais.

Para implementar e implantar o programa nacional de Economia Popular Solidária e fomentar políticas e programas locais sobre o referido tema, entretanto, fez-se necessário primeiramente uma maior aproximação e apreensão desta realidade, pela Senaes. Ou seja, para intervir numa determinada situação ou segmento social, faz-se necessário um levantamento que os caracterize de forma que por meio deste conhecimento, o programa social possa vir a contemplar as demandas que são originárias desta realidade. No próximo subitem serão apresentados os principais elementos que foram caracterizados pelo Mapeamento de Economia Popular Solidária no Brasil - e no Rio Grande do Sul -, realizado pela Senaes entre o período de 2005 e 2007, que constitui a única ação concretizada, até o momento, por este programa social em todos os estados brasileiros, mesmo com suas limitações e incipiência.

No próximo Capítulo serão apresentadas informações, dados coletados e analisados durante a realização desta pesquisa, relativos às instituições sociais, governamentais e incubadoras universitárias existentes no Rio Grande do Sul que estão ou já estiveram vinculadas ao Programa de Economia Popular Solidária em Desenvolvimento - por meio da Senaes.

**Instituições Governamentais e da
Sociedade Civil e as Incubadoras
Universitárias: Suas Vinculações com o
Programa de Economia Solidária em
Desenvolvimento por Meio da Senaes
no Rio Grande do Sul**

4 - Instituições Governamentais e da Sociedade Civil e as Incubadoras Universitárias: Suas Vinculações com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por Meio da Senaes no Rio Grande do Sul

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vem sendo efetivado pela Senaes, conforme abordado anteriormente, mediante uma parceria existente entre o Estado e a participação da sociedade civil e incubadoras universitárias. Diante desta realidade, esta pesquisa buscou desvelar também as características das instituições de apoio - governamentais, da sociedade civil e das incubadoras universitárias -, existentes no Rio Grande do Sul, que, em parceria com o Estado - por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por intermédio da Senaes -, estão desenvolvendo os processos de assessoria e/ou incubação junto aos empreendimentos de Economia Popular Solidária.

Mediante esta pesquisa pode-se desvelar quais são as instituições de apoio que já tiveram ou possuem alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - por intermédio da Senaes - desde 2003 no Rio Grande do Sul. Desta forma, pode-se constatar a existência de 20 instituições - governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias - que, em parceria com o Estado vêm, mesmo que ainda de forma incipiente e com várias limitações, tentando materializar o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento de forma que o mesmo contribua para a viabilidade econômica e manutenção das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul.

Dentre estas 20 instituições, metade possui convênio - entre 2008 e 2009 - com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes. Esta pesquisa tentou abranger a totalidade das instituições, entretanto participaram do estudo 11 instituições de apoio que possuem ou não, no momento, convênio com o referido Programa Social e com a Senaes. Destas 11 instituições pesquisadas, sete possuem e quatro não possuem convênio entre 2008 e 2009. Em seguida serão introduzidas as características das instituições pesquisadas.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO MAPEADAS E PESQUISADAS

No tocante à totalidade das instituições mapeadas pela pesquisadora - 20 instituições de apoio -, que possuem ou possuíram alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes, constatou-se as seguintes informações.¹

Tabela 1 - Instituições de apoio vinculadas no Rio Grande do Sul com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes (2003-2009)

Instituições de Apoio com Convênio entre 2008-2009: 10 instituições (50%)		
Instituições da Sociedade Civil = 3 (30%)	Instituições Governamentais = 4 (40%)	Incubadoras Universitárias = 3 (30%)
Instituições de Apoio sem Convênio entre 2008-2009: 10 instituições (50%)		
Instituições da Sociedade Civil = 5 (50%)	Instituições Governamentais = 4 (40%)	Incubadoras Universitárias = 1 (10%)
Total das Instituições de Apoio Mapeadas: 20 instituições (100%)		
Instituições da Sociedade Civil = 8 (40%)	Instituições Governamentais = 8 (40%)	Instituições Governamentais = 8 (40%)

Fonte: Dados de pesquisa.

Com base nestas informações, constata-se que das 20 instituições de apoio que possuem ou tiveram alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes, entre 2003 e 2009, 40% são instituições vinculadas à sociedade civil, 40% às instituições governamentais e 20% às incubadoras universitárias. Percebe-se, portanto, que ocorre uma paridade de vinculações estabelecida entre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a Senaes, com instituições governamentais e da sociedade civil, que, juntas, constituem 80% das instituições de apoio. Desta forma, pode-se referir que no Rio Grande do Sul - apesar de que na sua totalidade somente 20 instituições já estiveram ou estão vinculadas a este Progra-

¹ A pesquisadora levou quase um ano para realizar o levantamento da quantidade e características das instituições de apoio vinculadas ao mencionado Programa e à Senaes no Rio Grande do Sul.

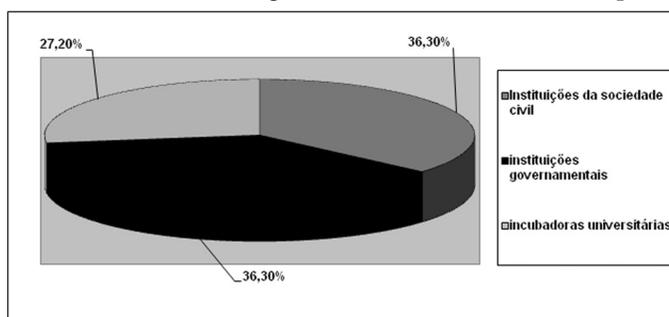
ma Social, devido a sua incipiência no Estado e no Brasil - o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, pelo menos em relação ao seu processo de implantação, vem sendo efetuado de forma que vá ao encontro da descentralização político-administrativa, com a participação da sociedade civil organizada.

Já em relação à caracterização das 10 instituições que não possuem alguma forma de vínculo entre 2008 e 2009 - período da coleta das informações - com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes, salienta-se que metade estava vinculada à Sociedade Civil, 40% a setores governamentais e somente 10% às Incubadoras Universitárias. Com base nestas informações constata-se uma diferenciação de apenas 10% entre as instituições de apoio ligadas à sociedade civil e às instituições governamentais, e pouca ênfase nas Incubadoras Universitárias (10%).

No que diz respeito, porém, às informações referentes à caracterização das 10 instituições de apoio que possuem convênio entre 2008 e 2009, salienta-se que 30% destas são vinculadas à sociedade civil, 40% a setores governamentais e 30% são instituições ligadas às incubadoras universitárias. Desta forma, percebe-se que no momento existe uma oscilação de 10% a mais de instituições vinculadas aos setores governamentais do que em relação às vinculadas à sociedade civil. Salienta-se, também, que entre 2008 e 2009 vem ocorrendo um incentivo maior do Estado às Incubadoras Universitárias, no que concerne aos processos de incubação, o que se constitui num aumento de 20% em relação ao período sem convênio.

Por meio deste trabalho verificaram-se as principais características das 11 instituições pesquisadas que possuem (sete instituições) e que não possuem vínculo (quatro instituições) entre 2008 e 2009 com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes.

Gráfico 1 - Forma de organização das Instituições de Apoio



Fonte: Dados de pesquisa.

Diante destas informações constata-se que participaram da pesquisa quatro instituições vinculadas à Sociedade Civil (36,3%), quatro a Setores Governamentais (36,3%) e 3 que correspondem às Incubadoras Universitárias (27,2%). Assim, por meio das instituições de apoio pesquisadas pode-se destacar que as Instituições “D”, “E”, “F” e “J”, configuram-se como instituições da sociedade civil. Destaca-se que as mesmas se constituem por meio de Instituição Religiosa, por ONGs e Oscip. As ONGs e as Oscips estão relacionadas com a participação da sociedade civil nas demandas sociais, principalmente a partir da década de 90 do século XX. Estas não se constituem como instituições governamentais e nem como instituições privadas com objetivo de obter lucro, entretanto a realidade nem sempre corresponde a esta intencionalidade.

A redução dos movimentos sociais organizados no Brasil possivelmente também está relacionada ao crescimento e desenvolvimento das ONGs - levando em conta que esta realidade está vinculada com a aplicação do referencial teórico neoliberal nas políticas e programas sociais no Brasil e na América Latina, e com o processo de reestruturação do capital. Com o apoio da Igreja Católica, as ONGs reconsideravam suas posições quanto à organização da população para participar de movimentos e mobilizações conscientizadoras, direcionando-se para o trabalho popular que envolve as ações coletivas cooperadas ou em parceria com agências públicas e/ou privadas (GOHN, 2003).

As ONGs dividem-se em Caritativas, Desenvolvimentistas, Cidadãs e Ambientistas (GONH, 2003). As ONGs Caritativas estão relacionadas com o processo de filantropia das minorias sociais; as Desenvolvimentistas estão vinculadas com questões e demandas sociais que envolvem o meio ambiente - tendo a ECO 92 como marco destas instituições -; as Cidadãs estão direcionadas para a reivindicação dos direitos que envolvem as demandas sociais, visando a possibilitar o exercício da cidadania pelos sujeitos - tanto no meio urbano como no rural -; e, por fim, as ONGs Ambientistas estão relacionadas com o processo de desenvolvimento autossustentável no mercado (GOHN, 2003).

Outro aspecto que deve ser destacado é o fato de que no final da década de 90 do século XX, as ONGs adquiriram uma legislação específica, de forma que as mesmas passaram a usufruir dos recursos públicos em âmbito legal. Estas ONGs passaram a ser denominadas de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip. As Oscips foram legalizadas por meio da Lei número 9.790 de 23 de março de 1999, que dispõe, precisamente, sobre a

qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Outra questão importante está relacionada com o fato de que não são todas as ONGs que passaram a ser OSCIPs, mas somente aquelas que tiveram entre seus objetivos, algum daqueles indicados pela lei 9.790.

A Lei 9.790 oportuniza a utilização de meios legais para que a prática e a parceria estabelecida entre as ONGs e o governo federal tornem-se formais. Estas instituições designadas de Oscips deverão ter como objetivo social: a) promoção da assistência social; b) promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; c) promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação de que trata esta lei; d) promoção gratuita da saúde, observando-se o modo complementar de participação das organizações de que trata esta lei; e) promoção da segurança alimentar e nutricional; f) defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; g) promoção do voluntariado; h) promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; i) experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; j) promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; k) promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; l) estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos (BARBOSA, 2007).

No que concerne às Instituições da Sociedade Civil pesquisadas - Instituições “D”, “E”, “F” e “J” -, salienta-se que estas objetivam o fomento das experiências coletivas de geração de trabalho e renda em parceria com o Estado, de forma que as mesmas possam adquirir viabilidade econômica no mercado. Tendo como intencionalidade analisar as Instituições da Sociedade Civil pesquisadas, será apresentada uma breve caracterização das mesmas, para, posteriormente, se referir às Instituições Governamentais também pesquisadas. A Instituição “F” possui como objetivo principal estimular a auto-organização da sociedade para a construção de seus direitos para que exista socialização dos frutos do desenvolvimento e de todas as dimensões do poder, com respeito às diferenças, não sendo estas, motivo de desigualdade social.

Esta instituição busca, por meio de seu trabalho, fomentar a elaboração de estratégias e ações que possibilitem a melhoria das condições de vida dos

trabalhadores assessorados. Possui como foco de trabalho, também, alcançar a democracia participativa, a luta feminista, as questões de gênero e a Economia Popular Solidária, juntamente com as questões que envolvem o meio ambiente e a ecologia. Destaca-se, ainda, que esta instituição integra a Associação de Empreendimentos Solidários Emrede do Rio Grande do Sul. A Emrede é uma associação civil composta por cooperativas, microempresas solidárias, associações, grupos solidários e organizações não governamentais que compõem uma rede que se respalda nos princípios da Economia Popular Solidária, tendo como objetivo a comercialização dos produtos e serviços. A Instituição “F” foi selecionada por edital público para fazer a implementação do Núcleo Estadual de Assistência Técnica - Neates -, para Empreendimentos de Economia Popular Solidária. Este trabalho será levado a efeito por meio de apoio de execução realizado conjuntamente com a Instituição “I”.

Já quanto à Instituição “E”, pode-se destacar que esta constitui-se numa experiência consolidada e faz parte do trabalho vinculado à Cáritas/RS. A Instituição “E” iniciou suas atividades por meio de construção de alternativas a partir de 1980, por intermédio dos PACs (Projetos Alternativos Comunitários), posto que, a partir de 1987, passou a desenvolver suas atividades em âmbito regional. A Instituição “E” “[...] congrega e articula os grupos organizados e viabiliza a Comercialização Direta dos produtos produzidos pelos Empreendimentos Solidários do Campo e da Cidade” (PROJETO..., acesso em: 11 maio 2009). Desta forma, por meio da Instituição “E”, vários empreendimentos coletivos existentes no meio rural e urbano, na Região Central do Estado, passam a receber assessoria de modo que viabilize a produção e comercialização dos produtos e serviços advindos destas experiências.

Mediante as atividades de incubação desenvolvidas pela Instituição “E”, foram criados pontos de comercialização “de produtos coloniais, hortigranjeiros ecológicos, caseiros, artesanais, panificação, confecção, serigrafia, artesanato em material reciclado, produtos da agroindústria familiar, carne e prestação de serviços, com a proposta da Economia Popular Solidária, na perspectiva de gerar trabalho e renda, dignidade pelo trabalho organizado, com a valorização do trabalho acima do capital, na construção da Cidadania e Inclusão Social” (PROJETO..., acesso em: 11 maio 2009). Estes pontos de comercialização são denominados de “Teia da Esperança” e são administrados de forma colegiada pelos próprios empreendimentos coletivos organizados e associados à Instituição.

ção “E”. Esta Instituição é considerada referência nacional devido ao fato de se constituir num dos primeiros trabalhos de assessoramento e fomento existentes nos Grupos Cooperativistas no Rio Grande do Sul e no Brasil.

A Instituição “D” constitui-se numa ONG que, por meio da elaboração de projetos sociais,² adquire fontes de financiamento que são utilizadas para fomentar empreendimentos de Economia Popular Solidária. Por intermédio do trabalho desenvolvido pela Instituição “D”, almeja-se possibilitar condições de acesso aos trabalhadores das experiências coletivas a novas tecnologias de informação e comunicação, posto que estes trabalhadores estão excluídos do uso dessas ferramentas (A..., acesso em: 5 maio 2009). Assim, esta Instituição vem desenvolvendo suas atividades principalmente na área da inclusão digital. Ou seja, por meio desta ONG os trabalhadores dos empreendimentos coletivos assessorados passam a ter acesso e a usufruírem de qualificação profissional de forma que os mesmos interajam com a sociedade, tendo a oportunidade de compreender e participar da mesma, mediante sua qualificação e aproximação a estas novas ferramentas tecnológicas.

Por fim, a quarta Instituição da Sociedade Civil pesquisada é a Instituição “J”. O objetivo desta Instituição consiste em desenvolver ações para o fortalecimento da Economia Popular Solidária, contribuindo na articulação e fortalecimento de iniciativas já existentes e fomentando o surgimento de novas iniciativas (C..., acesso em: 5 maio 2009). Os sujeitos e grupos que são assessorados pela Instituição “J” são as organizações populares, os trabalhadores e sindicatos urbanos, bem como trabalhadores e sindicatos rurais.

Para o desenvolvimento de suas atividades de assessoria, que objetivam fomentar e viabilizar as experiências coletivas de geração de trabalho e renda tanto no meio urbano como no rural, a Instituição “J” conta com o apoio e recursos financeiros de Agências Internacionais de Cooperação, Empresas, Fundações ou Institutos Empresariais Brasileiros e doações em geral (C..., acesso em: 5 maio 2009). As instituições da sociedade civil pesquisadas estão relacionadas com as ONGs Cidadãs e Ambientalistas (GONH, 2003), bem como a instituição designada de Oscip está vinculada com a defesa, preserva-

² Os projetos sociais selecionados e apoiados financeiramente pelo Estado são usados como formas de compartilhar, por meio da descentralização político-administrativa, as funções públicas. Novamente ressalta-se que se compreende neste estudo que os projetos sociais são formas que possibilitam a relação estabelecida entre o Estado e a Sociedade Civil, desde que seja estabelecida uma parceria entre o Estado e as instituições de apoio.

ção e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito e promoção de direitos.

Reportando às instituições pesquisadas neste estudo e vinculadas aos setores governamentais Instituições “B”, “M”, “I” e “G”, constatou-se que duas instituições constituem-se enquanto centros públicos (metade das instituições governamentais pesquisadas), uma como um projeto social e outra está vinculada a um órgão governamental ligado ao MTE. Destaca-se que, tanto os centros públicos quanto a Instituição “G”, constituem-se em instituições e projetos que foram criados para operacionalizar objetivos do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, levando em consideração que ambos apresentam-se também como formas de materialização de atividades, previstas pelo referido Programa Social.

Já a Instituição “I”, porém, constitui-se como uma instituição em âmbito estadual, tendo como perspectiva a transversalidade deste Programa Social. A Instituição “I” tem como objetivo principal promover a garantia do direito ao trabalho a todos os cidadãos por meio da fiscalização e orientação das formas de trabalho existentes, oferecendo apoio à organização de novos tipos de atividade pela mediação das relações do trabalho e por intermédio da assistência ao trabalhador, visando a consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

Constituem ações da Instituição “I”: a) enfrentar a precarização e a discriminação no trabalho; b) ampliar o alcance da fiscalização por meio da eficaz aplicação das normas legais e convencionadas especialmente as de proteção à vida e à saúde do trabalhador; c) promover um novo contrato social em torno das questões sindicais e trabalhistas; d) fomentar as práticas de mediação de conflitos das relações de trabalho; e) promover políticas públicas de emprego e renda, inserção no mercado de trabalho, ampliação da cidadania e qualificação de trabalhadores; f) apoiar e estimular atividades econômicas de autogestão; g) melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços mediante a revisão das práticas de gestão e a organização de um sistema de informações (MTE. Delegacias, acesso em: 5 maio 2009). Em relação à Economia Popular Solidária, a Instituição “I” objetiva estimular estas experiências coletivas como formas alternativas de geração de trabalho, tendo como perspectiva, também,

que estes empreendimentos possam obter viabilidade no mercado.

A Instituição “G” corresponde à atividade de Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária, pela atuação de agentes de desenvolvimento solidário. A Instituição “G” está voltada para a geração de trabalho e renda por meio da Economia Popular Solidária. Sob o direcionamento da Senaes/MTE, a Instituição “G” fomenta a organização de empreendimentos coletivos, de modo que os mesmos possam ter maior possibilidade de acesso a políticas e programas sociais, contribuindo para a viabilidade destas experiências. A execução da Instituição “G” é realizada por uma universidade em parceria com diversos setores governamentais (ECOSOLIDÁRIA, acesso em: 5 maio 2009). A Instituição “G” é destinada a experiências coletivas direcionadas à agricultura familiar, prestação de serviços, artesanato e vestuário, localizados nos meios urbanos e rurais, tendo como público-alvo comumente os beneficiários do Programa Bolsa-Família - transversalidade de programas e políticas sociais.

A Instituição “G” é constituída por uma coordenação nacional, coordenadores estaduais e agentes de desenvolvimento, considerando que sua principal estratégia está relacionada com o processo de articulação de iniciativas que viabilizem o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários (ECOSOLIDÁRIA, acesso em: 5 maio 2009). Menciona-se ainda que esta é fundamentada por duas linhas de atuação: a) estabelecimento de parcerias com os três níveis de governo e com a sociedade civil organizada; b) mobilização da comunidade. Desta forma, pretende-se, por meio desta Instituição, articular os programas sociais com as instituições não governamentais e trabalhadores, mediante o trabalho desenvolvido pelos agentes de desenvolvimento (ECOSOLIDÁRIA, acesso em: 5 maio 2009). No Rio Grande do Sul foi pesquisado o desenvolvimento das atividades desta instituição em São Lourenço do Sul e Santana do Livramento.

Os Centros Públicos, por sua vez, constituem-se em instituições que estão relacionadas com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por meio da atividade de estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária. Os Centros Públicos de Economia Solidária caracterizam-se por espaços multifuncionais, que alojam um conjunto de atividades principalmente de comercialização, de formação e de articulação local da Economia Popular Solidária, que podem estar relacionadas a instituições

governamentais ou não governamentais (ECOSOLIDÁRIA, acesso em: 5 maio 2009).

As principais ações que envolvem os Centros Públicos estão relacionadas com: a) abrigar e promover a integração de iniciativas e projetos governamentais e não governamentais voltados ao fortalecimento da Economia Popular Solidária, como as atividades de mapeamento e a proposição de leis municipais; b) apoiar projetos voltados à geração de trabalho e renda, por meio de iniciativas de Economia Popular Solidária; c) apoiar a organização de redes e outras formas de articulação econômica dos empreendimentos solidários; d) promover ações para o desenvolvimento local; e) disponibilizar espaço físico e infraestrutura para atividades de comercialização, formação, assessoria e organização (ECOSOLIDÁRIA, acesso em: 5 maio 2009). Em relação aos dois Centros Públicos, Instituições “M” e “N” pesquisadas, constatou-se que os mesmos estão vinculados às prefeituras, posto que ambos correspondem à atual forma de vinculação existente entre as prefeituras e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes, objetivando fomentar e contribuir com a viabilidade das experiências coletivas.

Por fim também foram pesquisadas instituições de apoio relacionadas com três Incubadoras Universitárias ligadas à Economia Popular Solidária, sendo elas: Instituições “A”, “C” e “H”. As Incubadoras Universitárias estão vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e à Senaes por meio do Proninc, que foi criado para dar conta de uma das atividades do Programa de Economia Solidária que tem a ver com o processo de assessoria e incubação, visando a fomentar as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, de forma que as mesmas possam adquirir viabilidade no mercado. No próximo subitem serão introduzidas as vinculações estabelecidas entre as Instituições de Apoio pesquisadas e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes.

4.1.1 Vinculações das Instituições de Apoio pesquisadas com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes

No que concerne às atividades de assessoria que vêm sendo desenvolvidas pelas Instituições de Apoio Pesquisadas - 11 instituições -, pode-se destacar que a maioria delas - seis instituições, que correspondem a 54,5% dos

casos -, vinham realizando suas atividades de incubação antes mesmo da criação da Senaes, bem como do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Estas informações tornam-se relevantes na medida em que podem ser relacionadas com as informações apresentadas anteriormente, quando foi referido que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, assim como a Senaes, foram criados mediante uma solicitação e pressão da sociedade civil organizada ao governo federal, com base na demanda social existente relativa à Economia Popular Solidária.

Ou seja, se já existiam instituições - vinculadas à sociedade civil e às incubadoras universitárias - que estavam desenvolvendo atividades de fomento e assessoria às experiências coletivas para que estas adquirissem viabilidade econômica no mercado, destaca-se novamente que se torna relevante e importante a criação da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como do Proninc, para que esta demanda social fosse atendida, também, por meio do Estado, de forma que adentrasse para a agenda pública brasileira. Expõe-se, ainda, que, na medida em que o Estado passa a atender a esta demanda, o mesmo procura estabelecer uma parceria com as instituições da sociedade civil e incubadoras universitárias - geralmente realizada por meio de aceite e financiamento de projetos sociais -, bem como, também, cria e passa a apoiar outros setores governamentais para atender esta demanda social.

Levando em consideração as instituições pesquisadas que já desenvolviam suas atividades antes da criação da Senaes, salienta-se que a Instituição “E” possui maior tempo de experiência em assessoria, pois vem sendo realizada desde 1982. Já as outras cinco instituições pesquisadas³ iniciaram as suas atividades em: 1994, 1999, 2000 e duas em 2001. Destas seis instituições, salienta-se que três estão relacionadas às Incubadoras Universitárias e três às Instituições da Sociedade Civil.

Já em relação às instituições pesquisadas que iniciaram seu trabalho de assessoria posteriormente à criação da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, destaca-se, principalmente, as vinculadas aos setores governamentais. Desta forma, pode-se afirmar que das instituições pesquisadas somente a Instituição “D”, criada em 2003, está vinculada à sociedade civil. As outras quatro instituições estão relacionadas com setores gover-

³Que também já estavam desenvolvendo suas atividades anteriormente à criação da Senaes.

namentais e iniciaram suas atividades em 2005, 2006, e ainda, duas instituições iniciaram suas atividades - relacionadas com a Economia Popular Solidária - desde a criação da Senaes, entre 2003 e 2005, no Rio Grande do Sul.

Constata-se, por meio destas informações, que no Rio Grande do Sul, no que diz respeito às instituições pesquisadas, as vinculadas aos setores governamentais foram mais estimuladas pelo governo federal após a criação da Senaes do que as ligadas à sociedade civil e às incubadoras universitárias. Isto significa possivelmente que o Estado vem investindo em parcerias estabelecidas entre a Senaes e outros setores governamentais, porém ainda em fase bem incipiente no RS. Esta realidade pode estar relacionada com o fato de a Economia Popular Solidária ter se transformado numa demanda social legitimada pelo Estado. Destaca-se ainda, em relação as 11 instituições pesquisadas, que das seis existentes anteriormente à criação da Senaes, somente duas, entre o período pesquisado, 2008 e 2009, não possuem vínculo com o programa. Quanto às outras cinco instituições pesquisadas que foram criadas ou potencializadas - em termos de Economia Popular Solidária - a partir da constituição da Senaes, salienta-se que, também, somente duas não possuem vínculo entre o período de 2008 e 2009.

Os vínculos estabelecidos entre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - por meio da Senaes -, e as instituições de apoio, ocorrem por intermédio de encaminhamento de projetos sociais elaborados por estas instituições de apoio - mediante abertura de editais e chamadas públicas -, que poderão ser ou não aceitos e aprovados pela Senaes. Quando um projeto social encaminhado pelas instituições da sociedade civil, governamentais e incubadoras universitárias que assessoram os empreendimentos coletivos é aceito pela Senaes, passa-se aos trâmites para a liberação de recursos financeiros advindos de órgãos de fomento, objetivando contribuir para o desenvolvimento das atividades de apoio, divulgação, incubação e/ou assessoria e mapeamento de empreendimentos, entre outras atividades que tenham como intencionalidade principal viabilizar economicamente as experiências coletivas de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul bem como no Brasil.

Ou seja, é estabelecida uma parceria entre a Senaes e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - juntamente com o Proninc e demais órgãos de apoio, como a Finep e a Fundação Banco do Brasil, por exem-

plo -, com instituições vinculadas à sociedade civil, a setores governamentais - como prefeituras - e às incubadoras universitárias. Esta parceria ocorre por meio de liberação de recursos, de cursos e encontros de formação e qualificação promovidos pela Senaes e demais instituições de apoio. Ressalta-se que a Constituição de 1988 inseriu a participação popular como uma das estratégias para a descentralização do poder, na medida em que possibilita mais ativamente a participação política da sociedade civil em parceria com o Estado. A concepção de democracia, no Brasil, deixou de ser apenas representativa para tornar-se também participativa.

Esta forma que vem sendo estabelecida de vínculo/convênio entre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - Senaes - e as instituições de apoio, entretanto, possuem diversas limitações. Ao contrário de outros programas e políticas sociais que estão num processo mais avançado de descentralização político-administrativa, como o da assistência social, da saúde, entre outros, o montante de recurso destinado à Economia Popular Solidária pelo governo federal - orçamento da união -, ainda é limitado, se equiparado à demanda apresentada e averiguada pelo mapeamento da Economia Popular Solidária realizado pela Senaes.

Outra questão limitadora que pode ser aprimorada pelo governo federal por meio de novas deliberações de editais e de encontros de formação destinados às equipes técnicas das instituições de apoio - que também requerem acompanhamento -, está vinculada ao processo de publicização e divulgação das formas disponíveis para acessar os recursos financeiros preestabelecidos. Esta divulgação deveria facilitar o acesso das instituições de apoio aos recursos existentes. Constata-se ainda que, sem o apoio técnico de assessoria das instituições parceiras, os sujeitos envolvidos nas experiências de Economia Popular Solidária teriam inúmeras dificuldades para obter estes recursos, bem como demandá-los - pois os mesmos também precisam de assessoria para elaboração de projetos, qualificação, formação social, pontos de comercialização, entre outros.

Em relação às instituições de apoio pesquisadas no Rio Grande do Sul que iniciaram suas atividades por meio do referido Programa desde 2003, salienta-se que os vínculos estabelecidos com a Senaes e com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento ocorreram, além de serem realizados também mediante a abertura de editais e chamadas públicas, da seguinte

forma: a Instituição “E” vinculou-se com a Senaes e o referido programa, por meio da atividade prevista pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, relacionada com a promoção de Feiras de Economia Popular Solidária,⁴ teve projetos sociais aceitos e apoiados pela Senaes e ainda contribuiu no processo de mapeamento de Economia Popular Solidária na região central do Estado. A Instituição “I” afirma ser “um braço da Senaes no Estado” lembrando que obteve o convênio com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento desde a implantação do programa no Estado.

A verba anteriormente era repassada ao departamento exclusivo para Economia Solidária, que atualmente está extinto. Menciona-se ainda que a Instituição “I” foi uma das responsáveis pelo Mapeamento da Economia Popular Solidária no Estado e vem trabalhando com as comunidades quilombolas. A Instituição “G”, que consiste numa das atividades do referido Programa Social - denominada de Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário -, é direcionado para a geração de trabalho e renda, considerando que para este projeto não foi necessária a participação em editais públicos. Na Instituição “D” o vínculo se deu pela aprovação de projeto social elaborado pela instituição e selecionado pela Senaes, de forma que esta última passou a ser uma das instâncias de fomento desta ONG.

No que diz respeito aos dois Centros Públicos pesquisados, salienta-se que os mesmos estão diretamente relacionados com a atividade de Estímulo à Institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária, prevista pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes. O vínculo estabelecido entre a Instituição “M” e a Senaes foi firmado por meio do apoio financeiro da fundação Banco do Brasil. Já a Instituição “B” teve o vínculo estabelecido com a Senaes mediante o atendimento de algumas demandas e pré-requisitos estabelecidos por esta Secretaria Federal, como a realização de um diagnóstico que envolvesse a realidade socioeconômica dos sujeitos que participavam dos programas do governo federal no município em que se localiza esta instituição, bem como pela elaboração de um projeto soci-

⁴ Em documento analisado constatou-se que a Feira Estadual do Cooperativismo, realizada em Santa Maria em 2005, foi promovida à condição de Feira de Economia Solidária do Mercosul, pois recebeu auxílio de diversos órgãos do poder público federal.

al que tinha como objetivo central recuperar um prédio histórico - no qual atualmente se localiza a Instituição.

Em alusão às duas instituições da sociedade civil também pesquisadas, as Instituições “J” e “F”, expõe-se que a primeira mencionada estabeleceu uma parceria com a Senaes desenvolvendo uma das atividades previstas pelo Programa de Economia em Desenvolvimento referente ao Mapeamento das experiências de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul. Ou seja, o vínculo foi realizado mediante a liberação de recursos provenientes da Senaes e órgãos de fomento para a realização do Mapeamento - por isto, no momento, esta instituição não possui ligação com a Senaes. Já em relação à Instituição “F”, salienta-se que esta obteve o estabelecimento do vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da liberação de recurso destinado à constituição do escritório central do Centro de Excelência da Rede Industrial de Confecção Solidária - RICS - que faz parte da instituição. Este recurso foi liberado mediante a elaboração de projeto social aprovado pela Senaes. A Instituição “F” também auxiliou no Mapeamento das experiências de Economia Popular Solidária no Estado.

Por fim, no que se refere aos vínculos estabelecidos entre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e as instituições de apoio pesquisadas, relacionadas as três incubadoras universitárias, salienta-se que estes vínculos ocorreram mediante a aprovação de projetos sociais selecionados e apoiados pela Senaes e instituições de fomento, por meio de abertura de editais vinculados também ao Proninc. Estas três instituições foram contempladas pelo financiamento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas - Proninc - em sua segunda edição (2005-2006), considerando que na atualidade as Instituições “C” e “A” firmaram novamente convênio por meio da terceira edição do Proninc (2008-2009), e a Instituição “H” está no aguardo da liberação de recursos para o estabelecimento do novo vínculo.

Desta forma, menciona-se que o vínculo estabelecido entre as incubadoras pesquisadas e a Senaes, juntamente com o Proninc, também está diretamente relacionado com uma das atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, atinente aos processos de assessoria e/ou incubação que buscam fomentar as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, para que estas possam se tornar ou se manterem viáveis no

mercado. Estas três incubadoras pesquisadas auxiliaram no mapeamento das experiências de Economia Popular Solidária no Estado, sendo que colaboram para este processo de caracterização dos empreendimentos coletivos. Para que se mantenha esta parceria entre as incubadoras, a Senaes e o Proninc, faz-se necessária a aprovação de projetos de incubação pelas incubadoras, para que a Senaes e o Proninc possam financiar a fundo perdido alguns itens do orçamento das incubadoras, como o pagamento de técnicos e bolsistas, a compra de equipamentos e material de consumo, o vale-transporte e diárias para deslocamentos, entre outros.

Mediante estas informações coletadas, pode-se constatar que, em relação às instituições de apoio pesquisadas, as mesmas estão desenvolvendo suas atividades de forma que vão ao encontro das ações, objetivos e atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes, apesar de suas limitações.

Quadro 4 - Vinculação das Instituições pesquisadas com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes

Instituições pesquisadas com convênio	Forma de vínculo estabelecido entre as Instituições e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes	Atividade prevista pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e que vem sendo realizada pelas Instituições pesquisadas por meio do vínculo com o Programa e com a Senaes
Instituição "A"	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e pelo Proninc e financiado por Instituições de Fomento	<p>a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária;</p> <p>b) Fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários;</p> <p>c) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária.</p>
Instituição "B"	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e pelo Proninc e financiado por Instituições de Fomento	Estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária
Instituição "C"	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e pelo Proninc e financiado por Instituições de Fomento	<p>a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária;</p> <p>b) Fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários;</p> <p>c) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária.</p>
Instituição "D"	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e financiado por Instituições de Fomento	<p>a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária</p>
Instituição "E"	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e financiado por Instituições de Fomento	<p>a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária;</p> <p>b) Organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários;</p> <p>c) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária.</p>
Instituição "F"	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e financiado por Instituições de Fomento	<p>a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária;</p> <p>b) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária.</p>
Instituição "G"	Vinculado diretamente à Senaes	<p>a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária;</p> <p>b) Promoção de Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário.</p>

Continuação do Quadro 4 - Vinculação das Instituições pesquisadas com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes

Instituições pesquisadas sem convênio	Forma de vínculo estabelecido entre as Instituições e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes	Atividade prevista pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e que vem sendo realizada pelas Instituições pesquisadas por meio do vínculo com o Programa e com a Senaes
Instituição "H"	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e pelo Proninc e financiado por Instituições de Fomento	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) Fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários; c) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária.
Instituição "I"	Setor vinculado ao Governo Federal - MTE	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária.
Instituição "J"	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e financiado por Instituições de Fomento	a) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária.
Instituição "L"	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e financiado por instituições de Fomento = está relacionado com o estímulo do governo federal às prefeituras	a) Estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária

Fonte: Quadro Sistematizado pela pesquisadora.

A pequena quantidade de atividades desenvolvidas no Estado possivelmente está relacionada com a incipiência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no Rio Grande do Sul, como também no Brasil. Ainda em relação à vinculação das instituições pesquisadas, verifica-se que, por intermédio da transversalidade, seis instituições - com base nas informações coletadas e analisadas -, desenvolvem ou desenvolveram suas atividades vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes, relacionadas com o Proninc - no que concerne às três incubadoras universitárias - e, também, com o Programa Etnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo - no que diz respeito à Instituição "I", além da interlocução com o Programa Fome Zero. Destaca-se esta realidade devido ao fato de se constatar, pelas informações coletadas, que 54,5% das instituições desenvolvem suas ações respaldadas nos programas transversais.

Estas informações apresentadas comprovam - apesar de estarem sendo desenvolvidas seis atividades pelas instituições pesquisadas no mencionado Estado, bem como pela forma de vínculo estabelecido entre estas instituições de apoio e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por meio da Senaes -, que esta realidade vai ao encontro dos objetivos e atividades previstos pelo referido Programa e por esta Secretaria Federal. A incipiência se deve, porém, ao fato de a Senaes existir somente há 7 anos no Brasil, e também pela forma que o repasse de recursos está sendo constituído, por meio de editais e chamadas públicas, que também ocorrem com outros programas e políticas sociais - em que pese os mesmos possuírem uma trajetória mais avançada com 15, 20 e 30 anos de aprimoramentos processuais.

Como exemplo desta realidade, pode-se citar o Suas, implantado em 2005, constituído nacionalmente sob direção única, porém caracterizado pela gestão compartilhada e pelo cofinanciamento das ações por meio dos três entes federados e pelo controle social exercido pelos conselhos de assistência social dos municípios, Estados e união (GUIA..., acesso em: 20 ago. 2009). A implantação do Suas, entretanto, está atrelada à política de assistência social (LOAS, 1993), dando maior ordenamento aos seus serviços, benefícios, programas e projetos, tendo como intencionalidade, também, a descentralização entre as ações da união, Estados e municípios. Pelo Suas, os municípios precisam estar atentos "para os instrumentos normativos (NOB/Suas, Portarias,

Instruções Normativas e Operacionais, Editais etc.), para poder receber recursos do Governo Federal, repassados [...] a título de co-financiamento dos programas, serviços e projetos relativos à política de assistência social” (GUIA..., acesso em: 20 ago. 2009). Ocorre, porém, que esta política social, assim como outras - da saúde, educação -, está num processo mais avançado de consolidação político-administrativo - algo que também envolveu um processo gradativo de aprimoramento e conquistas sociais. A política de assistência também está respaldada na transversalidade, visando a ter uma maior integração entre a mesma e as outras políticas e programas sociais, entre eles o de Economia Solidária em Desenvolvimento - pois o público-alvo do Programa Bolsa-Família e do de Economia Solidária comumente se caracterizam pelas mesmas particularidades.

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, entretanto, vem sendo desenvolvido no Rio Grande do Sul com várias limitações, seja no âmbito de obtenção de recursos, seja pela pouca variedade das atividades previstas pelo Programa Social implantadas no Estado, seja pela quase inexistência de transversalidade de parcerias com outros programas sociais - em termos de quantidade de programas sociais - ou, ainda, pela existência de poucas instituições que já estiveram ou estão vinculadas ao referido Programa Social entre 2003 e 2009.

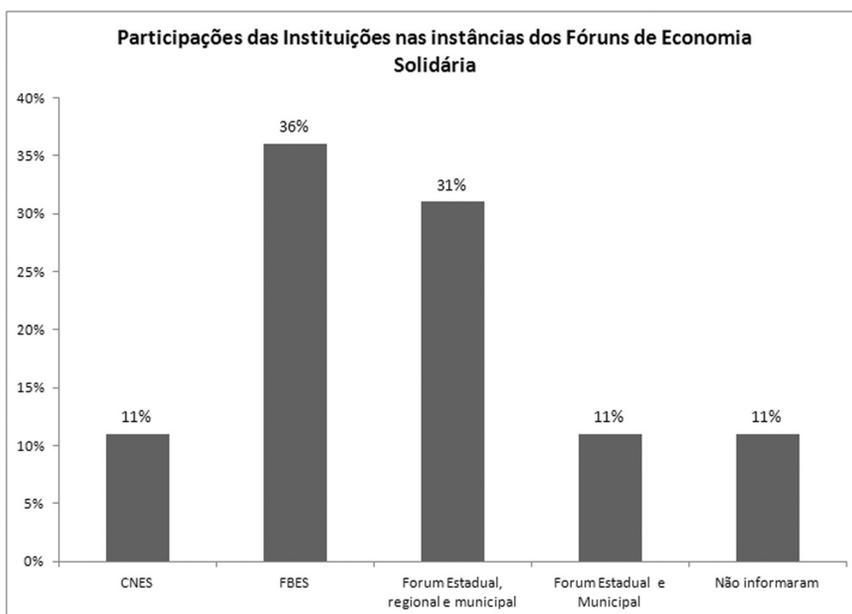
Salienta-se, porém, que, mesmo com estas limitações, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, juntamente com a Senaes, possui relevância social e importância em relação a sua contribuição para a viabilidade econômica das experiências coletivas de geração de trabalho e renda neste Estado, como também no Brasil. Ressalta-se esta realidade pelo fato de que por meio da parceria estabelecida entre o Estado e as instituições de apoio, os empreendimentos recebem assessoria e capacitações que os possibilita permanecer no mercado gerando renda aos trabalhadores. Outra justificativa está relacionada com a existência, no Rio Grande do Sul e no país, de 2.085 e 21.857, respectivamente, empreendimentos coletivos - mapeados entre 2005 e 2007 pela Senaes. Para além dos sujeitos trabalhadores envolvidos nestes empreendimentos mapeados, salientam-se ainda os familiares dos mesmos, que, também, comumente necessitam desta renda para sobreviver, seja de forma complementar ou exclusiva aos rendimentos obtidos por estas famílias.

Contata-se que deve haver um maior investimento do governo federal,

principalmente junto as instituições da sociedade civil e, ainda mais, em relação às prefeituras e secretaria estadual no Rio Grande do Sul, para que, por meio desta parceria, o governo federal possa contribuir veementemente para a viabilidade econômica e manutenção das experiências coletivas no mercado. Compreende-se também que este investimento vem ocorrendo de forma gradativa, pois o aprimoramento é processual. Faz-se necessária, entretanto, a pressão exercida pela sociedade civil organizada no referido Estado - Fóruns de Economia Popular Solidária - para que, gradativamente, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento seja implantado e efetivado no Rio Grande do Sul - bem como no Brasil.

Quanto à participação das 11 instituições de apoio pesquisadas no Estado nos Fóruns de Economia Popular Solidária, como também no Conselho Nacional de Economia Solidária, pode-se constatar que somente a Instituição “E” e a Instituição “L” participam do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Além de participarem do Conselho Nacional, estas duas instituições participam das quatro instâncias do Fórum de Economia Popular Solidária - municipal, regional, estadual e nacional. Destaca-se ainda que a Instituição “E” também participa do Conselho Municipal de Economia Popular Solidária de Santa Maria/RS. As outras nove instituições pesquisadas não participam do CNES e nem de conselhos municipais. Para além da atuação destas duas instituições no FBES, no que concerne à participação das outras nove instituições de apoio pesquisadas, averiguou-se, por meio das informações obtidas, que cinco delas também participam do FBES, sendo elas as Instituições “A”, “B”, “C”, “D” e “F”. Destas sete instituições que participam do FBES, quatro (“A”, “B”, “C” e “F”) também participam das demais instâncias dos Fóruns de Economia Popular Solidária - estadual, regional e municipal -, assim como, também, a Instituições “L” e “E”. A Instituição “D” informou que, além de participar do FBES também integra o FGEPS. Já as Instituições “J” e “H” informaram que não fazem parte do FBES, porém participam dos fóruns municipais e do fórum Estadual de Economia Popular Solidária. Em relação às duas instâncias pesquisadas relacionadas com o governo federal e estadual - Instituições “G” e “I” -, ambas não emitiram informações referentes à participação nos Fóruns de Economia Popular Solidária - bem como no CNES.

Gráfico 2 - Participações das Instituições nas instâncias dos Fóruns de Economia Solidária



Fonte: Dados de pesquisa.

Com base nestas informações, pode-se constatar que duas Instituições participam do CNES, sete do FBES, seis participam de todas as instâncias do Fórum - estadual, regional e municipal -, duas fazem parte do Fórum Estadual e Municipal - e duas não responderam. Assim, pode-se concluir que somente 18,1% das instituições pesquisadas participam do CNES, 63,6% do FBES e 81,8% de alguma instância do Fórum de Economia Popular Solidária, seja em âmbito estadual, regional ou municipal.

Constata-se, portanto, uma supremacia da participação das instituições pesquisadas nas instâncias representativas de Economia Popular Solidária relacionadas com a sociedade civil organizada, e se verifica também a pouca participação das referidas instituições no Conselho Nacional de Economia Solidária. Esta realidade vai ao encontro das informações apresentadas anteriormente, quando se apontou a incipiência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e de seu respectivo Conselho Federal. Salienta-se, também, que ambos foram criados perante a pressão exercida pela sociedade civil organizada. Estas informações, vinculadas à inserção dos trabalhadores

em instâncias deliberativas e representativas deste segmento social, demonstram igualmente a participação dos sujeitos, que, possivelmente, resulta na elevação do processo de politização e conscientização dos mesmos sobre a realidade social, econômica, cultural, educacional e política.

Por fim, algumas das instituições pesquisadas informaram que, além de participarem dos Fóruns de Economia Popular Solidária, desenvolvem outras atividades nos mesmos ou por meio destes. Como exemplo disso, cita-se a Instituição “B”, que vem atuando também na elaboração de Calendários de Seminários e Feiras sobre Economia Popular Solidária, além de participar das reuniões e Grupos de Trabalhos de Formação nos Fóruns, e a Instituição “H”, que informou que também participa de reuniões, atividades planejadas, feiras e atividades de formação por meio dos Fóruns. No próximo subitem será introduzido o processo de assessoria e/ou incubação - com base nas informações que foram coletadas por meio desta pesquisa - que vem sendo desenvolvido pelas 11 instituições de apoio pesquisadas.

4.1.2 Processo de Assessoria e/ou incubação desenvolvido pelas Instituições de apoio pesquisadas

Mediante as informações coletadas, relacionadas as 11 instituições de apoio pesquisadas quanto ao desenvolvimento de suas atividades vinculadas aos processos de assessoria e incubação, pode-se averiguar que sete instituições possuem projetos de intervenção elaborados que mencionam os objetivos e a metodologia de incubação empregados para o desenvolvimento de assessoria/incubação realizado com as experiências de Economia Popular Solidária, sendo elas: Instituições “A”, “B”, “C”, “F”, “H”, “J” e “L”.

A Instituição “E” informou que não possui um projeto formalizado relacionado com o processo de intervenção, mas projetos elaborados para a arrecadação de recurso e apoio ao seu trabalho de incubação e de fomento às Feiras de Economia Popular Solidária. Já as Instituições “D”, “I” e “G” não responderam à questão. Na totalidade, porém, 7 das 11 instituições pesquisadas (64,0%) - considerando que três não responderam -, possuem projetos de intervenção elaborados.

Por intermédio das informações obtidas, pode-se constatar uma semelhança entre os objetivos propostos pelas instituições pesquisadas que possuem clareza de suas ações, por meio dos projetos elaborados de assessoria. Des-

ta forma, percebe-se que os objetivos que norteiam o processo de intervenção das Instituições “B”, “H”, “J” e “L”, assemelham-se, pois salientam três aspectos que devem permear a metodologia empregada durante os processos de assessoria/incubação das experiências de geração de trabalho e renda, que são: a) a formação, b) a capacitação, e c) a formalização do empreendimento. A formação e a capacitação estão relacionadas com o processo de qualificação das experiências coletivas, bem como dos profissionais das instituições; a formalização do empreendimento está vinculada com o processo de legalização da experiência assessorada.

Outros objetivos também foram referenciados por estas três instituições, pois a Instituição “J” citou os princípios da Economia Popular Solidária que envolvem o consumo solidário e a organização de espaços de comercialização - que contribui para a viabilidade econômica destes empreendimentos. Já a Instituição “H” e a Instituição “L” indicaram os princípios da autogestão, da viabilidade econômica, da preservação ambiental e do exercício da cidadania, mediante as trocas entre o saber popular e o saber acadêmico. A Instituição “B” ainda mencionou que visa também à sustentabilidade dos empreendimentos coletivos e o processo de autogestão.

A Instituição “F” informou que possui como objetivo estimular a auto-organização da sociedade para a construção de seus direitos, em que haja socialização dos frutos do desenvolvimento e de todas as dimensões do poder, com respeito às diferenças, não sendo estas motivo de desigualdade social. Ou seja, esta instituição se direciona à inserção produtiva e social das experiências coletivas, juntamente com a implantação de um processo de autogestão e construção de rede por ramo de atividade assessorada, em que os princípios da Economia Popular Solidária estejam presentes nas suas ações.

Quanto às duas incubadoras pesquisadas, que possuem vínculo entre 2008 e 2009 com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, pode-se constatar que os objetivos que norteiam o processo de intervenção delas - Instituições “A” e “C” -, são semelhantes. Desta forma, pode-se referir como objetivos da Instituição “C”: a) prestar assessoria a empreendimentos de Economia Popular Solidária, visando o desenvolvimento socioeconômico cultural e humano para a formação da cidadania coletiva; b) contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento local e regional, pela difusão da proposta de cooperativismo autogestionário e outras formas de organização associativa; e c) possibilitar a professores, técnicos e alunos da instituição uma aproximação

maior com a comunidade. A Instituição “A” possui cinco eixos centrais que norteiam a sua intervenção: a) incubação e assessoria de experiências coletivas; b) divulgação e promoção da Economia Popular Solidária; c) formação e qualificação técnica; d) comercialização por meio de organização de feiras; e e) mapeamento, que consiste em identificar e caracterizar os empreendimentos coletivos.

Os objetivos previstos por estas duas incubadoras, assim como pelas demais instituições referidas, vão ao encontro dos propósitos e atividades previstos pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes. Estas duas incubadoras, porém, possuem em comum a intencionalidade de aproximar os empreendimentos coletivos ao conhecimento técnico, bem como focalizar suas atividades na integração entre a comunidade acadêmica e a comunidade local-regional, buscando o desenvolvimento sustentável.

A Instituição “E”, apesar de não possuir um projeto de incubação/assessoria formalizado, possui clareza de sua intencionalidade de intervenção, uma vez que informou que objetivam a valorização dos empreendimentos solidários para que se tornem sujeitos interativos e independentes. Deste modo, os objetivos desta instituição constituem-se por meio da promoção da transformação social, política, econômica, cultural, ambiental, eclesial, ecumênica e pelo autodesenvolvimento associativo comunitário e transformador sustentável por meio de projetos de geração de trabalho e renda, dentro da perspectiva da Economia Popular Solidária, da Agricultura Familiar e da Agroecologia, visando a incluir socialmente estes trabalhadores.

Desta forma, constata-se que o trabalho de incubação/assessoria que vem sendo desenvolvido pelas instituições de apoio pesquisadas, objetiva não somente possibilitar a inserção econômica destes sujeitos por meio da geração de renda, mas, também, trabalhar outros aspectos que estão para além da viabilidade econômica. Entre eles, destaca-se a socialização no processo de trabalho, a conscientização, a compreensão dos princípios cooperativistas/associativistas e a preservação do meio ambiente.

Apesar de se averiguar esta realidade, entretanto, percebe-se, também, que tanto o processo de incubação quanto a forma de vínculo estabelecida entre estas instituições de apoio e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - Senaes -, estão ainda em fase bem inicial no Estado, de modo que apontar indicadores - no que se relaciona à contribuição do programa para a viabilidade das experiências coletivas -, que não estejam somente relaci-

onados com a renda, ainda não é possível, pois não se possui elementos e informações concretas neste sentido. O que se pode compreender em relação a este programa social, entretanto, está relacionado com a intencionalidade do mesmo, bem como das instituições de apoio, que prospectam a justiça e equidade social.

Outra questão que se destaca, neste estudo, é que as Instituições “A”, “E” e “F” possuem semelhanças em seus objetivos. Estas instituições concebem a perspectiva de desenvolvimento das experiências coletivas, bem como a ideologia de que, por meio da Economia Popular Solidária, “outro mundo é possível” e “outra economia é possível”. As outras instituições pesquisadas possivelmente também possuem esta concepção, entretanto não foram obtidas informações que explicitassem diretamente esta visão de homem e de mundo.

Esta realidade está relacionada com a concepção que se possui sobre a Economia Popular Solidária, que concebe estas experiências como um contraponto ao capitalismo. Por meio deste trabalho, porém, compreende-se que as experiências de Economia Popular Solidária estão inseridas no sistema capitalista e caracterizadas ao mesmo tempo como formas de os trabalhadores resistirem às manifestações de desigualdade da questão social. Entende-se, ainda, que estas experiências constituem-se também como formas estratégicas de o Estado e de o Sistema atenuarem os conflitos de classe.

Pelas informações obtidas e relacionadas com as experiências coletivas assessoradas, pode-se afirmar que estas, auxiliadas pelas instituições de apoio, possuem características em comum, como o fato de se constituírem em cooperativas, associações, grupos e por alguns familiares, que procuraram gerar trabalho e renda aos sujeitos por intermédio de diversos ramos de atividades, seja no meio urbano, seja no rural. Já os Centros Públicos caracterizam-se por atender em seu espaço de comercialização as experiências coletivas, entretanto setores vinculados a prefeituras também assessoram estes empreendimentos coletivos. Por fim, a Incubadora Universitária que, além de ter como intencionalidade aproximar a universidade da população local-regional e produzir conhecimentos, objetiva assessorar os empreendimentos coletivos.

O trabalho de assessoria e/ou incubação e os procedimentos metodológicos que vêm sendo desenvolvidos pelas instituições de apoio pesquisadas com as experiências de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul estão sendo realizados da seguinte forma: o trabalho de assessoria das Instituições “E” e “H” assemelham-se, pois informaram que desenvolvem

as atividades relacionadas com a realização de cursos, encontros, seminários, oficinas e atividades práticas como formas de trabalho. Dentre outras atividades, a Instituição “E” salienta também as viagens de estudo de que participam, realização de assembleias, participação em congressos e a promoção de trocas entre as experiências assessoradas. Já a Instituição “H” salienta, ainda, que suas atividades são realizadas por intermédio da ação de equipes interdisciplinares, formadas por professores, técnicos e estudantes, que visitam os empreendimentos e discutem com os trabalhadores as demandas existentes e a forma de atendê-las.

A assessoria-incubação da Instituição “J” está pautada no acompanhamento e nos debates constantes desenvolvidos com os empreendimentos. Esta Instituição afirma que procuram levar em conta as especificidades de cada local e características dos empreendimentos coletivos. A Instituição “L” apenas informou que o trabalho de assessoria é realizado nos próprios empreendimentos, pois não disponibilizam de espaço físico para o desenvolvimento das atividades metodológicas. As Instituições “B” e “F” não especificaram em suas respostas como desenvolvem o trabalho de assessoria e incubação, juntamente com as Instituições “D”, “I” e “G”, que também não responderam a questão.

Verificou-se que as duas incubadoras que possuem convênio entre 2008 e 2009 - as Instituições “A” e “C” - assemelham-se, posto que aplicam três estágios no processo de incubação: a) a pré-incubação inicia-se quando verbalmente representantes de experiências demandam da necessidade da incubação; b) a incubação inicia-se pela realização de um planejamento participativo, que determina as ações a serem desenvolvidas tanto pela incubadora como pelos empreendimentos; e c) a pós-incubação, que consiste na realização de ações mais pontuais, a partir das demandas e da necessidade do grupo. Paralelamente a estas atividades, desenvolvem também, por meio da assessoria, seminários, cursos, oficinas, encontros, palestras, reuniões, grupos de estudo e pesquisa e produção de material informativo, entre outros.

Com base nestas informações - mesmo que limitadas, pois cinco instituições, que representam 45,4% das pesquisadas, não informaram como desenvolvem o trabalho de assessoria e/ou incubação -, porém, bem como por meio das outras sete instituições que informaram diretamente, pode-se constatar que as metodologias empregadas durante o processo de assessoria e/ou incubação vão ao encontro dos objetivos, atividades e metodologias previstas pela Senaes para serem desenvolvidas com as experiências coletivas assessoradas.

das. Outra questão refere-se ao fato de que as instituições de apoio pesquisadas, ao assessorarem as experiências coletivas, possuem como intencionalidade potencializar a viabilidade econômica das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, bem como contribuir para a legalização dos empreendimentos constituídos por meio de grupos, seja por intermédio de associações e/ou cooperativas.

Este trabalho torna-se mais completo e fortalecido a partir do momento em que as instituições de apoio vinculam-se ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes, recebendo de órgãos de fomento recursos financeiros, além do apoio da Senaes e da participação em encontros de formação e monitoramento das atividades.⁵ Por isto se acentua a relevância da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, pois, na medida em que este Programa Social for expandindo-se e se consolidando, poderá contribuir por meio das instituições de apoio, com a viabilidade e manutenção das experiências de geração de trabalho e renda, de forma que se tornem possíveis no mercado.

Quando foram coletadas as informações entre 2008 e 2009, averiguou-se que alguns empreendimentos já haviam se transformado em associações e cooperativas, considerando que ainda três grupos estavam migrando para a condição de associação. Isto significa que, mesmo ainda de forma limitada e incipiente, possivelmente o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, juntamente com as instituições de apoio, vem contribuindo para a legalização dos empreendimentos, aspecto que contribui para a viabilidade dos mesmos, pois os grupos informais são as formas mais precárias existentes de trabalho coletivo.

4.1.3 Relação estabelecida entre o trabalho desenvolvido pelas Instituições de Apoio no Rio Grande do Sul juntamente com o Programa de economia Solidária em Desenvolvimento às Experiências de Economia Popular Solidária

No que concerne ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelas 11 instituições de apoio pesquisadas, 10 informaram que este vai ao encontro do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes. Apenas uma instituição não respondeu a questão. As outras instituições alegaram que

⁵ Constitui-se numa das exigências e critérios da Senaes.

o trabalho de assessoria e/ou incubação que desenvolvem estão respaldados nos princípios da Economia Popular Solidária, e que objetivam contribuir para a tomada de consciência e criticidade dos sujeitos sobre a realidade social. Além disso, as instituições de apoio referiram, também, que almejam fortalecer o processo de trabalho das experiências coletivas, de forma que as atividades desenvolvidas por estas experiências correspondam à proposta da Economia Popular Solidária e de um modelo sustentável de desenvolvimento, em que o respeito pelo meio ambiente esteja presente.

Outra questão que pode ser averiguada está relacionada com a preocupação e interesse das instituições pesquisadas para que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento seja efetivado e fortalecido, de modo que o mesmo, após ser implantado em sua plenitude, num segundo momento possa transformar-se em uma política social. Para isto, primeiramente faz-se necessário que os objetivos previstos pela Senaes sejam atingidos e concretizados, no que se relaciona ao acesso a créditos, à comercialização, à formação dos agentes e dos empreendimentos, ao Novo Marco Legal - que objetiva também enfrentar as falsas cooperativas e associações e afastar os trabalhadores da condição de informalidade por meio da criação de uma nova legislação social que inclua estes trabalhadores -, e às Finanças Solidárias.

As instituições informaram, também, que o trabalho que vem sendo desenvolvido visa a garantir um acompanhamento técnico das experiências - como forma de monitoramento -, de modo que o mesmo seja pautado nos princípios da Economia Popular Solidária. Por fim, comunicaram ainda que o trabalho desenvolvido busca dar conta de atividades previstas pela Senaes e pelo referido Programa Social, como: incubação e assessoria; divulgação e promoção da Economia Popular Solidária; formação e qualificação técnica; comercialização mediante organização de feiras; legalização dos empreendimentos; promoção por meio de agentes de desenvolvimento; e no mapeamento, que consiste em identificar e caracterizar os empreendimentos coletivos.

Salienta-se que das 11 instituições pesquisadas, 10 informaram que procuram desenvolver seu trabalho de forma que o mesmo contribua para a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária. Apenas a Instituição "I" novamente não respondeu. Desta forma, constata-se uma supremacia quase que absoluta em relação à compreensão que as instituições de apoio pesquisadas têm sobre o trabalho que desenvolvem e a possível con-

tribuição do mesmo para a viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária no mercado.

Pode-se confirmar esta compreensão das instituições pesquisadas por meio das informações obtidas neste estudo, como quando as Instituições “H”, “J” e “L” informaram que desenvolvem suas atividades prospectando que a comercialização dos produtos originados pelas experiências coletivas seja por meio de melhores preparos, visando a contribuir com a viabilidade econômica e com o processo de aproximação da autogestão das experiências coletivas. As Instituições “F” e “G” informaram que visam à construção de alternativas para o crescimento do empreendimento como processo de viabilidade econômica das experiências, de forma que possam contribuir e estimular a formação dos trabalhadores, fomentando a criação de alternativas, procurando colaborar com o exercício da cidadania destes sujeitos e com a existência de um mundo mais justo e solidário. As outras instituições pesquisadas referiram que procuram contribuir com a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda em suas respostas, pois acreditam que o trabalho que vem sendo desenvolvido está comprometido com esta intencionalidade.

As 11 instituições de apoio pesquisadas, quando consultadas sobre suas percepções do que seria necessário para que as experiências de Economia Popular Solidária se tornem viáveis no mercado, expuseram, de forma genérica, que: a viabilidade das experiências se concretizará por intermédio da auto-organização dos empreendimentos e comercialização dos produtos e serviços advindos das experiências coletivas. Além da viabilidade econômica, foram citadas outras necessidades, como desenvolver suas atividades de acordo com a proposta da Economia Popular Solidária, do Cooperativismo e do Associativismo; gerar produtos com boa qualidade, entre outros.

Outra questão de extrema importância, que foi apontada pelas instituições de apoio pesquisadas, está relacionada ao término do processo de assessoria e/ou incubação. Segundo as informações, este se constitui num dos momentos de maior dificuldade do trabalho desenvolvido pelas instituições de apoio e experiências incubadas. Comumente os empreendimentos podem se tornar dependentes do processo de assessoria, por isto estas instituições informaram que o planejamento das atividades e o monitoramento do trabalho podem se constituir em ferramentas necessárias para que a incubação ocorra de forma que contribua para a independência e a viabilidade das experiências

coletivas no mercado. Mencionaram também que não existe uma “receita de bolo” para o desenvolvimento da assessoria, pois a mesma ainda está em fase de concepção, elaboração e execução devido a sua incipiência, pois consiste num trabalho processual. O que já pode ser constatado é que o trabalho de assessoria e incubação é de fundamental importância para a viabilidade econômica e manutenção das experiências coletivas, mesmo estando ainda em seu princípio.

Com base nas informações obtidas, pode-se averiguar que as instituições de apoio pesquisadas procuram desenvolver as suas atividades de assessoria e/ou incubação, que objetivam a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, bem como o fortalecimento da Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul - como também no Brasil -, tendo como embasamento os princípios da Economia Popular Solidária, apontados e informados em diversas respostas e documentos analisados. Pode-se verificar, ainda, que a preocupação com a sustentabilidade das experiências coletivas, despertadas e conscientizadas nos trabalhadores, principalmente sobre a preservação do meio ambiente, também foi citada em respostas e documentos analisados. Desta forma, compreende-se que as instituições pesquisadas almejam também a sustentabilidade ambiental e o processo de politização dos trabalhadores, juntamente com a viabilidade e manutenção das experiências coletivas no mercado.

Como, entretanto, os sujeitos que participam destes empreendimentos assessorados estão comumente em situação de vulnerabilidade social, pode-se averiguar que, primeiramente, faz-se necessária a viabilidade econômica das experiências coletivas; e, num segundo momento, sejam trabalhados os aspectos sociais, também relacionados com a conscientização e preservação ambiental, e as mudanças que as inserções dos trabalhadores nos empreendimentos vêm desencadeando em suas vidas, entre outros.

Desta forma, constata-se que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vem sendo implantado no Rio Grande do Sul, por meio de uma parceria estabelecida entre o governo federal - Senaes - e as instituições de apoio - governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias. Mediante esta parceria, o Estado pretende contribuir com a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária por meio da disponibilização de recursos financeiros e encontros de formação, além do processo de divulga-

ção da Economia Popular Solidária e por intermédio do desenvolvimento de objetivos e atividades previstas pelo mencionado Programa e pela Senaes. Assim, as instituições de apoio vêm configurando-se como o eixo de vinculação entre o governo federal e as experiências coletivas, pelos seus processos de assessoria e/ou incubação.

Pela pesquisa realizada não se pode constatar se as instituições de apoio estão exercendo as atividades do Estado ou assumindo outras que deveriam ser executadas por este último. O que pode se perceber é que o governo federal pretende constituir uma parceria com as instituições de apoio - lembrando que as mesmas participam das instâncias representativas e organizadas da sociedade civil, relacionadas com a Economia Popular Solidária no Brasil. Saliênta-se que se as instituições de apoio estão desenvolvendo atividades cabíveis ao Estado, é pela incipiência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como da Senaes, no Rio Grande do Sul e no Brasil. No próximo Capítulo serão introduzidas as 17 experiências coletivas pesquisadas, suas características e de seus trabalhadores, o processo de trabalho desenvolvido pelos empreendimentos e sua vinculação com as instituições de apoio no Estado.

5 - Experiências de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul: O Processo de Assessoria que Vem Sendo Desenvolvido Pelas Instituições de Apoio Vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento

Por meio deste livro, pode-se desvelar quais são as experiências de Economia Popular Solidária que estão sendo assessoradas/incubadas pelas instituições de apoio que já tiveram ou possuem alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - por intermédio da Senaes -, desde 2003 no Rio Grande do Sul. Desta forma, averigua-se que cooperativas, associações e grupos - que desenvolvem suas atividades nos meios urbanos e rurais em municípios do Rio Grande do Sul -, constituem-se nas experiências coletivas que são assessoradas/incubadas, ou, ainda, apoiadas pelas instituições pesquisadas, que possuem como intencionalidade contribuir com a viabilidade econômica destes empreendimentos e também pelo vínculo estabelecido com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes - Governo Federal.

Procurou-se coletar informações referentes às experiências de Economia Popular Solidária, mediante entrevistas realizadas com a aplicação de dois formulários estruturados a lideranças e outros trabalhadores inseridos nas experiências localizadas no meio urbano, que estão vinculadas entre 2008 e 2009 ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - totalizando 14 empreendimentos. Também foram entrevistados trabalhadores de três empreendimentos coletivos assessorados/vinculados a duas instituições que não possuem vínculo entre 2008 e 2009 com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - mas que pretendem se vincular novamente ao mesmo, sendo eles: Experiências “11”, “12” e “17”.

A coleta das informações nas experiências pesquisadas e respectivas instituições de apoio que as assessoram envolveu, portanto, os seguintes municípios no Rio Grande do Sul¹, tendo suas subdivisões respaldadas nos Conselhos

¹ O Estado do Rio Grande do Sul é constituído por 496 municípios, tendo Porto Alegre como capital. A população estimada em 2007 corresponde a 10.582.840 habitantes, e a incidência de pobreza equivale a 25,94% no Estado (Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=mapapobreza2003>>. Acesso em: 6 fev. 2009).

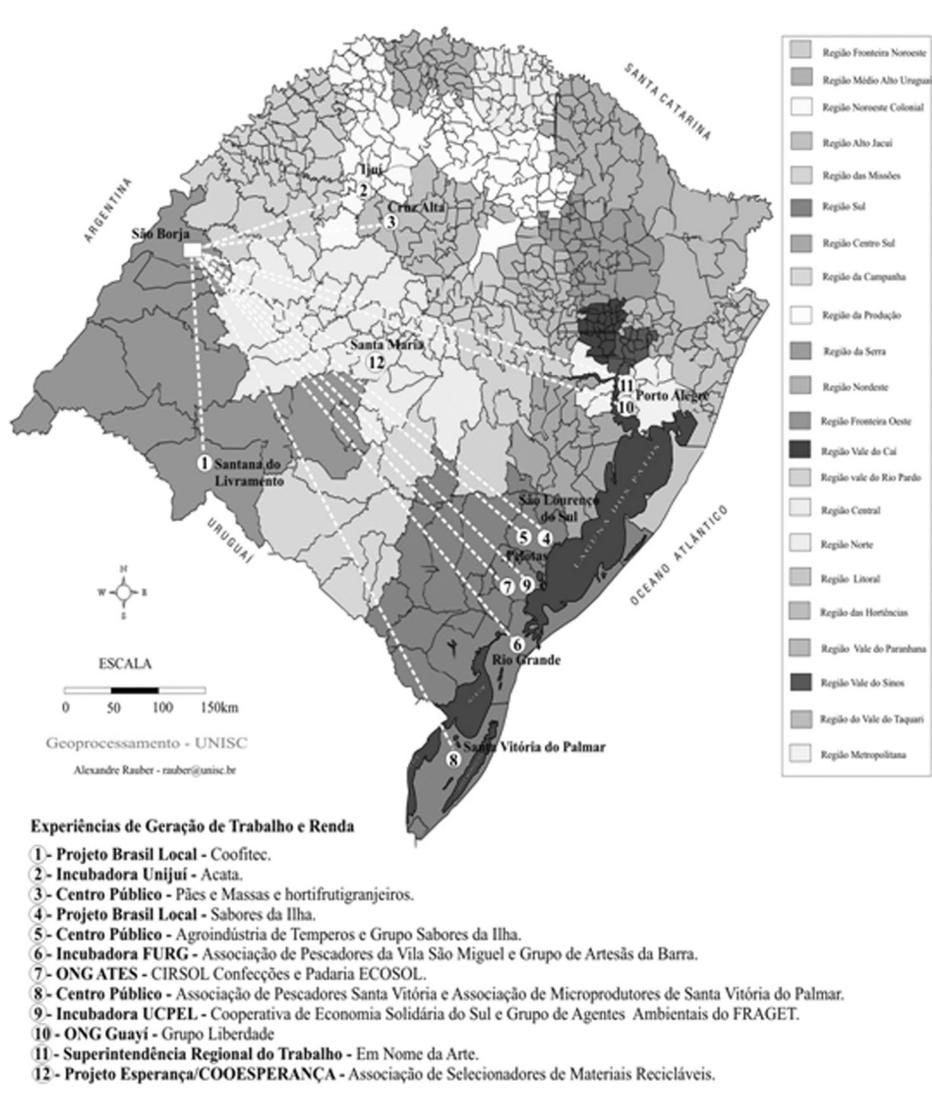
Regionais de Desenvolvimento² - Coredes: Ijuí, Cruz Alta, Santa Maria, Porto Alegre, São Lourenço do Sul, Rio Grande, Pelotas, Santa Vitória do Palmar e Santana do Livramento. Apresenta-se o mapa do Rio Grande do Sul no qual estão localizadas as experiências coletivas pesquisadas nos referidos municípios.

Buscou-se, por meio do mapa (ao lado), demonstrar como foi feita a coleta das informações e dados no campo, isto é, por meio de entrevistas e recolhimento de materiais e documentos para serem analisados. O município de referência é São Borja/RS, ou seja, para a realização da coleta das informações, partiu-se, após as etapas preliminares da pesquisa, de São Borja para os demais municípios do Estado - que possuem alguma forma de convênio ou vínculo com a Senaes no momento, ou que já tiveram.

No total foram realizadas 46 entrevistas, sendo 18 desenvolvidas com as lideranças dos empreendimentos coletivos e 28 com os outros trabalhadores inseridos nas experiências. Durante a realização da coleta das informações com os trabalhadores foi apresentado aos sujeitos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A). Juntamente com a realização das 46 entrevistas, informa-se, ainda, que também foi desenvolvida a análise documental referente às 17 cooperativas, associações e grupos pesquisados, que envolveram reportagens de jornal, regimentos, estatutos, atas, entre outros documentos que puderam ser acessados. Em seguida serão introduzidas as características dos empreendimentos pesquisados.

² Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes – são utilizados também, além de delimitar espacialmente os municípios no Rio Grande do Sul, como um espaço que objetiva estimular a proposição de políticas, programas e ações que objetivem a inclusão socioeconômica dos sujeitos, bem como o desenvolvimento dos municípios e regiões no Estado.

Figura 1 - Mapa 1: Estado do Rio Grande do Sul

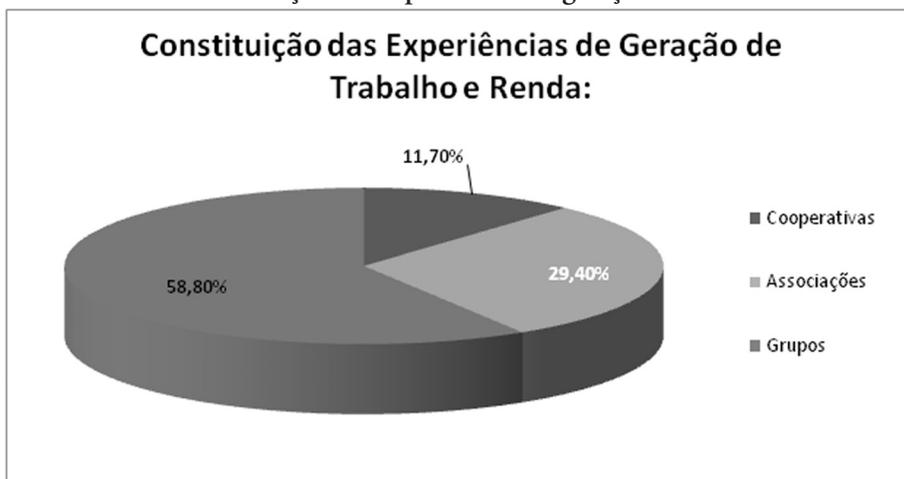


Fonte: Mapa do Rio Grande do Sul elaborado pelo Geoprocessamento da Unisc com a orientação da autora

5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA PESQUISADAS E DO PROCESSO DE TRABALHO QUE VEM SENDO DESENVOLVIDO

Constatou-se, por meio das 17 experiências pesquisadas - tendo como base a amostra intencional -, que a maioria dos empreendimentos configura-se enquanto grupos informais. Assim, identificou-se que dois empreendimentos constituem-se enquanto cooperativas (11,7%), cinco enquanto associações (29,4%) e 10 enquanto grupos (58,8%).

Gráfico 3 - Constituição das experiências de geração de trabalho e renda



Fonte: Dados de pesquisa.

Constituem os empreendimentos coletivos formados por meio de grupos de trabalho: Experiências “2” e “3” - que participam da Instituição “B” -; Experiência “6” - que participa da Instituição “M” -; Experiência “8” - assessorada pela Instituição “C” -; Experiências “9” e “10” - assessoradas pela Instituição “D” -; Experiência “13” - assessorada pela Instituição “F” -; Experiência “17” - assessorada pela Instituição “I” -; Experiência “12” - assessorada pela Instituição “H” -; e Experiência “5” - assessorada pelo Instituição “G” e participa também da Instituição “M”.

Os outros sete empreendimentos pesquisados constituem-se por cooperativas e associações. Constituem as cinco associações pesquisadas: Experiência “1” - assessorada pela Instituição “A”-; Experiência “7”- assessorada pela Instituição “C”-; Experiências “15” e “16”- participantes da Instituição “N”;

Experiência “14”- assessorada pela Instituição “E”. Por fim, constituem as duas cooperativas pesquisadas: Experiência “4”- assessorada pela Instituição “G”-; e a Experiência “11”- assessorada pela Instituição “H”- que não possui vínculo entre 2008 e 2009.

Mediante estas informações, percebe-se que somente 41,1% das 17 experiências pesquisadas constituem-se por meio de associações e cooperativas. Ou seja, somente sete empreendimentos estão regulamentados de forma que vão ao encontro da proposta prevista pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes - juntamente com os Fóruns de Economia Popular Solidária, por meio de cooperativas e associações. Estas informações demonstram os desafios existentes nos processos de incubação desenvolvidos pelas instituições de apoio, e acentuam a relevância do referido Programa Social no Estado, pois os grupos de trabalho se constituem no formato mais incipiente da Economia Popular Solidária - segundo a compreensão da Senaes.

Dos 10 grupos pesquisados, porém, constatou-se que três empreendimentos (30%) estavam migrando da condição de grupos para associação no primeiro semestre de 2009. São eles: Experiências “3”, “5” e “9”. Estes três empreendimentos estão vinculados às Instituições “B”, “M” e “G”, e ainda à Instituição “D”. Menciona-se novamente as instituições de apoio que assessoram ou estão vinculadas a estes empreendimentos coletivos devido ao fato de que a regulamentação e legalização das experiências coletivas, que iniciam suas atividades por meio de grupos de trabalho, constitui-se um dos objetivos do processo de assessoria e/ou incubação.

Apesar de mais de a metade dos empreendimentos coletivos pesquisados constituírem-se enquanto grupos - informações que vão ao encontro do mapeamento realizado pela Senaes no Rio Grande do Sul, em que foram apresentados como justificativa pelos trabalhadores ao se inserirem nestas experiências e também como complementação e geração de renda -, salienta-se que o fato de 30% destes empreendimentos estarem migrando para a condição de associação já se constitui num avanço no Estado. Esta realidade está diretamente relacionada com a vinculação da instituição de apoio ao referido programa por meio da Senaes.

Outra questão que pode ser averiguada está interligada ao fato de que nem sempre as nomenclaturas dos empreendimentos coletivos constituem-se em elementos suficientes para a compreensão da formalização dos mesmos. Ou seja, as nomenclaturas dos empreendimentos podem estar relacionadas

com o momento de fundação e princípio das experiências, ou com o possível desconhecimento dos trabalhadores sobre as diferenças entre grupos, associações e cooperativas - situação que deve ser trabalhada em assessoria - ou, quem sabe, ainda, pode estar vinculado com o desejo ou necessidade dos mesmos, entre outros motivos.

Visando a introduzir a análise das experiências, por meio das informações obtidas, pode-se averiguar que o primeiro empreendimento pesquisado que passou a desenvolver suas atividades desde o início da década de 90 do século XX, foi a Experiência “14” - assessorada pela Instituição “E”. Este empreendimento foi criado por iniciativas dos próprios trabalhadores e foi fundado anteriormente à criação da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - fato que acentua a relevância do Programa, pois se constata que já existia a demanda no Estado.

Juntamente com esta experiência, outros sete empreendimentos foram criados devido à iniciativa dos trabalhadores. Menciona-se, ainda, que duas experiências coletivas de geração de trabalho e renda iniciaram suas atividades por iniciativa do governo estadual - durante o mandato do governador Olívio Dutra, em 2001, por intermédio do Programa de Economia Popular Solidária. Para além destas nove experiências coletivas, salienta-se, ainda, que sete empreendimentos foram criados por meio das instituições de apoio que os assessoram/incubam. Por fim, informa-se, ainda, que uma experiência não esclareceu o motivo de sua criação.

Desta forma, (conforme tabela ao lado) constata-se que as sete experiências foram fundadas por meio da iniciativa dos trabalhadores, tendo em vista o aspecto econômico, pois tiveram como motivações criar uma alternativa de gerar renda devido ao desemprego ou complementar os seus rendimentos individuais e familiares. Esta realidade vai ao encontro das informações obtidas pelo Mapeamento de Economia Popular Solidária realizado pela Senaes no Rio Grande do Sul. Estes trabalhadores perceberam que, coletivamente, poderiam ter maiores possibilidades de gerar renda do que individualmente. Ou seja, concluíram que, por intermédio do coletivo, o grupo poderia ser fortalecido para, juntos, pressionar os governos municipais para que os empreendimentos adquirissem apoio para as suas viabilidades econômicas. Destaca-se, ainda, a Experiência “4”, devido ao fato de esta cooperativa ter sido fundada pelos trabalhadores de uma empresa que havia falido.

Quadro 5 - Motivos de criação das experiências coletivas

EXPERIÊNCIA	MOTIVO DE CRIAÇÃO	CARACTERIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA
Experiência "14"	Iniciativa dos Trabalhadores	Foi criada pelos trabalhadores tendo como perspectiva o enfrentamento do desemprego.
Experiência "2"	Iniciativa dos Trabalhadores	Foi criado com o objetivo de gerar renda a estes trabalhadores.
Experiência "6"	Iniciativa dos Trabalhadores	Iniciou por meio da produção para consumo próprio, e, posteriormente, após a aposentadoria de alguns dos seus integrantes, começou o processo de comercialização.
Experiência "4"	Iniciativa dos Trabalhadores	Foi fundada pelos trabalhadores em razão da falência da empresa privada que a antecedeu - Lâenefício. Alguns dos antigos funcionários resolveram criar a cooperativa mantendo o mesmo objeto de trabalho - confecção de fios e lãs - e informaram que comercializam os produtos com todo o país.
Experiência "16"	Iniciativa dos Trabalhadores	Surgiu a partir da união de pequenos produtores que reclamavam da dificuldade de autorização para a comercialização - pela fiscalização municipal -, de seus produtos.
Experiência "11"	Iniciativa dos Trabalhadores	Surgiu por meio dos encontros entre os trabalhadores que criaram a cooperativa, visando a adquirir recursos financeiros para poder escoar as suas produções.
Experiência "17"	Iniciativa dos Trabalhadores	Formado por oficinas que possuíam a necessidade de comercializar em feiras materiais recicláveis.
Experiência "15"	Iniciativa do Governo Estadual	A criação da associação poderia facilitar a aquisição de verbas, mediante projetos, objetivando comprar equipamentos bem como construir a sede da associação.
Experiência "7"	Iniciativa do Governo Estadual	Foi construída a estrutura da associação por meio de projeto aprovado pelo governo estadual, e posteriormente pela Senaes por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.
Experiência "12"	Iniciativa das Instituições de Apoio	Formado por oficinas que possuíam a necessidade de comercializar em feiras materiais recicláveis.
Experiência "8"	Iniciativa das Instituições de Apoio	A criação da associação poderia facilitar a aquisição de verbas, mediante projetos, objetivando comprar equipamentos bem como construir a sede da associação.
Experiência "9"	Iniciativa das Instituições de Apoio	Foi construída a estrutura da associação por meio de projeto aprovado pelo governo estadual, e posteriormente pela Senaes por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.
Experiência "5"	Iniciativa das Instituições de Apoio	Convite realizado a um grupo de mulheres para desenvolver atividades relacionadas com a geração de renda.
Experiência "10"	Iniciativa das Instituições de Apoio	Foi criada tendo como perspectiva a criação de uma rede de padarias.
Experiência "3"	Iniciativa das Instituições de Apoio	Foi formado por produtores que se uniram e passaram a trabalhar coletivamente.
Experiência "13"	Iniciativa das Instituições de Apoio	Convite realizado a um grupo de mulheres para desenvolver atividades relacionadas com a geração de renda.
Experiência "1"	Não informou	Foi criada tendo como perspectiva a criação de uma rede de padarias.

Fonte: Quadro sistematizado pela autora.

Por meio destas informações pode-se constatar, também, que os outros sete empreendimentos coletivos apresentados foram criados pelo apoio das instituições pesquisadas - relacionadas com as incubadoras universitárias, instituições governamentais e da sociedade civil. Ou seja, existia a demanda de gerar renda aos trabalhadores e a percepção, por parte das instituições de apoio e dos trabalhadores, de que de forma coletiva poderiam desenvolver suas atividades e terem maiores possibilidades de viabilizar economicamente seus produtos e serviços - posto que as instituições de apoio, por meio de assessorias e/ou incubações, potencializaram a criação destas experiências coletivas, visando a gerar renda aos trabalhadores.

Pode-se constatar, ainda, que os sete empreendimentos foram criados por estímulo das instituições de apoio - todos criados por meio de grupos de trabalho. Ou seja, as instituições de apoio, no Rio Grande do Sul, por intermédio das experiências pesquisadas, primeiramente tentam organizar os trabalhadores para que desenvolvam suas atividades em grupos. Num segundo momento, se o empreendimento coletivo manter-se no mercado e na medida em que forem sendo desenvolvidas as assessorias e incubações, então os mesmos poderão ser regulamentados por associações e cooperativas - principalmente associações, posto que o Novo Marco Legal ainda não foi regulamentado. Estas informações possivelmente podem ser averiguadas, pois três destas sete experiências criadas pelas instituições de apoio - portanto 42,8% - estão migrando para a condição de associação.

As experiências de Economia Popular Solidária foram criadas para gerar trabalho e renda e potencializar a comercialização dos produtos e serviços gerados pelos trabalhadores, considerando que 41,1% iniciaram o desenvolvimento de suas atividades por iniciativa dos próprios trabalhadores - e, posteriormente, passaram a ser assessoradas/incubadas pelas instituições de apoio -; 41,1% iniciaram suas atividades com o apoio direto das instituições pesquisadas; e 11,7% iniciaram suas atividades devido ao incentivo do governo estadual. Desta forma, conclui-se que as experiências pesquisadas foram criadas pelos próprios trabalhadores - principalmente as experiências existentes anteriormente à fundação da Senaes -, pelas instituições de apoio - principalmente as experiências criadas após a fundação da Senaes - e pelo incentivo do governo estadual.

Considera-se, então, que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no Rio Grande do Sul vem contribuindo para o fomento das experiências coletivas, tendo como instância executora as instituições de apoio. Por meio das experiências pesquisadas, constata-se que o referido Programa Social está sendo desenvolvido de forma que contemple os objetivos do mesmo. Assim, salienta-se a importância de o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - e da Senaes -, deixar de ser um Programa de governo e passar a ser um Programa Social permanente, para que, num outro momento, seja constituída uma política social específica em âmbito federal que dê conta desta demanda. Pelas informações obtidas quanto à quantidade de trabalhadores e o sexo destes sujeitos inseridos nas 17 experiências de geração de trabalho e renda, pode-se constatar que o número total de cooperados/associados é de 509 sujeitos. Um dos empreendimentos não especificou a quantidade de trabalhadores constituídos por homens e por mulheres, entretanto os outros 16 empreendimentos pesquisados informaram que são formados por 233 mulheres e 200 homens.

Ou seja, com estes dados das 16 experiências pesquisadas constata-se que 45,7% dos trabalhadores são mulheres e 39,2% são homens, obtendo-se uma variação em torno de 6% em prol das mulheres. Esta realidade está possivelmente relacionada ao fato de os trabalhadores - entre eles, as mulheres -, inserirem-se nas experiências visando à geração de renda e, também, complementar as suas rendas individuais e/ou familiares. Além destas informações, buscou-se identificar como cada empreendimento está constituído, totalizando 17 empreendimentos com 509 sujeitos.

Segundo as informações obtidas pelo mapeamento realizado pela Senaes no Rio Grande do Sul, entretanto, as experiências seriam constituídas em sua grande maioria (70,52%) por homens, e somente 29,4% por mulheres (dados de 2005 e 2007). Como, porém, os 17 empreendimentos pesquisados envolvem 509 trabalhadores, que representa somente 0,14% do total das experiências mapeadas pela Senaes no Estado - por isto esta pesquisa delimitada no RS é realizada com o enfoque qualitativo -, salienta-se que estes dados são fidedignos à realidade, considerando que as experiências foram analisadas de forma intencional.

Tabela 2 - Sexo dos trabalhadores das experiências pesquisadas

ASSOCIAÇÃO E COOPERATIVAS	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Experiência "4"	Não Informou	Não Informou	76
Experiência "15"	60	140	200
Experiência "16"	46	19	65
Experiência "1"	9	3	12
Experiência "3"	1	3	4
Experiência "6"	1	1	2
Experiência "7"	15	17	32
Experiência "10"	5	3	8
Experiência "11"	46	4	50
Experiência "12"	7	6	13
Experiência "14"	11	4	15
Experiência "2"	10	-	10
Experiência "5"	4	-	4
Experiência "8"	4	-	4
Experiência "9"	4	-	4
Experiência "13"	5	-	5
Experiência "17"	5	-	5
TOTAL	233	200	509

Fonte: Dados de pesquisa.

Das experiências pesquisadas, os três empreendimentos que possuem o maior número de cooperados/associados são: a Experiência "15", com 200 sujeitos; a Experiência "4", com 76 trabalhadores; e a Experiência "16", com 65 associados. Já no que diz respeito aos empreendimentos com menor quantidade de trabalhadores inseridos, constatou-se: a Experiência "6",³ com ape-

³Que é constituído por um grupo familiar.

nas dois sujeitos (um homem e uma mulher); a Experiência “3”, com quatro trabalhadores; a Experiência “5”, com quatro sujeitos (somente mulheres); a Experiência “8”, com quatro trabalhadores (somente mulheres); e a Experiência “9”, com quatro sujeitos (somente mulheres).

O que se destaca, principalmente, por meio das informações coletadas, é o fato de que 6 das 17 experiências pesquisadas, portanto 35,2%, são empreendimentos compostos somente por mulheres, sendo elas: Experiências “2”, “5”, “8”, “9” “13” e “17”. Estes 6 empreendimentos não possuem grande quantidade de trabalhadoras, levando-se a compreender que estas se inseriram nestes empreendimentos visando a geração de renda, ou, ainda, para complementarem suas rendas individuais e/ou familiares, além do fato de estarem exclusas do mercado formal de trabalho.

Em termos de infraestrutura, com as informações obtidas pelos 17 empreendimentos pesquisados pode-se averiguar que 10 (58,8%) desenvolvem suas atividades em locais que foram cedidos aos empreendimentos - por prefeituras, empresas, entre outros -; somente um empreendimento (5,8%) desenvolve suas atividades em local próprio; e 6 experiências (35,2%) fazem uso de outras formas de locais para o desenvolvimento de suas atividades - prédios alugados, residência de trabalhadores e a penitenciária feminina. Desta forma, constata-se novamente a importância de apoio destinado a estes empreendimentos coletivos, inclusive em relação ao local em que desenvolvem o processo de trabalho e gestão do mesmo, pois mais da metade dos empreendimentos desenvolvem as suas atividades em locais cedidos.

O processo de trabalho realizado nas experiências pesquisadas nos meios urbanos do Rio Grande do Sul é caracterizado pela produção e/ou prestação de serviços. Cada experiência, entretanto, possui um objeto de trabalho, e alguns empreendimentos desenvolvem ações semelhantes. As atividades que vêm sendo realizadas em coletivo por esses trabalhadores possuem um valor de uso à sociedade, seja por meio da coleta de material reciclável, seja pela produção de vestuário, artesanato, pescado, entre outros. Ao trabalharem com as matérias-primas, pode-se afirmar que esta atividade também possui um valor de troca, pelo qual a matéria-prima é comercializada, gerando, assim, a renda destes trabalhadores, fato que possibilita o alcance da viabilidade econômica.

Dando continuidade à análise das informações fornecidas pelos sujeitos

inseridos nas experiências coletivas, identificou-se que o processo de trabalho desenvolve-se da seguinte forma: cada empreendimento possui suas especificidades, ocorrendo, primeiramente, o processo de produção, para, posteriormente, o produto ser comercializado ou, ainda, nos empreendimentos que envolvem a prestação de serviços, há solicitação do mesmo e a posterior realização da atividade. Ainda existem, porém, outros procedimentos peculiares a cada empreendimento, como no caso das Experiências “1” e “14”, em que o processo de trabalho ocorre por meio da coleta de materiais recicláveis pelos trabalhadores nas ruas da cidade e, num segundo momento, é feita a seleção destes materiais. Já na Experiência “4”, o processo de trabalho ocorre mediante classificação, triagem, lavanderia, cardagem, panteagem, mecânica, eletricidade em geral, pedreiro, carpintaria e outros. Na Experiência “11”, o processo de trabalho é desenvolvido por meio de produção, comercialização e consumo de produtos de pequenos trabalhadores rurais e urbanos e assim sucessivamente, ou seja, conforme o objeto de trabalho, são executadas as atividades para a realização do mesmo. Os sujeitos inseridos nas experiências também informaram que, com o passar do tempo, vão adquirindo maior experiência e o trabalho passa a ser desenvolvido com mais facilidade e qualidade.

Alguns aspectos relevantes foram destacados quando apreendidos os objetivos e metas existentes nas experiências de geração de trabalho e renda pesquisadas. Os objetivos e metas informados envolvem - sistematizados conforme a quantidade de vezes que foram informados pelos trabalhadores - a inserção socioeconômica de trabalhadores excluídos do mercado formal; o desenvolvimento de atividades que visem à integração dos associados/cooperados, entre eles e com a comunidade; preocupação com o desenvolvimento sustentável de forma que o meio ambiente seja respeitado;⁴ a promoção de cursos de qualificação - como o de alfabetização - para os integrantes da experiência; a valorização das culturas diversificadas da periferia; e, por fim, a promoção de atividades assistenciais pelos governos municipais. Desta forma, constata-se a preocupação dos trabalhadores com a possibilidade de: gerar trabalho e renda; integração entre os sujeitos durante a realização do trabalho, bem como com a comunidade local-regional; um processo de qualificação dos

⁴ Possivelmente esta percepção está relacionada com o processo de assessoria/incubação das instituições de apoio, como um resultado que vem sendo alcançado.

sujeitos; desenvolvimento sustentável; valoração das periferias de forma que as mesmas passem a ser atendidas pelos governos municipais, que novamente é ressaltada pelo acesso a atividades assistenciais. Ou seja, a questão relacionada com a sobrevivência é visível na preocupação com a geração de renda e por meio das atividades assistenciais.

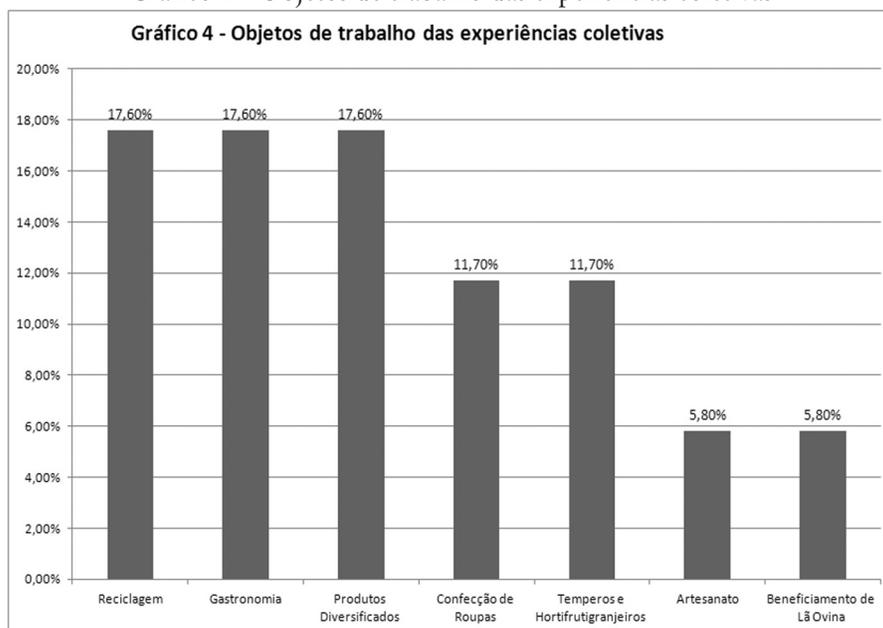
Percebe-se, entretanto, que existem outros elementos que foram informados pelos trabalhadores e que vão ao encontro dos princípios da Economia Popular Solidária, representada pela preocupação com a qualificação, pela integração na comunidade local-regional e pela preservação do meio ambiente. É pela união no processo de trabalho de seus integrantes, que esse tipo de economia (popular e solidária) vem gerando renda e uma consequente melhoria de vida aos seus participantes (TIRIBA, 2000), mesmo que ainda de modo incipiente. Estes elementos mencionados que constituem os objetivos dos empreendimentos pesquisados, podem estar relacionados com o trabalho de assessoria/incubação que os mesmos estão vivenciando. Possivelmente se os trabalhadores destes empreendimentos fossem entrevistados anteriormente ao início das assessorias das instituições de apoio, talvez fosse citada somente a questão relacionada com a sobrevivência. Não se possui, porém, elementos suficientes para afirmar tal realidade social. Em suma, num primeiro momento, possui-se como prioridade a necessidade de gerar renda, e, num segundo, são prospectados outros aspectos relacionado com a melhoria da sociedade e do meio ambiente.

Em relação aos materiais, produtos e serviços que são desenvolvidos e comercializados pelas experiências coletivas pesquisadas - objeto de trabalho dos empreendimentos coletivos -, identificou-se que os principais materiais produzidos/comercializados estão relacionados com a área de reciclagem, de gastronomia, de confecção, de pescado, e, ainda, produtos diversificados. Das 17 experiências pesquisadas, duas (11,7%) trabalham com a área da confecção de roupas, sendo elas a Experiência “9” - com lingerie e bolsas, pano de prato, biquínis, entre outros -; e a Experiência “13”, que confecciona roupas hospitalares. Já na área de reciclagem são três experiências (17,6%) que desenvolvem estas atividades: Experiências “1”, “12” e “14”.

Na área de gastronomia, também são três empreendimentos (17,6%) que desenvolvem estas atividades: as Experiências “2”, “5” e “10”. As duas experiências (11,7%) que trabalham com temperos e hortifrutigranjeiros são:

Experiências “3” e “6”. Na área do pescado trabalham as Experiências “7” e “15”, que correspondem também a 11,7%. As outras experiências coletivas que comercializam produtos diversificados correspondem a 17,6%, sendo constituídas pelos seguintes empreendimentos: a Experiência “8” - que oferece cursos de *biscuit*, serigrafia, costura, de sacolas, entre outros -; a Experiência “11” - que trabalha com panificação, temperos caseiros, produtos de limpeza, marcenaria e serralheria, confecções, artesanato, reciclagem de materiais, doces, bijuteria, entre outros -; e a Experiência “16” - que trabalha com artesanato, temperos, gastronomia, hortifrutigranjeiros e com prestação de serviços de limpeza urbana. Por fim, as Experiências “17” e “4” trabalham, respectivamente, com artesanato (5,8%) e beneficiamento da lã ovina (5,8%).

Gráfico 4 - Objetos de trabalho das experiências coletivas



Fonte: Dados de pesquisa.

Com base nestas informações, constata-se que predominam os empreendimentos que desenvolvem atividades relacionadas exclusivamente com reciclagem (17,6%) e gastronomia (17,6%), bem como os que desenvolvem mais de uma atividade de produção (17,6%). Já no que se refere ao processo de comercialização dos produtos e serviços realizados, pode-se averiguar que

sete experiências (41,1%) comercializam os produtos e/ou prestam serviços com o público diretamente, com outras empresas e com outros empreendimentos; seis experiências (35,2%) informaram que comercializam seus produtos e serviços com outras empresas e com outros empreendimentos coletivos; e quatro experiências (23,5%) declararam comercializar os materiais ou produtos somente com os consumidores - relacionado com os empreendimentos de reciclagem. Desta forma, constata-se que os tipos de comercialização dos produtos e serviços gerados pelos empreendimentos pesquisados são diversificados, e se pode perceber que são destinados aos consumidores, a empresas privadas e a empreendimentos coletivos.

Como os 17 empreendimentos pesquisados localizam-se no meio urbano, portanto, estas informações divergem das apresentadas anteriormente sobre o mapeamento realizado pela Senaes no RS. Neste último, predominavam atividades relacionadas com a agricultura, fabricação de produtos de padaria, artefatos têxteis, fabricação de produtos diversos, reciclagem de sucatas não metálicas, entre outros. Já no que diz respeito ao processo de comercialização dos produtos e serviços advindos das 17 experiências pesquisadas, os Centros Públicos, as Feiras de Economia Popular Solidária e os armazéns constituem-se em espaços para a comercialização, além de encomendas advindas de empresas privadas. Segundo as informações obtidas pela Senaes, conforme o mapeamento, a maioria dos empreendimentos comercializa os seus produtos e serviços diretamente com os clientes, divergindo, portanto, novamente, das informações apreendidas pela pesquisadora em relação aos 17 empreendimentos.

Assim, constata-se que em ambas as situações (mapeamento da Senaes ou dados coletados nos 17 empreendimentos) estas experiências tentam reproduzir a lógica do sistema em relação aos processos de comercialização, visando a atingir a viabilidade econômica. O que os diferencia dos outros empreendimentos inclusos no sistema, porém, está relacionado com a forma como estes trabalhadores desenvolvem atividades laborais, bem como sobre a compreensão que estes sujeitos possuem sobre a realidade macroeconômica e social. Este processo de conscientização pode ser promovido pelas assessorias realizadas pelas instituições vinculadas a este programa e à Senaes. Outra questão que deve ser salientada está relacionada com as Feiras de Economia Popular Solidária. Pretende-se, por meio das feiras, fortalecer as redes que possuam

como foco o trabalho coletivo.

Já em relação à concorrência vivenciada pelas experiências coletivas no mercado, constatou-se que das 17 pesquisadas, 14 informaram que enfrentam concorrência direta no mercado, correspondendo a 82,3%, e somente três empreendimentos, que corresponde a 17,6%, comunicaram que não enfrentam concorrência direta no mercado. Das experiências coletivas de Economia Popular Solidária que informaram enfrentar concorrência direta no mercado, a maioria delas - 10 empreendimentos - declarou sofrer concorrência de outros empreendimentos e também de empresas, bem como de pessoas que comercializam individualmente os mesmos produtos. As Experiências “15” e “17” afirmam que sofrem, especialmente, a concorrência de atravessadores.

Assim como indicam as informações apreendidas pelo mapeamento realizado pela Senaes, estas informações vão ao encontro da concorrência estabelecida com outros empreendimentos privados, e também estão atreladas à dificuldade de acesso a crédito e de infraestrutura - demandas que podem ser sanadas pelas ações que estão previstas no Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes. Em um caso específico dos 17 empreendimentos, salienta-se que se pode apreender que a experiência sofre concorrência entre os seus próprios integrantes, além de outros grupos. Constatou-se que a Experiência “2” não desenvolve o processo de trabalho respaldado em princípios solidários, e possivelmente reproduzem as relações existentes no sistema, de individualidade e competitividade. Desta forma, identifica-se que este empreendimento não está constituído de forma que possa ser considerado como uma experiência respaldada nos princípios da Economia Popular Solidária, mas sim um grupo de sujeitos que se reuniram para comercializar os seus produtos em determinado local, pois não teriam como comercializar ou ter acesso a um ponto comercial individualmente, de modo que lhes gerasse renda.

Ou seja, este empreendimento passa a ter um funcionamento similar ao trabalho autônomo, sem respaldo em relações de solidariedade. A Instituição “B” - que apoia este empreendimento -, entretanto, deveriam suscitar nestes trabalhadores questionamentos que possam fazer com que os mesmos compreendam que a coletividade fortalece e que podem obter crescimento de forma conjunta e não individualmente. Assim, a assessoria realizada deve trabalhar com estes sujeitos os princípios norteadores da Economia Popular Solidária.

ria, bem como o processo de conscientização dos mesmos em relação ao capitalismo.

Processos de descoberta e problematização dos interesses, ou seja, a conscientização; a arregimentação da força social, ou seja, a organização social da população; a reciclagem e redefinição contínua de novos interesses e mecanismos de enfrentamento, ou seja, a capacitação; todos esses são componentes do processo pedagógico da participação (SOUZA, 2004, p. 87).

Somente isto - o processo de conscientização destes trabalhadores pelos processos de descoberta, reflexões e problematizações da realidade social - já se constituiria num grande avanço devido à alienação que os sujeitos, de forma geral, estão submetidos no sistema. Estas experiências coletivas possibilitariam um novo patamar de politização e participação dos trabalhadores, em que a criticidade estaria presente.

Novamente refere-se à concorrência vivenciada pelas experiências coletivas, fato que acentua a relevância da assessoria/incubação desenvolvida pelas instituições de apoio - visando a prepará-las para este enfrentamento mercadológico -, bem como do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento que objetiva contribuir para a viabilidade destas experiências coletivas. Mesmo com a concorrência mencionada pelas experiências pesquisadas (14), pode-se averiguar que, em relação à viabilidade econômica e à movimentação financeira mensal, a Experiência “4” declarou possuir o maior valor de sobras,⁵ equivalente a R\$ 45.000,00. Isto corresponde a uma média de rendimentos por trabalhador de R\$ 592,00 mensais nesta instituição. Estas informações significam que os rendimentos destes trabalhadores estão entre um a dois salários mínimos - salienta-se que no interior do Estado o poder aquisitivo é mais baixo e o custo de vida também, se equiparado ao da capital gaúcha.

As sobras são divididas entre os trabalhadores, conforme critérios preestabelecidos entre os integrantes das experiências, considerando que a maioria dos empreendimentos que desenvolvem o processo de trabalho de forma conjunta, utiliza a quantidade de horas trabalhadas pelos sujeitos como critérios de distribuição. Já outros empreendimentos em que os trabalhadores

⁵ Ao ser descontada a despesa obtida pelos empreendimentos, são geradas sobras financeiras que, posteriormente, são distribuídas entre os trabalhadores.

se reúnem somente para a comercialização dos produtos, comumente a renda dos sujeitos é obtida por meio das mercadorias produzidas individualmente e comercializadas pelos mesmos.

Quatro experiências coletivas informaram que possuem uma movimentação financeira razoável - se equiparada à possibilidade de não possuir nenhuma outra forma de rendimento ou, ainda, se estes rendimentos servirem como complemento da renda familiar -, e que suas sobras variam de R\$ 4.500,00 a R\$ 2.000,00. São elas: as Experiências “5”, “10”, “12”, e “14”. Já os cinco empreendimentos em que as experiências coletivas possuem uma movimentação financeira, e que suas sobras não ultrapassam o valor de R\$ 2.000,00, são: as Experiências “1”, “6”, “8”, “9”, e “17”. Destes empreendimentos, as Experiências “8” e “9” constituem-se nos empreendimentos pesquisados que possuem a menor quantidade de sobras obtidas, R\$ 300,00 e R\$ 200,00, respectivamente.

Ainda em relação aos empreendimentos que obtém uma pequena quantidade de sobras e, conseqüentemente, rendimentos menores, refere-se que com a existência dos atravessadores, as duas experiências relacionadas com o pescado - as Experiências “7” e “15”, informaram que as sobras são equivalentes em média a R\$ 6.000,00 e a R\$ 6.500,00, respectivamente. Estas sobras correspondem a um rendimento mensal obtido em média por trabalhador de R\$ 32,50 - Experiência “15”, e de R\$ 187,50 - Experiência “7”. Já três experiências coletivas declararam não possuir uma movimentação financeira estabelecida de forma conjunta entre os trabalhadores, sendo elas: Experiência “2” - somente a venda dos produtos é coletiva, pois a produção, o gasto com a matéria-prima, os meios de produção e as sobras são individuais -; Experiência “3” - a produção e as sobras são individuais; e a Experiência “16” - a movimentação financeira é particular de cada grupo que compõe a associação. Possivelmente o fato de haver concorrência entre as trabalhadoras da Experiência “2” esteja associado a estas informações, pois somente a comercialização é que ocorre de forma coletiva, não envolvendo, portanto, o processo de produção. Novamente se constata que os grupos de trabalho constituem-se nas formas mais incipientes que envolvem os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda.

Os demais empreendimentos que não souberam informar a sua movimentação financeira são: a Experiência “11” e a Experiência “13”. No caso da Experiência “13”, a liderança não soube dar a informação, pois quem faz a

contabilidade e repassa o valor são outras instâncias, entre elas a Instituição “F” que a assessora. Esta experiência pode estar sendo desenvolvida como uma forma de inclusão e socialização das trabalhadoras. Já a Experiência “11” demonstra o não conhecimento ou a falta de controle dos trabalhadores em relação às movimentações financeiras, ou, talvez, os sujeitos entrevistados não quiseram manifestar esta informação.

Em relação aos rendimentos individuais mensais obtidos pelos trabalhadores, pode-se identificar que, segundo as informações dos sujeitos entrevistados, os integrantes das Experiências “12” e “11” possuem os menores rendimentos, comumente inferiores a um salário mínimo - porém estes empreendimentos também possuem sobras. Além destes dois empreendimentos mencionados, os trabalhadores dos outros 12 empreendimentos coletivos informaram que possuem uma renda mensal estabelecida entre um a dois salários mínimos, sendo eles: as Experiências “1”, “2”, “4”, “5”, “7”, “8”, “9”, “10”, “14”, “15” e “17”. Já os trabalhadores de outros três empreendimentos coletivos - Experiências “6”, “13” e “16” - informaram que possuem uma renda que oscila entre dois a três salários mínimos. Por fim, os trabalhadores inseridos na Experiência “3” informaram que possuem renda de até quatro salários mínimos.

Constata-se, por meio destas informações, que os empreendimentos que mais geram e destinam rendas aos seus trabalhadores são os em que os sujeitos produzem individualmente e se reúnem para comercializar - Experiências “3”, “13” e “16”, ou, ainda, o que é constituído por um grupo familiar - Experiência “6”. Destes quatro empreendimentos, somente a Experiência “16” é constituída por uma quantidade maior de trabalhadores; os outros três empreendimentos são formados por um pequeno grupo de sujeitos.

Já no que se relaciona aos empreendimentos que apresentam o rendimento dos trabalhadores de até dois salários mínimos, pode-se constatar que são as experiências em que os sujeitos trabalham de forma conjunta, mas não necessariamente “harmoniosa”; alguns com dificuldades de relacionamentos, divergências de opiniões, entre outros. Apesar de os empreendimentos que possuem maiores rendimentos não desenvolverem o processo de trabalho de forma conjunta, constata-se que, mesmo com os baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores das outras 11 experiências, estas rendas estão acima da média nacional, conforme pode ser averiguado e deduzido pelo Mapeamento realizado no Brasil, bem como no Rio Grande do Sul pela Senaes. Salienta-se,

ainda, que os empreendimentos mais frágeis” em termos de renda são as Experiências “11” e “12”.

Assevera-se ainda que os três empreendimentos assessorados por instituições que não estão vinculadas entre 2008 e 2009 ao referido programa e à Senaes, estão entre os empreendimentos com menor viabilidade econômica: duas experiências com rendimentos dos trabalhadores de um salário mínimo e um empreendimento com rendimentos dos trabalhadores de até dois salários mínimos.

Assim, em termos de viabilidade econômica, constatou-se que dos 17 empreendimentos pesquisados 88,2% conseguem pagar suas despesas e obter sobra, que, por sua vez, gera uma renda estabelecida entre um e quatro salários mínimos. Estas informações demonstram uma supremacia em relação às informações obtidas pelo mapeamento realizado pela Senaes, no Brasil e no Rio Grande do Sul, considerando que, neste último, somente 45% dos empreendimentos mapeados conseguiram pagar suas despesas e obter sobras. Desta forma, constata-se que, segundo as informações pesquisadas por meio dos 17 empreendimentos, estes praticamente dobram a viabilidade econômica mapeada no Estado pela Senaes. Assim, constata-se novamente a contribuição do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes aos empreendimentos coletivos, principalmente em relação à viabilidade econômica, fato que acentua a relevância do programa.

Quando os trabalhadores destes empreendimentos coletivos foram perguntados sobre se estavam trabalhando em outra atividade, somente os sujeitos que trabalham nas Experiências “2”, “7”, “11” e “14” informaram que não. Todos os demais trabalhadores entrevistados dos outros 13 empreendimentos coletivos - portanto a grande maioria - desenvolve outras atividades para obter renda. Assim, averigua-se novamente que as informações obtidas pelo Mapeamento no Rio Grande do Sul se confirmam, pois no Estado os trabalhadores se inserem nas experiências coletivas para gerar renda ou para complementar os seus rendimentos individuais e/ou familiares. Desta forma, percebe-se que em 76,4% dos empreendimentos coletivos existem trabalhadores que desenvolvem outras atividades.⁶

⁶ Salienta-se, ainda, que pode haver trabalhadores nestes 13 empreendimentos que desenvolvem exclusivamente atividades nos mesmos, bem como os que estão inseridos nos outros quatro pesquisados que também desenvolvem outras atividades para gerar renda.

Os trabalhadores que esclareceram que desenvolvem outras atividades, complementam as suas rendas por meio das seguintes: artesanato, produção de lanches caseiros, trabalho com manicure, em serviços gerais, costureira, entre outros. Assim, identifica-se que estes sujeitos desenvolvem atividades que possivelmente estão vinculadas ao trabalho que realizam nas experiências, porém precisam ou buscam outra forma de complemento as suas rendas. Verifica-se, portanto, que, mesmo havendo sobras nos empreendimentos pesquisados, os rendimentos obtidos por estas atividades coletivas ainda são baixos. Eles possibilitam a redução da extrema vulnerabilidade social, mas não retiram os sujeitos desta situação.

Apesar desta realidade, como o desemprego é algo presente no sistema, e o grau de exigência de qualificação para que os trabalhadores consigam inserir-se no mercado formal, com maiores rendimentos, é muito elevado - se equiparado às vivências destes sujeitos -, novamente ressalta-se a importância do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Enfatiza-se este Programa Social tendo por finalidade assessorar e fomentar estas experiências coletivas - por meio de uma parceria estabelecida entre o Estado e as instituições de apoio -, para que os sujeitos inseridos nos empreendimentos coletivos possam obter uma renda maior, além de terem a possibilidade de se qualificar profissionalmente por meio de cursos, projetos e programas sociais. Justifica-se esta demanda conforme as informações obtidas pelos próprios trabalhadores inclusos nestes empreendimentos coletivos, pois 25 sujeitos dos 28 trabalhadores que responderam esta questão, portanto 89,2%, informaram que suas rendas melhoraram após suas inserções nos empreendimentos coletivos - mesmo com os baixos rendimentos apresentados. Estes dados são extremamente significativos quando relacionados com a viabilidade econômica.

Nesse sentido, constata-se novamente a importância do aspecto econômico no desenvolvimento dessas experiências (condição de vida, condições materiais). Num primeiro momento, o que motiva os trabalhadores a se inserir nessas experiências é a necessidade de sobrevivência, seguida pela esperança de organizar o empreendimento de maneira a torná-lo economicamente viável (TIRIBA, 2000). Para os sujeitos, o trabalho nas cooperativas, associações e grupos, não significa que, necessariamente, pretende melhorar o seu padrão de vida, ou que, mesmo com pouca qualificação profissional, são capazes de gerir um empreendimento. A este respeito, Tiriba (2000, p. 223) assevera:

Para a grande maioria é a conquista de um grau mínimo de viabilidade econômica do empreendimento, o que em última instância determina a opção por permanecer naquele espaço produtivo, não voltando a procurar um posto no mercado formal de trabalho.

Em relação aos direitos trabalhistas destes sujeitos, constatou-se que dos 28 trabalhadores que responderam estas questões, 18 informaram que não contribuem para a Previdência Social, e 10 corroboram que contribuem, porém na condição de autônomo. Estes trabalhadores que se apresentam como autônomos contribuem com 20% do salário mínimo, que corresponde a R\$ 93,00, valor que se torna elevado para a realidade destes sujeitos. Os mesmos informaram, também, que nos empreendimentos - apesar da diretoria aconselhar e incentivar a contribuição -, ela não é determinada ou obrigada. Esta realidade é de extrema preocupação e importância, pois a maioria dos trabalhadores entrevistados - que pode corresponder à totalidade de todos os trabalhadores inseridos nestes tipos empreendimentos -, não contribui com a Previdência Social, e estão trabalhando na total informalidade, sem acesso aos direitos trabalhistas.

Esta demanda que se revela no Novo Marco Legal e que vem sendo debatida por órgãos governamentais e da sociedade civil, está relacionada com a criação de uma forma de legislação social que possa abranger as cooperativas, de modo que os trabalhadores inclusos nestes empreendimentos possam usufruir os direitos sociais e também os trabalhistas. Ou seja, pretende-se introduzir os trabalhadores das cooperativas por meio da criação de uma legislação que os retire destes empreendimentos e da precariedade do trabalho coletivo, mediante contribuição de 11%, isto é, 9% a menos de contribuição à Previdência do que na condição de autônomo.

O “ideal” - que se constitui em algo que também já vem sendo pensado por alguns integrantes da Senaes -, seria que fosse criada uma legislação específica para estes trabalhadores, de forma que se dessem conta deste segmento social e introduzisse a diferenciação destes trabalhadores em relação aos outros sujeitos que desenvolvem as suas atividades como autônomos e/ou assalariados. Esta possibilidade, entretanto, ainda está em fase de elaboração e prospecção, uma vez que os Projetos de Leis existentes se aproximam desta possibilidade, mas ainda não a contemplam - apesar de que já se constituem

num avanço, que foi obtido por meio da criação da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.

Quando os trabalhadores foram indagados sobre a quantidade de horas que trabalham diariamente, constatou-se que os integrantes das Experiências “1”, “6”, “8”, “10”, “11”, “12”, “13”, “14”, “15” e “16” trabalham de 4 a 8 horas diárias, constituindo 58,8% dos empreendimentos. Já os integrantes das Experiências “2”, “3”, “4”, “5”, “9” e “17” informaram que trabalham de 8 a 10 horas diárias, correspondendo a 35,2% dos empreendimentos. Por fim, os trabalhadores que informaram que trabalham mais de 10 horas diárias são integrantes da Experiência “7”.

Percebe-se, também, que, segundo os trabalhadores entrevistados, a maioria desenvolve atividades relacionadas com o trabalho igualmente nos finais de semana. As Experiências “2”, “5”, “6”, “7”, “9”, “11” e “17” informaram que costumam trabalhar nos finais de semana. Já os trabalhadores das Experiências “3”, “4”, “8”, “10”, “15” e “16” destacam que, às vezes, trabalham nos finais de semana. Apenas quatro empreendimentos, que correspondem a 23,5% das experiências, informaram que não trabalham nos finais de semana, sendo eles: Experiências “1”, “12”, “13” e “14”. Com exceção da Experiência “13” - que é um caso totalmente diferenciado -, os trabalhadores que possuem maiores rendimentos estão inseridos nas experiências que desenvolvem atividades também nos finais de semana.

Essa “opção” por trabalhar mais do que 8 horas diárias e trabalhar inclusive nos finais de semana é constituída por iniciativa dos próprios trabalhadores desses empreendimentos - segundo suas respostas -, pois preferem trabalhar mais horas, prospectando coletar maior quantidade de material, ou produzir mais, e, conseqüentemente, aumentar suas rendas. Ou seja, quanto mais os sujeitos trabalham enquanto coletivo, maiores serão os seus rendimentos mensais. Trabalhadores de duas das três experiências, que são assessoradas por instituições que não estão vinculadas entre 2008 e 2009 ao programa via Senaes, também trabalham nos finais de semana.

Essas informações proporcionam visibilidade a uma realidade que comumente não é transmitida pelos veículos de comunicação de massa, assim como pelos detentores dos meios de produção, pois ela é reveladora de que se os trabalhadores possuem baixos rendimentos, em muitas situações não é por falta de horas trabalhadas ou de “esforço”, posto que em 41,1% das situações

os sujeitos trabalham mais de 8 horas diárias. Estas informações se contra-
põem às “[...] velhas noções a respeito da causa do pauperismo, que punham
acento na predestinação divina, na fraqueza moral dos desvalidos, na inferior-
idade biológica e cultural das classes dominadas e na naturalização das desi-
gualdades sociais [...]” (PEREIRA, 2002, p. 17).

Segundo as informações obtidas pelos trabalhadores, em 15 empreendi-
mentos coletivos (88,2%) pode-se averiguar, também, que existe cooperação
entre estes sujeitos diante do processo de trabalho, seja por meio da substitui-
ção, seja por intermédio de atividades que envolvem o auxílio entre os traba-
lhadores. Os trabalhadores entrevistados da Experiência “1”, entretanto, co-
municaram que nem sempre há cooperação entre os colegas, e os trabalhado-
res que desenvolvem atividades na Experiência “2” informaram que não há
cooperação entre os sujeitos. Desta forma, verifica-se que existem conflitos
que envolvem as relações de trabalho entre estes sujeitos, nestes dois empreen-
dimentos coletivos - fato que já pode estar sendo trabalhado pelas instituições
que os assessoram. Esta realidade possivelmente está diretamente vinculada
com a forte pressão do sistema capitalista, em que a individualidade e apreên-
são do lucro tornam-se centrais.

As sobras vêm sendo partilhadas de acordo com a quantidade de horas
trabalhadas, pelos artigos produzidos e/ou serviços prestados. Assim, constata-
-se uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que a maioria dos trabalha-
dores informa que ocorre cooperação entre os sujeitos diante do processo de
trabalho, quando um colega fica doente, por exemplo, o mesmo é descontado
e, dependendo da gravidade da situação, busca-se algum auxílio na prefeitura
ou o auxílio-doença - para os trabalhadores que contribuem como autônomos
à Previdência Social.

Ou seja, possivelmente existe colaboração entre os sujeitos, desde que os
colegas desenvolvam as suas atividades e, se os mesmos estiverem impossibili-
tados de desempenhá-las, não poderão receber as sobras durante o período em
que ficarem ausentes do processo de trabalho. Torna-se perfeitamente com-
preensível esta realidade devido aos baixos rendimentos e à necessidade pri-
mordial de sobrevivência destes trabalhadores e, conseqüentemente, de seus
familiares. No que diz respeito à ausência dos sujeitos diante do trabalho de-
senvolvido, a individualidade é o elemento que permanece. Ante esta realida-
de, novamente constata-se a importância de ser criada e regulamentada uma
legislação que contemple estes trabalhadores, em termos de direitos sociais,

entre eles os trabalhistas.

Já em relação à possibilidade de rodízio das atividades que são desenvolvidas pelos trabalhadores nos empreendimentos coletivos durante o processo de trabalho, constatou-se que três empreendimentos (17,6%) não realizam as atividades por meio de rodízios, sendo eles: Experiência “1”, “2” e “3” - estes não correspondem aos empreendimentos pesquisados que estão sendo assessorados por instituições que não estão vinculadas ao programa entre 2008 e 2009. Outra vez percebe-se as dificuldades e limitações que envolvem estes três empreendimentos, que podem estar relacionadas, também, entre outros fatores, com a individualidade e, portanto, a não existência de solidariedade entre os seus integrantes.

Os trabalhadores vinculados aos outros 14 empreendimentos, que correspondem à maioria das experiências pesquisadas - 82,3% -, entretanto, informaram que costumam desenvolver o rodízio entre os trabalhadores diante das atividades que realizam. Em relação às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores destes 14 empreendimentos, portanto, pode-se mencionar que é realizada, basicamente, tendo como caracterização o rodízio das tarefas - polivalência. Percebe-se que, ao contrário dos processos de trabalho desenvolvidos pelos protótipos de produção Tayloristas/Fordistas e, semelhantemente aos processos produtivos originados pela acumulação flexível - reestruturação produtiva -, nas experiências coletivas os trabalhadores realizam as atividades com maior flexibilidade e rotatividade nas funções que desenvolvem. O que diferencia, no entanto, a polivalência e a flexibilidade nas atividades realizadas pelos trabalhadores nesses empreendimentos coletivos - comparados com as demais empresas existentes no sistema -, são as causas originárias desses revezamentos.

Neste sentido, verifica-se que talvez existam outros elementos motivadores ao rodízio das atividades desenvolvidas, como o desgaste de exercer sempre a mesma atividade laboral e a existência de solidariedade nos processos de produção e prestação de serviços. Em relação, ainda, ao desgaste de desempenhar sempre a mesma função, pode-se informar que, como os trabalhadores não realizam somente uma atividade produtiva, em 15 experiências pesquisadas o trabalho desses sujeitos não é visto como cansativo, monótono ou penoso, e isto já se constitui num diferencial destes empreendimentos coletivos quanto aos outros inseridos no sistema.

Quanto às atividades que envolvem o rodízio, os trabalhadores informa-

ram que se respaldam em alguns critérios, peculiares a cada empreendimento. Segundo as suas falas, pode-se observar esta realidade: *“Existem três pessoas diferentes a cada semana para descarregar a carga do caminhão”* (Fábio,⁷ Experiência “10”). *“Na guarda da Associação, cada dia é um sócio”* (João, Experiência “7”). *“A diretoria também realiza rodízio entre eles, nas reuniões, para buscar o peixe”* (Gustavo, Experiência “15”). *“Na venda nos ponto fixo do cassino, a gente estabelece uma semana para cada, e, nas feiras também”* (Paula, Experiência “8”). *“O rodízio é realizado nas atividades diárias de limpeza da associação”* (Cláudio, Experiência “14”). Por meio destas informações constata-se que os trabalhadores buscam incessantemente se inserir na reprodução capitalista para comercializar os seus produtos e serviços desenvolvidos, apesar de tentarem desenvolver suas atividades de forma diferenciada aos outros empreendimentos privados, respaldados em motivações e princípios que objetivam a viabilidade econômica por meio da solidariedade, autoajuda, participação, relações mais horizontais e democráticas, entre outros.

Além destas peculiaridades de critérios para a realização de rodízios, materializada pela organização interna dos trabalhadores, pelo coleguismo e pela necessidade da obtenção de renda, entre outros, quando os trabalhadores dos empreendimentos foram perguntados sobre a possibilidade de introdução de novos associados e cooperados, somente sujeitos inseridos em três experiências informaram que não aceitam esta inserção. As trabalhadoras da Experiência “13” justificaram que não podem aceitar porque existem normas que devem ser seguidas. A Experiência “4” argumentou que tem preocupação em associar novos integrantes devido aos baixos rendimentos que são obtidos, pois poderia reduzir a renda; a Experiência “17” justificou que somente estão abertos para trocas de experiências com outros grupos e não para a inserção de novos integrantes. Desta forma, constata-se que somente 17,6% dos empreendimentos pesquisados não aceitam a associação de novos trabalhadores nas experiências coletivas.

Os outros 14 empreendimentos informaram que aceitam e incentivam a inserção de novos integrantes nos empreendimentos coletivos, e que ela ocorre por meio da aprovação da assembleia geral, por convite e por indicação. Acrescentaram, ainda, que o governo federal e os governos municipais tam-

⁷ Estes nomes são fictícios, ou seja, foram criados para não haver identificação dos trabalhadores participantes da pesquisa – conforme preceitos éticos e o conteúdo que consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, apresentado anteriormente às entrevistas.

bém incentivam a incorporação de novos trabalhadores nos empreendimentos. Por meio das falas dos trabalhadores, durante as entrevistas, pode-se perceber que: *“Porque na Economia Popular Solidária o grupo deve estar aberto para outras pessoas e também porque precisam de mais pessoas”* (João, Experiência “5”). *“Porque está no Estatuto, já está previsto que não há um limite de associados”* (Fabiana, Experiência “11”). *“Por causa da inclusão social e sem discriminação”* (Paulo, Experiência “15”). *“Quanto mais trabalhadores fica mais rápido o trabalho e gera mais lucro”* (Fernando, Associação de Catadores de Ijuí - Experiência “1”).

Esta realidade, em que a maioria dos empreendimentos (82,3%) aceita a inserção de novos integrantes, que pode ser averiguada pelas respostas dos trabalhadores inseridos nestas experiências, vai ao encontro dos princípios cooperativistas e associativistas, de forma que os mesmos adquiram um novo patamar de compreensão sobre a realidade social, tendo a solidariedade como um dos elementos norteadores. Como estes empreendimentos estão inseridos no sistema, outro aspecto que é ressaltado está atrelado à preocupação dos trabalhadores para gerar renda e se inserir na lógica de reprodução do capitalismo, pois, quanto mais se trabalha, mais se comercializa e maior será o rendimento. Salienta-se, ainda, que somente um trabalhador - inserido na Experiência “12” - afirmou que não se sente responsável pelo empreendimento. Todos os outros trabalhadores informaram que se sentem responsáveis pela experiência coletiva em que estão inseridos, pois sabem que as suas rendas e o trabalho desenvolvido depende deles, além de questões externas.

Nesta perspectiva, constatou-se também que os trabalhadores dos empreendimentos coletivos - conforme suas respostas -, afirmaram participar de eventos sobre a Economia Popular Solidária. Das 17 experiências pesquisadas, 16 informaram que participam de Feiras de Economia Popular Solidária, 15 de Fóruns Regionais e Locais de encontros de comercialização da produção de artigos originados pela Economia Popular Solidária - sendo que alguns participam também do FGEPS -, e nove afirmaram participar de outros eventos que envolvem a Economia Popular Solidária, como encontros, reuniões, palestras, entre outros. Percebe-se a participação dos trabalhadores nas instâncias representativas da sociedade civil organizada relacionada com a Economia Popular Solidária, constituindo quase 95% das experiências - enquanto que a Senaes mapeou a participação no Estado em torno de 53,42% do montante de empreendimentos identificados. Possivelmente esta realidade está relacio-

nada com a assessoria e incentivo das instituições de apoio que fomentam estas experiências por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento via Senaes. Estas informações possuem relevância, pois possibilitam, além do processo de conscientização e conhecimento dos trabalhadores sobre a Economia Popular Solidária, potencializar também o fortalecimento dos Fóruns de Economia Popular Solidária e, ainda, do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes - tendo como perspectiva que as 17 experiências analisadas são amparadas por instituições de apoio que possuem ou possuíram alguma forma de vínculo com este Programa Social e pela Senaes.

Tendo como intencionalidade demonstrar e aproximar as informações apreendidas sobre as 17 experiências pesquisadas neste estudo, de forma a relacioná-las com o Mapeamento de Economia Popular Solidária realizado no Rio Grande do Sul pela Senaes, já mencionado, procurou-se elaborar a seguinte tabela-síntese.

Por meio destas informações obtidas pelas experiências pesquisadas (2008-2009), constata-se que elas vão ao encontro das mapeadas pela Senaes no Rio Grande do Sul (2005-2007). Visualiza-se e se destaca principalmente as seguintes informações: no Rio Grande do Sul predomina a constituição de grupos, assim como nos demais empreendimentos pesquisados - considerando que ocorre uma variação de 10% a mais nas experiências pesquisadas em prol dos grupos, bem como em relação às associações e uma menor quantidade de cooperativas -; já em relação às informações referentes ao sexo dos trabalhadores inseridos nos empreendimentos coletivos, constatou-se que, ao contrário do mapeamento, predomina nas experiências pesquisadas a inserção de mulheres - mostrando que seis empreendimentos são formados somente por mulheres -; quanto aos fatores que contribuíram para a criação das experiências, verificou-se que os motivos são semelhantes aos averiguados pelo mapeamento - uma alternativa ao desemprego, para aumento da renda, para complemento da renda -, considerando que 41,1% das experiências foram criadas pelos trabalhadores, 41,1% pelas instituições de apoio e 11,7% pelo governo do Rio Grande do Sul; no que concerne aos objetos de trabalho, observou-se que, por esta pesquisa ter como delimitação as experiências inseridas nos meios urbanos, não foram visualizados empreendimentos que trabalham com a agricultura, uma vez que predomina nas 17 experiências o processo de trabalho relacionado com a reciclagem, gastronomia, produtos diversificados

Tabela 3 - Analogias e diferenças entre as características das 17 experiências coletivas pesquisadas e do Mapeamento realizado pela Senaes no RS

CARACTERÍSTICAS	MAPEAMENTO REALIZADO PELA SENAES NO RIO GRANDE DO SUL	EXPERIÊNCIAS PESQUISADAS PELA DOUTORANDA NO RIO GRANDE DO SUL
QUANTIDADE DE EXPERIÊNCIAS	2085	17
FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS	- Grupos 49% - Associações 28%; - Cooperativas 18%.	- Grupos: 58,8% - Associações: 29,4% - Cooperativas: 11,7%
QUANTIDADE DE TRABALHADORES ASSOCIADOS E/OU COOPERADOS	- Total = 363 mil	- Total = 509
QUANTIDADE DE MULHERES E HOMENS	- Mulheres: 107 mil - Homens: 256 mil	- Mulheres: 233 - Homens: 200
MOTIVOS DE CRIAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS	- Uma alternativa ao desemprego; - Aumentar a renda; - Complementar a renda; - Ter interesse na participação na gestão.	- Gerar renda; - Complementar a renda;
PRODUTOS, SERVIÇOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS EXPERIÊNCIAS	- Agricultura; - Fabricação de produtos de padaria; - Artefatos têxteis; - Fabricação de produtos diversos; - Reciclagem de sucatas não metálicas; entre outros	- Reciclagem- Gastronomia- Produtos Diversificados - Confeção de Roupas- Temperos e Hortifrutigranjeiros - Artesanato - Beneficiamento da Lã Ovina
DIFICULDADE DE COMERCIALIZAÇÃO	- Falta de clientes;- Falta de capital de giro - Falta de estrutura para comercialização	- Concorrência com empresas, empreendimentos, trabalhadores autônomos e atravessadores.
VIABILIDADE ECONÔMICA	- 45 % dos empreendimentos conseguiram pagar suas despesas e ter alguma sobra; - 30% dos empreendimentos pagaram as suas despesas e não obtiveram nenhuma sobra; - 10% dos empreendimentos não conseguiram pagar as despesas.	- 88,2% dos empreendimentos conseguiram pagar suas despesas e ter alguma sobra; - 11,7% dos empreendimentos não informaram.
APOIO DE INSTITUIÇÕES ÀS EXPERIÊNCIAS	- 78,41% dos empreendimentos tiveram algum tipo de apoio, de instituições.	- 100% das experiências pesquisadas estão vinculadas às instituições de apoio - governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias.
PARTICIPAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS EM FÓRUNS E REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	- 53,42% afirmaram participar de redes ou fóruns de articulação da Economia Popular Solidária.	- 94,1% das experiências participam de instâncias que envolvem a sociedade civil organizada em termos de Economia Popular Solidária, seja por meio de Fóruns, Feiras, encontros, entre outros.

Fonte: Tabela sistematizada pela autora.

e confecção de roupas; em relação à viabilidade econômica, constatou-se que os empreendimentos pesquisados sofrem concorrência de empresas, empreendimentos, trabalhadores autônomos e atravessadores; porém, mesmo assim, em termos de viabilidade, 88,2% dos empreendimentos conseguiram pagar suas despesas e ter alguma sobra, constituindo-se em quase 40% a mais do que os empreendimentos mapeados no RS; refere-se ainda que 100% das experiências pesquisadas estão ou estavam vinculadas às instituições de apoio - governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias - e 94,1% delas participam de instâncias que envolvem a sociedade civil organizada, em termos de Economia Popular Solidária, seja por meio de Fóruns, Feiras, encontros, entre outros.

Destá forma, salienta-se, ainda, a preocupação com três questões - tanto em relação ao mapeamento realizado pela Senaes, como também em relação à análise desenvolvida com 11 instituições e 17 empreendimentos: primeira, relacionada com os baixos rendimentos; segunda, com a grande quantidade de grupos de trabalho; e terceira, com a dificuldade quanto ao término do processo de incubação. Estas três situações são demandadas pela Senaes, posto que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento foi concebido para tentar trabalhar e aprimorar estas demandas, já abordadas anteriormente. Destacam-se estes três elementos tendo como intencionalidade instigar as instituições de apoio, bem como as da sociedade civil organizada - relacionadas com a Economia Popular Solidária -, a informar e pressionar a Senaes sobre esta realidade, para que estas demandas não sejam esquecidas por esta Secretaria em âmbito federal, e para que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento possa ser constantemente aprimorado.

Ainda em relação à viabilidade econômica, apesar dos baixos rendimentos, constatou-se por meio desta pesquisa que os 14 empreendimentos que estão sendo assessorados pelas instituições de apoio, que possuem entre 2008 e 2009 vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes, também adquirem uma maior viabilidade no que se relaciona aos rendimentos dos trabalhadores. Fato este de extrema importância, pois este programa social e a Senaes objetivam, num primeiro momento, contribuir para a geração de renda dos sujeitos, visando a melhorar suas condições de vida e, conseqüentemente, de seus familiares. Depois de sanadas as questões relacionadas com a sobrevivência, ou seja, emergenciais, então podem apon-

tar-se outros elementos relacionados com os aspectos sociais, políticos, educacionais, culturais e ambientais, como indicativos desta realidade.

5.1.1 Processo de gestão nas experiências coletivas pesquisadas

Em relação ao processo de gestão existente nas 17 experiências pesquisadas, constatou-se que 11 empreendimentos afirmaram possuir diretoria e seis experiências informaram que não possuem diretoria. Dentre as que possuem diretoria, duas são cooperativas - Experiências “4” e “11”; as outras nove experiências constituem-se por meio de cinco associações e quatro grupos de trabalho, sendo elas: Experiências “1”, “2”, “3”, “7”, “9”, “12”, “14”, “15” e “16”. Já os seis empreendimentos que declararam não possuir diretoria, se constituem enquanto grupos de trabalho, sendo eles: Experiências “5”, “6”, “8”, “10”, “13” e “17”.

Novamente constata-se que os grupos de trabalho comumente são as formas mais incipientes de geração de trabalho e renda, aspecto que pode ser constatado por meio da pesquisa. Quando assessorados, entretanto, os mesmos podem se organizar de maneira mais sistematizada em termos de gestão, posto que dois grupos que possuem diretoria já estão tentando transformar-se em associação. Outra questão importante é que destes empreendimentos pesquisados, que possuem ou não diretoria, apenas um que não possui diretoria está sendo assessorado por instituição que não está vinculada ao programa entre 2008 e 2009. Desta forma, constata-se que dos 11 empreendimentos que possuem diretoria nove estão sendo assessorados por instituições de apoio vinculadas entre o mencionado período.

Das 11 experiências pesquisadas que possuem diretoria, seis apresentam essencialmente a seguinte composição: presidente, vice-presidente, secretário, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro e conselho fiscal. Outras duas experiências afirmaram possuir um sujeito que coordena o empreendimento e os demais trabalhadores; e ainda outras três experiências coletivas possuem uma organização, composta pelo coordenador, por um secretário, um tesoureiro e colegiado, que exerce a função semelhante a de conselho fiscal. Estas informações possivelmente são demonstrativas de que em 37% das experiências pesquisadas, o processo de coordenação ou direcionamento das experiências coletivas é ainda bem incipiente, e que, provavelmente, o processo de gestão

não foi trabalhado/abordado ainda de forma eficaz pelas instituições de apoio.

Salienta-se que o processo de organização da gestão deve ser estabelecido de forma que esteja definido e claro, para que as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, bem como a clareza sobre o papel que os mesmos ocupam nos empreendimentos coletivos, sejam compreendidas e elaboradas pelos seus integrantes. Estas informações demonstram, mesmo com limitações, que os trabalhadores destes grupos estão conseguindo gerir-se e se organizar de forma que adquiram certa autonomia em relação aos outros empreendimentos inclusos no sistema.

Em relação ao período destinado a cada gestão, das 11 experiências que informaram que possuem diretoria, dois empreendimentos possuem a duração da sua gestão de um ano; seis experiências possuem a duração de 2 anos; um empreendimento possui a gestão de 3 anos; um empreendimento possui a gestão de 4 anos; e, ainda, um empreendimento não soube precisar/informar o tempo de duração da sua gestão. Com base nestas informações, pode-se perceber que, além das seis experiências que não possuem formas organizadas de gestão, um empreendimento não soube informar a duração da mesma. Isto possivelmente significa que sete experiências, que correspondem a 41,1% - quase a metade da totalidade -, não possuem, até o primeiro semestre de 2009, um modelo de gestão que contemple os princípios da Economia Popular Solidária, fato que compromete uma gestão democrática. “Como dono, em primeiro lugar, deve prover os recursos materiais necessários à execução das operações; como usuário em consequência, deve assumir de forma plena suas obrigações para com a cooperativa” (NASCIMENTO, 2000, p. 14).

Estas informações, entretanto, não tiram o propósito de os outros 10 empreendimentos tentarem se auto-organizar de forma democrática. Possivelmente a realidade dos outros sete empreendimentos esteja vinculada com a incipiência da assessoria realizada pelas instituições de apoio - apesar de que, em termos de metas/objetivos, as mesmas já estão dando conta desta demanda. É por meio do processo de gestão que são estabelecidas as relações durante o processo de trabalho, e, se um determinado grupo passa a se manter sucessivamente no “poder”, o processo de participação popular e democracia passa a ser dificultado.

Em relação aos documentos pertencentes e existentes das 17 experiências pesquisadas, constatou-se que 8 empreendimentos coletivos, além de pos-

suir regimento e estatuto, também fazem uso de documentos como atas de reunião, ata de legalização da experiência, livros de presença, entre outros. Um empreendimento informou que possui regimento e estatuto; outros quatro empreendimentos possuem somente o seu regimento; e quatro experiências não possuem regimento e estatuto legalizados, mas apresentam outras documentações, como ata e estatuto ainda não formalizado, regulamento geral de funcionamento da Feira no Centro Público de Economia Popular Solidária, atas, entre outros. Desta forma, pode-se perceber que nove empreendimentos possuem todas as documentações necessárias para o funcionamento das cooperativas e associações; quatro possuem parcialmente a documentação necessária para o seu funcionamento, e quatro não possuem a documentação necessária para as suas regulamentações.

Estes oito empreendimentos que não possuem a totalidade das documentações necessárias para a sua regulamentação, além de estarem sendo assessorados a pouco tempo, são grupos de trabalho. Ou seja, são os empreendimentos criados mais recentemente, e que não estão na condição nem de associação e nem de cooperativa. Diante disto, constata-se que as cooperativas e associações pesquisadas possuem as documentações necessárias legalmente para seu funcionamento, juntamente com um grupo que se torna exceção. Um dos objetivos do processo de incubação/assessoria realizado pelas instituições de apoio consiste na regulamentação das experiências de Economia Popular Solidária e, conforme informações obtidas pelo mapeamento realizado pela Senaes, constatou-se que no Rio Grande do Sul quase a metade dos empreendimentos mapeados entre 2005 e 2007, era constituída por meio de grupos informais, e esta pesquisa realizada com 17 empreendimentos, novamente, confirma esta realidade.

Ainda em relação ao processo de gestão nas experiências pesquisadas, todas informaram que desenvolvem reuniões e assembleias. Ressalta-se que se constitui enquanto dever do associado/cooperado a sua participação nestes encontros, pois se configuram em instâncias soberanas decisórias destes empreendimentos. São nestes momentos que os trabalhadores em geral, que não fazem parte da diretoria, são convidados a participar do processo de gestão. Estes espaços constituem-se em ocasiões em que são decididos e votados os procedimentos que deverão ser realizados pelas experiências coletivas. Ou seja, é por meio da votação nas reuniões ou assembleias, que se consolida um dos

princípios democráticos dos Precusores do Cooperativismo - em que a participação de um trabalhador deve ser equivalente há um voto.

Para isto faz-se necessário que os empreendimentos forneçam as seguintes condições aos trabalhadores: que os sujeitos tenham plenas condições de participação; que as sugestões e críticas apresentadas pelos trabalhadores sejam levadas em consideração pelo coletivo; que exista, por parte da diretoria, uma política de transparência e de esclarecimento de suas ações, perante os demais membros das experiências coletivas (RECH, 2000). O processo de participação dos trabalhadores nos empreendimentos coletivos está envolto ao estabelecimento de relações de igualdade e de democracia entre os sujeitos.

Outra questão relevante consiste no fato de que estes espaços democráticos existentes internamente nos empreendimentos coletivos, podem se constituir como formas de exercício da cidadania destes sujeitos, como também, meios que possibilitem que estes trabalhadores exerçam esta participação popular em outros espaços externos aos empreendimentos. Estes espaços externos de representação e legitimação relacionados com a Economia Popular Solidária podem ser remetidos aos conselhos - extremamente frágeis no RS - e aos Fóruns. O processo de participação dos trabalhadores nas experiências coletivas pode ser confirmado por meio dos seguintes elementos: presença nas reuniões, capacidade de opinar, indicar colegas e se autoindicar à diretoria, capacidade dos associados em estabelecer igualdade nas relações de trabalho, capacidade de eleger seus representantes, entre outros.

Já o seu oposto, a não participação dos trabalhadores nos espaços democráticos destes empreendimentos - que pode resultar na pobreza política -, pode ser caracterizada pela ausência dos seguintes elementos constitutivos de uma experiência coletiva e popular: dificuldade de autossustentação dos empreendimentos (problemas de organização comunitária); falta de consciência crítica e autocrítica por parte dos trabalhadores; falta de capacidade de reivindicação organizada, de planejamento participativo; dificuldade de autossustentação das experiências (conformismo, passividade, paternalismo); falta de “luta” por parte dos sujeitos para a aquisição de instrumentos de trabalho e produção; deficiência no processo de gestão democrática (capacidade de resolver demandas materiais e políticas) (DEMO, 1999).

Mediante as informações obtidas, constatou-se que apenas três trabalhadores informaram que participam às vezes das reuniões, assembleias e encon-

tros, mesmo sendo obrigatório, justificando que moram longe ou possuem outros compromissos no horário das reuniões, e ainda tem as crianças para cuidar.⁸ Todos os outros trabalhadores entrevistados, 93,4%, responderam que participam das reuniões, assembleias e encontros, pois: “*Para poder expor minha opinião*” (João, Experiência “1”). “*Para ter conhecimento dos assuntos tratados*” (Fabiana, Experiência “2”). “*Porque acho importante*” (Paula, Experiência “5”). “*Porque sou interessada no grupo e por isso tenho que participar*” (Joana, Experiência “9”). “*A cooperativa é nossa, patrimônio meu, assim como de todos*” (Cássia, Experiência “5”).

Os trabalhadores que informaram que participam das reuniões, afirmaram que expõem as suas opiniões quando não concordam com algo, pois são estes os espaços destinados para as suas participações na gestão. Percebe-se que a existência de participação dos trabalhadores no processo de trabalho deve ocorrer juntamente com outros elementos, caracterizados pelo processo de conscientização e de capacitação (SOUZA, 2004), para que se possa alcançar uma forma mais democrática de gestão. Os trabalhadores informaram, também, que isto vem sendo trabalhado pelas instituições de apoio que os assessoram ou assessoravam. Salienta-se ainda que o processo de participação, capacitação e conscientização, trabalhado pelas instituições parceiras do Estado, é fundamental para a elevação da politização destes trabalhadores, possibilitando aos mesmos a capacidade de refletir e compreender a realidade socioeconômica, política, cultural, educacional, entre outros.

Segundo informações obtidas pelos próprios trabalhadores entrevistados, constatou-se que dos 22 sujeitos que foram indagados sobre o processo de votação, somente um trabalhador, inserido na Experiência “2”, disse que quem decide é a diretoria. Todos os outros 21 trabalhadores (95,4%) informaram que expõem suas opiniões quando não concordam com algo ou alguma decisão, e, também, que participam das votações. “[...] as relações de trabalho são de natureza bastante distinta: no processo de gestão, por exemplo, não há patrões e empregados, mas apenas sócios-proprietários” (GONH, 2003, p. 15). Essas informações possivelmente vão ao encontro do fato de que estes sujeitos declararam que se sentem responsáveis pela experiência, e devem ser destacadas, pois até os trabalhadores dos empreendimentos que possuem difi-

⁸Contata-se novamente a realidade das mulheres brasileiras que vivenciam dupla jornada de trabalho e possuem outros papéis sociais, como o da maternidade, por exemplo, entre outros.

culdades de relacionamento, Experiência “1”, Experiência “12”, Experiência “17” e Experiência “4”, e, ainda, a Experiência “13”, referiram esta realidade.

Estas informações demonstram que, possivelmente, nas 16 experiências pesquisadas, independente de haver ou não uma diretoria, o processo de participação e comprometimento dos trabalhadores vem ocorrendo. Menciona-se ainda que os entrevistados informaram que a vivência enquanto associado/cooperado vem contribuindo para o processo de aprendizagem destes sujeitos. Segundo as falas dos trabalhadores expostas a seguir, pode-se constatar esta realidade: “[...] a importância da separação do lixo e de não jogar em qualquer lugar” (João, Experiência “1”). “[...] a importância do convívio com outras pessoas, no sentido de aprendizado” (Carine, Experiência “2”). “[...] exercitar a paciência, tolerância, tentar resolver os problemas da melhor maneira, mediar conflitos” (Douglas, Experiência “3”). “Ampliando a visão da realidade, e, aprimoração do trabalho” (Bete, Experiência “5”). “Que é bom trabalhar em conjunto, com cooperação” (Flávia, Experiência “9”).

Desta forma, nota-se que os trabalhadores mencionam que as suas inserções nos empreendimentos coletivos - apesar das dificuldades vinculadas ao mercado, às relações sociais, com a divergência de opiniões, entre outros -, vêm contribuindo para as suas formações enquanto cidadãos, possibilitando que estes sujeitos se sintam pertencentes às experiências vivenciadas, de forma que adquiram criticidade em relação aos fatos envoltos ao mercado de trabalho, e, também, potencializa a transformação na percepção de suas próprias vidas.

A gestão social abrange uma grande variedade de atividades que intervêm em áreas da vida social em que a ação individual auto-interessada não basta para garantir a satisfação das necessidades essenciais da população. Estas áreas são bastante diferenciadas, indo desde o abandono de crianças e de idosos por parte de familiares, a falta de abrigo até a exclusão temporária ou definitiva da produção social de pessoas (SINGER, 1999, p. 55).

Percebe-se que, afora o aspecto econômico, essas experiências possivelmente contribuem com a formação e conscientização desses sujeitos (TIRIBA, 2000), em que os trabalhadores, além de participarem do processo de produção, adquirem conscientização e se percebem como sujeitos integrantes das experiências, responsabilizando-se pelas atividades que realizam. Quando ocorre

o processo de comprometimento, participação e envolvimento dos trabalhadores nas atividades produtivas e no processo de gestão, enquanto coletivo, considera-se, neste estudo, que essas experiências se “aproximam” da autogestão. Nesses empreendimentos que se “aproximam” da autogestão, as decisões relacionadas com as experiências não partem somente da diretoria, mas do coletivo de trabalho. Essas decisões ocorrem normalmente em reuniões e assembleias.

Pode-se afirmar, também, em relação ao processo de gestão, que existem dois grandes grupos difundidos, denominados de gestão concentradora e de gestão estratégica/participativa. As experiências que desenvolvem uma gestão concentradora são aquelas “onde o poder decisório cabe à minoria [...] Utiliza-se de ações estratégicas para a consecução de seus fins” (PRATES, 1995, p. 100). Referente ainda ao processo de gestão concentradora, pode-se explicar que esse tipo de gestão é constituído pela heterogestão e a cogestão. A heterogestão é o processo de gestão que vem sendo realizado pelas classes dominantes, de forma centralizadora (FARIA, 1987). Como exemplo disso podem ser citados os modelos de produção Tayloristas/Fordistas. Já o processo de cogestão seria a negação da heterogestão, entretanto não a ultrapassaria, mas dissimularia o processo de gestão participativa (FARIA, 1987).

Essa gestão que vem se tentando desenvolver nas 11 experiências pesquisadas - com exceção da Experiência “2” e de outras cinco experiências que, apesar de os trabalhadores participarem do processo de votação, vêm apresentando várias limitações vinculadas à forma de organização ou de relacionamento entre estes sujeitos, Experiências “1”, “4”, “12”, “13” e “17” - é designada de gestão estratégica/participativa, e se configura “através de ações estratégicas, descentralizando o poder, ampliando e incentivando os canais de participação. Sua expressão máxima seria a autogestão” (PRATES, 1995, p. 101).

Constituem as experiências que se “aproximam” da autogestão - mas não se configuram como tal -: Experiências “3”, “5”, “6”, “7”, “8”, “9”, “10”, “11”, “14”, “15” e “16”. Na medida em que estas experiências “tentam” desenvolver o processo de trabalho e de gestão com base em princípios que divergem da centralização e acumulação de capital - mesmo que de forma limitada e com divergências internas, entre outros elementos de dificuldades -, mesmo reproduzindo a lógica de comercialização do sistema, já podem ser consideradas uma forma de gestão que não se caracteriza pela simples centra-

lização das decisões e ações.

Pode-se apontar, também, como características de empreendimentos que se “aproximam” da autogestão: a capacidade de gerar renda na associação; a capacidade e autonomia dos trabalhadores em atribuir valor aos produtos comercializados no mercado; organizar e contabilizar a quantidade de material recolhido e comercializado pelos catadores; a participação dos sujeitos nas tomadas de decisão e na realização das atividades produtivas; a possibilidade de estabelecer igualdade entre os associados; o direito ao voto e à liberdade de opinião dos sujeitos na organização e gestão do trabalho; a faculdade de designar atividades e rotatividade do trabalho na associação, entre outros.

Com exceção da Experiência “2” - caracterizada neste estudo como um processo de gestão concentradora -, quando os sujeitos entrevistados foram perguntados acerca de seus posicionamentos em relação às propostas apresentadas pelo coletivo e/ou pela diretoria, responderam que normalmente argumentam nas reuniões quando não concordam com alguma proposta ou decisão. As Experiências “1”, “4”, “12”, “13” e “17”, entretanto, possuem outros elementos, entre eles a falta de interesse e participação dos trabalhadores, a individualidade e a competitividade, que os descaracterizam de uma gestão estratégica/participativa, pois estão muito distanciados da possibilidade de autogestão. Estes elementos devem ser trabalhados durante o processo de assessoria/incubação.

“Pode-se contrapor pobreza socioeconômica e pobreza política. A primeira passa em boa parte pela fome, pela miséria material. A segunda, pela falta de participação” (DEMO, 1999, p. 15). A participação, quando realizada com criticidade, torna-se fundamental ao processo de gestão num empreendimento coletivo, pois é por meio desta e do comprometimento dos trabalhadores, que esses empreendimentos se aproximam da possibilidade de se tornarem, em algum momento, “autogestionários”, realidade ainda distante deles. Salienta-se, entretanto, que o fato destes empreendimentos coletivos procurarem desenvolver o processo de trabalho e de gestão de uma forma diferenciada dos empreendimentos privados, por exemplo, já se constitui num avanço, se formos considerar todas as limitações que são impostas pelo sistema aos sujeitos e à riqueza socialmente produzida.

No que diz respeito ainda ao processo de gestão, não pode ser averiguada uma diferenciação entre os 14 empreendimentos que estão ou estavam sendo

assessorados pelas instituições vinculadas entre 2008 e 2009 ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes, em relação aos outros três empreendimentos. Possivelmente esta realidade está atrelada ao fato de que estes três empreendimentos também foram assessorados pelas instituições, quando conveniadas ao programa.

Ressalta-se, pelas informações obtidas por esta pesquisa - vinculada aos 17 empreendimentos -, que podem ser considerados outros elementos que transcendem o aspecto econômico. Pode-se citar como exemplo desta realidade, a capacidade de organização estabelecida entre os empreendimentos coletivos e as instituições de apoio, visando a mantê-los e capacitá-los; pelo fato destas experiências se “aproximarem” da autogestão; pela participação externa dos empreendimentos - materializada pelos fóruns, feiras, redes de economia solidária -, e participação interna, por meio de processos decisórios internos - reuniões, assembleias, eleições, entre outros -; e, ainda, pela apropriação dos princípios da Economia Popular Solidária diante do desenvolvimento do processo de trabalho, que resulta na cooperação entre os sujeitos, na repartição das sobras, na rotatividade de atividades e na aceitação de novos trabalhadores. Estes elementos estão para além dos aspectos relacionados com a viabilidade econômica, pois dizem respeito a uma possível transformação na vida destes sujeitos.

Devido ao fato, entretanto, de os trabalhadores beneficiados pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, via Senaes, e pelas instituições de apoio, comumente estarem em situação de vulnerabilidade social, o aspecto relacionado com a sobrevivência - rendimentos - se sobrepõe, num primeiro, às características mencionadas, apesar de serem de grande importância. Desta forma, ressalta-se que para que os trabalhadores possam vivenciar situações que possibilitem uma nova formação social, entretanto, primeiramente os empreendimentos devem tornar-se viáveis economicamente. Dando sequência à análise das informações, em seguida serão averiguadas as principais características dos sujeitos envolvidos nestas experiências coletivas.

5.1.2 Características dos trabalhadores pesquisados

Neste subitem tem-se como intencionalidade demonstrar as características dos sujeitos pesquisados que estão inseridos nos 17 empreendimentos co-

letivos. Para isto, primeiramente, será introduzida a idade destes trabalhadores. Constatase que a maioria dos 28 trabalhadores que informou suas idades está entre as seguintes faixas etárias: primeiramente de 31 a 40 anos (39,2%); seguida pela faixa etária de 51 a 60 anos (28,5%); de 19 a 30 anos (17,8%); e, empatados, com a mesma quantidade de sujeitos nos empreendimentos, as faixas de 16 a 18 anos e de 41 a 50 anos. Assim, destaca-se o fato de existirem vários trabalhadores entre 31 e 40 e, principalmente, entre 51 e 60 anos. Como esta faixa etária, entre 51 e 60 anos, não possibilita que os trabalhadores já estejam aposentados, pode-se afirmar que estes dados vão ao encontro das informações apresentadas anteriormente, em que os sujeitos com idade mais avançada, e com pouca qualificação profissional, estão excluídos do mercado formal de trabalho e precisam de uma forma alternativa de geração de renda. Outra questão que deve ser salientada é que são poucos os trabalhadores entrevistados entre 41 e 50 anos. Pode ser que tenha havido uma simples coincidência de não serem pesquisados sujeitos nesta faixa etária ou, ainda, pode estar ocorrendo uma redução da exclusão destes trabalhadores do mercado formal de trabalho - algo pouco provável.

Para complementar estas informações, elaborou-se uma Tabela que sintetiza a escolaridade dos 28 trabalhadores entrevistados.

Tabela 4 - Escolaridade dos sujeitos da pesquisa

Escolaridade	Porcentagem
Ensino Fundamental completo	50%
Ensino Médio completo	46,4%
Ensino Superior completo	3,5%
TOTAL	100%

Fonte: Dados de pesquisa.

Desta forma, constata-se que a metade dos trabalhadores - 14 integrantes - possui Ensino Fundamental, 46,4% Ensino Médio - 13 sujeitos - e somente um trabalhador (3,5%) possui Ensino Superior. O trabalhador que possui Ensino Superior é integrante da Experiência "3" - e este sujeito integra a diretoria do grupo. Destes trabalhadores a metade possui pouca qualificação

profissional. No limiar do século XXI, o Ensino Médio não se configura como um grau avançado de qualificação, e talvez este seja um dos motivos de estes sujeitos se inserirem nas experiências coletivas. Possivelmente, entretanto, se estas informações tivessem sido coletadas há 5 ou 10 anos, possivelmente a escolaridade destes sujeitos seria mais baixa, predominando Ensino Fundamental completo e incompleto.¹ Assim, constata-se que a exigência de qualificação pelo mercado de trabalho e, possivelmente, o desemprego, aumentaram consideravelmente.

Outra característica que se deve enfatizar e que vai ao encontro da possível explicação apresentada, consiste no fato de que a metade dos trabalhadores se inseriu nesses últimos dois anos nas experiências coletivas, 39,2% dos sujeitos introduziram-se entre 2 a 10 anos e 10,7% dos trabalhadores estão inseridos há mais de 10 anos. Estes dados demonstram, apesar de que 50% dos 28 sujeitos que responderam esta questão terem se inserido nas experiências nos últimos dois anos - devido ao desemprego -, que a outra metade é constituída por trabalhadores que estão há mais de dois anos nas experiências coletivas. Três entrevistados informaram que participam dos empreendimentos coletivos há mais de 10 anos. Essas informações nos remetem ao fato de que é possível a permanência dos trabalhadores nestas experiências. Ou seja, apesar de os sujeitos se inserirem nestas experiências coletivas tendo como intencionalidade gerar renda, pode-se constatar que os mesmos permanecem nos empreendimentos quando lhes são fornecidas melhores condições de trabalho. Com base nesta realidade, destaca-se novamente a relevância do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento como contribuição à viabilidade econômica destas experiências coletivas, de forma que contribua para a melhoria das condições de vida destes sujeitos.

Em relação aos motivos que desencadearam a inserção dos trabalhadores nos empreendimentos coletivos, segundo informações obtidas por meio dos 20 sujeitos que responderam a questão, pode-se averiguar que a metade se inseriu pela necessidade de gerar e ter renda; 20% dos sujeitos informaram que foi devido à influência e/ou convite de familiares; 20% que era para aumentar a renda familiar; e 10%, que corresponde a dois trabalhadores, comunicaram que era devido ao fato de que o trabalho desenvolvido em grupo é melhor, mais prazeroso. Novamente confirma-se a supremacia na necessidade de gerar renda ou complementar a renda familiar (70%).

De acordo com os dados da PED-IBGE, em dezembro de 2003, na região metropolitana de Porto Alegre, os índices relacionados com o desemprego total (homens e mulheres) correspondiam a 15,9%. Em dezembro de 2004 equivaliam a 14,4%; em dezembro de 2005 correspondiam a 13,7%; em dezembro de 2006 eram de 12,97%; já em dezembro de 2007 equivaliam a 11,3%; tendo-se, porém, nos meses de julho de 2003 e abril de 2004 os maiores índices de desemprego, chegando a 17,7%. Estes dados são demonstrativos de que houve uma redução na taxa de desemprego total na Capital do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2003 e 2007, de mais de 4%. Concernente, porém, à taxa de desemprego total no Brasil, também houve uma redução, variando de 12,9% em 2007, para 11,2% em 2008. Isto significa uma diminuição de 1,7% (PED-IBGE).

Já em relação ao desemprego masculino e feminino, constatou-se, segundo a PED-IBGE, que em Porto Alegre, no mês de dezembro de 2007, o índice de desemprego masculino correspondia a 8,8%, enquanto que o feminino era de 14,2%. Constata-se que o desemprego feminino é superior em mais de 5% ao masculino. A taxa de desemprego total feminino no Brasil, porém, teve uma expressiva redução, ao passar de 16,0% em 2007, para 13,9% em 2008 (BASTOS, 2007). O desemprego feminino, entretanto, vem sendo sempre superior ao masculino.

Embora a expansão da presença feminina no mercado de trabalho tenha se intensificado nas últimas décadas, observa-se que esse crescimento não ocorreu de forma homogênea para o conjunto das mulheres. [...] Múltiplos fatores - como idade, cor, escolaridade e renda familiar - concorrem para estabelecer essas desigualdades. Dentre esses fatores, o tipo de arranjo familiar no qual a mulher está inserida e a posição que ela ocupa na família afetam a sua decisão de entrada na força de trabalho e os resultados dessa inserção. Também a presença de filhos e a faixa etária desses têm peso importante nesse movimento (DIEESE..., acesso em: 20 ago. 2009).

Percebe-se que, além do fato de o desemprego feminino ser superior ao masculino, existem outros elementos vinculados às situações das mulheres que contribuem para a exclusão delas no mercado formal de trabalho. Por exemplo: os diferentes tipos de famílias, bem como a presença de filhos - principalmente com idade inferior a um ano -, desencadeiam uma variação no índice de desemprego. Destaca-se também que a mulher que reside sozinha e não possui filhos, obtém um índice menor de desemprego em Porto Alegre, do

que nas demais situações.

Primeiramente, portanto, o que desencadeia a inserção dos sujeitos (entre eles, mulheres e homens) em empreendimentos de Economia Popular Solidária, é a necessidade de sobrevivência por meio da geração de renda.⁹ O desemprego constitui-se num dos principais motivos que ocasiona a inserção dos trabalhadores nas experiências coletivas, considerando que o fato de os sujeitos entrevistados terem se inserido nos empreendimentos pesquisados nos últimos dois anos, também demonstra esta realidade. Por isto a viabilidade investigada neste estudo, num primeiro momento - também conforme a compreensão da Senaes - está vinculada ao processo de geração de renda. Ou seja, após os trabalhadores desenvolverem as atividades laborais, conseguirem comercializar seus produtos e serviços e pagar as despesas do empreendimento, e, posteriormente obterem sobras, que acabará gerando a renda destes trabalhadores, pode-se, então, mensurar a viabilidade econômica destas experiências.

Num segundo momento, após a necessidade de sobrevivência estar sendo, mesmo que de forma ainda incipiente e limitada, atendida, então podem ser trabalhadas outras questões vinculadas com os Princípios do Cooperativismo e sobre o processo de conscientização dos sujeitos, que poderá contribuir para a elevação da politização dos mesmos, conforme visto anteriormente. Apesar desta realidade, isto não contradiz a importância dos empreendimentos de geração de trabalho e renda; pelo contrário, se estes estiverem respaldados em princípios que divergem do sistema, então os mesmos merecem maior atenção, pois, além de suprir as necessidades de sobrevivência, ainda podem se constituir enquanto sinalizações dos sujeitos - apoiados pelas instituições de apoio e segmentos da sociedade civil organizada -, para se manifestar contra a desigualdade social advinda do capitalismo.

Outras características peculiares e de âmbito privado, relacionadas com os 28 trabalhadores entrevistados, estão interligadas com os seguintes elementos: em relação ao estado civil dos sujeitos, constata-se que 47,8% destes são casados, 34,7% informaram que se relacionam por meio de união estável, 13% disseram que estão separados, e somente 4,3% são solteiros. No que concerne ao fato de estes trabalhadores terem filhos ou não, constatou-se que

⁹Os trabalhadores pesquisados nos 17 empreendimentos informaram ainda que já residiram em outros municípios - 53,5% dos sujeitos. Já 46,4% dos trabalhadores não residiram em outros municípios.

19 deles possuem filhos - 11 até 3, e 8 com mais de 3 filhos - e 9 entrevistados declararam não possuir filhos. Os trabalhadores informaram também que residem com seus companheiros/as e filhos e, em alguns casos, residem também com os pais - lembrando-se que as trabalhadoras de uma das experiências estão na penitenciária feminina. Em relação a suas residências os trabalhadores informaram, em sua maioria, que possuem casa própria, posto que apenas três sujeitos informaram que residem em locais cedidos, e um trabalhador informou que reside em local alugado. Constatou-se, desta forma, que os rendimentos obtidos pelos trabalhadores, além de serem destinados para as necessidades dos mesmos, também são empregados para o complemento de suas rendas familiares - igualmente devido à aquisição da casa própria.

Quando os trabalhadores foram indagados sobre terem trabalhado em outros locais anteriormente as suas inserções nos empreendimentos, os mesmos informaram que desenvolveram outras atividades laborais para obtenção de renda. Somente quatro trabalhadores, dos 28 entrevistados - 14,2% - informaram que estas se constituem em suas primeiras experiências de trabalho, pois não estavam conseguindo se inserir no mercado formal. Esta realidade possivelmente está relacionada com as dificuldades que os jovens possuem para conseguir entrar no mercado formal de trabalho, uma vez que os mesmos ainda não possuem experiência profissional - uma das exigências do mercado. Os trabalhadores que afirmaram trabalhar em outros locais anteriormente as suas inserções nas experiências coletivas, disseram que desenvolviam atividades relacionadas com serviços de limpeza, serviços gerais e também no comércio - com carteira assinada. Desta forma, pode-se relacionar as atividades que os trabalhadores desenvolviam anteriormente com as suas inserções nas experiências e com o processo de trabalho que vem sendo desenvolvido pelos mesmos nos empreendimentos, relacionados com serviços gerais, de limpeza e de comércio - artesanato, confecção, produção de alimentos, entre outros.

Dos 24 sujeitos que trabalharam em outros locais anteriormente, quando perguntados sobre se havia diferença entre ser empregado/funcionário numa empresa privada e ser cooperado/associado em uma experiência coletiva de geração de trabalho e renda, 83,3% informaram que existe diferença. Apenas 16,6% dos sujeitos responderam que não percebem diferença alguma. Estes quatro sujeitos estão inseridos nos seguintes empreendimentos coletivos: Experiências “1”, “2”, “12” e “13”. Um destes trabalhadores informou que “cada

um deveria cuidar de si” (Paulo, Experiência “1”). Diante desta fala, bem como das outras três experiências, novamente constata-se uma divergência existente entre estes quatro empreendimentos pesquisados e os princípios norteadores da Economia Popular Solidária.

Os trabalhadores que informaram que existe uma diferenciação entre ser empregado/funcionário numa empresa privada e ser cooperado/associado em uma experiência coletiva, mencionaram que esta ocorre pelos seguintes elementos: “*Por deixarmos de sermos empregados*” (Cristiano, Experiência “14”). “*Terem controle sobre a sua renda e produção*” (Carla, Experiência “11”). “*Por ser um local mais agradável*” (Joaquim, Experiência “7”). “*Por ter mais contato com pessoas parecidas com a gente*” (Paulo, Experiência “16”). “*Por ter mais ajuda*” (Fátima, Experiência “10”). Constata-se que estes empreendimentos estão tentando realizar um processo de gestão participativa, tendo como respaldo o fato de os trabalhadores sentirem-se responsáveis pelas experiências, mesmo quando não ocupam cargos na direção.

Respaldo ainda nestas expressões verbais, pode-se mencionar que, mesmo tendo como motivo de inserção principal a geração de renda, de forma exclusiva ou complementar, salienta-se que 83,3% dos trabalhadores entrevistados que já desenvolveram atividades laborais em outros espaços sociocupacionais, percebem a diferença entre trabalhar numa empresa privada e num empreendimento coletivo. Nesse sentido, verifica-se que, ao se comprometerem com os empreendimentos coletivos, esses sujeitos possivelmente compreendem a situação de não serem empregados ou funcionários de uma empresa privada, pois os trabalhadores entendem que são eles os responsáveis pelo funcionamento e manutenção das experiências nas quais estão inseridos. Os mesmos percebem, também, que são eles que realizam e organizam as suas atividades no trabalho e que os seus rendimentos dependem da quantidade de material que coletam, produzem e comercializam.

Desta forma, estas experiências possivelmente estão contribuindo para a transformação da vida destes trabalhadores e seus processos de aprendizagem, sobre suas percepções sobre o mercado de trabalho e a realidade socioeconômica. Os mesmos, além de se sentirem responsáveis pelos empreendimentos em que estão inseridos, ainda informaram que constata a mudança que ocorre entre trabalhar numa empresa privada ou de forma autônoma, e nestes locais. Esta transformação pode estar vinculada à compreensão da totalidade das ativida-

des que desenvolvem, bem como com o processo de participação destes trabalhadores na gestão e decisões dos empreendimentos, de forma que se sintam pertencentes e vinculados às experiências em que estão inseridos, aspecto que transcende a questão dos rendimentos, também já mencionado.

Como esses sujeitos trabalham em coletivo, suas relações não são harmônicas e devem estar permeadas de divergências e conflitos. São esses conflitos, no entanto, que, possivelmente, fazem com que os trabalhadores se (re)organizem para dar continuidade às atividades e necessidades que requerem os empreendimentos. Remete-se a esta realidade sem desconsiderar as limitações que os trabalhadores inclusos nestas experiências vivenciam, equiparados aos sujeitos inseridos no mercado formal de trabalho, inclusive em relação aos direitos trabalhistas. Outra questão está relacionada ao fato de que os empreendimentos coletivos sofrem forte pressão do sistema (PRATES, 1995), posto que realizam adequações devido ao mercado e suas inúmeras exigências competitivas.

Contata-se que, para que essas experiências coletivas possam ser mantidas e viabilizadas economicamente no mercado, é imprescindível o processo de comprometimento e conscientização dos trabalhadores, bem como o apoio e o incentivo de programas e políticas sociais. Novamente destaca-se a contribuição do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes para propiciar melhores condições de trabalho a estes sujeitos, capacitação, auxílio financeiro, e o fato de proporem uma regulamentação que contemple estes trabalhadores inseridos no mercado informal por meio do trabalho coletivo, mesmo que ainda limitada.

5.1.3 Apoio das Instituições para a viabilidade econômica das experiências coletivas no Rio Grande do Sul por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes

No que diz respeito ao processo de vinculação das experiências de Economia Popular Solidária às Instituições de Apoio, segundo as informações obtidas pelos trabalhadores entrevistados, dos 17 empreendimentos pesquisados somente um declarou não possuir vínculo e/ou receber assessoria de alguma Instituição de Apoio - Experiência “4”. Todos os outros empreendimentos informaram que ou estão vinculados e recebem alguma forma de apoio ou são

assessorados/incubados por instituições. Os trabalhadores da Experiência “4” declararam que não recebem assessoria, pois os mesmos não reconhecem o trabalho desenvolvido pelo agente de desenvolvimento local - vinculado à Instituição “G” -, pelo fato de este agente de desenvolvimento ser também um integrante da Cooperativa. Desta forma, constata-se uma contradição.

Como um cooperado pode ser também o assessor do empreendimento em que está inserido? Para que uma assessoria possa ser legitimada, faz-se necessário primeiramente que o assessor ou a equipe que irá desenvolver a incubação adquira a confiança e segurança dos trabalhadores que serão assessorados. Outra questão que pode ser mencionada está relacionada com a disparidade de conhecimentos existentes entre este agente de desenvolvimento, que também é um cooperado, e os outros integrantes da cooperativa. Numa cooperativa pressupõe-se a igualdade entre os trabalhadores e, por meio das respostas dos cooperados, percebe-se que os mesmos não estão se sentindo confortáveis com esta realidade, fato que pode prejudicar o processo de assessoria. Mesmo com esta contradição, entretanto, por meio das outras informações obtidas, pode-se averiguar que este empreendimento vem se consolidando na experiência que possui o maior valor em sobras destinado aos trabalhadores.

Mesmo havendo discordância entre o grupo, não se pode deixar de destacar, ainda, o motivo pelo qual esta cooperativa foi constituída. Ou seja, mesmo tendo limitações vinculadas possivelmente ao fato de os trabalhadores estarem reproduzindo as relações que norteiam o sistema, esta cooperativa não deixa de obter importância; seja pelo fato de a mesma gerar trabalho e renda aos sujeitos; por não estar vinculada, como forma de terceirização, à empresa privada; ou por ter sido constituída pelos trabalhadores após a falência da empresa em que desenvolviam as atividades. Estes elementos citados constituem-se em aspectos importantes, em relação ao sistema. As questões de conflitos e divergências internas entre os sujeitos, entretanto, possivelmente sinalizam a existência de demandas que permeiam esta experiência, de forma que o processo de trabalho que vem sendo desenvolvido não vá ao encontro dos princípios do cooperativismo - fato que deverá ser trabalhado pela assessoria. Independentemente das contradições internas e externas, porém, esta cooperativa vem gerando renda aos trabalhadores e seus familiares, posto que os próprios sujeitos entrevistados mencionaram que se não existisse a coopera-

tiva, possivelmente não conseguiriam obter renda.

As outras 16 experiências coletivas, porém, informaram que, além de receberem assessoria das instituições mapeadas e pesquisadas, também recebem alguma forma de apoio - cursos, assessorias, encontros de formação, entre outros - de outras instituições, tais como: das Secretarias Municipais do Meio Ambiente, Turismo, Saúde e da Agricultura, dos Sindicatos Rurais e dos Metalúrgicos, da Emater, da Cáritas, da Pastoral Operária, do Fórum Regional de Economia Popular Solidária, de Universidades, de Redes de Comercialização, da Caixa Econômica Federal, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama -, de Conselhos Municipais, da Central de Cooperativas e Empreendimentos Autogestionários do Brasil - Unisol -, entre outros. Com base nestas informações, constata-se, por meio da pesquisa, que a sociedade civil, setores governamentais e universidades em geral, vêm contribuindo com o fortalecimento destes empreendimentos coletivos.

Menciona-se que das experiências pesquisadas, 12 informaram que a assessoria ou o apoio que recebem das instituições estão contribuindo para a viabilidade - manutenção, permanência e geração de renda - das experiências, segundo as respostas dos próprios trabalhadores. Já a Experiência “3” - vinculada à Instituição “B” -, a Experiência “16” - vinculada à Instituição “N” -, a Experiência “14” - ligada à Instituição “E” -, a Experiência “4” - assessorada pela Instituição “G” e a Experiência “11” - vinculada à Instituição “H”, não responderam a questão. Estes empreendimentos possivelmente não responderam por não possuírem uma compreensão elaborada, ou por não perceberem que o apoio e assessoria recebidos estão contribuindo para as suas viabilidades econômicas. Destaca-se, porém, que a Experiência “3” informou que gostaria que existisse um administrador na Instituição “B” para acompanhar melhor o empreendimento. Salienta-se, também, que os trabalhadores da Experiência “14” informaram que a Instituição “E” procura sempre colaborar com a associação e seus trabalhadores.

Constata-se, portanto, que 70,5% das experiências pesquisadas - segundo a percepção dos trabalhadores entrevistados -, informaram que o apoio e/ou o trabalho de assessoria/incubação desenvolvido pelas instituições vem contribuindo para a viabilidade econômica destes empreendimentos, de forma que possibilitam a geração de renda aos trabalhadores, por meio das atividades

que desenvolvem nos empreendimentos coletivos. Mediante as respostas dos trabalhadores elencadas a seguir, pode-se confirmar esta percepção: *“Quando há reunião, algum problema eles ajudam/auxiliam”* (João, Experiência “1”). *“Eles apoiam e incentivam os pescadores tanto na estrutura física como nos materiais para a pesca, criando alternativas para que em outros períodos também possamos ter renda”* (Fábio, Experiência “7”). *“A Instituição acredita no projeto, e está sempre trazendo alguma novidade”* (Fernanda, Experiência “9”). *“A Instituição absorve aquilo que o grupo acha importante, e, também, eles constroem com o grupo ao invés de trazerem as respostas prontas”* (Paulo, Experiência “12”). *“A Instituição dá o apoio em alguns detalhes [...], esses detalhes consistam no auxílio técnico e informativo e vêm contribuindo com informações ou dúvidas”* (Joelma, Experiência “17”). *“É pelo trabalho do grupo, responsabilidade com o que é feito, por isso eles contribuem para a viabilidade, permanência e manutenção”* (Paula, Experiência “13”).

Assim, estas respostas revelam que o trabalho de assessoria possui diversas contribuições aos empreendimentos coletivos, servindo possivelmente como um instrumento de monitoramento às instituições de apoio sobre o trabalho de assessoria/incubação que estão desenvolvendo. Destaca-se que a renda está presente nas falas dos sujeitos, pois os mesmos necessitam das instituições - vinculadas ao Programa por meio da Senaes - para gerar renda. Mesmo os empreendimentos assessorados por instituições não vinculadas ao Programa entre 2008 e 2009, também demonstram a mesma realidade. O trabalho de assessoria/incubação, porém, busca trabalhar outras dimensões que transcendem o aspecto econômico, apesar de privilegiá-lo num primeiro momento. Estes outros elementos estão relacionados com o processo de conscientização e politização destes sujeitos. Salienta-se, ainda, que a Experiência “13” mencionou a possibilidade de adentrar para o mercado de trabalho assim que as trabalhadoras saíssem da penitenciária. Ao mesmo tempo em que o trabalho vem qualificando as trabalhadoras tecnicamente, possivelmente não estão sendo trabalhados os princípios do cooperativismo/associativismo neste grupo, de modo que as trabalhadoras reproduzem o desejo vinculado ao sistema de estarem empregadas, ou seja, inclusas no mercado formal de trabalho.

Também se pode constatar que, se não fosse a assessoria, possivelmente estes empreendimentos já teriam sido dissolvidos, demonstrando a fragilidade de algumas experiências coletivas, principalmente as constituídas por meio de

grupos. Desta forma, percebe-se novamente a contribuição das instituições de apoio para a viabilidade econômica dos empreendimentos coletivos. Com base na categoria de contradição, entretanto, reforça-se a possibilidade de que, se estes trabalhadores tivessem a oportunidade de se inserir no mercado formal de trabalho, talvez se retirariam das experiências coletivas. Compreende-se neste estudo, porém, que não há espaços no mercado com possibilidades de trabalho formal para todos os sujeitos - pelo menos na atual realidade macroeconômica. Assim, estas experiências se constituem também como possibilidades emergenciais de geração de trabalho e renda.

Salienta-se ainda que estas experiências podem constituir-se como formas de resistência dos trabalhadores às manifestações da questão social. Esta realidade pode ser observada em 11 empreendimentos pesquisados, mesmo que de forma limitada e com divergências internas, entre outros elementos de dificuldades. Na medida em que estas experiências “tentam” desenvolver o processo de trabalho com base em princípios que divergem da simples acumulação de capital - apesar de também terem como objetivo a geração de renda, porém de forma coletiva -, mesmo que de modo incipiente, podem ser consideradas elementos de enfrentamento ao sistema - mesmo que diminutos diante da complexidade que envolve o capitalismo.

Constatou-se que dos 17 empreendimentos pesquisados, somente quatro experiências (23,5%) informaram que receberam alguma forma de apoio financeiro, ou seja, recurso financeiro, desde a sua criação. Isto significa que 76,5% das experiências não receberam auxílios financeiros - segundo informações advindas dos trabalhadores. Esta obtenção de recursos foi possibilitada por meio de convênios ou concessão de crédito. A Experiência “5” informou que obteve recurso financeiro mediante convênio com a prefeitura; a Experiência “7” obteve recurso financeiro por meio de convênio estabelecido com o governo federal - destinado especificamente à compra de materiais; a Experiência “17” obteve recurso financeiro com a concessão de crédito bancário. Apenas a Experiência “12” recebeu doação da Fundação Banco do Brasil para a construção do galpão há três anos.

Em relação à compreensão e percepção dos trabalhadores entrevistados sobre a assessoria/incubação que estão ou estavam sendo desenvolvidas, constata-se que, por meio das informações obtidas, o trabalho que vem sendo efetivado pelas instituições de apoio possui alguns elementos e procedimentos semelhantes. Foram citados pelos trabalhadores das experiências coletivas os

seguintes procedimentos que estão sendo operacionalizados pelas instituições: a) realização de assistência técnica, jurídica, administrativa; b) realização de reuniões; c) cursos de formação; d) a assessoria acompanha a construção e/ou monitoramento do trabalho; e) aquisição de espaço físico e materiais; f) inserção dos empreendimentos em feiras, mostras, encontros, Fóruns, entre outros; g) auxílio e orientação no encaminhamento de documentos; h) auxílio com transporte para a locomoção dos trabalhadores; entre outros elementos.

Pode-se confirmar esta realidade por meio das falas dos trabalhadores: “*Tem grupos de discussão, [...], auxiliam com o material de divulgação, parte documental, acesso ao telefone, computadores [...]*” (Pedro, Associação Experiência “14”). “*Ajudam em deslocamento do empreendimento, realizam visitas, dão sugestões de como comercializar o produto [...] há 3 anos*” (Fabiana, Experiência “6”). “*Realizaram curso de formação e de capacitação [...] há um ano e meio*” (João, Experiência “16”). “*Realizam cursos, trazem novidades em relação à produção para o grupo*” (Paula, Experiência “13”). “*Cursos para saber sobre gestão, criação de novos produtos, atualização da tabela de preços*” (Cátia, Experiência “2”). “*Fazem oficinas de formação, [...], ajudam na construção de projetos [...]*” (Miguel, Experiência “7”). “*Realizam cursos, eles organizam e promovem espaços em feiras, bem como o deslocamento [...], desde 2005*” (Fernanda, Experiência “8”). “*Ajudam a organizar o espaço físico, [...], viabilizando visitas a outras cooperativas [...]*” (Fernando, Experiência “1”). Mediante estas informações percebe-se que as informações apresentadas anteriormente e informadas pelas Instituições de Apoio sobre as assessorias/incubação que objetivam potencializar a viabilidade econômica, e com a formação destes trabalhadores enquanto coletivo são condizentes com a realidade.

Outra questão que se confirma está relacionada com o fato de que as Instituições de Apoio, por meio de suas atividades de assessoria, estão tentando introduzir os princípios dos Precursores do Cooperativismo. Ou seja, as atividades de assessoria vão ao encontro dos princípios e objetivos previstos pela Senaes e pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como dos Precursores do Cooperativismo. Menciona-se, ainda, que a Experiência “4” não respondeu a questão, e as Experiências “9” e “10” informaram que no momento não estavam recebendo assessoria (pela Instituição “D”). Esta realidade está possivelmente relacionada com o término de assessoria da Instituição “D” com estes dois empreendimentos, bem como pelo fato de que na Experiência “4” há uma não aceitação/compreensão do trabalho

desenvolvido pelo agente de desenvolvimento, que também é um cooperado.

Quando os trabalhadores foram indagados sobre “se pudessem mudar algo nas assessorias/incubações recebidas, o que mudariam”, das 17 experiências pesquisadas, cinco não sugeriram mudança alguma, pois alegaram que cursos e atividades são desenvolvidos de acordo com as perspectivas do grupo. Já os outros 11 empreendimentos pesquisados informaram que gostariam que houvesse maior agilidade da Instituição de Apoio em relação à resolução de algumas demandas dos empreendimentos; solicitaram, também, que as instituições reivindiquem maior apoio das prefeituras; e, ainda, obteve-se a sugestão de que as instituições poderiam disponibilizar mais tempo para assessorar a experiência. Ou seja, por meio destas informações, constata-se que há uma solicitação de que o processo de acompanhamento das experiências ocorra com um tempo de duração maior, e que também recebam apoio de órgãos governamentais locais, como a prefeitura.

A solicitação de um tempo maior está possivelmente relacionada com a dificuldade em que se constitui o término do processo de assessoria - já abordado anteriormente. Quanto à questão da agilidade de resoluções de demandas, possivelmente esta realidade pode estar vinculada às limitações inerentes ao sistema, de forma que, comumente, não são de fáceis soluções. Esta realidade pode ser trabalhada pelas instituições de Apoio com os trabalhadores dos empreendimentos coletivos, de modo que os mesmo passem a reivindicar e se organizar cada vez mais como uma das formas de contestação ao capitalismo e suas manifestações de desigualdade. Deve ser trabalhado com estes sujeitos, entretanto, que não existem “fórmulas” milagrosas de resolução de demandas, e nem sempre as soluções podem ser tão imediatas, mas sim, dependendo da situação, consistem num processo mediato. Este trabalho de conscientização sobre a realidade poderia ser realizado pelos assistentes sociais quando inseridos nas instituições de apoio.

Estas sugestões vão ao encontro das informações mencionadas pelos trabalhadores em relação às questões necessárias à viabilidade dos empreendimentos no mercado. Além do apoio advindo das prefeituras e demais instâncias governamentais, em âmbitos Federal e Estadual, e da solicitação de maior tempo destinado ao processo de incubação, foram apontadas questões peculiares a estes empreendimentos. Como exemplo, cita-se a necessidade da ampliação do espaço destinado à comercialização dos produtos e serviços - fato que possibilitaria o aumento da demanda e da produção, respectivamente, e do

fornecimento de serviços; foi mencionado também, para que os empreendimentos se viabilizem/mantendam no mercado, faz-se necessário o processo de conscientização dos trabalhadores em relação à Economia Popular Solidária e seus princípios.

Uma questão que chama a atenção, pois não foi mencionada pelos trabalhadores, e que também se constitui numa das dificuldades relacionadas com estes empreendimentos coletivos, está relacionada à dificuldade de acesso a créditos e financiamentos - posto que esta realidade se configura como um dos objetivos da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Por meio das informações obtidas, esta questão não foi informada, entretanto a mesma pode estar vinculada com a dificuldade de comercialização, de produção, falta de espaços físicos, entre outros.

O exercício da cidadania é possibilitado pelas experiências coletivas de geração de trabalho e renda e seu respectivo programa social, por intermédio da participação popular. Evidencia-se, entretanto, que uma das possibilidades para que esta realidade possa ser materializada com avanços, de forma gradativa e processual, está vinculada à compreensão dos sujeitos ao se perceberem como responsáveis pelo programa e seus empreendimentos, assumindo para si a corresponsabilidade nos avanços e limites no acesso aos recursos. Ou seja, o aprimoramento do programa e do acesso aos recursos também depende da participação da sociedade civil organizada - Fóruns de Economia Popular Solidária - bem como pelo envolvimento e comprometimento dos trabalhadores inseridos nestas experiências coletivas, juntamente, é claro, com o apoio das instituições parceiras.

Salienta-se, ainda, que o processo de descentralização político-administrativo previsto pela Constituição Federal consiste em algo muito incipiente, se equiparado aos 500 anos de dominação e submissão da sociedade brasileira. Desta forma, as limitações averiguadas na implantação do programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no Rio Grande do Sul, e possivelmente no Brasil, podem ser compreendidas. Constitui-se numa realidade, porém, que deve ser aprimorada, tanto pelo Estado, quanto pela sociedade civil organizada, como também pelas instituições de apoio e pelos trabalhadores inseridos nas experiências coletivas.

Entre as experiências pesquisadas, em relação às compreensões dos trabalhadores sobre a Economia Popular Solidária, pode-se constatar que os aspectos mais mencionados estão relacionados à união e solidariedade entre os

trabalhadores diante do processo de trabalho e demais atividades. Dos trabalhadores entrevistados, somente quatro afirmaram que não há reflexões e conversações nos empreendimentos coletivos sobre os Princípios do Cooperativismo - estes sujeitos são dois da Experiência “2”, e dois da Experiência “4”. Já referente aos demais trabalhadores, quando indagados sobre suas compreensões em relação à Economia Popular Solidária, informaram que: “[...] *as pessoas produzem e comercializam os seus próprios produtos em conjunto, rompendo com os atravessadores*” (Cláudia, Experiência “5”). “[...] *gerar trabalho e renda num viés solidário oportuniza o grupo a trabalhar*” (Paula, Experiência “8”). “[...] *Se deve saber dividir os espaços físicos principalmente em feiras*” (Jonas, Experiência “11”). Pode-se observar, por meio dessas respostas, que a vivência dos trabalhadores nos empreendimentos populares está relacionada com os seus processos de aprendizagem.

Além do esclarecimento dos trabalhadores sobre o Cooperativismo e a Economia Popular Solidária, percebe-se que existem outros desafios que estão postos aos empreendimentos cooperativistas, entre eles: desenvolver a capacidade dos trabalhadores em sistematizar o trabalho, substituindo as estruturas hierárquicas por decisões democráticas em alguns empreendimentos; aplicar corretamente os investimentos; qualificar permanentemente os trabalhadores; e decidir sobre a reaplicação dos excedentes (RECH, 2000). Desta forma, mesmo havendo várias limitações concernentes a estes empreendimentos coletivos e sua relação com o mercado - seja quanto aos locais de comercialização, às dificuldades de relações entre os trabalhadores, os baixos rendimentos, à assessoria do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento ainda ser incipiente, o desejo de mais conhecimento sobre a Economia Popular Solidária -, os trabalhadores mencionaram situações, objetivos, sonhos e percepções em que concebem a Economia Popular Solidária como espaço diferenciado de trabalho, em que a união e a solidariedade devem existir. Ou seja, mesmo com o fato de estes trabalhadores estarem inseridos nestes empreendimentos como uma das formas possíveis de obter renda, os mesmos, porém, possivelmente por meio do trabalho de assessoria das instituições de apoio, percebem a Economia Popular Solidária como um espaço diferenciado de trabalho. Estas informações são interessantes se equiparadas com os outros locais de trabalho existentes no mercado, em que a individualidade se torna um elemento central.

Já no que diz respeito à compreensão ou conhecimento dos trabalhado-

res em relação ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e sobre a Senaes, constatou-se que quatro empreendimentos pesquisados, 23,5%, declararam não conhecer o Programa e sua Secretaria. Mediante estas informações, percebe-se que ainda não ficou claro para os trabalhadores, por intermédio do apoio ou assessorias que estão sendo desenvolvidas, a existência e significado do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes, sendo esta uma das questões que deveria ser aprofundada por estas instituições junto as experiências.

Os outros 13 empreendimentos, portanto a maioria das experiências pesquisadas, mencionou que conhecem ou já ouviram falar sobre o referido Programa Social e sua Secretaria e que sabem que as instituições podem ser apoiadas pelo mesmo. Os trabalhadores informaram que possuem conhecimento sobre este Programa Social, pois salientaram que, por meio do mesmo, são incentivados à criação de novas experiências de geração de trabalho e renda, à realização de cursos, à participação dos trabalhadores em Feiras e Fóruns de Economia Popular Solidária, bem como à criação destes últimos. Expuseram, ainda, que possuem conhecimento sobre projetos e atividades previstas pelo Programa e informaram a existência da Instituição “G” e do projeto de Alfabetização; mencionaram atividades relacionadas com a compra direta de produtos, com o conselho econômico, sobre editais para a realização de feiras na cidade, seminários, capacitações e o apoio do governo a projetos para a implantação de Incubadoras e Centros Públicos.

Novamente constata-se que, apesar da incipiência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, algumas ações já estão tendo visibilidade aos trabalhadores e à sociedade. Apesar desta visibilidade, os fatores de mecanismo do funcionamento e de visão de homem e de mundo que norteiam os trabalhadores inseridos no sistema capitalista - como a liberdade individual, a competitividade, o processo de alienação, a capacidade de iniciativa peculiar a cada indivíduo -, bem como os fatores externos aos sujeitos referentes à lógica de mercado - como a obtenção do lucro, a concorrência, as relações comerciais, entre outros -, influenciam diretamente estas experiências coletivas, podendo interferir no processo de ruptura que elas objetivam desenvolver nas suas relações de trabalho. Visando a esclarecer esta realidade, e tendo como norte a categoria de contradição, buscou-se elaborar um Quadro que sintetize o desenvolvimento, ou não, dos sete Princípios originados pelos Precursores do Cooperativismo nas 17 experiências pesquisadas.

Quadro 6 - Princípios Cooperativistas nas 17 experiências pesquisadas

Experiências Coletivas	Adesão Livre	Gestão Democrática	Taxa Limitada de Juros ao Capital	Distribuição de Sobras Equivalentes	Neutralidade Social e Política	Ativa Cooperação entre as Cooperativas	Educação, Capacitação e Informação
Experiência "1"	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência "2"	Ocorre	Não Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência "3"	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência "4"	Não Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Não Ocorre	Não Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência "5"	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência "6"	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência "7"	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência "8"	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência "9"	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência "10"	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Não Ocorre
Experiência "11"	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência "12"	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência "13"	Não Ocorre	Ocorre	Não Ocorre	Ocorre Parcialmente	Não Ocorre	Não Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência "14"	Ocorre	Ocorre	Não Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência "15"	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência "16"	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência "17"	Não Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Não Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente

Fonte: Quadro sistematizado pela autora.

Por meio das informações em relação à possibilidade de existência e desenvolvimento dos Princípios Básicos do Cooperativismo nas 17 experiências pesquisadas, constatou-se que: a) a adesão livre (livre-entrada ou saída de cooperados) vem ocorrendo em 82,3% das experiências, e não vem ocorrendo em 17,6% dos empreendimentos; b) a gestão democrática (cada cooperado tem direito a um voto, não dependendo da quantidade de capital investido) vem ocorrendo em 94,1% das experiências e não vem ocorrendo em 5,9% dos empreendimentos; c) a taxa limitada de juros ao capital (não deve ser cobrado juros elevados sobre o capital investido para os novos integrantes) vem ocorrendo em 82,3% das experiências, e não vem ocorrendo em 17,6% dos empreendimentos; d) a distribuição de sobras equivalentes (as sobras pertencem aos cooperados e podem ser distribuídas de forma igualitária aos associados, que devem aplicar pelo menos 10% na cooperativa) vem ocorrendo de forma parcial em todos os empreendimentos pesquisados - devido ao fato de que as sobras vem sendo distribuídas conforme a quantidade de horas trabalhadas pelos sujeitos ou, ainda, pelo fato de que alguns empreendimentos produzem de modo individual e se reúnem para comercializar e, por fim, não foram obtidas informações que mencionem o fato de os trabalhadores reinvestirem 10% no empreendimento -; e) a neutralidade social e política (os integrantes da cooperativa não podem discriminar sobre nenhum aspecto os cooperados e impedir a adesão de novos cooperados) vem ocorrendo em 82,3% das experiências, e não vem ocorrendo em 17,6% dos empreendimentos; f) a ativa cooperação entre as cooperativas (integração entre cooperativas locais, nacionais e internacionais) ocorre por meio da participação dos trabalhadores em reuniões, Feiras, Fóruns, encontros, entre outros, em 88,2% dos empreendimentos; somente em duas experiências (11,7%) não vem ocorrendo; g) a educação, capacitação e informação¹⁰ vem ocorrendo por meio da participação de trabalhadores em cursos, palestras, entre outros, e, de forma parcial, em 94,1% dos empreendimentos - devido ao fato de os trabalhadores e seus empreendimentos não mencionarem que destinam 5% das suas sobras para estas atividades, e somente em uma experiência (5,8%) não vem ocorrendo.

Assim, constata-se que os Princípios Cooperativistas estão relacionados entre si, como a adesão livre e a taxa limitada de juros ao capital, de forma que

¹⁰ No Brasil, a Lei Federal 5.764/71 prevê a constituição de um fundo de, no mínimo, 5% de suas sobras para ser destinado ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates –, objetivando a educação e capacitação dos cooperados.

as informações fornecidas pelos trabalhadores são análogas. Outra questão que deve ser referenciada é o fato de que todos os empreendimentos possuem alguma divergência entre os seus funcionamentos e os Princípios do Cooperativismo - mesmo que de forma parcial -, elementos que poderiam ser trabalhados com os sujeitos por meio das assessorias das instituições de apoio - e também pelo assistente social. Constata-se, entretanto, também, que nenhum dos 17 empreendimentos desenvolvem suas atividades de acordo com a totalidade dos princípios do cooperativismo, considerando que todos os empreendimentos efetivam de forma parcial os princípios relacionados com a distribuição de sobras equivalentes e com a educação, a capacitação e a informação. Salienta-se, também, que os outros 11 empreendimentos coletivos, 64,7% das experiências, contemplam a maioria (5) dos princípios cooperativistas. Esta realidade possivelmente demonstra que, mesmo com limitações, estas experiências coletivas podem também ser consideradas formas de contestação ao sistema e seus princípios de individualidade, acumulação e centralização de capital, embora estes empreendimentos também estejam inseridos no sistema, fato que pode ser o grande motivo que desencadeia as limitações dos empreendimentos e de seus trabalhadores, e a necessidade incessante de adentrarem na lógica de reprodução capitalista. Destaca-se, ainda, que as Experiências “1”, “2”, “4”, “12” e “17” - mesmo que contemplem alguns princípios do Cooperativismo -, constituem-se, por meio das informações obtidas, nas experiências que possuem maiores dificuldades vinculadas às relações que vêm sendo estabelecidas entre os trabalhadores no processo de gestão e produção, entre outras divergências. Acrescenta-se, ainda, que as Experiências “12” e “17” estão ligadas a instituições de apoio que entre 2008 e 2009 não estavam vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Destas informações, questiona-se, principalmente, se o trabalho de assessoria a estas experiências foi desenvolvido de acordo com o Programa, de modo que as atividades fossem efetivadas de forma que contemplem os objetivos da Senaes.

Por fim, menciona-se que a Experiência “13”, apesar de possuir alguns elementos que condizem com os princípios do cooperativismo, não pode ser configurada como uma experiência de Economia Popular Solidária devido as suas peculiaridades. Estes seis empreendimentos, com base nas informações obtidas, não deveriam utilizar a nomenclatura de “Economia Popular Solidá-

ria”, mas de “Economia Popular”. Já os outros 11 empreendimentos, apesar de limitações, divergências, incongruências, entre outros, constituem-se de elementos que podem ser relacionados com as experiências de Economia Popular Solidária, sem desconsiderar as contradições internas e externas na qual estes empreendimentos coletivos estão envolvidos.

Por meio desta pesquisa, procurou-se demonstrar a contribuição do Estado, por intermédio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - vinculado à Senaes -, para a viabilidade econômica das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, tendo como delimitação espacial o Rio Grande do Sul.

Figura 6 - Tese



Fonte: Figura sistematizada pela pesquisadora.

Constatou-se que esta contribuição para a viabilidade econômica e potencialização das experiências coletivas vem sendo desenvolvida, ainda que de forma bem incipiente, por meio de uma parceria estabelecida entre o Estado e as Instituições Sociais, Governamentais e Incubadoras Universitárias - desde que estas estejam atuando enquanto parceiras do governo federal. Mes-

mo com a existência de limitações, entretanto, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento possui relevância - assim como os outros Programas e Políticas Sociais -, pois ele objetiva apoiar uma das possibilidades existentes de geração de trabalho e renda aos trabalhadores - e conseqüentemente, aos seus familiares -, principalmente diante da realidade que envolve o mercado de trabalho.

Salienta-se ainda que a criação da Senaes e do Programa, a realização do Mapeamento de Economia Popular Solidária, o apoio às Incubadoras Universitárias - a criação do Proninc -, o acesso destes trabalhadores a outros Programas Sociais que objetivam o exercício de suas cidadanias, já se constituem num avanço. Outra questão está relacionada com o fato de que os Programas e Políticas Sociais, entre eles o de Economia Solidária em Desenvolvimento, objetivam também desmistificar a “naturalização” e “aceitação” da pobreza como algo natural, posto que esta última constitui-se em algo inerente ao sistema, devido às manifestações de desigualdade geradas pelo capitalismo.

Refere-se, ainda, que os três empreendimentos que estão atrelados às instituições de apoio não vinculadas entre 2008 e 2009, possuem inúmeras fragilidades, e estão entre os seis empreendimentos caracterizados como de Economia Popular. Novamente ressalta-se a contribuição e a importância do Programa de Economia Solidária no apoio destinado tanto às instituições como também aos empreendimentos.

Tendo como intencionalidade contribuir com o aprimoramento do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, buscou-se realizar um processo preliminar de avaliação do mesmo, focando principalmente o aspecto econômico - tendo como respaldo para a avaliação, a eficiência, a eficácia e a efetividade¹¹ -, ressaltando que este Programa ainda é incipiente e está em fase de implantação no Rio Grande do Sul. Desta forma, constata-se que, em termos de eficiência, averiguou-se, por meio das informações obtidas pelas 11 instituições e 17 empreendimentos pesquisados, que os recursos liberados pelos órgãos de fomento, com aprovação da Senaes, estão sendo destinados e aplicados de acordo com o que estava previsto pelos projetos aprovados, seja pelo

¹¹ A avaliação da eficiência estabelecida pelos meios e recursos empregados, a avaliação da eficácia realizada por meio do cumprimento dos objetivos e metas propostos e a avaliação da efetividade social, estão relacionadas com os efeitos do programa em termos de justiça social, de contribuição para o aumento da sociabilidade e engajamento político, enfim, dos efeitos do programa em termos mais abrangentes de bem-estar para a sociedade (JANNUZZI, 2003).

Mapeamento de Economia Popular Solidária, pelas Incubadoras Universitárias, pelas ONGs e pelos Centros Públicos. Menciona-se ainda que não existe uma política orçamentária respaldada na descentralização político-administrativa, por meio das três esferas de governo, que funcione de forma plena, destinada exclusivamente a esta demanda. Esta realidade pode ser aprimorada, pois limita este programa social.

A eficácia do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no Rio Grande do Sul, por sua vez, pode estar relacionada à criação de Feiras, Fóruns e Encontros de Economia Popular Solidária, pela criação e fomento de novas experiências de geração de trabalho e renda, pela regulamentação de grupos informais, pela manutenção dos empreendimentos coletivos e pela geração de renda, mesmo que diminuta, obtida por estes trabalhadores. Devido à incipiência do Programa e à forma em que o mesmo está sendo constituído - por meio de uma parceria estabelecida entre o Estado e Instituições de Apoio -, entretanto, já se observou um avanço vinculado ao mesmo. Este pode ser materializado também pelo Mapeamento desenvolvido no RS pela Senaes, e pelo levantamento desenvolvido pela pesquisadora sobre as 20 Instituições de Apoio que já estiveram ou estão vinculadas ao Programa por meio da Senaes, desde 2003, no Estado. Destaca-se a contribuição das assessorias por meio das instituições de apoio vinculadas à Senaes para a viabilidade econômica, manutenção dos empreendimentos, obtenção de sobras e, conseqüentemente, geração de renda aos trabalhadores - principalmente se equiparadas com os dados apresentados pelo Mapeamento realizado pela Senaes no Brasil e RS. Constata-se que ainda se tem muito a aprimorar, porém deve-se destacar que já ocorreram alguns avanços, de modo que a eficácia vem sendo alcançada de forma parcial, pois deverá ser ampliada a quantidade de elementos que materializem este critério, como encontros, feiras, rendas, entre outros.

Já em termos de efetividade, ainda não há informações suficientes para avaliar este critério devido à incipiência do Programa - pesquisa que futuramente poderia ser realizada, tendo como base, inclusive, os empreendimentos pesquisados neste estudo. Pode-se abordar, entretanto, a intencionalidade do Programa, uma vez que ela vai ao encontro da melhoria das condições de vida destes trabalhadores - e, conseqüentemente, seus familiares -, ao exercício da cidadania dos sujeitos, à igualdade de relações, à democracia, à justiça e inclusão social, assim como um processo de trabalho desenvolvido, mesmo que de

forma limitada, que se oponha aos elementos centrais do sistema na sua forma de organização - individualidade, acumulação e centralização de capital.

Compreende-se, por meio desta pesquisa, portanto, que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, juntamente com a Senaes, pode, mesmo com limitações e ainda de forma incipiente, contribuir com a viabilidade econômica e potencialização das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul. Diante desta realidade, menciona-se, também, que o aprimoramento deste Programa Social - assim como dos demais Programas e Políticas Sociais - é algo processual e contínuo, posto que na própria nomenclatura do Programa está sendo referenciada a palavra “Desenvolvimento”, ou seja, algo que está sendo constituído e, portanto, não acabado e fechado.

Para finalizar esta pesquisa, evidenciando características importantes destacadas durante a investigação do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, serão tecidas as conclusões da pesquisa.

6 - Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar como o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, vinculado à Senaes, vem contribuindo para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, entre 2003 e 2009 no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como delimitação, principalmente, o aspecto econômico. Por meio da viabilidade econômica, conseqüentemente, os empreendimentos geram renda aos trabalhadores, que comumente se encontram em situação de vulnerabilidade social, de forma que possibilite a melhoria das condições de vida destes sujeitos. Foram desveladas quais são as instituições de apoio vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no RS - pela Senaes -, como estas instituições estão ligadas ao programa e como vêm desenvolvendo os seus processos de incubação. Também foram pesquisadas as características de 17 experiências de geração de trabalho e renda, bem como de seus integrantes.

Diante da reestruturação do capital, a Economia Popular Solidária surge como uma das alternativas para gerar trabalho e renda aos trabalhadores, tendo como apoio instituições da sociedade civil e instituições governamentais, bem como incubadoras universitárias. Por meio da pressão social exercida pelo Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária - sociedade civil organizada -, o governo federal criou, em 2003, a Senaes, juntamente com o Programa Social de Economia Solidária em Desenvolvimento. Salienta-se que as experiências de Economia Popular Solidária, como também o seu respectivo Programa Social - assim como as primeiras experiências cooperativistas e associativistas no Brasil -, surgem como uma das formas de resistência dos trabalhadores às manifestações de desigualdade da questão social, bem como podem ser consideradas também, estratégias do capital - apoiadas pelo Estado - para a reprodução e manutenção do sistema, atenuando os conflitos de classe.

Apesar desta realidade contraditória que o envolve, e outros Programas e Políticas Sociais, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento torna-se relevante principalmente diante da atual realidade que envolve o mercado de trabalho. Outra questão que deve ser mencionada está relacionada com o fato de que esta pesquisa respalda-se no realismo analítico. Ou seja, a pesquisadora não compreende o tema nem com excesso de otimismo - pró-

prio dos analistas que enfatizam o aspecto potencialmente contestador destas experiências coletivas -, nem com excesso de pessimismo - que, por sua vez, poderia desconsiderar os reais avanços sociais, econômicos e políticos tão suscitados por estas experiências.

Em relação ao levantamento realizado pela pesquisadora sobre as Instituições de Apoio vinculadas a este programa social no RS, constatou-se que 20 instituições já tiveram ou possuem algum vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento desde 2003 pela Senaes. Destas 20 instituições averiguadas, 10 não possuem convênio entre o período de 2008 e 2009 e 10 possuem alguma forma de vínculo durante este período em que se realizou a coleta das informações. Destas 20 instituições mapeadas neste Estado - que contou com o apoio da Senaes, dos Fóruns de Economia Solidária Nacional, Estadual e regionais e com as instituições de apoio -, porém, 11 participaram do estudo por meio de retorno de questionário enviado e pela realização de análise documental.

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vem sendo implantado no Rio Grande do Sul por meio de uma parceria estabelecida entre a Senaes e as instituições de apoio - mapeadas por esta pesquisa -, via editais e chamadas públicas. Ou seja, as instituições de apoio elaboram projetos sociais que objetivam arrecadar recursos financeiros e adquirir auxílio. A Senaes, juntamente com órgãos de fomento, abre editais e chamadas públicas, procurando formalizar a parceria entre o governo federal e as instituições de apoio - governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias. Os projetos selecionados e apoiados pela Senaes irão usufruir os recursos públicos, bem como dos encontros de formação destinados às instituições de apoio, visando a capacitá-las e fortalecer o vínculo entre elas. Constatou-se que o processo de parceria estabelecida entre o Estado e as instituições de apoio, e a forma existente de liberação de recursos (recursos esparsos - se equiparados à demanda - e forma de acesso - abertura de editais e elaboração e aprovação de projetos sociais de extrema complexidade) no RS, e possivelmente no Brasil, ainda está em fase inicial, também devido ao fato da descentralização político-administrativa prevista pela Constituição Federal de 1988 não ter sido implantada de forma plena, em relação a todos os programas e políticas sociais.

Destaca-se que esta realidade vinculada ao programa, em relação à liberação de recursos e as formas que são constituídas as parcerias com as institui-

ções de apoio, pode ser aprimorada. Cada estado e município poderiam usufruir setores específicos que dessem conta deste Programa, de forma que o mesmo correspondesse ao processo de descentralização político-administrativa. Outra questão importante está vinculada à materialização da transversalidade do programa com os outros programas e políticas sociais. Esta transversalidade, em algumas situações, vem necessitando de abertura de editais, algo que pode ser aprimorado.

Apesar de suas limitações e incipiência, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento possui relevância, pois contribui para a geração de renda e conseqüente melhoria de vida destes trabalhadores inclusos nas experiências coletivas. Com base nestas informações, verifica-se que das 20 instituições de apoio que possuem ou tiveram alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes, 40% são vinculadas à sociedade civil, 40% às instituições governamentais e 20% às incubadoras universitárias. Percebe-se, portanto, que ocorre uma paridade de vinculações estabelecida entre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a Senaes com instituições governamentais e da sociedade civil, que, juntas constitui 80% das instituições parceiras. Por intermédio desta parceria, o Estado pretende contribuir com a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária por meio da disponibilização de recursos financeiros e encontros de formação, além de processo de divulgação da Economia Popular Solidária e pelo desenvolvimento de objetivos e atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes. Assim, as instituições de apoio vêm configurando-se como o eixo de vinculação entre o governo federal e as experiências coletivas, mediante seus processos de assessoria e/ou incubação.

Destaca-se, ainda, que as instituições pesquisadas que iniciaram seu trabalho de assessoria posteriormente à criação da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, estão vinculadas principalmente aos setores governamentais. Salienta-se também que as instituições vinculadas ao MTE e à Senaes no RS, trabalham com as comunidades quilombolas e com o desenvolvimento de agentes de Economia Popular Solidária, que objetiva fomentá-las. Já os Centros Públicos caracterizam-se por atender em seu espaço de comercialização as experiências coletivas, entretanto, setores vinculados a prefeituras também assessoram estes empreendimentos. Salienta-se que ape-

sar dos centros públicos concretizarem uma das ações previstas pela Senaes no RS, porém, o processo de descentralização político-administrativo deste Programa Social pode ser aprimorado de forma que se insira nas esferas estaduais e municipais de forma plena. Já as Incubadoras Universitárias, além de ter como intencionalidade aproximar a universidade da população local-regional e produzir conhecimentos, objetiva, também, assessorar os empreendimentos coletivos. Evidencia-se que as instituições de apoio, juntamente com instituições da sociedade civil - ONGs, instituição religiosa e Oscip -, buscam assessorar as experiências de Economia Popular Solidária visando a contribuir para a viabilidade destes empreendimentos coletivos no mercado.

O processo que envolve a metodologia de incubação normalmente empregada pelas instituições parceiras está sendo realizado de forma que contemple as etapas relacionadas com os processos de pré-incubação, incubação e pós-incubação. A incubação além de capacitar e acompanhar os empreendimentos coletivos objetiva também conseguir recursos por meio de elaboração de projetos e/ou parcerias estabelecidas com instituições públicas, privadas ou da sociedade civil. Em relação ao processo de pós-incubação, o mesmo deve ser aprimorado. Este período constitui-se segundo as informações levantadas no momento mais delicado do processo de assessoria. O tempo e os recursos previstos e destinados às instituições de apoio, quando contempladas por editais - que respondem administrativamente pelo vínculo, seja pela elaboração de relatórios ou de prestações de contas -, vem se tornando muito esparso e descontínuo em relação a demanda necessária ao processo de pós-incubação, que poderia ter um maior acompanhamento. O próprio período de incubação já deveria ser prolongado devido a situação de vulnerabilidade social que estes trabalhadores se encontram.

Outra questão relevante está respaldada no fato de que os profissionais que respondem administrativamente pelas instituições de apoio podem se distanciar da realidade que envolve os trabalhadores assessorados. Este distanciamento, ocorrido em algumas situações, pode estar relacionado com o processo burocrático que estes profissionais estão envolvidos - no que concerne a liberação de recursos e manutenção do vínculo institucional com a Senaes, até para o próprio aprimoramento do programa.

Segundo as informações obtidas, as instituições pesquisadas vêm desenvolvendo as atividades de incubação/assessoria de forma que contemple os

objetivos previstos pelo Programa e pela Senaes, como a incubação e assessoria, a divulgação e promoção da Economia Popular Solidária, a formação e qualificação técnica, a preocupação com a comercialização dos produtos, entre outros. Salienta-se que estão sendo desenvolvidas seis atividades previstas pelo Programa no Estado: a) fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária; c) estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária; d) organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários; e) fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários; e f) promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário. Destaca-se ainda que predominam, portanto, as atividades de Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária, seguidas pelo Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sies. Outra questão importante é que o Mapeamento de Economia Popular Solidária realizado pela Senaes consiste na única ação concretizada, até o momento, por este programa social - mesmo com suas limitações e incipiência -, em todos os estados brasileiros.

Segundo a percepção dos trabalhadores entrevistados pela pesquisadora no RS, 70,5% informaram que o apoio e/ou o trabalho de assessoria/incubação desenvolvido pelas instituições, mesmo com limitações, vem contribuindo para a viabilidade econômica e manutenção destes empreendimentos, de forma que possibilita a geração de renda aos trabalhadores por meio das atividades que estão realizando nestas experiências. Desta forma, pode-se constatar que, no RS as instituições de apoio contempladas vêm procurando desenvolver seus processos de assessoria e/ou incubação, uma das principais atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes, tendo por objetivo contribuir principalmente para a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária. Constata-se, também, que o apoio governamental às experiências pesquisadas torna-se fundamental para que as mesmas se mantenham no mercado, bem como alcancem outro patamar de conscientização e politização social.

Outra atividade que vem sendo desenvolvida e que se destaca no Estado, possuindo como característica o pioneirismo da “Instituição E”, está relacionada com a promoção das Feiras de Economia Popular Solidária. Estas são de extrema importância para o processo de comercialização dos produtos advindos destas experiências coletivas, como também para o fortalecimento da Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul e no Brasil - tanto em relação aos empreendimentos quanto ao fortalecimento e divulgação do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes -, para que, futuramente, possa ser criada uma política social destinada exclusivamente a este segmento social em âmbito nacional e as suas respectivas demandas. Outra possibilidade, entretanto, pode consistir no fato deste programa ser incorporado pelo Ministério do Trabalho ou de Desenvolvimento Social, porém, de forma que seja operacionalizado pela descentralização administrativa que envolve também as esferas governamentais estaduais e municipais. Ou seja, para se concretizar esta realidade, faz-se necessário a criação e implantação nas prefeituras e Estados, de uma secretaria, ou pelo menos de um setor responsável pelo desenvolvimento deste Programa Social - assim como ocorre com outros programas e políticas, que também já percorreram uma trajetória de experiências, pressões sociais e reivindicações para que alcançassem esta realidade, mas ainda possuem limitações, pois o aprimoramento é processual.

Deste modo, constata-se que no Rio Grande do Sul o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vem sendo desenvolvido ainda de maneira bem incipiente, seja pelas poucas quantidades de instituições vinculadas ao programa, pela forma de parceria estabelecida, pela maneira que o recurso financeiro vem sendo gerido, liberado e aplicado e por meio das poucas atividades que estão previstas pelo Programa e pela Senaes e que estão sendo efetivadas no Estado. O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a Senaes, entretanto, possuem relevância devido ao fato de terem como intencionalidade contribuir para a viabilidade econômica e manutenção das experiências coletivas, que se constituem como uma das alternativas existentes para a geração de trabalho e renda no Brasil diante do desemprego, principalmente aos sujeitos que comumente estão em situação de vulnerabilidade social e, conseqüentemente de seus familiares.

Por meio desta pesquisa pode-se averiguar, também, que as experiências pesquisadas estão relacionadas com as cooperativas, associações e grupos in-

formais que desenvolvem suas atividades nos meios urbanos e rurais em municípios do Rio Grande do Sul. Estes empreendimentos constituem-se nas experiências coletivas que vem sendo assessoradas/incubadas ou, ainda, apoiadas pelas instituições que possuem como intencionalidade contribuir com a viabilidade econômica destes empreendimentos, igualmente por meio do vínculo estabelecido com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes - governo federal.

Foram pesquisados 17 empreendimentos coletivos localizados nos meios urbanos em municípios do Rio Grande do Sul entre 2008 e 2009, considerando que destes, 14 estão vinculados à instituições que possuem vínculo entre o período de 2008 e 2009 com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes. Os outros três empreendimentos estão atrelados a instituições de apoio que não possuem no referido período vinculação com o programa, porém, já tiveram anteriormente, e estão aguardando novamente a renovação do mesmo. Estes empreendimentos coletivos analisados possuem as seguintes caracterizações: dois empreendimentos se constituem enquanto cooperativas (11,7%), cinco enquanto associações (29,4%) e dez enquanto grupos (58,8%). Mediante estas informações, percebe-se que somente 41,1% das 17 experiências pesquisadas consistem em associações e cooperativas. Em relação aos 10 grupos pesquisados, constatou-se que três empreendimentos (30%) estavam migrando da condição de grupos para associação. A regulamentação e a legalização das experiências coletivas, que iniciam suas atividades por meio de grupos, constituem-se em um dos objetivos do processo de assessoria e/ou incubação desenvolvido pelas instituições de apoio, bem como do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes, com a intenção de retirar estes grupos da extrema exclusão social, fato este que vem sendo concretizado.

Já em relação às informações que dizem respeito ao sexo dos trabalhadores inseridos nos 17 empreendimentos coletivos, constatou-se que predomina nas experiências pesquisadas a inserção de mulheres e que os fatores que contribuíram para a criação das experiências estão relacionados com uma alternativa ao desemprego para aumento e complemento da renda. Destes 17 empreendimentos, 41,1% das experiências foram criadas pelos trabalhadores, 41,1% pelas instituições de apoio e 11,7% pelo governo do Rio Grande do Sul. Verificou-se, também, que por esta pesquisa ter como delimitação as experiências

inseridas nos meios urbanos, não foram investigados empreendimentos que desenvolvem o processo de trabalho com a agricultura - realidade averiguada pelo Mapeamento realizado pela Senaes -, posto que predominam nestas experiências os trabalhos desenvolvidos com a reciclagem, gastronomia, produtos diversificados e confecção de roupas. Dos empreendimentos pesquisados identificou-se que somente quatro experiências (23,5%) informaram que receberam alguma forma de apoio financeiro, ou seja, recurso financeiro, desde a sua criação.

Em relação à viabilidade econômica, percebeu-se que os empreendimentos pesquisados sofrem concorrência de empresas, empreendimentos, trabalhadores autônomos e atravessadores; porém, mesmo assim, 88,2% dos empreendimentos conseguem pagar suas despesas e ter alguma sobra, constituindo-se em quase 40% a mais do que os empreendimentos mapeados no Rio Grande do Sul pela Senaes em 2005 e 2007. Novamente se destaca que o apoio governamental é crucial para a viabilidade econômica e manutenção destes empreendimentos coletivos. Considerando ainda o processo de trabalho, constata-se: preocupação dos trabalhadores com este processo, direcionada à possibilidade de gerar trabalho e renda; preocupação com a possibilidade de integração entre os sujeitos durante a realização do trabalho, bem como com a comunidade local-regional; preocupação com o processo de qualificação dos sujeitos; preocupação com o desenvolvimento sustentável; preocupação com a valoração das periferias de forma que as mesmas passem a ser atendidas pelos governos municipais, que é mencionada pelo acesso a atividades assistenciais. Ou seja, a questão relacionada com a sobrevivência aparece na preocupação central com a geração de renda e por meio das atividades assistenciais, materializada pelo acesso dos usuários a outros programas e benefícios sociais.

Em relação aos rendimentos individuais mensais obtidos pelos trabalhadores pode-se identificar que: dois empreendimentos obtêm geralmente uma renda de até um salário mínimo; os trabalhadores de 12 empreendimentos coletivos informaram que possuem uma renda mensal estabelecida entre um a dois salários mínimos; os de outros três empreendimentos coletivos informaram que possuem uma renda que oscila entre dois a três salários mínimos; e um empreendimento coletivo informou que possui a renda de até quatro salários mínimos. Ressalta-se ainda que trabalhadores vinculados a 13 empreendimentos coletivos desenvolvem outras atividades para obter renda. Por meio

destas informações constata-se que a pobreza não pode ser caracterizada como algo “natural”, mas simo como algo vinculado diretamente à questão social e ao processo das riquezas socialmente produzidas. Desta forma, constata-se a viabilidade econômica destes empreendimentos coletivos, mesmo que de forma limitada, devido aos baixos rendimentos atingidos.

Os trabalhadores pesquisados, em sua maioria, tiveram, portanto, suas rendas aumentadas após suas inserções nos empreendimentos coletivos, mesmo com os baixos rendimentos, fato que possibilita uma melhoria nas suas condições de vida e, conseqüentemente de seus familiares. Outra questão relevante que caracteriza a situação de vulnerabilidade social destes sujeitos e a importância do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, consiste no fato destes trabalhadores informarem que usufruem também do Programa Bolsa-Família, entre outros benefícios. Novamente se constata que a transversalidade dos Programas e Políticas Sociais é de fundamental importância para a melhoria das condições de vida destes trabalhadores, retirando-os da condição de extrema exclusão social.

Já em relação aos direitos trabalhistas destes sujeitos, constatou-se que dos 28 trabalhadores que responderam estas questões, 18 não contribuem para a Previdência Social e 10 contribuem, porém, na condição de autônomos. Esta realidade é de extrema preocupação e importância, pois a maioria dos trabalhadores entrevistados, que possivelmente pode corresponder à totalidade dos sujeitos inseridos nestes tipos de experiências coletivas, não contribui com a Previdência Social e estão trabalhando na total informalidade, sem acesso aos direitos sociais. Por isto o Novo Marco Legal do Cooperativismo constitui-se num importante desafio a ser conquistado, pois o mesmo objetiva criar uma legislação que contemple estes trabalhadores, posto que os mesmos não estão nem na condição de assalariados e nem na condição de autônomos.

Diante desta realidade, poderia ser formulada e promulgada uma nova Lei na Legislação Trabalhista que contemplasse os trabalhadores inseridos nestas experiências, que desenvolvem o trabalho por meio do coletivo. Isto possivelmente contribuiria com a inclusão social dos sujeitos e com o acesso destes aos direitos trabalhistas. Enquanto não se adquire esta condição, porém, poderia ser facilitado o acesso de contribuição destes trabalhadores, na condição de autônomo, à Previdência. Esta realidade ainda está distante da “ideal”, entretanto, consiste em algo que já vem sendo prospectado pelo Novo Marco Legal

e estimulado pelo processo de incubação realizado pelas instituições de apoio.

Menciona-se ainda que todas as experiências pesquisadas estão ou estavam vinculadas às instituições de apoio - governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias, e, 94,1% das experiências participam de instâncias que envolvem a sociedade civil organizada, em termos de Economia Popular Solidária, seja por meio de Fóruns, Feiras, encontros, entre outros. Diante destas informações verifica-se a participação da sociedade civil nas decisões e funções públicas, como forma de participação popular, fato este que ainda deve ser aprimorado no que se relaciona aos conselhos de direitos - que está em estágio muito inicial e sem grande participação popular no controle e gestão pública deste programa social, tanto em âmbito do RS como também no Brasil.

Ressalta-se que, primeiramente, os empreendimentos coletivos são criados para as necessidades vinculadas com a sobrevivência destes sujeitos, para, num segundo momento, serem dimensionados outros elementos relacionados com os Princípios da Economia Popular Solidária, com aspectos sociais, políticos, educacionais, culturais, ambientais, entre outros. Desta forma, pode-se considerar, também, que essas experiências coletivas representam, possivelmente, formas de resistência e de contestação dos sujeitos ao sistema, pois o processo de conscientização e reflexão faz parte de 11 experiências coletivas pesquisadas. Ressalta-se também que estes empreendimentos, ao estarem inseridos no sistema, e terem como perspectiva a geração de renda, acabam por reproduzir a lógica do mesmo, pois tentam incessantemente se inserir no ciclo capitalista para comercializar seus produtos e serviços.

Já em relação ao processo de gestão existente nas 17 experiências pesquisadas, constatou-se que 11 empreendimentos afirmaram possuir diretoria e 6 experiências informaram que não possuem diretoria; 9 empreendimentos possuem todas as documentações necessárias para o funcionamento das cooperativas e associações; 4 empreendimentos possuem parcialmente a documentação necessária para o funcionamento do empreendimento e 4 não possuem a documentação necessária para as suas regulamentações. Nas 17 experiências de Economia Popular Solidária pesquisadas, identificou-se que todas desenvolvem reuniões e assembleias; 93,4% dos trabalhadores entrevistados responderam que tomam parte das reuniões, assembleias e encontros e 95,4% dos sujeitos informaram que expõem suas opiniões quando não con-

cordam com algo ou alguma decisão, e que participam das votações. Esta realidade demonstra um novo patamar de politização e participação dos sujeitos de forma que se diferenciem da maioria dos trabalhadores inseridos no sistema. Somente este processo de participação e conscientização, já se constituem num grande avanço quando relacionados com a rebeldia e resistência às manifestações de desigualdade da questão social.

Os trabalhadores que informaram terem trabalhado em outros locais anteriormente, quando perguntados sobre se havia diferença entre ser empregado/funcionário numa empresa privada e ser cooperado/associado em uma experiência coletiva de geração de trabalho e renda, 83,3% responderam que existe esta diferença. É importante que se faça referência a essa realidade devido à possibilidade de ruptura que essas experiências coletivas, populares e solidárias introduzem nas relações que envolvem o processo de trabalho e gestão - respaldado em cooperação, rotatividade de atividades, democracia, participação, entre outros -, diferenciando-se, assim, da lógica e da finalidade do sistema capitalista - individualidade, acumulação e centralização de capital. Outra questão relevante está vinculada a possível transformação na vida dos sujeitos que vivenciam o trabalho realizado por meio destas experiências coletivas, pois os mesmo adquirem uma nova visibilidade sobre a realidade macroeconômica.

Em relação às características dos trabalhadores, constatou-se que a maioria dos sujeitos está entre as faixas etárias de 31 a 40 anos (39,2%), seguida pela de 51 a 60 (28,5%). A metade dos trabalhadores possui Ensino Fundamental, 46,4% Ensino Médio e apenas um trabalhador possui ensino superior. Outra questão interessante está relacionada com o fato de que também a metade dos trabalhadores inseriu-se nesses últimos 2 anos nas experiências coletivas - realidade vinculada ao desemprego. Em relação aos motivos que desencadearam a inserção destes sujeitos nos empreendimentos coletivos, pode-se averiguar que 50% foram pela necessidade de gerar e ter renda; 20% devido à influência e/ou convite de familiares; 20% para aumentar a renda familiar; e 10% informaram que era devido ao fato de que o trabalho desenvolvido em grupo é melhor, mais prazeroso. A maioria dos trabalhadores informou ainda que residem com seus companheiros(as) e filhos em locais que são seus - possuem casa própria. Constata-se, desta forma, que os rendimentos obtidos pelos trabalhadores, além de serem destinados para as suas necessidades, tam-

bém são empregados para o complemento de suas rendas familiares.

Diante destas características, pode-se afirmar que as experiências coletivas assessoradas pelas instituições de apoio possuem elementos em comum, como o fato de se constituírem em cooperativas, associações e grupos informais, que procuraram gerar trabalho e renda aos sujeitos pelos diversos ramos de atividades, seja no meio urbano ou rural. Enfatiza-se, entretanto, a importância do fortalecimento do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes, como forma de subsidiarem recursos financeiros e profissionais para assessorar e qualificar esses sujeitos, bem como os empreendimentos em que estão inclusos, tendo em vista o processo de descentralização político-administrativa. Este apoio governamental, contudo, deve ter como perspectiva a viabilidade econômica dos empreendimentos coletivos, e não a dependência e/ou terceirização dos serviços públicos e privados.

Menciona-se, ainda, que seis experiências coletivas constituem-se por meio das informações obtidas nos empreendimentos que possuem maiores dificuldades vinculadas às relações que vem sendo estabelecidas pelos trabalhadores diante do processo de gestão e produção, entre outras divergências. Assim, estes seis empreendimentos possivelmente não desenvolvem suas atividades de acordo com os princípios da “Economia Popular Solidária”, mas, porém, se caracterizam como experiências de “Economia Popular”. Os outros 11 empreendimentos - apesar de limitações e conflitos -, constituem-se por meio de elementos que podem ser remetidos à Economia Popular Solidária, sem desconsiderar as contradições internas e externas na qual estes empreendimentos coletivos estão inseridos.

É importante mencionar que os três empreendimentos que estão sendo assessorados por instituições que não estão vinculadas entre 2008 e 2009 ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes consistem na metade dos seis empreendimentos que possuem diversas dificuldades de relacionamento, concorrência, entre outros. Outra questão está relacionada com a viabilidade econômica destes empreendimentos, pois em duas das três experiências os trabalhadores obtêm uma renda de um salário mínimo. Desta forma, ressalta-se que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, mesmo com suas limitações e incipiências, pela parceria estabelecida entre o Estado e as instituições de apoio, contribuem para a viabilidade econômica, entre outros aspectos, de forma fundamental para estas experiências coletivas.

Verifica-se, assim, que a Economia Popular Solidária e o seu respectivo Programa Social no Brasil, por meio da parceria estabelecida entre o governo federal (incluindo os demais setores governamentais), a Sociedade Civil (instituições sociais) e as incubadoras universitárias, podem ser considerados formas de resistência dos trabalhadores às manifestações de desigualdade da questão social. Segundo o Mapeamento realizado entre 2005 e 2007 pela Senaes com a parceria das instituições de apoio, foram averiguados 21.857 empreendimentos coletivos no Brasil e 2.085 no Rio Grande do Sul. Neste sentido, mesmo com os baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores pesquisados (entre meio salário mínimo a quatro salários mínimos), pode-se constatar que eles são muito significativos a estes sujeitos e seus familiares.

Partindo dos conhecimentos que fundamentaram esta pesquisa, de seu problema, objetivos e questões norteadoras, chegou-se a esta tese que foi confirmada: o Estado, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, vinculado à Senaes, juntamente com as incubadoras universitárias e instituições governamentais e da sociedade civil, desde que em parceria com o governo federal, pode potencializar e viabilizar as experiências de Economia Popular Solidária, mesmo que ainda de forma incipiente, principalmente diante da atual realidade que envolve o mercado de trabalho. Salienta-se esta realidade sem desconsiderar a categoria de Contradição que permeia estes empreendimentos coletivos e seu respectivo Programa Social.

Tem-se como perspectiva que o Estado, por meio das instituições de apoio, pode e deve potencializar a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária - por intermédio dos objetivos e ações que estão previstos pelo programa, mesmo que ainda de forma limitada, contraditória e incipiente. Salienta-se esta possibilidade principalmente diante da atual realidade que envolve o mercado de trabalho, pois este Programa contribui para a geração de renda dos trabalhadores e suas respectivas famílias, afastando-os da condição de extrema exclusão e vulnerabilidade social. Diante desta realidade, menciona-se também que o aprimoramento do Programa é algo processual e contínuo, pois este ainda está em fase de “Desenvolvimento”, de modo que as pesquisas científicas sobre este Programa buscam contribuir com o aprimoramento do mesmo.

Outra questão que deve ser ressaltada está vinculada ao fato de que este Programa Social vem se configurando mais como uma forma de geração de

renda do que propriamente um meio de contestação ao sistema, realidade que se configura, apesar da sua importância, como funcional ao sistema. Por fim, destaca-se a importância e a relevância deste estudo, pois são reduzidas as pesquisas e bibliografias referentes à contribuição do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento para a viabilidade das experiências coletivas no Rio Grande do Sul. Com a inserção da classe trabalhadora na lógica do sistema, em que é considerado cidadão o sujeito que está incluído no mercado formal de trabalho ou que possui uma fonte de renda, enfatiza-se a importância do apoio governamental às experiências que constituem a Economia Popular Solidária. Esses empreendimentos coletivos geralmente são suscitados pelos sujeitos e instituições de apoio como uma das alternativas de gerar trabalho e renda, diante das manifestações de desigualdade da questão social - matéria-prima de trabalho dos assistentes sociais.

Referências

ABONG: Associação Brasileira de Organizações não Governamentais. **Associadas**. Disponível em: <http://www2.abong.org.br/final/associadas_pag.php?sigla11=caeps>. Acesso em: 05 maio 2009.

AGRONEGÓCIO. Disputa ideológica pode paralisar reforma da lei do cooperativismo. Portal Agronegócio. Disponível em: <<http://portaldogronegocio.com.br/conteudo.php?id=13115>>. Acesso em: 09 fev. 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia Popular e Solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o infra-humano**: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ARTICULAÇÃO e Organização no Sistema Cooperativista dos Assentados. Disponível em: <http://74.125.47.132/search?q=cache:ZnKr0qgKGcAJ:www.itsbrasil.org.br/pages/15/Sistema_cooperativista_dos_assentados.pdf+Concrab&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=Br>. Acesso em: 20 mar. 2009.

ASCOOB. **Conheça a ASCOOB**. Disponível em: <<http://www.ascoob.org.br/quemsomos.php>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Organizações Não Governamentais: uma rede a serviço de um mundo mais justo, solidário e sustentável. Disponível em: <http://www2.abong.org.br/final/faq_pag.php?faq=12189>. Acesso em: 17 ago. 2009).

ATES. Disponível em: <<http://ates-ong.blogspot.com/2009/04/aberto-novo-escritorio-da-ates.html>>. Acesso em: 5 maio 2009.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e de ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BARDIN, Lourence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BULLA, Leonia Capaverde. **Serviço Social, educação e práxis**: tendências teóricas e metodológicas. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992. (Tese de Doutorado).

CADONÁ, Marco André. **Economia Solidária**: experiências populares de geração de trabalho e de renda no Vale do Rio Pardo. Departamento de Ciências Humanas. Santa Cruz do Sul, 2003. (Relatório de Pesquisa - UNISC).

CAEPS. Disponível em: <http://www2.abong.org.br/final/associadas_pag.php?sigla11=CAEPS>. Acesso em: 5 maio 2009.

CÂMARA. **Projeto de Lei Cooperativa de Trabalho**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/prop_detalhe.asp?id=323935>. Acesso em: 2009.

CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do (a) Assistente Social**: em questão. Brasília/DF, 2002.

CÓDIGO de Ética. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região - Gestão 2002/2005, Porto Alegre, 2005.

CONFERÊNCIA Nacional de Economia Solidária. Documento Base. Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento In: **Cadernos Unijuí**, 2006.

CONSELHO Nacional de Economia Solidária. **IV reunião extraordinária**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ata_20071024_04.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2009.

CONTAG. Contribuição Sindical Rural. **Breve histórico**. Disponível em: <<http://www2.contag.org.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2006.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. Escrito por: CUT Nacional Disponível em: <<http://www.cut.org.br/content/view/2883/289/>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Polêmicas do nosso tempo).

DEPARTAMENTO Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Destaques**. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 30 set. 2008.

DEPARTAMENTO Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa de emprego e desemprego das regiões metropolitanas** (dez. 2008). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 06 fev. 2009.

_____. **Pesquisa de emprego e desemprego das regiões metropolitanas** (dez. de 2003 a dez. de 2007). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

DIEESE. Pesquisa de emprego e desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre. Ped-Rmpa. Informe Mulher E Trabalho. **Relação família e trabalho na**

perspectiva de gênero: a inserção de chefes e cônjuges no mercado de trabalho. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/poa/pedpoa_Mulher2009.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2009.

DINIZ, João Rafael Vissotto de Paiva *et al.* Direito do trabalho e economia solidária: noções introdutórias e reflexos para os grupos incubados. In: ORGANIZAÇÃO Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo **A gestão da autogestão na economia solidária:** contribuições iniciais. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007, p. 33-49.

E19. **Economia Solidária em Desenvolvimento.** Brasília: MTE; SENAES, 2003.

ECONOMIA Solidária. Campanha Nacional de divulgação e mobilização social. **Manual para Formadores.** Descobrimo a outra economia que já acontece. MTE - Secretaria Nacional de Economia Solidária: esplanada dos Ministérios, Bloco F, sl. 339 - Brasília, DF, 2007a.

_____. **Mapeamento Rio Grande do Sul.** SIES - Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária. Impressão AMBP - Sociedade Banco de Projetos. 2007b.

ECOSOLIDÁRIA. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/programacao_brasil.asp>. Acesso em: 5 maio 2009).

_____. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/programa_estimulo_centros.asp>. Acesso em: 5 maio 2009.

EID, Farid, Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologia de incubação de EES. In: PIKANÇO, Iraci; TIRIBA, Lia (Orgs). **Trabalho e Educação.** Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004. p. 167-188.

EMEDIATO; Luiz Fernando de Souza. **Diário Oficial da União.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/recomendacao_publicada_DOU.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2009.

FARIA, José Henrique de. **Relações de poder e formas de gestão.** Curitiba: Criar, 1987.

FINEP. **Ações transversais.** Disponível em: <http://www.finep.gov.br/fundos_setoriais/acao_transversal/acao_transversal_ini.asp%20acesso%20em%2013/04/09>. Acesso em: 13 abr. 2009.

FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. A experiência de gestão e organização do Movimento de Economia Solidária no Brasil. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=796&Itemid=216>. Acesso em: 04 maio 2009.

FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 04 mar. 2009.

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística (FEE). Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 27 de outubro de 2008.

GAIGER, Luís Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 267-286.

GAZETA do Povo. **Lula assina pacote trabalhista e sindical e cria regras pra cooperativas de trabalho**. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/economia/conteudo.phtml?id=561718>>. Acesso em: 06 fev. 2009.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GOERCK, Caroline. **Processos de trabalho na Economia Popular Solidária: uma forma diferenciada do trabalho coletivo no Vale do Rio Pardo**. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre, 2006a.

_____. **Experiências de Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo: Processos De Trabalho Desenvolvidos. Textos & Contextos (Online)**, v. 7, p. 223-236, 2008.

_____. **Economia Popular Solidária: no Processo de Reestruturação Produtiva Brasileira. Texto Contexto**, ano IV, n. 04, v. IV, 2005. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/textos/>>. Acesso em: 05 maio 2009.

GOERCK, Caroline. **Emergência do Cooperativismo, reestruturação do capital e economia solidária e o papel do Serviço Social em empreendimentos solidários**. Ijuí: Unijuí, 2006, v. 200, p. 56.

_____. **Serviço Social e Economia Popular Solidária In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - X ENPESS**, 2006, Recife.

_____; BULLA, Leonia Capaverde. **Economia Popular Solidária: uma forma diferenciada de organização dos processos de trabalho**. In: 19º Conferência Mundial de Serviço Social, 2008, Salvador. **O Desafio de Concretizar Direitos numa Sociedade Globalizada e Desigual**. Salvador: Mundial Serviço Social, 2008. v. 1. p. 1-10.

_____; _____. **Sistematización dos procesos de trabalho e peculiaridades das experiências de economia popular e solidárias desenvolvidas no Vale do Rio Pardo/ Rio Grande do Sul - BR. Otra Economia Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria**, v. II, p. 141-163, 2008.

---_____; CADONÁ, Marco André; SCHULTEN, Aline Dinara. **Experiências Coletivas de Economia Solidária no Vale do Rio Pardo. Revista Redes Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional**, EDUNISC, v. 9, n. 3, p. 217-238, 2005.

_____; VICCARI, Eunice Maria. **Assessoria: Processo de Trabalho do Serviço Social**.

Revista Textos Contextos, v. III, ano III, n. 03, 2004. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/textos/>>. Acesso em: 05 maio 2009.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GUAYÍ: democracia, participação e solidariedade. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.guayi.org.br/?item=13&area=18>>. Acesso em: 11 maio 2009.

GUIA de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema Único de Assistência Social**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/portalfederativo/asocial>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=mapapobreza2003>>. Acesso em: 06 fev. 2009.

_____. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 09 fev. 2009.

IBGE; PNAD. **Estados @, Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=sis_2008>. Acesso em: 05 fev. 2009.

INCUBADORA de Economia Solidária da UNIJUÍ. **Empreendimentos da Economia Solidária do Noroeste Gaúcho: UNIJUÍ Universidade Regional**. Editora da Unijuí, set. 2006.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2003.

KOCOUREK, Sheila. **As Dobras da História: O desafio dos Direitos da Criança e do Adolescente na construção da cidadania para o Século XXI**. Porto Alegre: Faith, 2009.

LEBOUTTE, Paulo. **Economia Popular Solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.

LECHAT, Nöelle. A Economia Solidária no Brasil: Formação de um Novo Protagonista Sóciopolítico, o Trabalhador Associado. In: **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional**. (Org.). Balsa, Casimiro Marques, BONETI, Lindomar Wessler, SOULET, Marc-Henry. Ijuí. Unijuí, 2006, 240p. (Coleção método e teorias).

LEI nº 5.764-71 da Política Nacional do Cooperativismo. In: **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

MAGRÃO, Sérgio; SÁ, Luiz Carlos. **Caçador de Mim**. 61481165 Emi/Vitale (P), 1981.

MAIA, Marilene. Gestão Social - Reconhecendo e construindo referenciais. In: **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre: EDIPUC, n. 4, p. 1-18, 2005.

MANCE, Euclides. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, Jorge Luiz; MAUAD, Marcelo; RODRIGUES, Hubertan. **O PLS - 171/199 e seus danos à Economia Solidária**. Revista de Economia Solidária, ano 2, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.gabeira.com.br/noticias/noticia.asp?id=2561>>. Acesso em: 06 fev. 2009.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Tradução: BARBOSA, Regis; KOTHE, Flávio R. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988. v I.

MEDEIROS, Alzira. **Programas e ações de apoio a economia solidaria e geração de trabalho e renda no âmbito do Governo Federal** (Relatório Final do Convenio MTE, IPEA, ANPEC, 01/2003). Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2009.

MTE. **Emenda a Medida Provisória**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ata_2007030607_01.pdf>. Acesso em: 29 maio 2009.

_____. **Novo Marco Jurídico da Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_elaboracao.asp>. Acesso em: 28 maio 2009.

_____. **Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_historico.asp>. Acesso em: 27 fev. 2009.

MTE. **Missão, visão de futuro, objetivos estratégicos**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/delegacias/rs/rs_missao.asp>. Acesso em: 05 maio 2009.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. **Cooperativismo como uma alternativa de mudança**: uma abordagem normativa. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

ORGANIZAÇÃO Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômico Solidário. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_organizacao.asp>. Acesso em: 04 mar. 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

PICCININI, Valmiria Carolina. Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho trabalho. In: **Dossiê - Sociologias**. UFRGS. Porto Alegre, ano 6, n. 12, p. 68-105, jul/dez 2004.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm>. Acesso em: 17 fev. 2009.

PLENÁRIA Estadual do Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária elege delegados à IV Plenária Nacional do FBES. Disponível em: <<http://fgeps-rs.blogspot.com>>. Acesso em: 05 mar. 2009.

PRATES, Jane Cruz. **Gestão estratégica de instituições sociais**: o método marxiano como mediação do projeto político. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995. (Dissertação de Mestrado).

PROGRAMA Economia Solidária em desenvolvimento. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp>. Acesso em: 02 mar. 2009.

_____. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp>. Acesso em: 04 mar. 2009.

PROJETO Esperança/Coesperança. Disponível em: <http://www.esperancacoesperanca.org.br/index.php?acao=quem_somos>. Acesso em: 11 maio 2009.

PROJETO Esperança/Coesperança. **Coesperança**. Disponível em: <<http://www.esperancacoesperanca.org.br/index.php?acao=coesperanca>>. Acesso em 11 maio 2009.

PRONINC. (Org.). **Finep**. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/programas/proninc.asp>>. Acesso em: 04 mar. 2009.

RAICHELIS, R. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social** - caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 2000.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Proposta**, 75: 91-99. Rio de Janeiro, dez./fev. 1997.

RECH, Daniel. **Cooperativas**. Uma onda legal. Rio de Janeiro, 1991. (Coleção Socializando o Conhecimento, n. 8).

_____. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. Lei de Economia Solidária Sancionada em Santa Maria/

RS. **Projeto esperança Cooesperança**. Disponível em: <http://www.fbcs.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3599>. Acesso em: 04 mar. 2009.

SEBRAE. **Diferença entre cooperativas e associações**. Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/cooperativismo/diferencas.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2008.

SEBRAE. **Parceiro dos brasileiros**. Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/oscip/02.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2009.

SENAES. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp>. Acesso em: 27 fev. 2009

_____. **Secretaria Nacional de Economia Solidária. Programa de incentivo à produção docente**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Economia Solidária. Mapeamento Rio Grande do Sul. Impressão: AMBP - Sociedade Banco de Projetos. A publicação deste caderno, “**Economia Solidária - Mapeamento Rio Grande do Sul**” é resultado do mapeamento nacional realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE), em Convênio firmado entre Unitrabalho e Finep, Ref: 2297/06 - n. 01.06.0547.00, 2007.

SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. **Relatórios SIES 2005/2007: relatórios regionais, estaduais e municipais**. Situação dos empreendimentos no Estado RS. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>> Acesso em: 23 ago. 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo: tema e conteúdo do livro. In: _____. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 7-22.

SINGER, Paul. A Economia Solidária no Brasil: um retrato em 2005. In: Economia Solidária/Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social. Manual para Formadores. **Descobrimo a outra economia que já acontece**. MTE - Secretaria Nacional de Economia Solidária: esplanada dos Ministérios, Bloco F, sl. 339 - Brasília, DF, 2007.

SINGER, Paul. Economia Socialista. In: SINGER, P.; MACHADO, J (Orgs.). **Economia Socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **A Economia Solidária no Governo Federal**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2009.

_____; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SIORG. Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal. Ministério do planejamento, orçamento e gestão. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo_federal/quem_e_quem/>. Acesso em: 08 abr. 2009.

SISTEMA das Metodologias de Incubagem. **O que é o Proninc?** Disponível em: <<http://www.acompanhamentoproninc.org.br/apresentacao.php>>. Acesso em: 04 mar. 2009.

SISTEMA Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em: 16 abr. 2009.

SOUZA, Hebert J. **Como se faz análise de conjuntura**. 10. ed. Petrópolis: Vozes/IBASE, 1991.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

T319. **Termo de Referência em Economia Solidária: Plano Nacional de Qualificação 2003-2007**. Brasília: MTE, Senaes, 2005.

TIRIBA, L. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 221-224.

UNISOL. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/conteudos/unisol/oqueeh.wt>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

UNISOL. **Governo oferece crédito barato às empresas**. Editorial Unisol.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. Separata de: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 56, p. 114-134, mar. 1995.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, São Paulo, v. 3, p. 33-40, 2001.

Corpo Editorial

Prof. Dr. ALFREDO ALEJANDRO GUGLIANO - UFRGS
Prof. Dr. DEJALMA CREMONESE - UFRGS
Prof. Dr. CESAR BERAS - UNIPAMPA
Profa. Dra. ELISÂNGELA MAIA PESSÔA - UNIPAMPA
Prof. Dr. FERNANDO DA SILVA CAMARGO - UFPEL
Prof. Dr. GABRIEL SAUSEN FEIL - UNIPAMPA
Profa. Dra. PATRÍCIA KRIEGER GROSSI - PUC
Prof. Dr. RONALDO B. COLVERO - UNIPAMPA
Profa. Dra. SIMONE BARROS OLIVEIRA - UNIPAMPA
Profa. Dra. SHEILA KOCOUREK - UFSM
Prof. Me. EDSON PANIAGUA - UNIPAMPA
Prof. Ph.D. Dr. Phillip Vannini - ROYAL ROADS UNIVERSITY,
CANADÁ
Prof. Dr. NICO BORTOLETTO - UNIVERSITÁ DI TERAMO

www.editorafaith.com.br/editorial.html